



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**PROCESSOS COMPORTAMENTAIS IDENTIFICADOS NAS DEFINIÇÕES
DE *CULTURA* NA ANTROPOLOGIA: RELAÇÕES ENTRE CONCEITOS
BÁSICOS DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E FENÔMENOS SOCIAIS**

HELDER LIMA GUSO

FLORIANÓPOLIS

2008

**PROCESSOS COMPORTAMENTAIS IDENTIFICADOS NAS DEFINIÇÕES
DE *CULTURA* NA ANTROPOLOGIA: RELAÇÕES ENTRE CONCEITOS
BÁSICOS DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E FENÔMENOS SOCIAIS**

HELDER LIMA GUSO

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte das exigências do exame de qualificação para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, elaborado sob orientação da Prof^ª. Dra. Olga Mitsue Kubo.

Linha de Pesquisa:

Análise do comportamento em organizações, trabalho e aprendizagem

FLORIANÓPOLIS

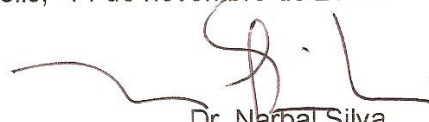
2008

Helder Lima Gusso

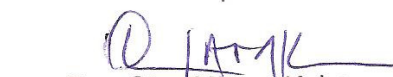
Processos comportamentais identificados nas definições de "cultura" na antropologia:
Relações entre conceitos básicos da análise do comportamento e fenômenos sociais.

Dissertação aprovada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina.


Florianópolis, 14 de novembro de 2008.



Dr. Narbal Silva
(Coordenador PPGP/CFH/UFSC)



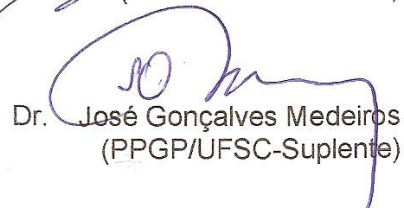
Dra. Olga Mitsue Kubo
(PPGP/UFSC-Orientadora)



Dr. Sílvio Paulo Botomé
(PPGP/UFSC-Examinador)



Dr. Roberto Alves Banaco
(PUC/SP-Examinador)



Dr. José Gonçalves Medeiros
(PPGP/UFSC-Suplente)

Aplicar nossa análise aos fenômenos do grupo é um modo excelente de testar sua adequação, e se formos capazes de explicar o comportamento de pessoas em grupos sem usar nenhum termo novo ou sem pressupor nenhum novo processo ou princípio, teremos demonstrado uma promissora simplicidade nos dados.

B. F. Skinner (1953, p.286)

As definições são feitas pelo homem. Por isso, tudo é menos uma questão de estarem certas ou erradas do que de serem mais ou menos úteis.

Kaplan & Mannes (1972, p.80)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é produto das contribuições de diversas pessoas, direta ou indiretamente.

Agradeço aos velhos amigos Bruno Strapasson e Alexandre Dittrich pelos sempre preciosos e bem humorados debates conceituais e metodológicos que marcaram decisivamente minha formação como analista do comportamento.

Agradeço aos companheiros analistas do comportamento de todo o Brasil que têm realizado pesquisas sobre fenômenos culturais por nossos quase sempre proveitosos debates. Em especial ao Angelo Sampaio por suas sempre pertinentes contribuições.

Agradeço aos novos amigos que fiz na Pós-graduação pelas descobertas e avanços coletivos que realizamos em relação a Ciência, Sociedade, Universidade, Pós-graduação e Análise do Comportamento. Em especial aos amigos Lilian Machado, Gabriel Gomes de Luca, Saulo Satoshi Botomé, Fernanda Cascaes Teixeira, Elaine Cristina Luiz, Carlos Rohrbacher, Ana Luiza Gonçalves e Murilo Garcia por terem me acolhido, cada um a sua maneira, em Florianópolis.

Agradeço aos professores da linha de pesquisa em Análise do Comportamento do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC pelas excelentes condições de ensino que criaram.

Agradeço ao Sílvio Botomé por suas sempre afetivas contribuições, por mais durão que por vezes possa parecer. Agradeço também por ter ensinado a sempre examinar meus próprios comportamentos e a ficar sob controle de contingências coerentes com o que projeto para minha própria vida. E, não poderia esquecer, agradeço pelas deliciosas balas de banana que surrupiava de sua sala!

Agradeço a minha orientadora Olga Mitsue Kubo pelas preciosas contribuições para a realização deste trabalho e pelo belíssimo exemplo de como manter alto grau de exigência mantendo a afetividade necessária para um processo de produção científica tranquilo e feliz.

Por fim, agradeço a minha família por ser o ambiente social responsável pelas principais contingências que determinaram boa parte do que hoje sou e pelas condições que propiciaram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO.....	X
ABSTRACT.....	XI
APRESENTAÇÃO	XII
I. O ESTUDO DO FENÔMENO CULTURA NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.....	1
1. CONCEITOS ANALÍTICO-COMPORTAMENTAIS BÁSICOS PARA O EXAME DE FENÔMENOS CULTURAIS.....	6
1.1. <i>As noções de classe de estímulos, classe de respostas, classe de comportamentos e classe de contingências de reforço</i>	10
a. Estímulos e Respostas.....	14
b. Comportamentos.....	19
c. Contingências de reforço.....	25
2. TENDÊNCIAS DOS ESTUDOS DE FENÔMENOS CULTURAIS NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	28
3. CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO CULTURA NA ANTROPOLOGIA COMO CONDIÇÃO PARA IDENTIFICAR CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA O ESTUDO DESSE FENÔMENO	35
II. PROCEDIMENTO PARA IDENTIFICAR DETERMINANTES E CARACTERÍSTICAS DO FENÔMENO CULTURA.....	41
1. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO	41
2. FONTES DE INFORMAÇÃO SELECIONADAS	41
3. PROCEDIMENTOS.....	42
3.1. <i>Identificação e obtenção das fontes de informação</i>.....	42
3.2. <i>Observação e registro dos dados</i>.....	42
a. Identificação de trechos que apresentavam informações diretas ou indiretas acerca de características do fenômeno cultura, seus determinantes ou outros processos determinados pela cultura	42
b. Identificação de aspectos biográficos, históricos e metodológicos característicos de cada autor ou tipo de conhecimento antropológico.....	43
c. Organização dos dados coletados segundo critérios de nacionalidade / período histórico / tipo de conhecimento / autores.....	44
3.3. <i>Definição dos conjuntos de dados a serem examinados</i>	44
a. Critérios para selecionar autores e tipos de conhecimento para exame	45
b. Autores e perspectivas antropológicas selecionadas.....	45
3.4. <i>Complementação dos dados coletados sobre aspectos biográficos, históricos ou metodológicos</i>.....	48
a. Avaliação da necessidade de complementar dados com informações biográficas, históricas ou metodológicas	48

b. Fontes de informação selecionadas para obter dados complementares para caracterização de aspectos biográficos ou históricos.....	48
3.5. Síntese dos principais aspectos biográficos e históricos de cada autor ou tipo de conhecimento.....	50
3.6. Apresentação dos fragmentos destacados que enfatizam aspectos nucleares do fenômeno cultura, das categorias gerais das quais fazem parte e da caracterização dos processos comportamentais destacados	51
a. Apresentação dos trechos destacados em unidades de sentenças completas	51
b. Identificação dos processos comportamentais destacados como características ou determinantes do fenômeno cultura, ou em outros processos determinados por esse fenômeno	52
c. Identificação de categorias gerais referentes a características do fenômeno cultura, seus determinantes ou outros processos determinados pela cultura	54
3.7. Relações entre os aspectos enfatizados na definição de cultura e características biográficas e metodológicas de cada autor e análise dos processos comportamentais enfatizados no estudo do fenômeno cultura.....	55
III. PRINCIPAIS MUDANÇAS NA DEFINIÇÃO DE CULTURA DO SÉCULO XIII AO XX	56
1. MUDANÇAS NA DEFINIÇÃO DE CULTURA NA FRANÇA DO SÉCULO XIII AO SÉCULO XX.....	57
1.1. Explicitação do “mentalismo Antropológico” presente nas mudanças na definição de cultura na França entre os séculos XIII e XX	60
2. MUDANÇAS NA DEFINIÇÃO DE CULTURA NA ALEMANHA ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX	65
IV. CARACTERÍSTICAS DO EVOLUCIONISMO CULTURAL, DO TRABALHO E DA DEFINIÇÃO E CULTURA DE SEUS PRINCIPAIS AUTORES	68
1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EVOLUCIONISMO CULTURAL CLÁSSICO	68
2. MORGAN, LEWIS HENRY (1818 – 1881): FENÔMENOS COM OS QUAIS LIDAVA E CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA “CULTURA”	70
3. FRAZER, JAMES GEORGE (1854 – 1941): FENÔMENOS COM OS QUAIS LIDAVA E CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA “CULTURA”	73
4. TYLOR, EDWARD BURNETT (1832 – 1917): FENÔMENOS COM OS QUAIS LIDAVA E CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA “CULTURA”	75
5. CARACTERÍSTICAS DO FENÔMENO “CULTURA” PROPOSTAS PELOS AUTORES DO EVOLUCIONISMO CULTURAL CLÁSSICO, DESTACADAS A PARTIR DAS REFERÊNCIAS À OBRA DE TYLOR	77
6. CONTRIBUIÇÃO DA NOÇÃO CIENTÍFICA DE CULTURA E AS RELAÇÕES E DISTINÇÕES ENTRE A IDÉIA DE EVOLUÇÃO CULTURAL NA ANTROPOLOGIA, SELEÇÃO NATURAL (DARWIN, 1859) E SELEÇÃO POR CONSEQUÊNCIAS (SKINNER, 1981).....	80
7. CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO NEO-EVOLUCIONISMO CULTURAL.....	89
8. ESTUDO DO COMPORTAMENTO VERBAL PELOS MÉTODOS EVOLUCIONISTAS CULTURAIS E IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS QUE CONTROLAM O DESENVOLVIMENTO DOS “ESTÁGIOS CULTURAIS”	96

V. CARACTERÍSTICAS DA ANTROPOLOGIA CULTURAL, DO TRABALHO E DA DEFINIÇÃO DE CULTURA DE SEUS PRINCIPAIS AUTORES.....	99
1. BOAS, FRANZ (1858 - 1942): PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS ENFATIZADOS DO FENÔMENO CULTURA	103
1.1. <i>Determinantes e características do fenômeno cultura e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Boas.....</i>	<i>107</i>
1.2. <i>O estudo de fenômenos culturais envolve o estudo de processos comportamentais e a idéia de “cultura como seu próprio controle”.....</i>	<i>110</i>
2. KROEBER, ALFRED (1876 - 1960) E KLUCKHOHN, CLYDE (1905 – 1960): PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS ENFATIZADOS DO FENÔMENO CULTURA.....	116
2.1. <i>Determinantes e características do fenômeno cultura e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Kroeber e Kluckhohn.....</i>	<i>123</i>
2.2. <i>Explicitação da unidade cultural como fenômeno próprio e relações entre Antropologia e a Psicanálise.....</i>	<i>128</i>
3. SAPIR, EDWARD (1884 – 1939): PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS ENFATIZADOS DO FENÔMENO CULTURA	133
3.1. <i>Determinantes e características do fenômeno cultura e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Sapir</i>	<i>135</i>
3.2. <i>Cultura como abstração a partir do comportamento das pessoas e a ênfase na linguagem</i>	<i>141</i>
4. BENEDICT, RUTH (1887 – 1948): PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS ENFATIZADOS DO FENÔMENO CULTURA	145
4.1. <i>Características do fenômeno cultura e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Benedict.....</i>	<i>147</i>
4.2. <i>“Tipos culturais”, rótulos psicologizantes e classes de contingências orientadoras da cultura</i>	<i>150</i>
5. MEAD, MARGARET (1901 – 1978): PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS ENFATIZADOS DO FENÔMENO CULTURA	155
5.1. <i>Características do fenômeno cultura e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Mead.....</i>	<i>159</i>
5.2. <i>Métodos científicos no estudo antropológico e a explicitação das relações entre comportamento e cultura.....</i>	<i>161</i>
6. PARSONS, TALCOTT (1902 – 1979): PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS ENFATIZADOS DO FENÔMENO CULTURA	166
6.1. <i>Características do fenômeno cultura e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Parsons.....</i>	<i>169</i>
6.2. <i>Necessidade de caracterizar o fenômeno cultura como condição para o avanço da Antropologia</i>	<i>171</i>
7. GEERTZ, CLIFFORD (1926 – 2006): PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS ENFATIZADOS DO FENÔMENO CULTURA	175
7.1. <i>Características e determinantes da cultura e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Geertz.</i>	<i>181</i>
7.2. <i>A ‘interpretação’ como método e a ênfase em comportamentos verbais e religiosos para o estudo da cultura</i>	<i>189</i>

8. SCHNEIDER, DAVID (1918 – 1995): PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS ENFATIZADOS DO FENÔMENO CULTURA	193
8.1. Características do fenômeno cultura enfatizados por Schneider.....	199
8.2. Estudo de comportamentos verbais e decorrências de interpretações sem base em dados.....	204
9. SAHLINS, MARSHALL (1930): PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS ENFATIZADOS DO FENÔMENO CULTURA	208
9.1. Características do fenômeno cultura e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Sahlins	212
9.2. Relações entre Antropologia Cultural e Neo-evolucionismo e contribuições para o estudo de processos simbólicos	215
10. PROCESSOS COMPORTAMENTAIS MAIS ENFATIZADOS PELOS ANTROPÓLOGOS CULTURAI.....	218
VI. RELAÇÕES ENTRE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E ANTROPOLOGIA COMO CONDIÇÃO IMPORTANTE PARA O AVANÇO DAS ANÁLISES CULTURAI.....	224
REFERÊNCIAS.....	232
LISTA DE FIGURAS.....	240
LISTA DE TABELAS.....	241
LISTA DE ANEXOS.....	246
ANEXOS.....	247

Gusso, H.L. (2008). *Processos comportamentais identificados nas definições de 'cultura' na Antropologia: relações entre conceitos básicos de Análise do Comportamento e fenômenos sociais*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Olga Mitsue Kubo

RESUMO

Os primeiros estudos sobre fenômenos culturais no âmbito da Análise do Comportamento foram iniciados por volta da década de 1950. A partir da década de 1980, após a proposição do conceito de metacontingência por Glenn, muitos novos estudos sobre 'cultura' têm sido realizados em Análise do Comportamento. Ainda assim, pouco são os trabalhos em que foram avaliadas as contribuições da área de conhecimento que tradicionalmente tem se ocupado deste objeto de estudo: a Antropologia. O objetivo do trabalho foi identificar os processos comportamentais envolvidos nas definições de cultura na Antropologia. Para isso foram examinadas contribuições de diferentes autores e tipos de conhecimento (escolas, abordagens ou teorias) por meio de obras já que debatessem a noção de 'cultura' (Cucho, 1996; Kuper, 1999). Foram selecionados para exame três conjuntos de informações. O primeiro se refere à evolução conceitual do termo 'cultura' na França e Alemanha entre os séculos XIII e XIX, antes da formalização da Antropologia como área de conhecimento. Os resultados dessa etapa explicitam um processo mentalista de formação do conceito elaborado ao longo dos séculos e algumas das definições do termo 'cultura' ainda utilizadas no senso-comum. O segundo conjunto de dados refere-se aos movimentos Evolucionista Clássico e Neo-Evolucionista antropológicos. As definições apresentadas nesse conjunto explicitam mais claramente os processos comportamentais observados pelos antropólogos. Vale destacar as limitações metodológicas dos evolucionistas clássicos ao utilizarem predominantemente métodos de observação indireta e a relação entre a idéia de evolução cultural utilizada com a idéia de *scala naturae*, conceito utilizado para classificar graus de evolução das espécies, descartado na Ciência após as contribuições de Darwin. As contribuições dos neo-evolucionistas parecem indicar boas possibilidades de relações entre a Análise do Comportamento e a Antropologia por haverem pressupostos mais compatíveis e por já estudarem processos culturais complexos, como o comportamento verbal. Por fim, o terceiro conjunto examinado refere-se aos principais autores da Antropologia Cultural. Foi identificada ênfase desses autores em destacar que a cultura é fenômeno abstraído a partir do comportamento dos membros de um grupo e, principalmente, o estudo dos processos relacionados ao campo do comportamento verbal como aspecto nuclear da cultura. Apesar das limitações metodológicas decorrentes do uso de fontes de informação indiretas, pode-se identificar que os fenômenos culturais descritos por diferentes autores da Antropologia destacam processos comportamentais básicos como unidades de estudo da cultura, enfatizando as possibilidades de relações entre Antropologia e Psicologia.

Palavras chaves: Relações entre Antropologia e Análise do Comportamento; relações entre comportamento e cultura; Conceito de cultura na Antropologia, Análise do Comportamento e cultura.

Gusso, H.L. (2008). *Behavioral processes identified in definitions of 'culture' within Anthropology: the relationship between basic concepts in Behavior Analysis and social phenomena*. Master's Thesis. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
Thesis Advisor: Olga Mitsue Kubo

ABSTRACT

The first studies on cultural phenomena within the field of Behavior Analysis were initiated during the 1950s. Since the 1980s, the field of Behavior Analysis has incorporated many new studies related to 'culture', after Glenn's development of the concept of metacontingency. However, there are few examples of research that recognize the accomplishments and build on research done in the field most concerned with 'culture': Anthropology. The objective of this research was to identify the behavioral processes involved in the various definitions of 'culture' in the field of Anthropology. Contributions from different authors and schools of thought were examined through analysis of texts dealing with the notion of 'culture' (Cuche, 1996; Kuper, 1999). Three collections of anthropological research were selected to be reviewed in this research. The first one deals with the conceptual evolution of the term 'culture' in France and Germany between the XIII and XIX century, before Anthropology became an official field of scientific study. The studies from this time period exhibit an elaborate mentalist process that resulted in an ongoing evolution of the concept of 'culture' with some of their definitions of 'culture' still being used today in both academic and non-academic circles. The second group of studies includes anthropologists belonging to the Classic Evolucionist and Neo-Evolucionist movements. The definitions presented in this group clearly take into account the behavioral processes observed by these anthropologists. It is also important to mention the methodological limitations that resulted from classical evolucionary anthropologists' predominantly indirect methods of observation and the relationship between the idea of 'cultural evolution' and '*scala naturae*', which was used to classify different evolutionary grades of species, but later discarded in the realm of scientific thought after Darwin's contributions. The Neo-Evolutionists' contributions seemed to indicate the likelihood of a successful relationship between Behavior Analysis and Anthropology because of their compatible bases and similar work on complex cultural processes, such as verbal behavior. Lastly, the third group of studies is made up of Cultural Anthropology's main authors. These authors argue that culture is an abstract phenomenon based on the behavior of members in a group setting and, mostly, centering around the study of processes related to verbal behavior as its primary concern. In spite of the methodological limitations arising from the use of indirect sources, the cultural phenomena described by different authors within Anthropology highlight basic behavioral processes as units of analysis of 'culture', emphasizing the promising possibilities of a partnership between Anthropology and Psychology.

Key-words: relations between Anthropology and Behavior Analysis; relations between behavior and culture; anthropological concept of culture; Behavior Analysis and culture.

APRESENTAÇÃO

A organização do conhecimento científico em áreas de conhecimento visa facilitar a localização e o acesso ao conhecimento produzido. Ainda assim, os fenômenos naturais não são delimitados pelos mesmos critérios de ordenação e podem, inclusive, abranger dimensões que perpassam o estudo de várias dessas áreas. Analisar questões do tipo, onde termina o âmbito da Psicologia e inicia o da Antropologia, parece exigir sofisticados recursos conceituais e metodológicos.

Os riscos envolvidos em estudar fenômenos a partir das contribuições de diferentes áreas de conhecimento já foram, ao menos em algum grau, examinados por cientistas de diferentes áreas (Malagodi & Jackson, 1986; Laraia, 2005). No campo de interface entre a Psicologia, Neurologia e Fisiologia, por exemplo, por vezes são noticiadas na imprensa as descobertas de “atividades cerebrais que causam transtornos psicológicos”, quando os dados apresentados na verdade parecem se referir mais a aquilo que ocorre no cérebro de um indivíduo (fenômenos neurofisiológicos) ao estabelecer determinados tipos de relação com seu ambiente por meio de sua atividade (fenômenos psicológicos). Nesse exemplo, fica explicitado que, ao menos em alguns casos, os determinantes de um fenômeno não estão em outros níveis de análise, embora ocorram fenômenos relacionados nesses outros níveis. Parece haver necessidade de muita clareza para que relações entre fenômenos de diferentes níveis de abrangência sejam examinadas sem reduzir esses fenômenos ao âmbito de explicação um do outro.

Quando realizado esse exame nas interações entre Psicologia e Antropologia, algumas perguntas preliminares podem destacar a relação entre os fenômenos examinados por essas duas áreas de conhecimento: *Quais as relações entre comportamento e cultura? Em que aspectos o trabalho do psicólogo e do antropólogo podem se complementar? Qual o grau de influência da cultura sobre o comportamento humano? O que é cultura, se não comportamento?* Essas perguntas resumem os questionamentos que orientaram o desenvolvimento deste trabalho que buscou identificar possíveis relações, ou limites, entre os fenômenos cultura e comportamento, que tradicionalmente são os objetos de estudo da Antropologia e Psicologia, respectivamente. Para realizar esse trabalho foi necessário exame do conhecimento produzido nessas duas áreas.

No âmbito da Psicologia, os conhecimentos considerados acerca do fenômeno *comportamento* foram restringidos às contribuições de um tipo de conhecimento específico: a Análise do Comportamento. A Análise do Comportamento é uma forma particular de estudo de fenômenos psicológicos, iniciada por Skinner (1904-1990), a partir das contribuições de outros cientistas como Pavlov (1849-1936) e Watson (1878-1958). Além de Skinner, muitos outros cientistas comportamentais e filósofos behavioristas apresentaram preciosas contribuições que ampliaram a visibilidade e possibilidades de intervenção sobre processos comportamentais desde meados do século XX. Para os autores deste trabalho, transitar por essas contribuições esteve dentro de um escopo que já era conhecido, ao menos parcialmente em alguns momentos, ou que apresentava uma linguagem com conceitos que permitiam identificar os fenômenos aos quais eram referidos. Isso parecia ser uma condição facilitadora. Ao longo do desenvolvimento do trabalho foi identificado que haveria necessidade de avaliar parte dos conceitos utilizados, desde os mais básicos, fundamentais para o entendimento ou exame das contribuições antropológicas. Mesmo as noções de “estímulo”, “resposta” e “comportamento” apresentadas na literatura tornaram-se problemas a serem examinados. Outros conceitos, aparentemente já mais relacionados aos fenômenos culturais, como “práticas culturais” e “metacontingência” se tornaram problemas ainda maiores que precisaram ser examinados (Gusso & Kubo, 2007; Gusso, Kubo & Botomé, 2007).

No âmbito da Antropologia o processo foi ainda mais complicado. O conhecimento já familiar, em geral, era apenas o referente às poucas e vagas citações de antropólogos nos trabalhos do próprio Skinner e de outros analistas do comportamento. A linguagem utilizada por muitos autores da Antropologia é repleta de metáforas ou com uso de conceitos de outras áreas, sem que fosse explicitado se o termo era utilizado para se referir ao mesmo tipo de fenômeno. Ainda assim, preciosas contribuições para a caracterização do fenômeno *cultura* eram evidenciadas, bem como, muitas vezes, as relações que esse fenômeno estabelece com processos comportamentais nas concepções desses diferentes autores. Esses aspectos faziam a possibilidade de incursão pela Antropologia parecer um desafio promissor.

Outro fator que indicava a importância da realização dessa incursão na Antropologia é que embora *cultura* fosse um fenômeno examinado no âmbito da Análise do Comportamento desde a década de 1950 (Keller & Schoenfeld, 1950/1966; Skinner, 1953/1998), poucos trabalhos examinaram as contribuições das Ciências Sociais, ou mais especificamente da Antropologia, sobre esse fenômeno.

Skinner relata em sua auto-biografia (1983/1984) que na década de 1960, quando relatou a um dos mais importantes antropólogos norte-americanos, Clyde Kluckhohn, que decidiu focar parte de seus interesses de pesquisa na análise de culturas, Kluckhohn lhe respondeu sarcasticamente: “Você já tirou sua licença de caça?”, questionando se havia conhecimento dos estudos em Antropologia para que pudesse afirmar que estudava o mesmo fenômeno ao se referir à cultura (Skinner, 1983/1984). Skinner, ainda em sua auto-biografia, relata que nessa ocasião sabia muito pouco sobre Antropologia, mas sabia que os antropólogos haviam formulado suas teorias sobre comportamento a partir de variadas fontes, especialmente da psicanálise, e que tinha convicção de que a Análise do Comportamento poderia oferecer contribuições para fazer avançar os estudos sobre fenômenos culturais. Skinner ainda relata estar ciente de que sua empreitada exigiria acompanhar o desenvolvimento da literatura antropológica. Mas não fica evidenciado ao longo de sua obra se, de fato, chegou a fazê-lo. Para os autores deste trabalho, pareceu ser importante retomar o desafio irônico de Kluckhohn e “tirar a licença de caça” para estudar o fenômeno cultura a partir das contribuições da Análise do Comportamento e, especialmente, levando em consideração o conhecimento já produzido na área que tradicionalmente tem se ocupada deste fenômeno.

Entre os vários aspectos que poderiam ter sido destacados para encaminhar tal proposta de estudo, a caracterização do que vem a ser o fenômeno cultura pareceu ser uma primeira etapa importante a ser realizada, antes do exame de métodos de estudo ou intervenção sobre esse fenômeno. O que é *cultura* na Antropologia? Um exame preliminar dessa área do conhecimento já implicou em abandonar a reificação de que a “Antropologia define cultura como...” para examinar que são os “antropólogos que definem...” e que, talvez, a variação de definições para esse conceito fosse tão ampla quanto é o conjunto de profissionais e cientistas que se denominam antropólogos. Diante disso, uma decisão metodológica era necessária: Examinar o conceito de cultura na obra de um antropólogo? De um

conjunto de autores? De autores de um país? De toda a Antropologia? Essas foram questões examinadas ao longo de um ano e que definiram o rumo deste trabalho.

Em muitos dos trabalhos em Análise do Comportamento que examinam o fenômeno *cultura* ou sua relação com o fenômeno *comportamento* a partir da década de 1980, um antropólogo em especial é muito referenciado e teve aspectos de sua obra analisados: Marvin Harris (ver Lloyd, 1985; Vargas, 1985; Glenn, 1988, 1991; Malagodi, 1986; Malagodi & Jackson, 1989; Andery & Sério, 1997). Em outro estudo analítico-comportamental que identifica contribuições da Antropologia, Tourinho (2007) examinou as características gerais do trabalho do antropólogo Norbert Elias, buscando identificar as relações entre os fenômenos descritos pelo autor a noções analítico-comportamentais. Em todos esses casos, foram as contribuições específicas de antropólogos os objetos de exame.

Ainda pareciam pouco claras as contribuições mais gerais dos diferentes tipos de conhecimento (escolas ou abordagens) e autores da Antropologia ou, mesmo, os critérios de seleção desses autores como objeto de exame. *Que contribuições outros antropólogos teriam a oferecer para o conhecimento sobre esse fenômeno?* Foi considerado que seria oportuno examinar diferentes contribuições na Antropologia, mesmo que, com isso, fosse limitado o grau de aprofundamento em cada uma dessas contribuições. Para isso foram examinadas obras que debatessem a noção de cultura no âmbito da Antropologia (fontes indiretas) e que evidenciassem essas contribuições mais gerais.

É importante destacar as limitações do presente trabalho ao optar por um estudo “abrangente” ou “panorâmico” e que utiliza como dados fontes indiretas. As análises realizadas foram baseadas em exames já efetuados pelos debatedores e pelas informações apresentadas por esses. Em muitos casos foi necessário utilizar outras fontes de informação para complementar dados para possibilitar visibilidade suficiente para uma análise de acordo com as necessidades deste trabalho. As biografias dos antropólogos examinados disponibilizadas pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos foram especialmente úteis como fontes complementares de informação.

Os exames realizados foram orientados pela identificação dos processos comportamentais enfatizados por antropólogos ao estudar o fenômeno cultura. Os aspectos nucleares das obras dos principais antropólogos destacados nas fontes de

informação selecionadas foram examinados para que esses processos comportamentais fossem identificados. A ênfase da análise foi sobre as definições de cultura apresentadas e as características dos trabalhos realizados por antropólogos e não sobre as teorias que formularam sobre fenômenos culturais. Não estão incluídos neste trabalho o exame da validade das teorias antropológicas em relação às concepções behavioristas dos fenômenos naturais. Em outras palavras, a análise efetuada foi mais direcionada aos dados ou fenômenos observados pelos antropólogos do que para suas interpretações sobre esses fenômenos.

O trabalho foi organizado em seis partes. Na primeira, são apresentadas características gerais da Análise do Comportamento, como tipo de conhecimento em Psicologia, suas principais características e tendências evidenciadas nos estudos sobre *cultura* e características gerais da Antropologia como área de conhecimento. A segunda parte apresenta o procedimento para identificar os processos comportamentais descritos como características ou determinantes do fenômeno cultura, ou ainda os processos determinados por esse fenômeno, enfatizados pelos antropólogos. A terceira parte apresenta a descrição e análise de informações referentes aos processos comportamentais identificados nas definições de *cultura* antes da formalização da Antropologia como área de conhecimento. A quarta parte apresenta informações relativas à idéia de cultura no tipo de conhecimento antropológico conhecido como *Evolucionismo Cultural Clássico* e ainda considerações sobre o movimento *Neo-Evolucionista Cultural*. A quinta parte apresenta os dados referentes aos aspectos nucleares das noções de cultura apresentadas pelos principais antropólogos da *Antropologia Cultural*. Por fim, na sexta parte são destacadas as contribuições, limites e novas possibilidades de estudo identificadas a partir desta pesquisa.

I

O ESTUDO DO FENÔMENO CULTURA NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Que contribuições a Análise do Comportamento oferece à análise de culturas? Quais os limites e as possibilidades de uma análise comportamental aplicada a fenômenos culturais? O que os analistas do comportamento têm a aprender com os antropólogos sobre o fenômeno comportamento? E o que têm a ensinar aos antropólogos sobre o fenômeno cultura? As dificuldades para responder a essas perguntas começam na própria definição do que é cultura e do que é comportamento. A problematização da definição de comportamento é mais conhecida pelos analistas do comportamento e debatida em muitos contextos (Skinner, 1953/1998¹ e 1969/1984; Holland e Skinner, 1961/1969; Botomé, 2001; Tourinho, 2006). Os debates acerca da definição de cultura é uma das questões principais na Antropologia, mas na Análise do Comportamento o conceito tem sido usado em quantidade crescente de trabalhos, sem o devido questionamento acerca das várias definições utilizadas e suas implicações (Gusso & Kubo, 2007). Parece ainda haver pouca visibilidade sobre o que constitui o fenômeno *cultura* que permita avaliar com precisão se os conceitos e instrumentos utilizados pelos analistas do comportamento contribuem para a análise ou intervenção sobre esse tipo de fenômeno. Dessa forma, há necessidade de avaliar as características do fenômeno cultura, seus determinantes e suas relações com fenômenos comportamentais, sendo o exame da literatura antropológica um meio promissor para essa avaliação.

Analistas do comportamento não são os únicos a estudar comportamento humano. O fenômeno *comportamento*, ou aspectos específicos desse fenômeno, é estudado por cientistas de diferentes áreas, como Fisiologia, Medicina, Física, Fisioterapia, Sociologia, Antropologia etc., configurando objetos de estudo e campos de atuação específicos de cada uma dessas áreas. Por exemplo, um comportamento freqüente em um contexto como “escrever textos em computador” pode ser objeto de exame de um (a) fisioterapeuta interessado em examinar e intervir sobre lesões por esforço repetitivo (das respostas de digitar), também de um (b) sociólogo interessado em estudar relações de poder envolvidas na exigência de alta produtividade em uma empresa, ao observar a quantidade de textos digitados ou velocidade de digitação como indicadores dessa alta produtividade, ou de um (c)

¹ Nas citações apresentadas neste trabalho é apresentado primeiro o ano da publicação original, seguido pelo ano da edição utilizada, na primeira referência ao trabalho. Nas citações seguintes é apresentado apenas o ano da publicação original.

fisiologista interessado em desenvolver teclados mais ergonômicos que facilitem a ocorrência das respostas de digitar, entre outras possibilidades. Esses exemplos ilustram como profissionais de outras áreas de conhecimento também lidam com aspectos envolvidos em fenômenos comportamentais. Ao analista do comportamento é, inclusive, útil fazer uso do conhecimento produzido em diferentes áreas de conhecimento como forma de ampliar a visibilidade sobre o fenômeno e aumentar as possibilidades de prevê-lo e controlá-lo quando necessário.

Na história da Análise do Comportamento são mais freqüentemente explicitadas contribuições de conhecimentos produzidos em Biologia e em Fisiologia (eg. Millenson, 1967/1971). Embora as contribuições das Ciências Sociais aparentemente sejam menos explicitadas do que em comparação àquelas da Biologia e da Fisiologia, há muito conhecimento produzido nessas áreas que é importante para a ampliação da compreensão sobre o fenômeno com o qual os analistas do comportamento lidam. Em suma, para o estudo e intervenção sobre o fenômeno *comportamento* é importante avaliar as contribuições de outras áreas de conhecimento.

Especialmente em relação às contribuições da Biologia, da Antropologia e da Sociologia, Skinner já explicitava a importância da compreensão de variáveis biológicas e culturais para a compreensão do comportamento humano (Skinner, 1953/1998; 1971/2000; 1981). O princípio de seleção por conseqüências proposto por Skinner (1981), que orienta o que é feito sob o nome de *Análise do Comportamento*, torna explícita a necessidade de dar visibilidade a essas variáveis ao descrever os três níveis de seleção por conseqüências: filogênese, ontogênese e cultura. Segundo esse princípio, a filogênese opera por meio da suscetibilidade ao reforçamento das espécies (Skinner, 1989/2006), a ontogênese por meio do reforçamento de comportamentos de um organismo e a cultura por meio das contingências de reforçamento arranjadas pelos membros de um grupo. Skinner (1981) destaca também que, diante disso, há diferentes formas de intervir sobre o processo de seleção: como geneticistas, mudando as características de uma espécie ou criando novas espécies; como pais, empregadores, professores, amigos, psicólogos etc., controlando o comportamento de uma pessoa ou organismo; ou, também, como empregadores, psicólogos, professores, políticos etc., controlando o comportamento dos membros de um grupo (Skinner, 1981). Em relação às variáveis

culturais, se essas operam como um nível a parte da ontogênese na determinação de comportamentos, esses determinantes são importantes de serem conhecidos pelos profissionais que lidam com comportamentos.

Por outro lado, assim como o *comportamento*, a *cultura* é um tipo de fenômeno que tem muitos de seus aspectos examinados por estudiosos de outras áreas de conhecimento, mas é, por definição, o objeto de estudo e intervenção da Antropologia. Diante disso, torna-se ainda mais evidenciada a importância de os analistas do comportamento interessados em estudar *cultura* atentarem para o conhecimento produzido na área que, tradicionalmente, tem se ocupado disso. Ainda assim, a quantidade de trabalhos publicados em que analistas do comportamento examinam ou avaliam o conhecimento produzido em Antropologia parece ser muito reduzida. Malagodi (1986, p.8) salienta que os analistas do comportamento são “novos na análise de fenômenos culturais e têm a aprender com Ciências mais experientes” para efetivamente fornecerem contribuições de valor social para a intervenção sobre esse fenômeno.

No âmbito da Psicologia, de modo geral, o termo “cultura” é utilizado em diferentes contextos e com diferentes significados. No campo de atuação em organizações e processos de trabalho é comum a utilização do termo *cultura organizacional* para designar *crenças, valores e atitudes dos membros de uma organização* (eg. Zanelli, Borges-Andrade & Bastos, 2004). Em outros contextos, o termo *cultura* é utilizado no sentido de *aquilo que os membros de um grupo fazem*, ou *aquilo que os membros do grupo são capazes de fazer ou seus conhecimentos*, ou *aquilo que é produzido pelos membros de um grupo*, ou como sinônimo de *sociedade*, entre outros exemplos (eg. Cuche, 1996/2002). Essa diversidade de definições faz com que o conceito seja pouco útil, pois fica difícil caracterizar o fenômeno que é referido por esse termo em cada contexto em que é utilizado.

Especificamente, na Análise do Comportamento o termo *cultura* também é utilizado em diferentes contextos e se refere a diferentes aspectos do fenômeno ou a diferentes fenômenos. Por exemplo, uma das definições que Skinner apresenta para o conceito de cultura é “todas as variáveis que afetam [um indivíduo] e que são dispostas por outras pessoas” (1953, p.455). Enquanto Glenn (2004, p.139) define “cultura” como “características do comportamento aprendido transmitido socialmente, bem como produtos desses comportamentos (objetivos, tecnologias,

organizações etc.)”. Afinal, cultura são as contingências dispostas por outras pessoas, as características dos comportamentos aprendidos socialmente, ou o que é produzido por esses comportamentos? Cada uma dessas concepções tem diferentes implicações na forma de estudar ou intervir sobre fenômenos *culturais*. Um breve exame da noção de cultura apresentadas por Skinner (1953) e Glenn (2004) é suficiente para identificar que a definição desse conceito parece ser um problema não superado e que diferentes definições podem estar enfatizando aspectos distintos desse fenômeno ou, ainda, diferentes fenômenos.

Dado que o termo “cultura” é utilizado em muitas áreas e tipos de conhecimento (escolas, teorias e abordagens), incluindo a Análise do Comportamento, parece ser necessária a avaliação do núcleo desse conceito na área em que é tradicionalmente estudado. Skinner (1983/1984) já indicava a necessidade de estudar o conhecimento produzido nessa Área como forma de fazer avançar as análises de fenômenos culturais na Análise do Comportamento e também para refinar as caracterizações dos processos de determinação cultural de comportamentos. O exame dessa noção na Antropologia parece fornecer condições apropriadas para identificar diferentes aspectos enfatizados pelas diferentes definições de cultura de modo a ampliar a visibilidade sobre esse fenômeno.

Uma das possíveis dificuldades para que analistas do comportamento examinem o conhecimento produzido em Antropologia é a linguagem utilizada por parte dos antropólogos, excessivamente metafórica² e com base em pressupostos mentalistas³ (Glenn, 1988). Em relação a essa dificuldade parece haver duas possibilidades de exame importantes. A primeira é a avaliação de teorias antropológicas que tenham maior afinidade às concepções e pressupostos behavioristas em relação ao entendimento dos fenômenos naturais⁴. A outra é analisar os dados utilizados por antropólogos, mentalistas ou não, ao estudar fenômenos culturais. Ambas possibilidades de exame parecem permitir identificar

² Exemplos de alta frequência no uso de expressões metafóricas são encontrados nas obras de Geertz (2000 e 1973).

³ Trabalhos de antropólogos como Kluckhohn, Kroeber, Benedict, Parsons, entre outros examinados neste trabalho, por exemplo, tiveram forte influência psicanalítica em suas concepções fundamentais.

⁴ O trabalho do antropólogo Marvin Harris tem sido indicado por alguns autores (eg. Sampaio, 2008; Glenn, 1988) como um dos que teria maior afinidade com as concepções e pressupostos behavioristas.

importantes contribuições para o estudo de culturas no âmbito da Análise do Comportamento.

Em relação à segunda possibilidade de incursão na Antropologia, Skinner (1971/2000, p.105) destaca que quando um pesquisador analisa uma cultura, ele “não vê idéias nem valores; vê, sim, como as pessoas vivem, como criam os filhos, como colhem ou cultivam os alimentos, como são os seus tipos de habitação e vestuário, como se divertem, como agem entre si, quais são as suas formas de governo e outros aspectos”. Os antropólogos Kaplan e Manners (1972/1975, p.282) fazem exame semelhante, indicando que os conceitos utilizados pelos antropólogos “raramente coincidem com as unidades de observação utilizadas”. Os destaques apresentados parecem indicar que mesmo quando são utilizados termos mentalistas para se referir aos componentes de uma cultura, os dados examinados pelos antropólogos são aspectos ambientais e comportamentais das pessoas que estão sendo estudadas e, dessa forma, tais dados podem ser objeto de exame para análise comportamental dos processos culturais. Nesse sentido, parece ser importante realizar exame dos comportamentos e contingências de reforçamento relacionados aos fenômenos culturais descritos por antropólogos, como forma de avaliar a pertinência e suficiência desses conceitos no entendimento desses fenômenos.

Skinner, entre outros analistas do comportamento, dedicou grande parte de sua obra para a análise da Educação, Governo, Violência, entre outros aspectos que, certamente, poderiam ser chamados de problemas de âmbito cultural e que são produzidos pelo comportamento humano e também afetam o comportamento das pessoas (Skinner, 1953; 1971/2000; 1986/2006). Já existem “análises culturais” sendo realizadas na Análise do Comportamento desde a década de 1950 (eg. Skinner, 1953), mas parece ser importante avaliar os conceitos utilizados nesse tipo de análises como forma de avançar o conhecimento sobre fenômenos culturais e suas relações com processos comportamentais. Um caminho que parece ser importante para isso, é avaliar o conhecimento já existente em Antropologia a partir das contribuições da própria Análise do Comportamento.

1. Conceitos analítico-comportamentais básicos para o exame de fenômenos culturais

O termo *analista do comportamento* já explicita que é *comportamento* o fenômeno com o qual esses profissionais lidam. *Mas o que define esse fenômeno? Quais suas características nucleares?* A noção de *comportamento* teve mudanças ao longo da história da Análise do Comportamento, passando de simples “atividade do organismo” para o sistema de relações estabelecidas entre o organismo e seu ambiente por meio de sua atividade (Botomé 2001). Essa noção tem importantes implicações para o trabalho com os fenômenos que são designados por esse nome, bem como para o trabalho com outros fenômenos relacionados, como o caso dos fenômenos “culturais”.

As contribuições de muitos pensadores e cientistas poderiam ser citadas para a caracterização do desenvolvimento do conceito de comportamento ao longo da história da Ciência. As contribuições de dois cientistas em especial, Pavlov e Skinner, merecem especial destaque para caracterizar esse conceito no âmbito da Análise do Comportamento. Uma importante contribuição foi prestada pelo fisiologista russo Ivan Petrovitch Pavlov (1849-1936). Pavlov foi um cientista influenciado pela tradição materialista russa do século XIX e por outros pensadores, em especial pelo médico e fisiologista francês Claude Bernard e pelo naturalista inglês Charles Darwin (Burza, 1970). Durante muitos anos, Pavlov se dedicou ao estudo da atividade digestiva de cães, tema pelo qual recebeu o prêmio Nobel de Medicina em 1904. Um fato descrito anteriormente por Claude Bernard e observado por Pavlov no laboratório, lhe chamou a atenção: a resposta de salivar do cão ocorria não apenas na presença de comida, ou quando essa era vista ou cheirada, mas até mesmo quando apenas a pessoa que habitualmente lhe trazia a comida entrava no ambiente (Pavlov, 1927/1970). Diante do fato de um aspecto do meio antes aparentemente neutro para a resposta de salivar ter assumido uma função significativa na conduta do animal, Pavlov identificou importantes problemas a serem examinados por meio da experimentação relacionados à aprendizagem de novas relações entre estímulos e respostas (Keller e Schoenfeld, 1950/1966).

Pavlov identificou que se um estímulo que naturalmente elicia uma resposta (*estímulo incondicional*) for precedido frequentemente por um estímulo neutro⁵, há tendência de que esse estímulo neutro passe a eliciar respostas da mesma classe (tornando-se um *estímulo condicional*). Com essa descoberta, muitos outros estudos acerca das características desse processo foram desenvolvidos por Pavlov e colaboradores, além de diversos outros cientistas pelo mundo. Essa descoberta foi um grande passo que ampliou a visibilidade sobre a aprendizagem de uma ampla variedade de comportamentos.

Pavlov, assim como os demais fisiologistas da época, utilizou durante muito tempo o termo *reflexo* como sinônimo de resposta. Apenas em 1927, em seu clássico artigo *O reflexo condicionado*⁶, tornou clara a distinção entre reflexo e resposta: “(...) é legítimo chamar de reflexo absoluto [reflexo incondicional] a relação permanente entre o agente externo e a atividade do organismo por ele determinada, e de reflexo condicional a relação temporária” (Pavlov, 1927/1970, p.106, destaques nossos). Em 1931, no artigo *O conceito de reflexo na descrição do comportamento*, Skinner retoma o desenvolvimento da noção de reflexo na história da Fisiologia e destaca que desde que o reflexo foi estudado pela noção de irritabilidade no século XVII, já se referia não somente à resposta, mas a uma correlação entre estímulo e resposta. Skinner (1931) destacou também que foi Pavlov quem tornou clara tal proposição⁷. Dessa forma, como contribuição desses autores, foi explicitado que o reflexo, ou o fenômeno comportamento em suas dimensões conhecidas na época, era caracterizado pela relação entre estímulo e resposta. Isto já foi uma primeira etapa do processo de redefinição do fenômeno comportamento.

Em 1938, na obra *O Comportamento dos Organismos*, Skinner apresenta outra importante contribuição para a caracterização do fenômeno comportamento. Em seus experimentos em laboratório, Skinner identificou que alguns comportamentos não podiam ser descritos apropriadamente pela descrição da

⁵ Embora seja usual a utilização do termo “estímulo neutro”, esse parece ser um conceito equivocado. A própria definição de estímulo (Skinner, 1931) já se refere a um aspecto do meio em relação com a atividade do organismo, logo um estímulo não pode ser neutro. Uma possível definição alternativa mais apropriada seria “aspecto do meio”.

⁶ O próprio Pavlov destacou várias vezes que o termo “estímulo condicionado” foi uma tradução inapropriada para o inglês, e que a tradução correta seria “estímulo condicional” pois a ênfase do conceito está no processo e não no produto do condicionamento (Catania, 1998/1999).

⁷ No artigo de 1931 Skinner já explicita também a necessidade da noção de “classe” para se referir à estímulos e respostas, proposição que fica mais clara com a publicação de seu artigo “*A natureza genérica dos conceitos de estímulo e resposta*” em 1935.

relação entre classe de estímulos antecedentes e classe de respostas. Diante disso, na tentativa de resolver o problema com o suporte de suas descobertas no laboratório, Skinner propôs que haveria dois tipos de comportamentos: O *tipo S* (relação entre classe de estímulos antecedentes e classe de respostas) e *tipo R* (relação entre classe de respostas e classe de estímulos conseqüentes). A aprendizagem *tipo S* refere-se à noção de *reflexo*⁸ proposta por Pavlov, em que estímulos condicionais ou incondicionais *eliciam* respostas de uma classe. A aprendizagem *tipo R* referia-se a um novo tipo de relação descoberta entre respostas e estímulos, que ocorre quando respostas de uma classe *produzem* estímulos de uma classe que alteram a probabilidade de ocorrência dessas respostas. Esse novo tipo de relação descoberta nos anos de 1930, Skinner denominou de *operante*⁹ (Skinner, 1979/1984). Outro aspecto característico da noção de *operante* que foi identificado é que classes de estímulos antecedentes também podem adquirir função discriminativa no ambiente, de modo que o *operante*, nesse sentido, abrangeria as relações entre esses três componentes. A partir dessa época a noção de comportamento se complexificou, abrangendo novos tipos de relações entre a atividade de um organismo e variáveis ambientais.

A descoberta das relações operantes, de que estímulos produzidos pela resposta, ou aqueles que simplesmente ocorrem após a resposta, alteram a probabilidade de ocorrência de respostas de uma classe no futuro possibilitou grande avanço na produção de conhecimento acerca do fenômeno comportamento. Diversos aspectos da relação entre ambiente e organismos por meio de suas atividades começaram a ser caracterizados e isso repercutiu em muitos avanços e desenvolvimento de tecnologia comportamental. O exame de obras publicadas a partir da década de 1950 revela a grande quantidade de pesquisas e intervenções realizadas a partir desses avanços (Keller e Schoenfeld, 1950/1966; Skinner, 1953; Ferster, Culbertson e Boren, 1968/1977), que também pode ser evidenciado a partir dos trabalhos publicados em periódicos científicos especializados na área, como o *Journal of Experimental Analysis of Behavior* e o *Journal of Applied Behavior Analysis*.

⁸ O termo reflexo era mais comumente utilizado em Ciência para referir-se à processos fisiológicos e, para diferencia-lo no estudo do comportamento, também foi proposto o termo “respondente” para referir-se a relação entre classe de estímulos antecedentes e classe de respostas.

⁹ O primeiro registro do termo *operante* na obra de Skinner aparece em uma carta enviada para Fred Keller em abril de 1936 (Skinner, 1979).

Embora já no exame do conceito de *reflexo* Skinner (1931) tenha evidenciado que a resposta é apenas uma instância do comportamento, no desenvolvimento do conceito de *operante* essa idéia, embora explicitada em trechos de sua obra, não parece estar tão clara e em diversas ocasiões o autor utilizou os termos *operante*, *comportamento* e *resposta* sem explicitar as distinções entre tais conceitos. Outros autores, posteriormente, dedicaram-se a explicitar essa noção de *comportamento* (*operante*) também como uma relação, distinguindo-o da noção de resposta (Ullman & Krasner, 1965; Botomé, 2001, Tourinho, 2006). Para enfatizar o comportamento como relação, Tourinho (2006) propôs a utilização do termo *relações comportamentais* como fenômeno psicológico, de modo a tornar mais evidente que o objeto de estudo dos analistas do comportamento não é a atividade do organismo, mas sim a sua relação com os aspectos do ambiente atual e aspectos do ambiente posterior a essa atividade (sejam produzidos ou não por essas respostas). Mas renomear *comportamento* de *relações comportamentais* é apenas dar *cara nova* à velha noção. Não parece ser necessário um novo conceito para uma noção já desenvolvida. O que é necessário é tornar claro o núcleo da própria noção de *comportamento*, como *sistema de relações entre classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos conseqüentes* (Botomé, 2001). Essa noção de comportamento permitiu avanços significativos no estudo de comportamentos complexos, como os comportamentos verbais (ou simbólicos) envolvidos em processos de interação social que parecem ser importantes para a compreensão dos fenômenos culturais (Skinner, 1957/1978).

Nesse sentido, noções como *classe de estímulos*, *classe de respostas*, *classe de comportamentos* e *classe de contingências de reforço* são básicas para o entendimento de qualquer outro fenômeno ou processo examinado a partir das contribuições da Análise do Comportamento, incluindo os fenômenos culturais.

1.1. As noções de *classe de estímulos*, *classe de respostas*, *classe de comportamentos* e *classe de contingências de reforço*¹⁰

Como uma ferramenta construída, como estímulo conseqüente produto da atividade humana, pode reforçar um comportamento que já ocorreu? Se ‘ensinar artes’ é um comportamento, e ‘ensinar a desenhar’ como um tipo específico de ensino de arte também é comportamento, é possível relacioná-los considerando os diferentes graus de abrangência desses comportamentos? Essas questões não podem ser apropriadamente respondidas sem o exame da noção de *classe* no estudo do comportamento. Esse é o conceito que permite avaliar comportamentos como fenômenos, e não como eventos específicos, bem como examinar diferentes graus de abrangência e generalidade de estímulos (antecedentes e conseqüentes), respostas, comportamentos e contingências de reforço. Dessa forma, explicitar a noção de *classe* é necessário para a compreensão dos fenômenos comportamentais.

A noção de *classe* é um requisito que possibilita aos cientistas classificar, agrupar ou ordenar organismos, ou suas características, assim como eventos de qualquer natureza que possuam propriedades semelhantes que justifiquem tal agrupamento. Na Análise do Comportamento é especialmente importante para delimitar estímulos, respostas, comportamentos e contingências de reforço considerados em análises de situações de interesse de estudo ou intervenção. Quando é dito, em um exemplo clássico no estudo das relações reflexas, que o estímulo ‘carne’ elicia a resposta de salivar de um cão, não está sendo dito que um pedaço de carne específico elicia a resposta, mas sim que qualquer elemento da classe ‘carne’ elicia respostas da classe ‘salivar’. O problema para o cientista é descrever as propriedades que constituem cada classe. Para eliciar a salivação é necessário ser carne bovina? Pedacos de carne de qualquer parte do boi eliciam a salivação? Se a carne estiver desidratada, eliciará a salivação? E se a carne estiver estragada? E se o pedaço for muito grande? E se for muito pequeno? As características da ‘carne’ que eliciam a resposta de salivar devem ser identificadas para caracterizar a classe de estímulos antecedente ‘carne’ que muito provavelmente fará com que um organismo com determinadas características

¹⁰ O termo *classe* que precede os conceitos neste subtítulo foi utilizado para destacar que ao analisar tais conceitos está sendo referido sempre um fenômeno e não apenas um evento. Tradicionalmente na literatura analítico-comportamental esse termo é omitido, mas mantendo o mesmo sentido de fenômeno.

(classe de organismos) estabeleça relação de certa ordem com os estímulos dessa classe de antecedentes. Da mesma forma, em um exemplo mais complexo envolvido em processos culturais, quando é afirmado que em uma determinada tribo as mulheres não podem sorrir na frente dos ‘homens’, é destacado que o sorriso não é permitido na frente de qualquer elemento que pertença a classe de estímulos ‘homens’ e não na frente de um homem em particular. Nesse exemplo, o problema para o antropólogo é descobrir o que caracteriza um ‘homem’: é a presença de órgão sexual masculino? A presença de pelos pubianos? Já ter iniciado a vida sexual? Ou seja, o que delimita a classe dos ‘homens’, naquela tribo.

A mesma questão é pertinente na definição de uma classe de estímulos conseqüente. Quando é dito, por exemplo, que a resposta de pressão à barra em uma caixa de aprendizagem operante tem como conseqüência a produção de uma gota de água, não está sendo dito que a conseqüência será sempre a *mesma* gota, mas sim que todas as respostas de pressão à barra produzirão estímulos que pertencem à mesma classe, nomeada aqui como gotas de água. Novamente, caberá ao cientista descrever as características da classe de estímulos conseqüente ‘gota de água’ que serão críticas para um organismo estabelecer relação de certo tipo com o ambiente no qual se insere. Em outro exemplo, ao definir *cultura como conhecimento*, um dos sentidos utilizados na França no século XVIII (Cuche, 1996/2002), está sendo referido qualquer componente da classe de estímulos ‘conhecimento’ (seja como estímulo conseqüente produto de comportamentos relacionados a produzir conhecimento ou como estímulo antecedente como condição para a ocorrência de uma resposta) e não algum conhecimento específico sobre algo.

Quando é utilizado o termo ‘resposta’, usualmente está sendo referida uma classe de respostas. No exemplo anterior, o termo ‘pressão à barra’ é utilizado para se referir a qualquer resposta de pressão à barra e não a uma ação específica de pressionar a barra. Se o critério para afirmar que um rato pressionou a barra é ter produzido água no ambiente, qualquer resposta que produza essa conseqüência será considerada ‘pressão à barra’, seja ela realizada com as duas patas, com apenas uma, ou com outra parte do corpo. Outro exemplo mais complexo é o uso do termo ‘crença’, se referindo à resposta verbal sobre a existência ou não de um evento ou que atribui explicação de determinação de eventos, que não designa uma

ocorrência de resposta verbal específica, mas uma classe de respostas verbais nomeadas como ‘*crença*’ do indivíduo ou de um grupo de indivíduos.

Usualmente quando é dito ‘o comportamento’, da mesma forma, está sendo referida uma ‘classe de comportamento’. Isto é diferente do uso da expressão ‘um comportamento’, que mais provavelmente estará relacionada à ‘ocorrência de um comportamento de uma classe’. Skinner (1969/1984, p.270) indica que o “[comportamento] operante é uma classe, da qual [a ocorrência de] uma resposta é um caso ou membro”. O comportamento, ou classe de comportamento, refere-se ao conjunto de ocorrências de comportamentos que compõe essa classe. O comportamento de ‘estudar’, por exemplo, refere-se a qualquer ocorrência desse tipo de comportamento, e não a um episódio ou evento específico. Algumas expressões freqüentes na Antropologia, como o termo *costume*, por exemplo, enfatizam classes de comportamentos (classes de relações entre respostas e estímulos).

É importante destacar que a nomeação de uma classe (de qualquer tipo) pelo cientista usualmente não explicita todas as propriedades dos eventos que a compõem, apenas as que muito provavelmente são críticas para o estabelecimento de relações comportamentais. Ao examinar tais classes, usualmente o pesquisador busca identificar as propriedades relevantes para a análise que é realizada. Embora em situações envolvendo fenômenos complexos não pareça ser viável caracterizar todas as propriedades envolvidas, isso não inviabiliza uma ciência do comportamento. Skinner (1935/1975) enfatizou que a noção de classe não é usada para reproduzir o mesmo estímulo ou a mesma resposta em diferentes ocasiões, mas sim para que seja possível identificar componentes de comportamentos que têm propriedades comuns, de modo a ser possível analisar comportamento como uma unidade de análise. Da mesma forma, a identificação das propriedades relevantes dessas classes parece ser uma condição necessária também para o estudo dos fenômenos culturais.

Por fim, outro tipo de classe importante para a análise de processos comportamentais como condição para o estudo da *cultura*, são as classes de contingências de reforço. No clássico exemplo da pressão à barra em uma caixa de aprendizagem operante, ao afirmar que a água obtida aumenta a probabilidade de ocorrência de respostas de pressão à barra em ocasiões em que o organismo esteja

privado de água, é destacado que essa operação não é um evento fortuito, mas uma classe de contingências de reforçamento e que sua ocorrência freqüente fortalecerá tal relação. É a ocorrência de contingências de reforço com mesmas propriedades (da mesma classe) ao longo das ocorrências do comportamento que fortalece as relações comportamentais. Da mesma forma, os elogios, caracterizados como conseqüências mediadas pelas respostas verbais de outros indivíduos, também podem operar como parte de uma classe de contingências de reforço que alterará a probabilidade de ocorrência de uma determinada classe de comportamentos.

Um aspecto importante de ser examinado é que a definição de uma classe pode ser estabelecida a partir de critérios funcionais ou de sua forma (topografia ou morfologia). Usualmente é atribuída maior importância para a dimensão funcional das classes no estudo do fenômeno comportamento, mas, em geral, a definição de classes necessita da explicitação tanto de aspectos funcionais quanto morfológicos (Catania, 1998/1999). No caso do 'elogio', este deveria ser definido mais pela conseqüência que produz – seja a satisfação do ouvinte ou o aumento da probabilidade de ocorrências dos comportamentos da classe reforçada – do que por critérios topográficos. Ainda assim, alguns autores poderiam definir 'elogios' pela topografia de respostas verbais (como: palavras 'bonito', 'legal', etc.) por mais que essas respostas produzissem insatisfação do ouvinte. Há exemplos no âmbito da Antropologia em que pesquisadores ao estudar relações de parentesco em diferentes tribos buscaram identificar classes de estímulos verbais análogas às de "pai" e "mãe" presentes na cultura ocidental. Ao não identificar essas classes de estímulos verbais em algumas tribos, concluíram que nessas tribos não havia relações de parentesco (Kuper, 1996/2002). Esses pesquisadores definiram por critérios topográficos as classes de estímulos que buscavam identificar. Outros antropólogos, posteriormente, identificaram que embora nessas tribos não houvesse palavras análogas à "pai" e "mãe", havia outras classes de estímulos mais amplas que envolviam os cuidados de toda a tribo para com a criança que exerciam função análoga a que esses estímulos exercem nas culturas ocidentais. Dessa forma, parecia equivocada a idéia de que não havia relações de parentesco (Kuper, 1996). Esse exemplo possibilita evidenciar a importância de atentar tanto para os critérios funcionais quanto para os topográficos das classes que o pesquisador examina para ampliar a visibilidade sobre os fenômenos que estuda.

Além dos critérios de definição das classes com as quais o analista do comportamento lida, seja em relação a fenômenos comportamentais ou ao estender suas análises aos fenômenos culturais, é ainda mais importante identificar o núcleo de cada uma das unidades de análise básicas para esses trabalhos. As definições de *estímulo*, *resposta*, *comportamento* e *contingência de reforçamento* são condições básicas para esse tipo de trabalho.

a. Estímulos e Respostas¹¹

O termo *estímulo* ainda é utilizado em dois sentidos distintos no âmbito da Análise do Comportamento que precisam ser diferenciados por qualquer profissional que lide com processos comportamentais. Catania (1998) indica que o primeiro sentido utilizado define estímulo como um aspecto do ambiente. Como exemplos de *estímulos*, nesse sentido, estão 'luz verde', luz vermelha', 'bola', 'quadrado', 'garfo', 'faca', 'livro' etc. ou qualquer outro elemento identificado no ambiente. Vale notar que esse sentido é similar ao uso do termo no senso-comum. O segundo sentido refere-se à *função* assumida por um aspecto do ambiente ou pelas propriedades desse aspecto. Nesse sentido, a definição de estímulo não está nos objetos ou variáveis ambientais, mas nas funções que exercem em uma relação comportamental (Keller & Schoenfeld, 1950). Esse segundo sentido é especialmente importante ser conhecido pelos analistas do comportamento, seja para o estudo dos processos comportamentais ou culturais. Essa definição de estímulo exige do pesquisador identificar quais as propriedades ou dimensões dos aspectos ambientais estão envolvidos na relação com as respostas do indivíduo e qual a função exercida por cada uma delas (Catania, 1998).

A importância desse conceito ao analista do comportamento interessado em examinar fenômenos culturais é a de distinguir os aspectos ambientais presentes nos contextos em que os indivíduos se comportam, dos aspectos (ou dimensões desses aspectos) que efetivamente estão envolvidas na ocorrência desses comportamentos. Os registros etnográficos dos antropólogos usualmente estão repletos de descrições de variáveis ambientais que parecem, por vezes, ter clara

¹¹ Estes dois conceitos serão examinados juntos, por só haver sentido falar em estímulos e respostas quando observadas as relações funcionais entre tais fenômenos (Catania, 1998).

relação com a atividade que os indivíduos desempenham¹². Qual o grau de confiabilidade na observação de uma aparente relação entre um aspecto do meio e a atividade de um organismo? A observação direta de comportamento é um meio suficiente para identificar se os aspectos presentes no momento de ocorrência da resposta estabelecem relações com essas? As pesquisas no campo de *controle de estímulos* têm demonstrado o complexo processo no estabelecimento dessas relações e os limites de inferi-las apenas a partir de observação direta (Catania, 1998).

Em pesquisas básicas realizadas em laboratório, por exemplo, foi identificado que mesmo diante de estímulos discriminativos simples, como um ‘triângulo verde’, pombos que aprenderam a discriminá-lo na relação com uma resposta, não estavam todos sob controle do ‘triângulo verde’. Alguns pombos estavam respondendo apenas ao ‘triângulo’, outros apenas ao ‘verde’ e outros à combinação dessas duas propriedades do evento (Reynolds, 1961 em Catania, 1998). Esse exemplo torna evidente a necessidade do pesquisador identificar qual é a propriedade definidora da classe de estímulos com a qual um organismo se relaciona e, ao mesmo tempo, a complexidade envolvida nessa identificação. Skinner (1935/1975) salienta que mesmo em condições controladas no laboratório a *classe de estímulos* relevante no comportamento não é necessariamente equivalente a aquilo que o experimentador dispõe para o organismo, pelo fato de este poder estar sob controle apenas de algumas propriedades específicas do que lhe foi apresentado. O mesmo exame quando realizado no âmbito do comportamento verbal complexifica ainda mais as possibilidades de variações em propriedades de eventos que podem operar como classes de estímulos. Ao elogiar utilizando o termo “muito bonito”, como um evento conseqüente verbal mediado por outro indivíduo, a simples alteração de uma propriedade da resposta verbal do indivíduo que elogia, como tom de voz ou velocidade da fala, altera propriedades topográficas desse evento que podem mudar o tipo de relação que é estabelecida pelo indivíduo ouvinte, mudando a função de “elogio” para “crítica”. Nesse exemplo, embora a maior parte das propriedades do evento verbal sejam similares, a alteração de uma ou duas propriedades alteram a função do estímulo, redefinindo a própria classe de estímulos do qual esse episódio faz parte. Um evento ambiental, com apenas uma de suas propriedades modificadas, pode estabelecer diferentes papéis de estímulo, em relações distintas e

¹² Ver, por exemplo, as descrições etnográficas de Sahlins (2000/2004).

até contraditórias para um organismo. Esses processos precisam ser identificados ao realizar exame dos processos comportamentais, especialmente nos que envolvem interação entre o comportamento de diferentes indivíduos.

Outra característica importante da noção de estímulo a ser examinada no estudo de fenômenos culturais é que a classe de estímulos pode não estar relacionada a um único evento ambiental, mas a relações entre diferentes eventos ambientais (Catania, 1998). Botomé (2006) exemplifica essa propriedade da formação de classes de estímulos de modo muito claro, ao indicar que quando um indivíduo responde que “João é mais alto do que Maria”, o estímulo ao qual o indivíduo responde não é nem a altura de João, nem a altura de Maria, mas a relação entre a altura dessas duas pessoas. Essa propriedade parece ser fundamental para o exame de processos em que além das conseqüências diretas produzidas pelo comportamento do indivíduo, também há ocorrência de conseqüências mediadas verbalmente por outros indivíduos. Nesses casos há, explicitamente, ao menos dois eventos ambientais com os quais os indivíduos podem se relacionar. Se cada indivíduo efetivamente estabelecerá relação com um evento ou outro, ou com a relação entre tais eventos, isso parece ser uma questão a ser examinada em cada caso particular. Nos estudos sobre *metacontingências* tem sido destacado o papel das “contingências verbais de suporte” para a manutenção das relações sociais sob controle das conseqüências produzidas em longo prazo, ou nos termos em que esse processo tem sido definido a partir da noção de metacontingências, a manutenção do ‘entrelaçamento de contingências’ a partir do ‘produto agregado’ (Andery, Michelleto e Sérgio, 2005). Nessas circunstâncias, haveria duas classes de estímulos distintas ou uma classe constituída a partir da relação entre esses diferentes aspectos do meio? A resposta a essa pergunta parecer ser um problema a ser avaliado em cada circunstância em que esse tipo de configuração dos eventos ambientais ocorre. Fazendo analogia ao estudo desenvolvido por Reynolds (1961 em Catania, 1998), os sujeitos podem estar sob controle da forma de ‘triângulo’, da cor ‘verde’, ou da relação entre essas propriedades.

A complexidade da noção de estímulo fica evidenciada, mais uma vez, em pesquisas experimentais nas quais é examinado o processo descrito sob a expressão ‘metacontingência’ (Glenn, 2004). No experimento realizado por Pereira

(2008), por exemplo, eram distinguidas as conseqüências imediatas e específicas às respostas de cada indivíduo (sob a forma de pontuação) e as conseqüências para o grupo (sob a forma de bônus). Nesse experimento, os *pontos* foram programados para exercer a função de conseqüências imediatas à resposta dos indivíduos e os *bônus* como produtos agregados da suposta 'metacontingência' em exame. Esse estudo é um dos pioneiros em análises experimentais desse conceito em condições controladas e suscita questões relacionadas com a fidedignidade em produzir fenômenos e processos que sejam similares em suas variáveis relevantes que ocorrem na vida das pessoas, seja individual ou coletiva. Um dos aspectos diz respeito à apresentação simultânea dos pontos e bônus. Não parece ser possível afirmar qual era a classe de estímulos conseqüentes com as quais os indivíduos se relacionavam. Estariam de fato sob controle dos pontos individuais ou dos bônus coletivos? Ou estariam sob controle da relação estabelecida entre pontos e bônus? Esse aspecto explicita que a definição da classe de estímulos não é realizada pelos critérios ou definições prévias do pesquisador ao programar as contingências do experimento, mas pelas relações que são efetivamente estabelecidas pelos indivíduos que se comportam, que devem ser caracterizadas em cada caso. É importante enfatizar que a identificação das propriedades relevantes da classe de estímulos, em cada caso, é um problema experimental a ser resolvido.

O conceito de estímulo é uma unidade de análise básica para qualquer trabalho sobre fenômenos comportamentais ou demais fenômenos relacionados. Os estudos em laboratório já indicam as limitações para inferir classes de estímulos apenas por meio de observação direta, pelo fato de indivíduos poderem estar sob controle de diferentes propriedades dessas classes. O fato de os estímulos poderem ser mais do que apenas eventos físicos, mas constituírem relações entre eventos, aumenta ainda mais a dificuldade para identificar tais classes. A complexidade na identificação dessas classes parece aumentar ao analisar comportamentos que envolvem comportamentos de outros indivíduos. Em especial a distinção entre o que constitui uma *classe de estímulos* do que são os eventos ambientais parece ser uma condição importante para a análise de fenômenos que envolvem complexas relações de contingências, como no caso dos processos que envolvem contingências de suporte verbal característicos de fenômenos culturais (Glenn, 2004).

A segunda unidade de análise básica do analista do comportamento, e diretamente relacionada a noção de estímulo, são as *classes de respostas*. O termo *resposta* designa a atividade do organismo. Ainda assim, a unidade de análise importante para o analista do comportamento não é a ocorrência de uma resposta específica, mas a *classe de respostas* apresentada pelo organismo que estabelece relações com variáveis de seu meio. Skinner (1957/1978) explicita a importância da noção de *classe de respostas* ao afirmar que não é o objetivo de uma ciência do comportamento apenas descrever acontecimentos, mas também prever e controlar tais fenômenos no futuro.

A identificação de uma *classe de respostas*, assim como as classes de estímulos, já depende, em algum grau, do tipo de relação que é estabelecida pelo organismo com o ambiente. O termo “resposta” designa uma função, ou papel, para a atividade do organismo em relação às variáveis ambientais. O que permite identificar os critérios definidores da *classe de respostas* mais apropriadamente é quando a consequência produzida por uma resposta tem *efeito* sobre a probabilidade de ocorrência de todas as demais respostas que compõem a mesma classe. Esse critério é mais importante, mas ainda é necessário identificar aspectos topográficos da atividade do organismo. Por exemplo, se, durante uma sessão experimental em uma caixa de aprendizagem operante, uma resposta da classe ‘pressão a barra’ é conseqüenciada por um estímulo gratificante, todas as respostas da classe ‘pressão a barra’ terão a probabilidade de sua ocorrência futura aumentada. Nesse caso, especificamente, o critério de definição da classe ‘pressão a barra’ envolve um critério de amplitude do movimento que acione o mecanismo eletromecânico da caixa experimental (topografia da resposta) de forma a produzir a presença da água (função da resposta). Somente respostas que atendam a esses critérios comporão a classe ‘pressão a barra’ e terão suas relações fortalecidas ao longo da exposição do organismo a essa condição experimental.

Um aspecto importante de ser destacado é que por atividade dos organismos, no caso específico de indivíduos humanos, também são abrangidas as respostas verbais. Aquilo que um indivíduo fala são respostas verbais e devem ser examinadas como tal. Na Análise do Comportamento não são examinados apenas as respostas motoras observáveis dos indivíduos, mas também suas respostas verbais, sejam elas manifestas publicamente ou encobertas sob a forma de

pensamentos (Skinner, 1957), ou sob as variações do pensar, como imaginar, delirar, prever etc.

A importância da noção de resposta verbal para o exame da literatura antropológica é que as descrições etnográficas das atividades humanas relevantes em um determinado contexto realizadas por antropólogos são descrições que, tradicionalmente, apresentam *classes de respostas* dos indivíduos que compõem o contexto social no qual estão inseridos. Em geral, os antropólogos parecem estar mais interessados nas atividades humanas recorrentes e características de um grupo do que em atividades esporádica ou que não têm continuidade intra-geracional (entre outros membros do grupo) ou inter-geracional (entre membros de novas gerações do grupo) (Cuche, 1996). Por mais que o foco dos antropólogos esteja em classes de respostas com características específicas (ocorrências intra ou inter-geracionais), a unidade básica de observação e categorização desses eventos se assemelha à idéia de classe de respostas. Este parece ser um conceito básico que permite aos analistas do comportamento examinarem as contribuições dos trabalhos de campo já realizados em Antropologia para o estudo de processos comportamentais e suas relações com fenômenos culturais.

b. Comportamentos

Classes de estímulos, antecedentes e conseqüentes, e *classes de respostas* são unidades básicas que permitem a identificação de uma unidade mais complexa que abrange o sistema de relações entre essas classes: o comportamento (Skinner, 1953; Catania, 1998; Botomé, 2001; Tourinho, 2007). O fenômeno comportamento não se refere a um evento diretamente observável. O cientista observa eventos ambientais, nomeados como estímulos, e atividades do organismo, nomeadas como respostas, e quando demonstra haver relações entre esses elementos identifica o fenômeno comportamento.

A idéia de comportamento como relações estabelecidas entre atividade de um organismo e aspectos de seu ambiente já havia sido apresentada por Pavlov (1927) de modo mais restrito, e foi ampliada como contribuição para a área por Skinner (1953) e por outros analistas do comportamento que se dedicaram a explicitar o núcleo desse fenômeno (Ullman & Krasner, 1965; Botomé, 2001; Tourinho, 2006).

Embora tais contribuições já não sejam novidades, ainda parece haver grande confusão em trabalhos de analistas do comportamento decorrentes da falta de clareza para distinguir *comportamentos* de *respostas* com implicações diretas para o exame de fenômenos culturais.

Gusso, Kubo e Botomé (2007) realizaram exame de um aparente problema ou limitação da noção de comportamento para o entendimento de processos similares que envolvem diferentes indivíduos nas publicações de Sigrid Glenn (1986, 1988, 1991, 2004, 2006), autora que propôs a noção de ‘metacontingências’ para examinar a seleção de práticas culturais. Em seu artigo de 1988, Glenn apresenta um exemplo que supostamente ilustraria a insuficiência da noção de classe de comportamento para se referir a comportamentos de diferentes indivíduos, mas nesse exemplo não distingue apropriadamente comportamento de resposta¹³, nomeando da mesma forma essas duas classes de eventos:

O comportamento de diversos pais em responder ao choro de seus filhos pode ter características comuns (estruturais e funcionais), mas o comportamento de cada pai tem suas próprias fontes em contingências históricas. A ocorrência da senhora Maria “*segurar o bebê*” abrange uma unidade (um operante). (...). O repertório do senhor João pode incluir uma unidade operante que se parece com o da senhora Maria. Nós podemos chamar a unidade de “*segurar o bebê*” também. Isto é crítico, entretanto, para distinguir entre a similaridade nas relações entre comportamento e ambiente observadas (que nos leva a chamar ambos os operantes “*segurar o bebê*”) e as histórias dos indivíduos dos dois pais que resultam em seus comportamentos parecerem “o mesmo” para nós.

Os comportamentos dos dois pais não pertencem à mesma classe de comportamentos (...) porque a mesma história comportamental não ocorreu para ambos. Embora as histórias possam ser parecidas, diferentes eventos empíricos na verdade levam a essa similaridade no comportamento. Uma mudança nas contingências para a senhora Maria pode afetar somente o operante “*segurar o bebê*” da senhora Maria; a mudança nas contingências não tem efeito no operante “*segurar o bebê*” do senhor João. (Glenn, 1988, p.166-167).

O exemplo utilizado pela autora contém um problema na própria nomeação do comportamento. ‘*Segurar o bebê*’ é uma resposta apresentada pelo organismo e não a caracterização de relações estabelecidas entre resposta dessa classe e aspectos do ambiente. A autora explicita que há diferenças na história

¹³ Gusso e Kubo (2007) também explicitam que o argumento apresentado pela autora nesse mesmo artigo para justificar o uso do conceito *linhagem comportamental* como algo distinto de classe de comportamentos, não é apropriado se forem feitas as distinções entre classe de comportamentos e classes de respostas. Nesse sentido, o termo *linhagem comportamental* apresentado ao longo da obra da autora parece ser equivalente ao conceito de classe de comportamentos como definido neste trabalho a partir de Skinner (1935 e 1953), Sérgio (1983), De Rose (1993) e Botomé (2001).

comportamental dos indivíduos e que isso explicaria porque a alteração nas contingências pode ter implicações para a ocorrência dessa resposta para um indivíduo e não para o outro. Mas há outra perspectiva que parece oferecer maior visibilidade sobre o fenômeno: nomear apropriadamente os comportamentos. Se a senhora Maria *segura o bebê como parte do comportamento de brincar com a criança*, e o senhor João a *segura como parte do comportamento de proteger a criança de uma situação de risco*, por exemplo, já fica mais evidenciado que as relações entre *segurar o bebê* e os aspectos do meio com os quais Maria e João lidam são diferentes e que mudanças nas contingências provavelmente afetará diferentemente um e outro. É preciso identificar que não é a determinação histórica que produziu a diferença para os dois sujeitos, mas o fato de serem comportamentos distintos com a mesma classe de resposta. A Figura 1.1. ilustra a diferença entre dois dos componentes do comportamento da senhora Maria e do senhor João e que, embora a resposta dos dois seja semelhante, os comportamentos em exame são diferentes. Distinguir respostas e comportamento é uma condição básica para a descrição apropriada de fenômenos comportamentais, que se torna ainda mais evidente quando são descritos classes de comportamento não apenas de um indivíduo, mas de um grupo de indivíduos que podem apresentar distinções entre aspectos das respostas apresentadas ou atentar para propriedades distintas nas classes de estímulos, caracterizando o mesmo tipo de relação funcional, ou um fenômeno distinto.

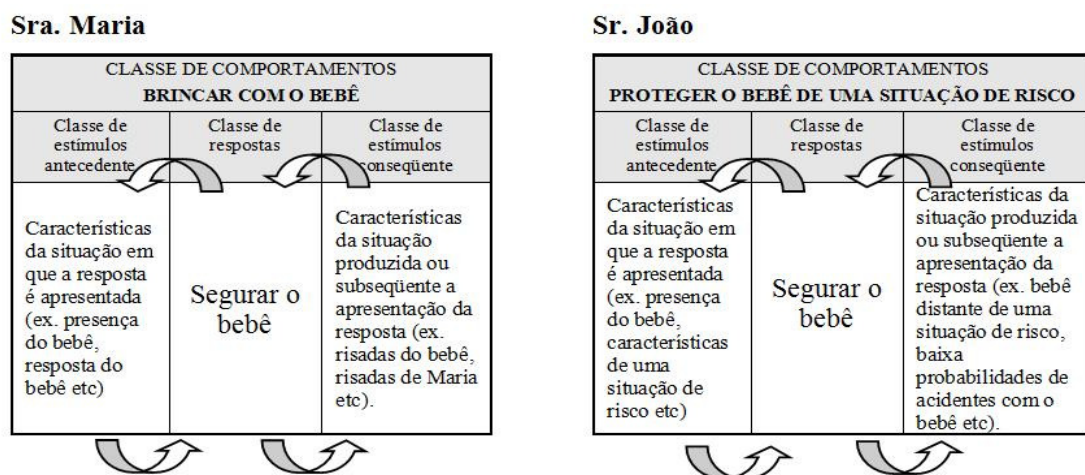


Figura 1. Representação dos comportamentos de **Brincar com o bebê**, apresentado pela senhora Maria, e **Proteger o bebê de uma situação de risco**, apresentado pelo senhor João, que apresentam a mesma classe de respostas, mas relações com diferentes aspectos do meio antecedente e consequente.

Um aspecto que dificulta a distinção entre respostas e comportamentos é que, de modo geral, não há verbos apropriados para nomear todos os tipos de relações possíveis entre o que alguém faz e aspectos de seu ambiente de modo a possibilitar a distinção inequivocadamente. Há verbos que enfatizam mais as atividades realizadas pelo organismo e outros que já enfatizam determinadas relações estabelecidas (Robinson, 2003). Verbos que já explicitem a relação entre classes de estímulos antecedente, classes de respostas e classes de estímulos conseqüente, ou parte dessas relações, já descrevem classes de comportamentos, mesmo quando na descrição o cientista vise descrever a classe de respostas. Nesse sentido, por vezes a nomeação de uma classe de respostas pode coincidir com a nomeação da classe de comportamentos, dificultando a distinção entre esses fenômenos.

Na Figura 1.2 são apresentados exemplos de verbos que explicitam apenas a atividade do organismo e outros que explicitam relações que constituem os comportamentos. Os verbos “ensinar” e “deslocar” enfatizam a relação entre algo que se faz (respostas de alguma classe) e algo que é produzido (enfatizado pelas setas contínuas). No caso do verbo “ensinar”, o produto é necessariamente a aprendizagem de alguém sobre algo (Kubo & Botomé, 2001). Embora não seja possível identificar o que é aprendido ou quem aprende, o verbo já remete a uma relação. No caso do verbo “deslocar” é enfatizado uma relação entre eventos ambientais antecedentes e conseqüentes – algo que estava em determinada posição ocupará outra posição em função da atividade do organismo. No caso dos verbos “andar” e “falar”, embora também haja relação entre eventos ambientais antecedentes e conseqüentes (enfatizado pelas linhas pontilhadas), essas relações não são enfatizadas como nos casos anteriores.

	Classe de estímulos antecedente	Classe de resposta	Classe de estímulos conseqüente
Verbos que explicitam a atividade do organismo	-----	-----> Andar ----- -----> Falar -----	----->
Verbos que explicitam relações entre a atividade do organismo e aspectos do meio em que se comporta	-----	-----> Ensinar ----- -----> Deslocar -----	----->

Figura 1.2. Ilustração de alguns dos verbos que explicitam apenas a atividade (respostas) de organismos e verbos que explicitam as relações que constituem comportamentos.

Vale destacar que a nomeação de um comportamento, além de um verbo, também abrange outros aspectos que evidenciem as propriedades dessa relação. Por vezes aspectos relacionados a características das classes de estímulos ou topografia de resposta são importantes serem destacadas ao nomear um comportamento. Para ilustrar isso, De Rose (1997/1999) define a classe ‘contar piada’ (qualquer tipo de piada e de diferentes formas) pela consequência comum produzida no ambiente: o riso da audiência. A análise do autor enfatiza o critério funcional para a definição de classe, mas não explicita a necessidade de incluir aspectos morfológicos na definição da classe ‘contar piada’. Nesse caso, se tudo que produzir riso da audiência for considerado como ‘contar piada’, se um indivíduo cair no chão e outras pessoas rirem, isso também seria abrangido pela classe ‘contar piada’, o que possivelmente não deveria ser abrangido por essa classe caso tenha sido um acidente e não algo proposital realizado por um palhaço. A noção de que se uma resposta da classe tem sua probabilidade de ocorrência futura aumentada, todas as demais respostas da mesma classe também serão (Catania, 1998), auxilia a identificar a necessidade de explicitar aspectos morfológicos das classes. Respostas da classe ‘Contar piadas’ têm características específicas que as distinguem de respostas do tipo ‘cair no chão’, e precisam ser explicitadas na definição dessa classe de comportamentos.

Outro aspecto envolvido na diferenciação de classes de resposta (atividades do organismo) e classes de comportamento (relações entre aspectos do meio e organismo, por meio de sua atividade), é a necessidade de considerar os conceitos de “resposta” e “comportamento” como instrumentais e não apenas como descrição dos fenômenos da natureza. O papel, ou função, de resposta, dependendo do nível de análise, pode tornar-se comportamento em outro nível. Aquilo que é analisado como resposta em uma circunstância, pode ser examinada como comportamento em outra. Isso decorre do fato das classes terem diferentes graus de abrangência, em que algumas classes abrangem outras classes, ou sub-classes (Botomé, 1981). Para ilustrar essa condição, o exame de uma situação comum em contextos escolares pode ser útil¹⁴: João é um bom aluno, mas um pouco desorganizado com seu material e desleixado com a aparência de seu caderno. Sua professora, atenta para a necessidade de que Joãozinho cuide melhor de seu material, começa a lhe

¹⁴ Exemplo examinado no Grupo de estudos em Análise do Comportamento dos alunos do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC em agosto de 2006.

elogiar sempre que observa o aluno limpando seu material. Na Figura 1.3 são apresentados os componentes desse comportamento:

Classe de estímulos antecedente	Classe de resposta	Classe de estímulos conseqüente
Em sala de aula, na presença da professora e com o caderno sujo	Limpar o caderno	Caderno limpo Atenção e elogio da professora

Figura 1.3. Representação esquemática dos componentes do comportamento de João de obter atenção e elogios da professora por meio da limpeza do caderno.

Nessa situação parece apropriado considerar 'limpar o caderno' como uma classe de resposta, por facilitar a compreensão do fenômeno analisado. Mas, em função da conseqüência produzida por essa resposta, não seria apropriado nomear esse comportamento como 'limpar o caderno'. Ficará melhor descrito como 'obter atenção e elogios da professora por meio da limpeza do caderno'. Dessa forma fica explicitada a resposta e o que é produzido por ela em um determinado contexto.

É importante ter clareza que a classe de respostas utilizada, 'limpar o caderno', também pode ser considerada como um comportamento em outras circunstâncias, como apresentado na Figura 1.4. Esse comportamento é abrangido pelo comportamento 'obter atenção e elogio da professora' e, dependendo do objetivo da análise, pode ser examinado separadamente. Uma das possíveis utilizações dessa análise em outro nível de abrangência, seria para a professora programar condições de ensino de comportamentos mais apropriados para a limpeza de cadernos para seus alunos. Ao analisar classes de estímulos, respostas ou comportamento é preciso atentar para o grau de abrangência considerado para definir essas classes. Uma classe de estímulos pode abranger várias sub-classes, assim como classes de respostas e comportamento podem abranger outras sub-classes.

Classe de estímulos antecedente	Classe de resposta	Classe de estímulos conseqüente
caderno sujo	Esfregar borracha no caderno	Caderno limpo

Figura 1.4. Representação esquemática dos componentes do comportamento de limpar o caderno de João.

Distinguir o fenômeno *comportamento* de um de seus componentes, a *resposta*, é condição básica para caracterizar e nomear esses eventos

apropriadamente. As sutilezas envolvidas nesse processo de caracterização ou nomeação (como a identificação da abrangência das classes e uso apropriado de verbos) são partes do próprio trabalho do analista do comportamento ao lidar com qualquer tipo de fenômeno. O uso apropriado desses conceitos parece ser um pré-requisito para que outros conceitos que abrangem a unidade comportamento possam ser utilizados apropriadamente.

A noção de 'comportamento social', por exemplo, já designa um tipo de comportamento com características especiais. Keller e Schoenfeld (1950/1966) destacam que a maior parte do ambiente com o qual as pessoas lidam envolve a presença de outras pessoas são 'ambientes sociais'. Ou seja, grande parte dos estímulos com os quais a atividade dos indivíduos se relaciona são controladas, ou ao menos produzidas, por outros indivíduos (Skinner, 1953). Vale notar que Keller e Schoenfeld (1950) já destacavam que o adjetivo *social* não altera as propriedades básicas do fenômeno comportamento, apenas indicam uma condição específica das variáveis ambientais relacionadas a esse comportamento. Isso não quer dizer que o comportamento de outro indivíduo, ou o produto desse comportamento, possa ser entendido como qualquer evento físico do ambiente. A caracterização de um comportamento social envolve não apenas a descrição do próprio comportamento, mas também desse aspecto particular do ambiente, o comportamento do(s) outro(s) indivíduo(s). Ou seja, o estudo dos comportamentos sociais abrange a caracterização dos diferentes comportamentos em interação (Skinner, 1953). Vale destacar também que nos estudos recentes sobre *metacontingências* o termo *contingências entrelaçadas* (Glenn, 2004) tem sido utilizado para se referir ao mesmo processo que define *comportamento social* (Keller & Schoenfeld, 1950; Skinner, 1953).

c. Contingências de reforço

Explorando a noção de comportamento, Skinner (1969/1984) identificou quatro diferentes tipos de processos relacionados à modificação da probabilidade de ocorrência de respostas de uma classe no futuro. Skinner os denominou *contingências de reforço*. (1) Contingências de reforço positivo são aquelas em que a consequência gratificante produzida ou subsequente a resposta aumenta a probabilidade de ocorrência de respostas da mesma classe no futuro. (2)

Contingências de reforço negativo são aquelas em que respostas de esquiva ou fuga de estímulos aversivos aumenta a probabilidade de ocorrência de respostas da mesma classe no futuro. (3) Contingências de punição positiva são aquela em que a consequência aversiva produzida ou subsequente à resposta diminui a probabilidade de ocorrência de respostas da mesma classe no futuro. E (4) contingências de punição negativa são aquela em que a eliminação de um estímulo reforçador é produzida ou subsequente a resposta e diminui a probabilidade de ocorrência de respostas da mesma classe no futuro. Como aspecto nuclear da definição de *contingências de reforço* parece estar sempre o fortalecimento das relações entre classes de respostas e classes de estímulos, seja pelo aumento da frequência da classe de resposta (reforçamento), seja pela supressão da classe de resposta envolvida (punição). O termo *contingências de reforço*, utilizado em seu sentido mais amplo, designa os quatro tipos de processos descritos. No sentido mais restrito, apenas os processos nos quais há aumento da probabilidade de ocorrência do comportamento no futuro.

Um aspecto importante na análise de contingências de reforçamento presentes no cotidiano de pessoas, é que grande parte dessas contingências são controladas por outras pessoas (Skinner, 1953/1998). Como destacado no exame da noção de comportamento social, embora o “ambiente social” seja usualmente considerado como mais importante do que o mundo físico na análise do comportamento humano (Tourinho, 2006), não há diferenças entre as propriedades ou funções de estímulos sociais ou físicos, além da diferença de origem (Keller e Schoenfeld, 1950). As contingências de reforçamento mediadas por outros indivíduos parecem ser processos básicos pelos quais os indivíduos de um grupo controlam mutuamente seus comportamentos e pelos quais as agências de controle ou instituições sociais determinam esses comportamentos (Skinner, 1953).

Além de diferentes tipos de consequências, Skinner (1938/1975) demonstrou que as frequências com que essas consequências ocorrem também exercem papel importante no reforçamento de comportamentos. Ficou conhecido como *esquemas de reforço* (ou *esquemas de consequênciação*) o estudo de diferentes distribuições de consequências para respostas, seja por intervalo (fixo e variável), por razão (fixa ou variável) ou por qualquer combinação entre esses esquemas, ou ainda por outros tipos de esquemas (Catania, 1998). O exame das contingências de reforçamento e

esquemas de reforçamento tornaram-se parte nuclear do processo de analisar comportamentos.

É importante destacar que há confusão na literatura com relação à noção de *contingência de reforço*, que comumente aparece como sinônimo de *contingência* e, por vezes, de *imanência* (Botomé, 2006). A noção de contingência refere-se à idéia de possibilidade, enquanto imanência refere-se à idéia de necessidade. Qualquer variável em um ambiente pode ser contingência para que um comportamento ocorra. Somente se essa variável for produzida e se seguir a uma resposta de modo a afetar a probabilidade de ocorrência de respostas dessa classe *no futuro*, ela é uma contingência de reforço (Botomé, 2006).

A segunda confusão, entre *contingência de reforçamento* e *imanência*, pode ser identificada no artigo de Souza (1997/1999 e 2000) refere-se à noção de contingência de reforçamento como uma relação do tipo “*se..., então...*”. Esse enunciado remete à noção de imanência, uma relação necessária, e não a uma relação de contingência e ainda menos a uma contingência de reforço. Seria mais apropriado descrever esse enunciado sob forma de contingência: “*Se..., então provavelmente...*” ou ainda sob a forma de contingência de reforçamento: “*Se... então provavelmente em ocasiões futuras...*”, mas ainda assim precisariam ser explicitadas as implicações que os termos *provavelmente* e *ocasiões futuras* acrescentam na análise de comportamentos.

A partir dos avanços propiciados pelas descobertas sobre fenômenos e processos comportamentais (desde os estímulos e respostas até as contingências de reforçamento) tornou-se usual dizer que o *comportamento é produto das contingências de reforço* e, por isso, analisar comportamentos seria analisar as contingências de reforçamento das quais ele é função. Skinner (1953) destaca que explicar o comportamento como produto da contingência de reforço é relativamente fácil, o problema é explicar essa contingência. Malagodi e Jackson (1989) propõem que além de analisar as contingências de reforço das quais o comportamento de um organismo é função, os analistas do comportamento devem analisar os determinantes das próprias contingências. Esses autores explicitam que após os analistas do comportamento terem “superado o mentalismo”, correm o risco de cair em uma idéia de *contingência auto-contida*, como se essas existissem aleatoriamente no ambiente em vez de serem produtos de outros comportamentos.

Essa proposição de Malagodi e Jackson (1989) implica na análise das variáveis usualmente nomeadas como culturais.

Identificar os determinantes das contingências de reforço é uma parte importante do trabalho do analista do comportamento, já que essas são entendidas como os processos de determinação das classes de comportamento. Vale notar que parte importante das contingências de reforço sob as quais os indivíduos humanos se comportam dependem, em algum grau, também do comportamento de outros indivíduos. A identificação dos tipos de contingências de reforço e dos esquemas com que ocorrem é importante na caracterização dos processos comportamentais.

Todos esses conceitos apresentados (estímulo, resposta, comportamento e comportamento social e contingência de reforço) são as unidades de análise básicas para o analista do comportamento lidar com qualquer tipo de fenômeno, incluindo os fenômenos culturais. Parte dos trabalhos em Análise do Comportamento que examinam processos culturais são extensões diretas desses princípios e conceitos, como as análises apresentadas pelo próprio Skinner sobre agências de controle do comportamento (1953; 1987). Mesmo para os trabalhos desenvolvidos a partir de novos conceitos, como o de *metacontingência* (Glenn, 1986, 1991, 2004), essas unidades básicas de análise dos fenômenos comportamentais também são utilizadas.

2. Tendências dos estudos de fenômenos culturais na Análise do Comportamento

É possível explicar a ‘cultura’ apenas por meio do comportamento dos membros de um grupo? E o que é necessário para explicar o comportamento desses indivíduos? A maior parte dos estudos acerca do fenômeno “cultura” na Análise do Comportamento a partir da década de 1980 utilizou novos conceitos e isso tem sido atribuído a possíveis limitações das noções de comportamento e de contingência de reforçamento para a análise de fenômenos culturais (Glenn, 1991, 2004). Esses estudos têm possibilitado explicitar e debater alguns problemas conceituais em Análise do Comportamento. Mas o exame dos novos conceitos propostos revela que ainda não há clareza sobre essas novas noções e que, especialmente os conceitos de comportamento e contingência de reforço, são

utilizados ou criticados, muitas vezes, de maneira parcial ou insuficiente (Gusso & Kubo, 2007a).

Os primeiros avanços da ciência denominada “Análise Experimental do Comportamento” foram no laboratório, em estudos acerca de processos psicológicos básicos que permitiram, posteriormente, caracterizar fenômenos psicológicos mais complexos (Millenson, 1967). Em alguns casos a extrapolação do conhecimento produzido em laboratório para o trabalho de intervenção sobre o comportamento ocorreu quase que concomitantemente com o seu próprio desenvolvimento (Skinner, 1979/1984). Mas, usualmente, além do conhecimento produzido em laboratório sobre processos básicos em Análise Experimental do Comportamento, é necessário o desenvolvimento de outros conhecimentos para que as descobertas possam repercutir no trabalho profissional de psicólogos e no cotidiano da sociedade. Essas duas atividades de produção de conhecimento também precisam ser acompanhadas pelo desenvolvimento de uma linguagem compatível com as descobertas realizadas (Catania, 1998). Além de conhecer as características que compõem os processos psicológicos e do conhecimento acerca da intervenção sobre esses fenômenos, é preciso desenvolver a linguagem, os conceitos, para estudar e intervir sobre esses processos.

É nesse contexto que alguns autores têm proposto a utilização de novos conceitos para analisar fenômenos culturais na Análise do Comportamento. Alguns autores têm destacado que fenômenos culturais são constituídos de comportamentos, mas não podem ser reduzidos a eles (Glenn, 2004; Malagodi e Jackson, 1989). Glenn (2004) afirma que existem propriedades específicas nos processos de seleção de práticas culturais (classes de comportamentos operantes apresentadas por mais de um indivíduo) que precisam ser descritas para que seja possível obter maior visibilidade acerca desse tipo de fenômeno. Malagodi e Jackson (1989) explicitam a possibilidade de uso de conceitos das Ciências Sociais que possam ser úteis para analisar cultura ou, se necessário, o desenvolvimento de novos conceitos que auxiliem nessas análises. Alguns autores (Gusso & Kubo, 2007a; Carrara, 2006; Andery & Sério, 1997) têm indicado como aspecto importante a avaliação da suficiência dos conceitos básicos da Análise do Comportamento para a análise de fenômenos culturais e a avaliação empírica dos novos conceitos propostos para o exame desse tipo de fenômeno. O fato de essas questões estarem

em exame são partes do próprio desenvolvimento constante e gradual da Ciência, o que não diminui a importância dos conceitos básicos para o exame dos fenômenos culturais e nem dos estudos em desenvolvimento que buscam identificar novas unidades de análise.

Os diferentes graus de complexidade de fenômenos relacionados ao comportamento humano parecem requerer diferentes unidades de análise. Enquanto a análise de uma simples imitação parece ser possível a partir das noções de comportamento e de contingência de reforço, a análise de comportamentos envolvidos em uma organização de trabalho ou em um contexto comunitário amplo parece, por vezes, requerer unidades de análises mais amplas (Andery, Michelleto e Sérgio, 2005), o que pode conferir ao conceito de metacontingência a função de conceito instrumental importante.

Na busca por possíveis avanços na forma de realizar análises culturais, alguns poucos exames do conhecimento produzido em Ciências Sociais têm sido realizadas por analistas do comportamento desde a década de 1980, especialmente com o tipo de conhecimento (escola, abordagem ou teoria) denominado “Materialismo Cultural”, cujo principal autor é Marvin Harris. A justificativa para essa aproximação é a “afinidade conceitual e epistemológica com o Behaviorismo Radical” (Malagodi, 1986, p.12). Muitos autores dedicaram-se a descrever as relações possíveis entre os conceitos do Behaviorismo Radical e do Materialismo cultural (Lloyd, 1985; Vargas, 1985; Glenn, 1988 e 1991; Malagodi, 1986; Malagodi & Jackson, 1989; Andery & Sérgio, 1997/1999) como forma de ampliar a visibilidade sobre o fenômeno cultura. Como exemplo dessas relações, a unidade mais básica de uma cultura no Materialismo Cultural, denominada de *actículo*, é a relação entre uma ação e uma conseqüência ambiental (Harris, 1964/1968) – que na análise do comportamento poderia ser chamado de *comportamento operante*.

Além dos poucos exames do conhecimento produzido em Ciências Sociais, o desenvolvimento de novos conceitos aparece com alta freqüência nos estudos que debatem o fenômeno cultura, também desde a década de 1980. Metacontingências, macrocontingências, megacontingências, contingências culturais, metacomportamentos, macrocomportamentos, linhagem comportamental, linhagem cultural, contingências comportamentais entrelaçadas, produtos agregados, conseqüência cultural são alguns dos conceitos propostos para o exame de

fenômenos culturais (Glenn, 1986; 1988, 1991, 2004; Lamal, 1997; Vargas, 1985). Alguns desses termos pouco foram utilizados (ex. megacontingências, metacomportamento e macrocomportamento), enquanto o conceito “metacontingências” e demais conceitos a ele relacionado (ex: contingências comportamentais entrelaçadas, produtos agregado, contingências de suporte verbal...), tiveram grande impacto sobre os trabalhos com fenômenos culturais na Análise do Comportamento realizados nos últimos anos do século XX e início do século XXI.

O conceito de *metacontingência* foi elaborado por Sigrid Glenn, na década de 1980, para analisar a seleção de práticas culturais e, desde então, tem sido utilizado e desenvolvido por essa pesquisadora e por outros analistas do comportamento (Glenn, 1986; 1989, 1991, 2004; Malagodi & Jackson, 1989; Lamal, 1991, 1997; Todorov, Moreira & Moreira, 2005). Segundo Glenn (1991, p.62) o conceito foi “cunhado para chamar atenção para as formas como contingências de nível cultural são relacionadas às contingências comportamentais”. É possível identificar mudanças na definição do conceito desde sua formulação inicial em 1986 e em exames posteriores (Glenn, 2003, 2004). Em seu artigo de 2004, Glenn destaca:

Uma clara distinção entre os conceitos de *metacontingência* e *macrocontingência* é necessária, porque em artigos anteriores que introduziram o conceito de metacontingência (Glenn, 1986; 1988) foi utilizada indistintamente a terminologia para debater macrocontingências (como aqui definido) e metacontingências (como aqui definidos). O prefixo *meta-* junto ao radical *contingência* visa sugerir seleção de contingências que são hierarquicamente relacionadas a, e constituídas por contingências comportamentais. Elas representam um diferente tipo de seleção, mas nenhum novo processo comportamental está envolvido (...). Metacontingências não são uma questão de classe de comportamento enlargadas ou contingências comportamentais mais amplas; particularmente, elas são o mecanismo de um diferente tipo de seleção (Glenn, 2004, p.144).

Um aspecto importante a destacar nessa citação, é a ênfase da autora para o fato de o prefixo *meta* não se tratar apenas de uma *grande classe de contingências* ou *grande classe de comportamentos*, mas sim de uma “nova unidade de análise” (Glenn, 1991). A ênfase dessa nova unidade, além dos comportamentos contidos por ela, está no entrelaçamento (*interlock*) desses comportamentos, que torna possível a produção de um produto agregado, responsável pela seleção das metacontingências (Glenn, 1991, 2004). A descrição de uma *metacontingência* deve

abranjer ao menos três componentes: os comportamentos operantes entrelaçados (comportamentos sociais), o produto agregado produzido e as contingências de suporte verbal que mantêm esse sistema.

O primeiro componente, os *comportamentos operantes entrelaçados*, ou “IBC”¹⁵, é fenômeno conhecido pelos analistas do comportamento, abrangendo o campo dos comportamentos sociais já descritos por Skinner (1953; 1957). O *produto agregado* produzido na metacontingência não se refere à soma daquilo que é produzido pelos diversos comportamentos operantes abrangidos pela metacontingência, mas sim ao que é produzido especialmente pelo entrelaçamento, que não poderia ser obtido por comportamentos de indivíduos isolados (Andery & Sérgio, 1997). O terceiro componente básico, as *contingências de suporte verbal*, seriam o *meio* pelo qual o produto agregado passa a exercer controle sobre o entrelaçamento dos comportamentos dos indivíduos envolvidos na metacontingência (Andery & Sérgio, 1997).

Um exemplo dessa noção é o comportamento de muitos indivíduos que fazem cestos em uma tribo de uma determinada maneira e que são reforçados por isso de várias formas, que tem como produto agregado a “água armazenada” que tem função importante na sobrevivência do grupo. Não seria apropriado analisar o comportamento dos cesteiros considerando apenas as contingências individuais de sua ação (Andery & Sérgio, 1997). O “armazenar água” é o que é chamado de metacontingência. Glenn (1988) enfatiza que o produto agregado, nesse caso o armazenamento de água, “não seleciona o comportamento do indivíduo, seleciona as contingências comportamentais entrelaçadas que compõem a prática cultural” (p.169). A seleção dos comportamentos que constituem a metacontingência, em grande parte, seria estabelecida por meio do controle verbal desses comportamentos (Glenn, 1986).

Nos estudos que utilizam a noção de “metacontingências” é possível identificar controvérsias no uso desse conceito. Uma característica identificada nos trabalhos que empregam esse conceito, é que a noção de cultura ou prática cultural sempre envolve mais de um indivíduo na metacontingência. Todorov e Moreira (2004/2005, p.38) definem “prática cultural” como “comportamentos operantes dos

¹⁵ Glenn utiliza constantemente a expressão “IBC” (*Interlocking behavioral contingencies* – Contingências comportamentais entrelaçadas) para referir-se à idéia de entrelaçamento (Glenn, 2004).

membros do grupo que formam um conjunto de ações coordenadas”. Glenn (1988, p.167) define “prática cultural” como “conjunto de contingências de reforçamento entrelaçadas nas quais os comportamentos e os produtos comportamentais de cada participante funcionam como eventos ambientais com os quais o comportamento de outro indivíduo interage”. O que é chamado de “prática cultural” envolve a interação entre indivíduos e, quando um produto agregado decorre dessa interação, constitui uma metacontingência. Nesse sentido, os comportamentos já aprendidos por meio de reforçamento social e realizados por indivíduos sozinhos não constituiriam práticas culturais, mesmo se o comportamento do indivíduo reproduzir aquilo que comumente é feito, ou reforçado, pelos demais membros do grupo, como indica Glenn (2004). Ou seja, parte das definições de prática cultural utilizadas aparentemente definem fenômenos culturais como os presentes nas interações sociais em ocorrência, sem considerar os demais comportamentos aprendidos por meio de contingências de reforçamento social, de modo distinto da noção skinneriana de cultura (Skinner, 1953).

Como exemplo, adotar essa definição permitiria afirmar que uma criança ao aprender a escovar os dentes na escola está envolvida em uma prática cultural, mas quando vai ao banheiro escovar seus dentes sozinha deixa de estar, embora seu comportamento tenha sido produto dessa prática. Essa arbitrariedade identificada na definição do que seja uma prática cultural novamente remete à falta de visibilidade sobre o que constitui o núcleo do fenômeno cultural. São as ações realizadas em grupo? São as ações aprendidas em grupo? O que caracteriza o “entrelaçamento entre comportamentos operantes”? O que difere o “produto agregado” de uma classe de estímulos conseqüente? Qual a natureza desse fenômeno nomeado como metacontingência? De que maneira as noções de comportamento e contingência de reforço se relacionam com a noção de cultura? Qual a contribuição que a noção de metacontingências oferece para a análise de fenômenos culturais? Essas perguntas ainda parecem merecer novos exames e debates para que sejam respondidas satisfatoriamente (Gusso & Kubo, 2007).

Embora seja crescente a quantidade de exames e estudos sob o nome de metacontingências, são escassos os trabalhos de análise de culturas ou intervenção sobre elas que utilizam essa noção. Alguns autores que trabalham com essa noção já considerem que o termo *metacontingências* é necessário para a análise de

culturas (Todorov, Martone & Moreira, 2005), essa premissa ainda não está suficientemente demonstrada. Mesmo nos trabalhos de análise de culturas realizados sob esse nome, os autores descrevem as contingências, os comportamentos e seus componentes, sem explicitar claramente a função do entrelaçamento na produção dos produtos agregados que é um aspecto central e definidor da noção de metacontingência. Por exemplo, Martone e Banaco (2005) realizaram pesquisa acerca da imprensa como agência de controle, em que fizeram caracterização dos tipos e formas de controle exercidos pela imprensa na sociedade. Nesse trabalho comportamentos e contingências de reforço são descritos com grande perícia e há apenas a descrição do conceito de metacontingência, sem o seu uso na análise. No final, concluem: “A utilização do conceito de contingência [de reforço] como instrumento de análise permite a identificação de relações específicas entre indivíduo e ambiente, assim como as mudanças produzidas por estas relações no ambiente e no sujeito.” (p.78). Diante disso, cabe a pergunta: em que a noção de metacontingências possibilitou melhor visibilidade sobre o fenômeno comportamento ou cultura ou que a noção de contingência de reforçamento não foi suficiente? Neste exemplo, não fica claro em que a noção de *metacontingência* contribuiu para a análise do fenômeno cultural.

Além disso, muitos trabalhos de análise ou síntese experimentais do comportamento sobre fenômenos que poderiam ser nomeados como culturais já foram realizados, embora não utilizassem o termo cultura ou o termo metacontingências. Botomé (1981) desenvolveu trabalho de intervenção em um serviço público de saúde que repercutiu sobre o comportamento de milhares de funcionários e beneficiários dos serviços de saúde, sem recorrer a outras unidades de análise além de comportamento e contingência de reforçamento. Gusso e Dittrich (2005) analisaram a extração ilegal de palmito juçara na Mata Atlântica, processo comportamental que repercute em desequilíbrio ambiental e problemas sociais, sem recorrer a outras unidades de análise. Skinner, em diversas obras (ex. 1953/1998, 1987), analisou agências de controle de comportamento, produzindo alta visibilidade sobre questões de ordem social, utilizando como unidades de análise as noções de comportamento e contingência de reforçamento. Afirmarções como “não seria possível sem o conceito de metacontingências estabelecer de que forma as contingências são organizadas de forma a atingir uma meta planejada” (Martone & Todorov, 2005, p.124) parecem não levar em consideração parte do conhecimento

produzido desde a década de 1950 em Análise do Comportamento acerca de fenômenos que repercutem na vida de milhares de pessoas que poderiam ser nomeados como culturais.

O estudo do fenômeno “cultura” na Análise do Comportamento tem sido realizado a partir da noção de metacontingência em muitos trabalhos desde a década de 1980. Embora a contribuição dessa noção para caracterizar fenômenos culturais não esteja suficientemente clara e precisa, assim como não está claro se as noções de comportamento e contingência de reforçamento são suficientes para a análise de culturas, esses debates têm explicitado questões importantes para serem examinadas pelos analistas do comportamento. Embora alguns autores considerem a noção de *metacontingências* como fundamental para análise de fenômenos culturais, esse ainda é um conceito controverso que exige investigação empírica e refinamento conceitual. Não parece ser apropriado, ainda, definir a *metacontingência* como um conceito básico e necessário para o estudo de fenômenos culturais, o que não implica retirar o mérito de todo o desenvolvimento conceitual realizado acerca dessa noção desde a década de 1980.

3. Caracterização do fenômeno *cultura* na Antropologia como condição para identificar contribuições da Análise do Comportamento para o estudo desse fenômeno

“Os antropólogos sabem de fato o que é cultura, mas divergem na maneira de exteriorizar esse conhecimento”
Murdock (1932)

Algumas perguntas formuladas a partir de definições de ‘cultura’ em dicionários de língua portuguesa auxiliam a ilustrar a amplitude de contextos e formas que esse termo é utilizado: Cultura é aquilo que as pessoas de um grupo fazem? É a arte de cultivar alimentos? É a forma como pessoas nobres pensam? É aquilo que é produto de uma boa educação? São contingências arranjadas por outras pessoas? É aquilo que é produzido pelos homens? É aquilo que uma geração humana ensina para outra? São as crenças e valores de um determinado grupo sobre algo? É algo que apenas algumas pessoas têm? É algo da ‘natureza’ humana? Essas perguntas são suficientes para ilustrar que o termo ‘cultura’ tem sido utilizado para designar diversos tipos de fenômenos ou, ao menos, diferentes aspectos de um mesmo fenômeno. A palavra ‘cultura’ já era utilizada antes da

Antropologia ser reconhecida como área de conhecimento, e diversas definições pré-científicas podem ser encontradas nos relatos históricos dos livros de Filosofia e Ciências Sociais. Na Antropologia, o termo cultura, que já possuía muitos significados, ganhou diversas novas definições (Cuche, 1996/2002; Eagleton, 2000/2003; Kuper, 1999/2002; Laraia, 1986/2005). O exame do que diferentes antropólogos têm explicitado como núcleo da definição de cultura em diferentes épocas do desenvolvimento da Antropologia como área de conhecimento parece ser importante para os analistas do comportamento identificarem as contribuições que podem oferecer para a análise deste fenômeno.

A primeira definição de cultura de um ponto de vista antropológico é atribuída à Tylor (1871): cultura "(...) é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito adquirido pelo homem como membro de uma sociedade" (citado por Cuche, 1996, p.35). Desde então, diversas outras definições de cultura têm sido propostas por outros antropólogos, que enfatizam diferentes aspectos do fenômeno ou que, por vezes, parecem referir-se à outros tipos de fenômenos. Kuper (1999) afirma que entre 1920 e 1950 foram criadas 157 definições de cultura apenas no âmbito das Ciências Sociais americana.

Uma decorrência imediata do fato de o fenômeno com o qual lida a Antropologia ter diversas definições é justamente a grande variabilidade de tipos e formas de exames e intervenções desenvolvidas que, por vezes, nem parecem ser acerca do mesmo fenômeno. Um estudo cultural sobre a higiene bucal de uma tribo primitiva pode não parecer referir-se ao mesmo tipo de fenômeno de outro estudo cultural relativo aos valores que gestores de uma empresa multinacional atribuem para o meio-ambiente, ou outro que debata as preferências musicais de jovens burgueses de um país europeu ou uma intervenção para a prevenção de acidentes de trânsito. Nesses exemplos talvez haja processos comuns destacados pelos antropólogos e nomeados como cultura ou diferentes noções de 'cultura', que permitem exames de fenômenos com características diferentes, embora todos sejam nomeados como "cultura" (Cuche, 1996).

A definição de cultura não é apenas uma questão abstrata de preciosismo acadêmico, mas um problema com conseqüências políticas e sociais imediatas. Malagodi e Jackson (1989) denunciam as implicações de pontos de vista

'psicocêntricos' em Psicologia e Antropologia que atribuem às variáveis internas do indivíduo (crenças, valores, emoções etc.) a *causa* daquilo que faz, ou ainda as concepções que examinam somente os aspectos ambientais mais imediatamente relacionados, sem considerar o sistema no qual essas contingências são produzidas e mantidas. Examinar uma cultura em termos das crenças e valores do grupo, por exemplo, implica em desprezar os aspectos sociais, políticos, econômicos e também filogenéticos que exercem controle sobre o comportamento dos membros do grupo, e que podem estar, ou não, relacionados a essas crenças e valores (Kuper, 1999/2002, p.9). Examinar um fenômeno como a 'criminalidade' em termos dos 'valores e crenças' dos criminosos, é omitir a responsabilidade dos demais membros da sociedade, como responsáveis pelas condições nas quais o comportamento criminoso pode ser reforçado (Holland, 1978/1983). A noção de cultura utilizada para examinar o fenômeno implica, além da atribuição de 'causalidades' aos acontecimentos, a geração da tecnologia para intervir sobre os fenômenos. Que tipos de intervenções podem ser derivadas das noções de que o problema são as crenças e valores ou de que são as condições nas quais os membros de uma comunidade se comportam?

Em função da multiplicidade de diferentes noções de cultura, alguns autores sugerem o refinamento do conceito, como forma de torná-lo um instrumento conceitual mais especializado (Eagleton, 2000/2005; Laraia, 1986/2005). Enquanto uma síntese do conceito não está disponível, é preciso avaliar as dimensões do fenômeno identificado sob esse nome, para ser possível haver visibilidade sobre o que é descrito pelo termo cultura em cada texto que o utiliza.

Vale notar que a Antropologia situa-se como uma das sub-áreas das Ciências Sociais, cujo objeto de trabalho, por definição é a *cultura*. Na Antropologia ainda são identificados campos específicos de atuação delimitados pelo tipo de trabalho realizado. A *etnografia* refere-se a "escrita sobre costumes ou, mais genericamente, a descrição de culturas baseadas em observação direta e participante em campo" (Levinson & Ember, 1996, p.416). Já a *etnologia* refere-se ao estudo da "origem e desenvolvimento étnico-cultural das sociedades humanas" (Pimenta, 1955, p.136).

Além das distinções de campos, as diferentes concepções sobre cultura e as diferentes formas de examinar e intervir sobre o fenômeno deram origem a diferentes tipos de conhecimento (escolas, teorias ou abordagens) em Antropologia.

Keessing (citado em Laraia, 1986/2005), por exemplo, na tentativa de sintetizar os avanços sobre a noção de cultura nas teorias modernas, propõe uma classificação das teorias em duas grandes classes: (1) as que consideram *cultura como sistema adaptativo* e (2) as *teorias idealistas de cultura*. Na primeira classe Keessing engloba autores como Marvin Harris, Leslie White, Shalins, Carneiro, Rapaport e Vayda. Embora os pontos de vista desses autores mencionados por Keessing sejam divergentes em vários aspectos, um aspecto compartilhado é de que a evolução cultural é um processo de adaptação equivalente à seleção natural. As culturas seriam sistemas (de padrões de comportamentos socialmente aprendidos) que facilitam a adaptação dos humanos às suas condições biológicas e ambientais. Essa adaptação ocorre por meio da organização econômica e política, agrupamentos sociais, práticas religiosas, desenvolvimento de Ciência e Tecnologia etc. (Laraia, 1986/2005). A segunda classe, as teorias idealistas de cultura, é dividida por Keessing em subclasses, nomeadas como (2.1.) 'cultura como sistema cognitivo', que se ocupa do exame dos 'modelos mentais' dos indivíduos a respeito de seu próprio universo; (2.2.) 'cultura como sistema estrutural'; e (2.3.) 'cultura como sistema simbólico', em que não seriam os comportamentos, mas sim as condições que controlam o comportamento que caracterizariam a cultura (Laraia, 1986). Embora os critérios utilizados para estabelecer essas classes não sejam consensuais na Antropologia, é possível identificar algumas das diferentes concepções sobre o fenômeno cultura e orientar pesquisadores diante da variedade de teorias ou concepções antropológicas.

Outros autores propuseram outros critérios de organização dos tipos de conhecimento em Antropologia. Cuche (1996), por exemplo, distingue os movimentos evolucionista (demarcado pelo trabalho de autores como Tylor, Morgan e Frazer), neo-evolucionista (demarcado pelo trabalho das gerações que desenvolveram trabalhos a partir de suas contribuições básicas) e o movimento nomeado como Antropologia Cultural, demarcado a partir das contribuições de Boas. Ainda assim, Cuche (1996) explicita que a obra de cada antropólogo apresenta características singulares e que precisam ser examinados dessa forma. Outros autores, como DaMatta (1987), já utilizam o termo Antropologia Cultural como sinônimo de Antropologia Social e utilizam o termo para delimitar um campo específico da Antropologia, também utilizando Boas como um marco inicial desse campo. Mais do que organizar tipos de conhecimento em categorias muitas vezes

estanques, esses diferentes critérios parecem ser úteis para identificar as características do fenômeno “cultura” que são explicitados por cada um dos sub-tipos de conhecimento.

Poucos são os trabalhos publicados em periódicos especializados em Análise do Comportamento que avaliam as contribuições da Antropologia para o exame dos fenômenos “cultura” ou “comportamento”. Malagodi e Jackson (1989) afirmam que um possível motivo para isso seria a dificuldade de comunicação entre analistas do comportamento e antropólogos, decorrente das tradições cognitivista e estruturalista presentes na maior parte dos tipos de conhecimento em Antropologia. Embora diferentes pressupostos e conceitos possam dificultar o processo de avaliar as contribuições do conhecimento produzido em Antropologia pelo analista do comportamento, é importante destacar que nem todos os tipos de conhecimento em Antropologia podem ser chamados de mentalistas ou estruturalistas. Tylor, um dos precursores da Antropologia, em 1871 explicitava *cultura* como fenômeno natural e que deveria ser estudado por meio das Ciências Naturais. Para esse autor, a cultura deveria ser objeto de estudo sistemático, pois possui regularidades e relações com outros fenômenos também naturais que possibilitam exames capazes descrever e caracterizar os processos culturais (Cuche, 1996/2002). Classificar uma área de conhecimento como predominantemente *mentalista* ou *estruturalista*, pode decorrer na desvalorização das contribuições que não deveriam ser classificadas na mesma classe e de desvalorizar a contribuição de diferentes tipos de conhecimento para a caracterização de um fenômeno. A Antropologia, assim como a Psicologia, contém diversos tipos de conhecimento com características muito distintas e classificar a Antropologia como uma unidade pode obscurecer aquilo que está contido sob esse nome. Além disso, mesmo conceitos ou métodos ditos mentalistas ou estruturalistas podem contribuir, de alguma forma, na caracterização de fenômenos de um ponto de vista comportamental.

A caracterização do fenômeno “cultura” implica no exame do conhecimento produzido na Antropologia. Embora haja condições que dificultam o exame desses conhecimentos a partir da Análise do Comportamento, essas condições não são razões para ignorar o conhecimento já produzido nessa área sobre o fenômeno cultura. A diversidade de definições e suas decorrências é um problema conhecido na Antropologia e deve ser avaliado pelos analistas do comportamento que

trabalham, ou pretendem trabalhar, com esse tipo de fenômeno. A importância de definir operacionalmente os termos utilizados pelos antropólogos é ampliar a visibilidade sobre os fenômenos estudados. Isso é etapa do trabalho científico de intervenção sobre qualquer fenômeno. Evidenciar os processos comportamentais envolvidos nos fenômenos culturais descritos por antropólogos parece ser condição para se evidenciar categorias de análise necessárias para o estudo desses fenômenos. Dessa forma, caracterizar o fenômeno cultura e suas relações com fenômenos comportamentais parece ser uma importante contribuição para o trabalho com esse tipo de fenômeno.

II

PROCEDIMENTO PARA IDENTIFICAR DETERMINANTES E CARACTERÍSTICAS DO FENÔMENO CULTURA

1. Critérios para seleção de fontes de informação ¹⁶

A seleção de fontes de informação para coleta de dados foi orientada pelos seguintes critérios:

- Livros das Áreas da Antropologia ou da Sociologia que apresentassem história ou debate acerca da noção de cultura;
- Livros que apresentassem citações diretas de autores da Antropologia que permitissem identificar principais conceitos utilizados;
- Livros que apresentassem caracterização dos aspectos principais das obras de Antropólogos;
- Livros redigidos ou traduzidos para língua portuguesa;
- Livros publicados a partir de 1990;
- E, preferencialmente, livros que constassem nas referências dos planos de ensino de disciplinas relacionadas à Antropologia do curso de Ciências Sociais de uma universidade pública da região sul do país.

Os critérios definidos tinham por objetivo garantir fontes de informação que caracterizassem o trabalho de importantes antropólogos sobre fenômenos culturais e que abrangessem ao menos a história de desenvolvimento deste conceito até a última década do século XX. A disponibilidade das fontes em língua portuguesa foi adotada como critério para evitar distorções na tradução livre dessas fontes decorrentes da pouca familiaridade do pesquisador com os termos técnicos da área antropológica.

2. Fontes de informação selecionadas

1. Cucho, D. (1996/2002). A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru: Edusc, 2ª edição.
2. Kuper, A. (1999/2002). Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru: Edusc.

¹⁶ Além disso, inicialmente também foram selecionados dicionários de Antropologia para exame das definições apresentadas. Os dados registrados nessas fontes, em geral, eram apresentados sem explicitação dos determinantes envolvidos em suas publicações, não permitindo visibilidade acerca de importantes variáveis envolvidas na elaboração dessas definições, enquanto respostas verbais. A ausência dessas informações limitava as possibilidades de análise e, por isso, esse conjunto de dados foi retirado deste trabalho.

3. Procedimentos

3.1. Identificação e obtenção das fontes de informação

Para identificar fontes de informação foram examinados os livros que apresentassem debate acerca da noção de cultura nas referências dos planos de ensino de disciplinas relacionadas à Antropologia do curso de Ciências Sociais de uma universidade pública do sul do país. Além disso, também foram realizadas buscas de livros nos sistemas das bibliotecas de universidades e livrarias com as seguintes palavras-chave: “cultura”, “noção de cultura”, “conceito de cultura”, “antropologia + cultura”, “sociologia + cultura”, “ciências sociais + cultura”. As duas obras identificadas que atenderam aos critérios estabelecidos para este trabalho foram selecionadas.

3.2. Observação e registro dos dados

a. Identificação de trechos que apresentavam informações diretas ou indiretas acerca de características do fenômeno cultura, seus determinantes ou outros processos determinados pela cultura

Nas fontes de informação selecionadas foi realizado procedimento para identificar trechos que apresentavam informações diretas ou indiretas que permitissem caracterizar o fenômeno cultura, seus determinantes ou outros processos determinados por esse fenômeno. Os trechos identificados foram transcritos em Protocolos de Registro, como exemplificado na Tabela 2.1. Foi criado um protocolo de registro para cada autor mencionado nas fontes de informação e quando os dados não eram apresentados a partir de autores o critério para organização desses protocolos foram os tipos de conhecimento, nacionalidade ou período histórico em que foram apresentados.

As citações diretas a noção de cultura foram identificadas pela presença de expressões que enfatizavam que a descrição se refere ao fenômeno cultura (ou a algum aspecto que o constitui), como por exemplo: “cultura é (...)”; “cultura consiste em (...)”; “define-se cultura por (...)”; “definiremos cultura como (...)”; “cultura representa (...)”; “cultura é entendida como (...)”; “um aspecto da cultura é (...)” etc. Além disso também foram registradas as citações diretas que destacavam determinantes desse fenômeno, como: “a cultura é produto de (...)”, “cultura é

determinada por (...)", etc. Outro tipo de citações diretas registrado eram as referências à cultura como determinante de outros processos, como: "a cultura produz (...)", "(...) é determinado pela cultura", etc.

Além das citações diretas às características da cultura, seus determinantes e aos processos determinados por esse fenômeno, também foram selecionados trechos que (a) indicassem exemplos do que os autores consideravam como cultura, (b) explicitassem processos que determinam cultura, (c) explicitassem outros fenômenos determinados pela cultura, e (d) metáforas utilizadas para caracterizar esse fenômeno.

Tabela 2.1. Exemplo de protocolo de Registro utilizado para registrar trechos que apresentavam informações diretas ou indiretas sobre o fenômeno cultura e informações biográficas dos autores examinados.

Autor: Tylor, E.B.			
Tipo de conhecimento: Evolucionismo Cultural			
Nº	Trecho destacado	Fragmentos do trecho	Aproximação aos termos comportamentais
1	"A primeira definição etnológica de cultura é devida ao antropólogo britânico Edward Burnett Tylor (1832-1917): <i>Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade</i> (Tylor, 1871, p.1)." (Cuche, 1996/2202, p.35, 1)		
...	...		
Informações biográficas:			
• ...			

b. Identificação de aspectos biográficos, históricos e metodológicos característicos de cada autor ou tipo de conhecimento antropológico

Além das características do fenômeno cultura destacadas por diferentes autores, tipos de conhecimento ou períodos históricos foram registradas informações referentes às biografias desses autores, fatos históricos destacados como importantes para o entendimento de suas obras, aspectos metodológicos dos trabalhos que desenvolviam, principais conceitos que utilizavam e outras características de seus trabalhos que fossem explicitadas nas fontes de informação.

Aspectos que não eram específicos na obra de autores, mas que eram apresentados como característicos dos diferentes tipos de conhecimento antropológico, ou considerados como marcos históricos no desenvolvimento da Antropologia, também foram registrados. Esse procedimento teve por objetivo permitir avaliar a coerência entre o conjunto da obra de diferentes autores e tipos de conhecimento e as interpretações realizadas a partir das definições identificadas de cada autor.

c. Organização dos dados coletados segundo critérios de nacionalidade / período histórico / tipo de conhecimento / autores

Ao longo do processo de coleta de dados os protocolos de registro foram organizados segundo os critérios de organização da Antropologia em seus variados tipos de conhecimento e na história da evolução da noção de cultura. A organização dos marcos históricos e dos tipos de conhecimento foi realizada a partir dos sistemas de organização propostos por Cuiche (1996) e Kuper (1999). Embora na Antropologia não seja consensual nenhuma forma de organização dos diferentes tipos de conhecimento, a organização proposta pelos autores das obras utilizadas como fontes de informação foi utilizada como critério organizador de modo a permitir maior visibilidade sobre os dados coletados.

Além das subdivisões entre autores foram utilizados quatro conjuntos gerais na organização dos dados: 1) *Mudanças na definição de cultura antes da formalização da Antropologia como área de conhecimento*, 2) *Movimentos Evolucionista e Neo-Evolucionista antropológicos*, 3) *Antropologia Cultural ou Antropologia Norte-Americana* e 4) *Contribuições de autores da Sociologia e Antropologia européia*.

3.3. Definição dos conjuntos de dados a serem examinados

Após a organização dos conjuntos de dados coletados, foi avaliada a suficiência de cada conjunto de dados que permitisse identificar as principais contribuições para a definição de cultura de cada um dos autores identificados e tipos de conhecimento. Além disso, foi avaliado se haviam dados relativos a outras características do trabalho desses autores que permitissem caracterizar o tipo de

trabalho que desenvolviam, ampliando dessa forma a visibilidade sobre a caracterização do fenômeno.

Essa etapa foi necessária por se tratar de um estudo panorâmico realizado a partir de obras de debatedores e não das fontes originais. Utilizar apenas uma citação breve de um autor, sem visibilidade sobre que tipos de fenômenos eram estudados por esse autor, sobre as características de seu método de trabalho e mesmo aspectos gerais de sua formação, aumentaria a probabilidade de que as análises realizadas distorcessem os relatos verbais encontrados. Nesse sentido, houve o cuidado metodológico de utilizar apenas os conjuntos de dados referentes a autores e tipos de conhecimento que fossem caracterizados nas fontes de informação.

a. Critérios para selecionar autores e tipos de conhecimento para exame

Os seguintes critérios foram utilizados para selecionar os autores e tipos de conhecimento analisados. Os trechos selecionados nas fontes de informação foram aqueles que:

- Destacassem ao menos três características ou determinantes do fenômeno cultura ou ainda outros processos determinados por esse;
- Caracterizassem o contexto histórico no qual as informações sobre o fenômeno cultura foram apresentadas;
- Caracterizassem a importância ou contribuições do autor no desenvolvimento da Antropologia;
- Caracterizassem a formação acadêmica ou profissionais do autor;
- Permitissem caracterizar os procedimentos metodológicos do trabalho do autor com fenômenos culturais;
- Contextualizassem o tipo de conhecimento como uma contribuição antropológica ao estudo da cultura;
- Servissem como condição facilitadora para a compreensão de outros dados selecionados.

b. Autores e perspectivas antropológicas selecionadas

Na Tabela 2.2 são apresentados os conjuntos e sub-conjuntos de dados selecionados para exame, bem como os autores ou tipos de conhecimento que os compõem. O primeiro conjunto de dados selecionado para exame refere-se aos

períodos de mudanças na definição de cultura entre os séculos XIII e XX na França e nos séculos XVIII e XIX na Alemanha, bem como os debates entre pensadores franceses e alemães desse período. Especialmente na obra de Cucchi (1996) foram identificadas informações que permitiram a caracterização da noção de cultura nesses contextos, que foram importantes na elaboração da ideia de cultura antes da formalização da Antropologia como área de conhecimento e que oferecem grande visibilidade sobre o uso corrente do termo cultura fora do âmbito da Antropologia.

O segundo conjunto de dados selecionado refere-se à concepção de cultura na perspectiva, ou tipo de conhecimento, nomeado como Evolucionismo Cultural Clássico, representado por três de seus principais autores – Frazer, Morgan e Tylor – que marcaram o início dos estudos em Antropologia no século XIX. Nas fontes de informação foram identificados mais aspectos referentes ao tipo de conhecimento do que às obras de cada um de seus principais autores. Nesse sentido, a análise focou mais nas contribuições gerais desse tipo de conhecimento do que nas contribuições de cada um de seus autores. Além dos evolucionistas clássicos também foram identificadas informações que caracterizam a perspectiva Neo-evolucionista Cultural e aspectos gerais das contribuições de seus dois pioneiros: Leslie White e Julian Steward, e informações sobre outro importante autor desse movimento, Marvin Harris. As informações apresentadas não foram suficientes para permitir o mesmo tipo de tratamento dos dados, mas, considerando a importância dos dados apresentados para contextualizar o panorama geral das diferentes concepções antropológicas sobre cultura, os dados apresentados foram descritos sob o nome de “notas sobre o Neo-evolucionismo Cultural”.

O terceiro conjunto de dados abrange o domínio da Antropologia Cultural, delimitada pelo trabalho do antropólogo Franz Boas e pelas gerações de antropólogos que levaram à frente, cada um a sua maneira, o projeto de Antropologia proposto por esse autor. Neste conjunto de dados foram examinadas as contribuições de dez autores apresentados nas fontes de informação: Boas, Kroeber, Kluckhohn, Sapir, Benedict, Mead, Parsons, Geertz, Schneider e Sahlins.

Além dos conjuntos selecionados também foram identificados trechos referentes às contribuições de outros antropólogos e sociólogos que não apresentavam quantidade de informações suficientes para que os dados pudessem ser examinados. Parte desses autores identificados faz parte do conjunto geral

Contribuições de autores da Sociologia e Antropologia Européia (a saber: Émile Durkheim, Lucien Lévy-Bruhl, Febvre, Starokinski, Mirabeau, Norbert Elias, Alfred Weber, Mannheim, Sigmund Freud¹⁷, Max Weber, Thomas Eliot, Raymond Williams e Bronislaw Malinowski). Outros autores apresentados brevemente nas fontes de informação, sem dados que permitissem caracterizar o que entendiam como núcleo do fenômeno cultura eram autores relacionados à Antropologia Cultural (a saber: James Clifford, Robert Lowie, Goldenweiser, Matthew Arnold, Ralph Linton, Abram Kardiner e George Peter Murdock).

Tabela 2.2. Relação de conjuntos, sub-conjuntos e autores selecionados para análise das contribuições para a definição do fenômeno cultura.

Conjuntos, sub-conjuntos e autores selecionados para exame
<p>1) Noção de cultura antes da formalização da Antropologia como área de conhecimento</p> <p>Mudanças na definição de “cultura” na França do século XIII ao século XX Mudanças na definição de “cultura” na Alemanha entre os séculos XVIII e XIX</p>
<p>2) Movimentos Evolucionista e Neo-evolucionista antropológicos</p> <p>Evolucionismo Cultural Clássico</p> <p>Morgan, Lewis Henry (1818 – 1881) Frazer, James George (1854 – 1941) Tylor, Edward Burnett (1832 – 1917)</p> <p>Notas sobre o Neo-evolucionismo Cultural</p> <p>White, Leslie (1900 - 1975) Steward, Julian (1902 -1972) Harris, Marvin (1927 - 2001)</p>
<p>3) Antropologia Cultural</p> <p>Boas, Franz (1858 - 1942) Kroeber, Alfred (1876 - 1960) Kluckhohn, Clyde (1905 – 1960) Sapir, Edward (1884 – 1939) Benedict, Ruth (1887 – 1948) Mead, Margaret (1901 – 1978) Parsons, Talcott (1902 – 1979) Geertz, Clifford (1926 – 2006) Schneider, David (1918 – 1995) Sahlins, Marshall (1930 -)</p>

¹⁷ Embora Freud fosse médico/psicanalista, e não sociólogo, suas concepções sobre cultura tiveram grande repercussão nos debates em Sociologia na Alemanha e também na França.

3.4. Complementação dos dados coletados sobre aspectos biográficos, históricos ou metodológicos

a. Avaliação da necessidade de complementar dados com informações biográficas, históricas ou metodológicas

Após o término da etapa de coleta de dados e da seleção dos conjuntos de dados para análise, foi efetuada avaliação da necessidade de complementar os dados coletados acerca de características biográficas, históricas ou metodológicas importantes para o entendimento do que era destacado como núcleo da noção de cultura para cada autor.

Para isso as seguintes perguntas serviram como orientadoras, com base nas informações já coletadas:

- Há explicitação dos aspectos gerais da formação do autor?
- Há indicação dos principais trabalhos desenvolvidos pelo autor?
- Há apresentação dos fenômenos ou temas estudados pelo autor?
- Há indicação dos tipos de métodos utilizados pelo autor para o estudo de fenômenos culturais?
- Há indicação das principais publicações do autor?

Os conjuntos de dados em que eram identificados falta de informação para responder a essas perguntas foram complementados com informações disponíveis em outras fontes. As fontes complementares utilizadas foram de três tipos:

- Biografias publicadas por associações científicas;
- Relatos auto-biográficos de autores;
- Obras específicas sobre o tipo de conhecimento, período histórico ou autor.

b. Fontes de informação selecionadas para obter dados complementares para caracterização de aspectos biográficos ou históricos

As seguintes fontes de informação foram utilizadas para complementar as informações de tipos de conhecimento e de autores em que foram identificadas falta de informações que permitissem caracterizá-los apropriadamente:

a. Evolucionismo Cultural Clássico

Castro, C. (2005). Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

b. Biografia de Lewis Henry Morgan

Castro, C. (2005). Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

c. Biografia de James George Frazer

Castro, C. (2005). Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

d. Biografia de Edward Burnett Tylor

Castro, C. (2005). Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

e. Antropologia Cultural

Castro, C. (2004/2006). Antropologia Cultural: Franz Boas, textos selecionados. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 3. ed.

f. Biografia de Franz Boas

Castro, C. (2004/2006). Antropologia Cultural: Franz Boas, textos selecionados. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 3. ed.

g. Biografia de Alfred Kroeber

Steward, J.H. (1962). Alfred Kroeber 1876-1960: A Biographical Memoir. National Academy of Sciences. Disponível em: <http://books.nap.edu/html/biomems/akroeber.pdf> Acesso em: 03/05/2008.

h. Biografia de Clyde Kluckhohn

Herskovits, M.J. (1964). Clyde Kay Maben Kluckhohn 1905 – 1960: A Biographical Memoir. National Academy of Sciences. Disponível em: <http://books.nap.edu/html/biomems/ckluckhohn.pdf> Acesso em: 03/05/2008.

i. Biografia de Edward Sapir

Darnell, R.; Irvine, J.T. (1997). Edward Sapir. National Academy of Sciences. Disponível em: <http://books.nap.edu/html/biomems/esapir.pdf> Acesso em: 03/05/2008.

j. Biografia de Margaret Mead

Geertz, C. (1989). Margaret Mead 1901 – 1978: A Biographical Memoir. National Academy of Sciences. Disponível em: <http://books.nap.edu/html/biomems/mmead.pdf> Acesso em: 03/05/2008.

k. Biografia de Ruth Benedict

NNDB (s/d). Ruth Benedict. Disponível em: <http://www.nndb.com/people/786/000097495> Acesso em: 03/05/2008.

I. Relato auto-biográfico de Clifford Geertz

Geertz, C. (2000/2001). Paisagem e acidente: uma vida de aprendizagem. Em: Nova luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.15-29.

3.5. Síntese dos principais aspectos biográficos e históricos de cada autor ou tipo de conhecimento

As Informações biográficas de cada autor foram organizadas de modo a destacar os principais aspectos de sua obra. Foram descritas todas as informações apresentadas nas fontes de informação (principais e complementares) que destacassem um dos seis aspectos orientadores dessa etapa do trabalho.

O primeiro aspecto refere-se ao conjunto de informações que (1) explicitavam o tipo de fenômeno com o qual o autor trabalhava ou, ao menos, os aspectos nucleares desses fenômenos. As informações apresentadas indicavam que os antropólogos, em sua maioria, não lidam com o fenômeno “cultura”, mas com um aspecto relacionado a esse fenômeno, como “sistemas de parentesco” ou “linguagem”. A função desses destaques era permitir algum grau de visibilidade se o tipo de fenômeno com o qual cada autor lidava interferia, em algum grau, em suas concepções sobre o núcleo do que seria o fenômeno *cultura*.

O segundo aspecto refere-se ao conjunto de informações que (2) explicitavam procedimentos metodológicos utilizados pelo autor em seus trabalhos. Optou-se por descrever tais aspectos para que fosse possível avaliar se os métodos de trabalho desses autores tinham alguma relação com suas concepções sobre *cultura*.

O terceiro aspecto enfatizado nessas descrições de aspectos biográficos foram (3) informações acerca da formação acadêmica desses autores e das relações profissionais que estabeleceram com outros profissionais da área que pudessem ter alguma relação com suas concepções sobre a Antropologia e fenômenos culturais.

O quarto refere-se a (4) descrições de relações dos autores com profissionais ou conhecimentos de outras áreas de conhecimento, como Psicologia, Psiquiatria, Economia, etc. e que tivessem importância em suas concepções sobre fenômenos culturais.

Também foram destacadas (5) informações relativas a obras publicadas pelos autores que tenham relação com fatos históricos importantes na Antropologia ou que tenham marcado suas concepções sobre *cultura*.

Além desses cinco aspectos também foram destacadas (6) outras informações que foram julgadas pertinentes para o entendimento dos outros aspectos ou para a caracterização das contribuições gerais dos autores ou tipos de conhecimento.

Na descrição desses aspectos foram identificadas como notas de rodapé as fontes de informação de onde foram destacados os aspectos descritos. Também foi decidido preservar o nome de instituições e publicações na língua em que eram apresentadas (inglês ou português) na fonte em que eram citadas.

Ao final de cada seção de descrição desses aspectos foi inserida tabela que apresenta resumo dos principais aspectos do fenômeno cultura enfatizados por cada autor, suas principais contribuições à Antropologia ou características de seu trabalho e, ainda, relação das principais obras publicadas e das que aparentam ter relações mais diretas com a Psicologia a partir do título desses trabalhos.

3.6. Apresentação dos fragmentos destacados que enfatizam aspectos nucleares do fenômeno cultura, das categorias gerais das quais fazem parte e da caracterização dos processos comportamentais destacados

a. Apresentação dos trechos destacados em unidades de sentenças completas

Em cada trecho destacado das fontes de informação foi avaliada a pertinência de fragmentá-lo em unidades que permitissem ampliar a visibilidade sobre os fenômenos ou processos apresentados. O critério utilizado para fragmentar os trechos foi a presença de dois ou mais fenômenos referidos no mesmo trecho e que não estivessem sendo referidos como fenômenos relacionados. Os fragmentos de trecho, quando necessário, eram complementados para que constituíssem unidades de sentença completas, como apresentado na coluna “fragmentos de trechos destacados” na Tabela 2.3.

Os trechos fragmentados foram organizados em tabelas segundo a função geral que desempenhava, seja como característica do fenômeno cultura, como determinante desse fenômeno ou como outro processo determinado por ele.

Tabela 2.3. Exemplos do processo de apresentação dos fragmentos de trechos destacados em unidades completas, da identificação de categorias gerais e das equivalências em termos comportamentais.

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Características do fenômeno “cultura”	1) Não há diferença de “natureza” (biológica) entre primitivos e civilizados. (B1)	Cultura é aprendida, sem relação com a biologia da espécie, e é o que diferencia grupos humanos	Cultura é aprendida	<i>Cultura é caracterizada como produto de aprendizagens que distingue diferentes grupos humanos</i>
	2) As diferenças adquiridas entre primitivos e civilizados são diferenças de cultura. (B1)			

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 1 (Boas). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

b. Identificação dos processos comportamentais destacados como características ou determinantes do fenômeno cultura, ou em outros processos determinados por esse fenômeno

Cada fragmento de trecho já recomposto como unidade de sentença completa era examinado para avaliar se os fenômenos ou processos destacados eram processos comportamentais já conhecidos e estudados no âmbito da Análise do Comportamento ou se faziam menção a outros tipos de processo. Quando mais de um fragmento apresentavam aspectos nucleares comuns examinaram-se os processos comportamentais envolvidos diretamente a partir do fragmento de trecho ou a partir dos aspectos nucleares identificados em comum nesses trechos.

Na coluna *aproximação aos termos comportamentais* (Tabela 2.3), foram inseridas interpretações acerca do tipo de processos comportamental que parecia ser o núcleo dos relatos verbais examinados. Esse procedimento foi realizado para dar visibilidade às características do fenômeno cultura, seus determinantes e os processos que determina destacados pelos autores, mas que muitas vezes foram apresentados sob forma de metáforas, conceitos psicológicos utilizados fora de contexto, termos demasiadamente abrangentes ou, ainda, termos utilizados no âmbito da Análise do Comportamento, mas que poderia designar outro tipo de processo.

Por vezes, quando o fragmento de trecho parecia já destacar claramente o tipo de fenômeno ou processo comportamental referido, não foram feitas equivalências. Nos casos em que não ficavam explicitados os processos comportamentais referidos, optou-se por manter as frases como apresentadas pelos autores, de modo que as aproximações aos termos comportamentais tiveram diferentes graus de transformação.

b.1. Elaboração de um dicionário “comportamental” de termos antropológicos

O tipo de análise realizado neste projeto implicou em criteriosa análise dos termos utilizados pelos autores (e tradutores das obras) para que fosse mantido, ao máximo possível, o sentido original de cada trecho nas obras analisadas quando esses trechos fossem transformados em unidades de análise da Análise do Comportamento. Considerando a limitação envolvida no uso de fontes de informação indireta, foi considerado necessário explicitar ao máximo os processos utilizados para a interpretação analítico-comportamental dos termos examinados.

É importante destacar que o processo de identificar unidades de análise (ou “traduzir” termos para outro sistema lingüístico) a partir de textos implica em procedimentos que por vezes podem parecer distanciar a fonte original do produto elaborado, mas que são efetuados justamente no intuito de manter o sentido da fonte original. Embora neste trabalho não tenham sido traduzidos termos de uma língua para outra, o processo de análise de termos utilizados por uma comunidade verbal (entre antropólogos) a partir dos referentes de outra comunidade verbal (entre analistas do comportamento) implica em procedimentos similares aos processos de tradução.

Esses procedimentos têm por função aumentar a probabilidade de que o relato verbal sirva como estímulo discriminativo para comportamentos de classes semelhantes em diferentes comunidades verbais. Neste trabalho o objetivo não foi apenas “traduzir” conhecimento produzido em Antropologia para os conceitos da Análise do Comportamento, mas avaliar a que aspectos de fenômenos e processos psicológicos se referem as noções de “cultura” apresentadas por esses autores sob forma de variadas expressões. Nesse sentido, a função desses procedimentos foi aumentar a visibilidade sobre o processo de interpretação das informações examinadas.

Como condição necessária para compreender as principais expressões utilizadas pelos antropólogos ao se referirem à *cultura*, foi necessária a definição dos conceitos mais freqüentes nas obras de Antropologia. Para a elaboração desse *dicionário comportamental de termos antropológicos* foram examinadas as definições desses termos apresentadas nas próprias fontes de informação, quando disponíveis, e dicionários e enciclopédias de Antropologia e Sociologia disponíveis na Biblioteca de uma universidade pública no sul do país. As seguintes obras foram consultadas para a elaboração do “dicionário”:

Boudon, R.; Bourrincaud, F. (1982/1993). Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo: Ática.

Levinson, D.; Ember, M. (ed.). (1996). Encyclopedia of cultural anthropology. New York: Henry Holt, v.1, 2, 3 e 4.

Outhwaite, W.; Bottomore, T. (ed.). (1993/1996). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Pimenta, J. (1955). Enciclopédia de Cultura (Sociologia e Ciências Correlatas). Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

Os termos antropológicos que não foram encontrados em dicionários especializados foram examinados a partir da definição em língua portuguesa, apresentada em dicionários, que fosse mais apropriado com o contexto no qual era apresentado. Para avaliar a apropriação as expressões foram substituídas por seus significados presentes nos dicionários e avaliada a coerência do texto, com seu sentido original.

As traduções realizadas foram avaliadas por dois pesquisadores analistas do comportamento, sendo que o processo de tradução terminava apenas quando esses chegavam a consenso sobre a apropriação da tradução realizada. O dicionário comportamental de termos antropológicos produzido a partir desse processo e utilizado neste trabalho é apresentado no Anexo 2.

c. Identificação de categorias gerais referentes a características do fenômeno cultura, seus determinantes ou outros processos determinados pela cultura

Outro processo realizado a partir dos trechos fragmentados e das definições comportamentais das expressões antropológicas apresentadas foi a identificação de categorias gerais referentes aos aspectos nucleares destacados por esses trechos.

Foram utilizadas expressões de uso comum na Antropologia ou que ajudam a identificar os fenômenos referidos pelo termo como forma de organizar os conjuntos de dados examinados e permitir mais visibilidade acerca dos aspectos nucleares enfatizados pelos diferentes autores.

3.7. Relações entre os aspectos enfatizados na definição de cultura e características biográficas e metodológicas de cada autor e análise dos processos comportamentais enfatizados no estudo do fenômeno *cultura*

Após a organização dos aspectos biográficos de cada autor, da tradução comportamental dos aspectos nucleares enfatizados e da identificação das categorias gerais identificadas a partir delas, foram estabelecidas relações entre esses aspectos de forma a explicitar os aspectos nucleares das diferentes contribuições ou características gerais das obras dos autores examinados, bem como possíveis limitações ou problemas evidenciados. As conclusões apresentadas também foram examinadas, ainda que brevemente, a partir do conhecimento já disponível na Análise do Comportamento acerca dos processos comportamentais destacados pelos autores.

III

PRINCIPAIS MUDANÇAS NA DEFINIÇÃO DE *CULTURA* DO SÉCULO XIII AO XX

Muito antes da formalização da Antropologia como profissão ou como área de conhecimento ou, ainda mais especificamente, da Antropologia Cultural, como sub-Área do Conhecimento em Antropologia, o termo “cultura” já era utilizado em diferentes contextos, muitas vezes com definições distintas e, por vezes, até contraditórias (Cuche, 1996). O exame do uso desse conceito e das mudanças em sua definição em dois contextos permite contextualizar os debates no âmbito da Antropologia Cultural e compreender a forte influência sobre os usos correntes desse termo na literatura contemporânea.

O primeiro desses contextos foi a evolução desse conceito na França, entre os séculos XIII e XX. Estudar esse período implica examinar os debates entre intelectuais franceses e alemães, que explicitam as características desse fenômeno enfatizadas em diferentes definições (Cuche, 1996).

O segundo contexto foi no âmbito de uma perspectiva antropológica conhecida como Evolucionismo Cultural, que exerceu grande influência sobre as Ciências Sociais no século XIX no mundo ocidental, que teve alguns de seus principais pressupostos questionados pelos antropólogos culturais, e que reaparece em meados do século XX como uma perspectiva Antropológica, fortalecida a partir dos avanços efetuados a partir dos questionamentos da Antropologia Cultural, sob a forma de um Neo-Evolucionismo Cultural (Kuper, 1999).

1. Mudanças na definição de *cultura* na França do século XIII ao século XX

Os primeiros registros do termo “cultura” em língua francesa são do século XIII. A partir daí, até o início do século XVI, esse termo designava um dos sentidos em que era utilizado em Latim: *produto da atividade de cultivar alimentos* ou, em outras palavras, *uma parcela de terra cultivada* (Cuche, 1996, p.19). Cultura, nesse período, era considerada a decorrência da atividade humana agrícola, mas as relações entre essa atividade (cultivar a terra) e o seu produto (terra cultivada) não parecem ser enfatizadas em sua definição. A primeira linha da Figura 3.1. destaca a noção de cultura deste período como classe de estímulos conseqüente “parcela de terra cultivada”.

As informações apresentadas por Cuche (1996), apresentadas na coluna “trecho destacado” na Figura 3.1., não permitem identificar se haviam restrições acerca de características específicas da terra cultivada para que essa fosse considerada uma cultura. Aparentemente essas poderiam variar em tipo de alimento cultivado, local de cultivo, organização e distribuição espacial das plantas etc. Essa variabilidade de aspectos é ilustrada pela figura com múltiplas variáveis (diversas setas partindo de um mesmo ponto) em “classe de estímulos conseqüente” na representação gráfica desse conceito no século XIII (Figura 3.1.).

No começo do século XVI, três séculos após os primeiros registros do termo “cultura” em língua francesa, foi constatada a primeira mudança na definição desse conceito. O termo começa a ser utilizado para designar a **atividade de cultivar a terra** (Cuche, 1996, p.19). Essa mudança implicou defini-lo não mais pelo produto da atividade, mas pela classe de atividades humanas que tem como decorrência a terra cultivada. Na representação dessa definição na Figura 3.1. é destacado que o núcleo desta definição está na classe de respostas nomeadas por “cultivar a terra” que tem como produto, “terra cultivada”. A seta esmaecida indica a provável relação entre a atividade de cultivar e o seu produto.

Novamente as informações apresentadas por Cuche (1996) não explicitam a variabilidade que as características das atividades humanas e seus produtos podem assumir. As respostas de uma classe abrangente como “cultivar a terra” podem variar em muitos aspectos – instrumentos e formas de utilização, escalas de trabalho, quantidade de pessoas envolvidas etc., bem como as características de seu produto também podem assumir grande variabilidade. Essas possíveis

variabilidades são destacadas na representação da definição de “cultura” nesse período por meio das figuras que representam múltiplas variáveis de um fenômeno.































Período	Trecho destacado	Núcleo da definição	Representação									
(...) ↓ Século XIII	“O termo vem do latim e aparece na língua francesa no século XIII para designar <u>uma parcela de terra cultivada.</u> ” (Cuche, 1996, p.19)	Classe de estímulos consequente “parcela de terra cultivada”	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">CLASSE DE COMPORTAMENTOS</th> </tr> <tr> <th>Classe de estímulos antecedentes</th> <th>Classe de respostas</th> <th>Classe de estímulos consequentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>  Parcela de terra cultivada </td> </tr> </tbody> </table>	CLASSE DE COMPORTAMENTOS			Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos consequentes	-	-	 Parcela de terra cultivada
CLASSE DE COMPORTAMENTOS												
Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos consequentes										
-	-	 Parcela de terra cultivada										
↓ Início do século XVI	“No começo do século XVI, cultura não significava mais um estado (da coisa cultivada) mas uma ação, ou seja o fato de cultivar a terra.” (Cuche, 1996, p.19)	Classe de respostas “cultivar a terra”	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">CLASSE DE COMPORTAMENTOS</th> </tr> <tr> <th>Classe de estímulos antecedentes</th> <th>Classe de respostas</th> <th>Classe de estímulos consequentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>-</td> <td>  Atividade de cultivar </td> <td>  Terra cultivada </td> </tr> </tbody> </table>	CLASSE DE COMPORTAMENTOS			Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos consequentes	-	 Atividade de cultivar	 Terra cultivada
CLASSE DE COMPORTAMENTOS												
Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos consequentes										
-	 Atividade de cultivar	 Terra cultivada										
↓ Meados do século XVI	“Somente no meio do século XVI se forma o sentido figurado e “cultura” pode designar então a cultura de uma faculdade, isto é, o fato de trabalhar para desenvolvê-la.” (Cuche, 1996, p.19)	Classes de comportamentos referentes ao desenvolvimento de uma faculdade	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">CLASSES DE COMPORTAMENTOS</th> </tr> <tr> <th>Classe de estímulos antecedentes</th> <th>Classe de respostas</th> <th>Classe de estímulos consequentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>  </td> <td>  </td> <td>  Faculdade desenvolvida </td> </tr> </tbody> </table>	CLASSES DE COMPORTAMENTOS			Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos consequentes			 Faculdade desenvolvida
CLASSES DE COMPORTAMENTOS												
Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos consequentes										
		 Faculdade desenvolvida										
↓ Entre séculos XVII e XVIII	“Progressivamente, “cultura” se libera de seus complementos e acaba por ser empregada só, para designar a “formação”, a “educação” do espírito.” (Cuche, 1996, p.20)	Classes de comportamentos que constituem a educação ou formação do indivíduo	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">CLASSES DE COMPORTAMENTOS</th> </tr> <tr> <th>Classe de estímulos antecedentes</th> <th>Classe de respostas</th> <th>Classe de estímulos consequentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>  </td> <td>  </td> <td>  Indivíduo “educado” ou “formado” </td> </tr> </tbody> </table>	CLASSES DE COMPORTAMENTOS			Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos consequentes			 Indivíduo “educado” ou “formado”
CLASSES DE COMPORTAMENTOS												
Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos consequentes										
		 Indivíduo “educado” ou “formado”										
↓ Século XVIII ↓ (...)	“Depois, em um movimento inverso ao observado anteriormente, passa-se de “cultura” como ação (ação de instruir) a “cultura” como estado (estado do espírito cultivado pela instrução, estado do indivíduo “que tem cultura”).” (Cuche, 1996, p.20)	Classe de estímulos consequente produto da formação/instrução o (estado do indivíduo que “tem cultura”)	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">CLASSE DE COMPORTAMENTOS</th> </tr> <tr> <th>Classe de estímulos antecedentes</th> <th>Classe de respostas</th> <th>Classe de estímulos consequentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>-</td> <td>-</td> <td>  Estado do indivíduo que tem cultura </td> </tr> </tbody> </table>	CLASSE DE COMPORTAMENTOS			Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos consequentes	-	-	 Estado do indivíduo que tem cultura
CLASSE DE COMPORTAMENTOS												
Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos consequentes										
-	-	 Estado do indivíduo que tem cultura										

Figura 3.1. Representação esquemática das mudanças no núcleo da definição de cultura na França, entre os séculos XIII e XVIII, a partir das informações disponíveis em Cuche (1996), identificadas a partir da noção de comportamento.

Em meados do século XVI houve mudança na definição de cultura em língua francesa, que tornou mais amplo esse conceito. “Cultura” começa a ser utilizado para designar classes de comportamentos referentes ao desenvolvimento de uma “faculdade” (Cuche, 1996, p.19), ou capacidade. Desenvolver capacidade para realizar cálculos matemáticos, por exemplo, era definido como *cultura matemática*. Desenvolver capacidade para trabalhos científicos, era nomeado como *cultura científica*. Cuche (1996) destaca que esse sentido figurado foi pouco utilizado até o século XVII e está presente em poucos dicionários da época, sendo que apenas no ano de 1718 esse sentido foi incorporado ao principal dicionário de língua francesa da época, o dicionário da Academia Francesa. O termo “cultura”, nesse período, vinha acompanhado de um complemento (*cultura artística, cultura científica, cultura matemática* etc.) de modo a explicitar a “faculdade” que era cultivada (Cuche, 1996, p.20). A representação do processo ao qual os termos da definição do conceito se referem nesse período, como indicado na Figura 3.1., ilustra a ênfase dessa noção de cultura nas classes de respostas apresentadas por esses indivíduos que têm como decorrência uma faculdade específica desenvolvida. A mudança na definição de cultura como “cultivo de alimentos” para cultura como “desenvolvimento de uma faculdade” indica um processo de generalização do conceito, no qual se torna mais abrangente e aplicável a uma maior amplitude de classes de comportamentos, embora fossem nomeadas por substantivo (“cultura”) e adjetivos (artística, científica, etc.).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, progressivamente, o termo começa a ser utilizado livre de complementos para designar a educação ou formação das pessoas de modo mais geral. Expressões como “cultura científica”, “cultura religiosa” etc. que designavam classes de comportamentos específicas começam a ser pouco utilizadas e o termo “cultura” é utilizado de modo mais abrangente para designar os produtos das aprendizagens de um indivíduo relacionadas à sua educação, ou a “educação do espírito¹⁸” (Cuche, 1996, p.20). Cultura, então, referia-se a classes de comportamentos de um indivíduo, em qualquer contexto, que envolvem aprendizagens relacionadas à educação ou formação do indivíduo. A representação da definição nesse período na Figura 3.1. destaca o desenvolvimento dessas

18 O sentido em que era empregado o termo “formação ou educação do espírito” nesse período na França pode ser objeto de exame mais detalhado. Aqui será entendido como “formação ou educação do indivíduo”.

aprendizagens pelo fortalecimento das relações entre classes de respostas e classes de estímulos conseqüentes. É importante destacar, que além da ênfase no processo de “formação” ou “educação” do indivíduo, a própria forma de se referir a essa definição de cultura já explicita mais enfaticamente o produto desse processo. Se, enquanto o termo cultura era acompanhado de complementos (cultura científica, religiosa, artística etc.), havia indivíduos com culturas específicas (produtos de desenvolvimento de “faculdades” específicas), agora há indivíduos *com* e indivíduos *sem* cultura, ou em um gradiente de variação entre esses dois extremos (como produto da formação do indivíduo).

Cuche (1996, p.20) destaca que ainda no século XVIII, em um movimento inverso ao observado anteriormente, passa-se de ‘cultura’ como ação (ação de instruir) que produz aprendizagens de valor social, para ‘cultura’ como estado (estado do indivíduo ‘que tem cultura’). A representação do conceito nesse período na Figura 3.1. apresenta a noção de ‘cultura’ como estado do indivíduo, decorrente das aprendizagens pela instrução, como classe de estímulos conseqüentes.

Ainda no século XVIII na França, em grande parte por influência dos filósofos Iluministas, ‘cultura’ era empregada para referir-se a formação desejada para todos os homens, além de qualquer distinção entre povos ou classes. A palavra era comumente associada às idéias de “progresso” e “evolução” e, para Cuche (1996, p.21), “participava do otimismo do momento, baseado na confiança no futuro perfeito do ser humano”. Cultura era entendida *como característica específica da espécie humana que a distingue dos outros animais*. O progresso vislumbrado pelos iluministas seria decorrência da evolução da cultura desenvolvida pelos homens sobre a natureza em seu estado bruto.

1.1. Explicitação do “mentalismo Antropológico” presente nas mudanças na definição de *cultura* na França entre os séculos XIII e XX

É importante avaliar o que representa as mudanças na definição de cultura no período entre os séculos XIII e XX na França. O desenvolvimento da noção de cultura no idioma francês entre esses séculos explicita uma forma de *mentalismo antropológico* em que fenômenos naturais tornam-se instâncias ou entidades internas aos indivíduos, da mesma forma que a versão psicológica do mentalismo internaliza processos comportamentais em supostas entidades encobertas. O

próprio substantivo “cultura”, quando utilizado para descrever uma classe de atividades humanas, dificulta identificar o processo comportamental envolvido e aumenta a probabilidade de que outros recursos de linguagem ocultem ainda mais os fenômenos envolvidos e facilitem a adoção de explicações fictícias. Robinson (2003) exemplifica de forma bem humorada como esse processo de transformar processos comportamentais em entidades mentais ocorre no âmbito da Psicologia, de modo muito semelhante ao observado nas informações apresentadas por Cuche (1996). No exemplo apresentado por Robinson, em um show de mágica chamado de “Psicologia”, são descritas as 13 etapas, ou 13 truques, que constituem o processo em que os fenômenos psicológicos são transformados por recursos de linguagem, criando falsas explicações mentalistas acerca do comportamento humano. A partir da observação de um evento, o mágico conduz o público gradualmente a identificar supostas entidades internas que, como em um “passe de mágica”, transforma-se na explicação do evento que ocorreu. No exemplo desse autor, a descrição “bater na face do outro”, é generalizada para uma classe de comportamentos mais ampla (“agredir o outro”); o que leva a supor que houve “agressão”, transformando um processo comportamental dinâmico em um fenômeno estático; tornando plausível considerar que se houve “agressão” é porque há agressividade; e que se há agressividade é porque a pessoa tem uma personalidade agressiva; daí é possível supor a explicação de que se ele agrediu é porque tem uma personalidade agressiva; e, por fim, supõe-se a existência de uma mente onde fica a personalidade agressiva, pois esse fenômeno precisa existir em algum lugar.

Nas mudanças na definição de “cultura” na França entre os séculos XIII e XVIII, de (1) produto da atividade de cultivar alimentos para a (2) própria atividade de cultivar alimentos, torna-se (3) atividade de cultivar ou desenvolver qualquer “faculdade” específica, para depois referir-se a (4) atividade de desenvolver-se ou o produto desse desenvolvimento e, por fim, a (5) ter “cultura” como uma entidade que reflete a singularidade humana, com um espírito desenvolvido diferente da selvageria do mundo natural ou primitivo (Cuche, 1996). O conceito que designava tipos de atividades humanas ou relações entre essas atividades e aspectos do meio, volta a designar o produto dessas atividades e, desta vez, destaca algo que o homem supostamente tem em si, não mais como uma consequência de algo que ele fez ou produziu. Em cinco etapas, ao longo de cinco séculos, uma entidade interna foi criada: a cultura do indivíduo. Talvez a semelhança no processo de formação

desse conceito com os conceitos “mente” e “personalidade” justifique a quantidade de antropólogos que posteriormente dedicaram-se a estudar as relações entre “cultura” e “mente” (ex. Geertz, 2000/2001) e “cultura” e “personalidade” (ex. Mead, 1950/2003).

Também sob influência dos ideais Iluministas, ainda no século XVIII, o conceito cultura também era utilizado para referir-se a “todo conhecimento produzido pela humanidade e disponível às outras gerações” (Cuche, 1996, p.20), como representado na Figura 3.2. Essa concepção não era delimitada por fronteiras nacionais ou identidades de grupo, mas por todo conhecimento produzido pelo ser humano. Essa definição parece ter relação com a definição de cultura como classe de estímulos conseqüente produto da formação ou instrução do indivíduo. Se por um lado a cultura foi “internalizada” como estando *no* sujeito, por outro, parte da cultura continua no ambiente, nas obras produzidas pelo Homem, disponíveis às outras gerações.

Período	Trecho destacado	Núcleo da definição	Representação
Século XVIII	“(…) soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade ao longo de sua história” (Cuche, 1996. p.21)	Classe de estímulos conseqüente “conjunto do conhecimento produzido” pelo Homem e tornado acessível às outras gerações, classe de estímulos antecedente para outros comportamentos	<p>O diagrama ilustra a 'CLASSE DE COMPORTAMENTOS' dividida em três colunas: 'Classe de estímulos antecedentes', 'Classe de respostas' e 'Classe de estímulos conseqüentes'. Abaixo dessas colunas, há um símbolo de estrela e o texto 'Conhecimento produzido pelo Homem'. À direita, três setas apontam para três ícones de estrelas, cada um dentro de um retângulo dividido em duas partes, representando a transmissão ou aplicação desse conhecimento.</p>

Figura 3.2. Representação da definição de “cultura” na França do século XVIII como conjunto do conhecimento produzido pelo homem (formulada a partir de Cuche, 1996).

Outro destaque importante em relação à noção de cultura nesse período, é que o que parece caracterizar um “ser humano” não é sua forma e nem seus caracteres biológicos, mas a semelhança entre seus hábitos e costumes ou, em outras palavras, a semelhança cultural (Cuche, 1996). Povos indígenas, por exemplo, não eram considerados humanos, pois, ou não tinham cultura ou a que tinham era muito primitiva, próxima da selvageria do mundo natural (Cuche, 1996; Kuper, 2002). Febvre (1929, em Kuper, 2002) destaca que os intelectuais franceses até o século XVII diferenciavam povos selvagens, povos bárbaros e povos

civilizados, como se fossem etapas de uma sociedade em evolução¹⁹. Expressões como “educação do espírito” ou “formação do espírito” eram utilizadas com frequência nesse período para diferenciar pessoas com cultura das demais, sem cultura ou em níveis culturais inferiores (selvagens ou bárbaros). A própria noção de “ser humano” evidencia os debates acerca da distinção entre “natureza” e “cultura”. O “ser humano” nesse período não é caracterizado apenas por ser membro da espécie *homo sapiens*, mas por ser um *ser cultural* (que se comporta de modo similar aos padrões de referência dos povos do ocidente europeu).

A concepção de que povos selvagens ou bárbaros seriam formas de sociedade menos evoluídas do que a vida civilizada europeia, foi compartilhada posteriormente pelos antropólogos identificados como “evolucionistas” no século XIX. Estudar povos selvagens ou bárbaros, para os “evolucionistas culturais” seria uma forma de estudar o passado das sociedades civilizadas (Cuche, 1996). Essa perspectiva começa a ser criticada na Antropologia Cultural no final do século XIX, a partir das contribuições de Franz Boas²⁰ (Kuper, 2002).

Na França no século XVIII, o conceito *civilização* era muito utilizado para referir-se à fenômenos com características muito semelhantes à *cultura*. Cuche (1996, p.21) destaca que, embora esses termos fossem utilizados quase que indistintamente, *cultura* era utilizado para referir-se mais diretamente aos “progressos individuais”, enquanto *civilização* aos “progressos coletivos de uma sociedade”. A Figura 3.3. ilustra essa distinção, destacando a idéia de *civilização* como mais abrangente e constituída pela *cultura* dos membros de um grupo.

Já no século XIX, Cuche (1996, p.29) descreve que “*cultura* se enriqueceu com uma dimensão coletiva e não se referia mais somente ao desenvolvimento intelectual do indivíduo. Passou a designar também um conjunto de caracteres próprios de uma comunidade, mas em um sentido geralmente vasto e impreciso”. Essa concepção de *cultura* representa o que era chamado de *civilização* na Figura 3.3. A partir desse período, muitos autores franceses utilizaram os dois conceitos de modo indiferenciado (Cuche, 1996).

¹⁹ A distinção de etapas evolutivas de uma sociedade, em especial dos termos selvagens, bárbaros e civilizados, é apresentada mais apropriadamente pelos antropólogos evolucionistas, e é examinado no capítulo IV deste trabalho.

²⁰ O exame das contribuições da Antropologia Cultural e das definições de cultura nessa sub-Área de Conhecimento da Antropologia são examinadas no capítulo V.

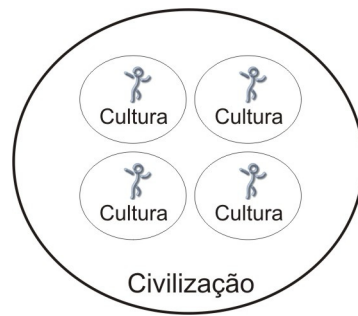


Figura 3.3. Representação da definição de *cultura* como “progressos individuais” e de *civilização* como “progressos coletivos”, como utilizado na França do século XVIII.

Embora os termos “civilização”, “selvagens”, “primitivos” e “bárbaros” tenham sido utilizados para se referir a diferentes povos, alguns cientistas sociais franceses nos séculos XIX e XX criticavam a utilização desses termos como rótulos de povos, especialmente pelo fato de o termo “civilização” ser utilizado como sinônimo de “cultura”. Por exemplo, em 1929 o historiador francês Lucien Febvre, em seminário sobre o tema *civilização* polemizou a definição de civilização utilizada na França para distinguir o Homem civilizado (ou Homem com cultura) dos selvagens e bárbaros (Kuper, 2002). Nesse seminário, Febvre relatou um trabalho de doutoramento pela Universidade de Sorbonne que examinava a *civilização dos tupis-guaranis na América Latina* (tradicionalmente o termo “civilização” era utilizado para referir-se apenas a povos europeus) e brincou com o público afirmando que o conceito de civilização, no sentido utilizado na França, havia sido formado por pessoas pouco civilizadas (Kuper, 2002). O núcleo do discurso de Febvre nesse seminário foi de que havia dois sentidos correntes e incompatíveis para o termo cultura e seu sinônimo civilização, o primeiro referindo-se “ao conjunto de características que um observador consegue registrar ao estudar a vida coletiva de um grupo de seres humanos, conjunto esse que englobava aspectos materiais, intelectuais, morais e políticos da vida social” (Kuper, 2002, p.47), e o segundo referente às características da própria civilização francesa.

O conceito cultura, tido como característica que define o próprio Homem, tem relações diretas com diversos movimentos sociais e políticos na Europa. A noção corrente na França até o século XVIII era parte da justificativa à supremacia dos povos europeus (povos com cultura ou civilizados) sobre os demais povos e espécies. Índios, negros, asiáticos, etc. eram tidos como povos sem cultura (ou em

um grau menor de evolução cultural) ou não civilizados e, por isso, não eram considerados como humanos. A própria escravidão, por exemplo, teve como um de seus pressupostos a ausência de um “espírito com cultura” aos negros que, por isso, não deveriam ser tratados como os demais “humanos civilizados” (Cuche, 1996). O fato da “cultura” ser definida com ênfase no “estado do indivíduo” diminui a visibilidade sobre os processos comportamentais envolvidos em produzir tais estados. A determinação desses estados parece ser produto mais de contingências fora do controle humano (ex. “desejo divino”), do que de contingências (programadas ou acidentais) do ambiente físico e social de diferentes povos ou grupos sociais.

2. Mudanças na definição de *cultura* na Alemanha entre os séculos XVIII e XIX

O termo cultura é utilizado na Alemanha a partir do século XVIII, e durante a primeira metade deste século parece representar o mesmo sentido da palavra francesa nesse mesmo período. Cuche (1996/2002, p.23) atribui esse empréstimo lingüístico à influência do pensamento Iluminista na época. Na segunda metade do século XVIII, Cuche (1996/2002, p.25) destaca que os termos *cultura* e *civilização* eram utilizados na Alemanha para referir-se a dois processos antagônicos. *Cultura* representava qualquer aspecto do meio ou classes de atividades dos indivíduos que contribuíssem para o enriquecimento intelectual. *Civilização* representava os aspectos do meio e as atividades dos indivíduos relacionadas à leviandade, ou aparência de brilho sem efetivo desenvolvimento intelectual. Essa distinção era tornada evidente nas lutas entre burguesia intelectual e a aristocracia da corte alemã²¹. Para os intelectuais burgueses, ao mesmo tempo em que a corte era muito civilizada, tinha carência de cultura. Para explicitar essa distinção, Cuche faz a seguinte analogia: “a cultura se opõe à civilização, como a profundidade se opõe à superficialidade” (1996/2002, p.25).

No século XIX, na Alemanha, além do termo *cultura* ser utilizado em oposição à *civilização*, começa a ser utilizado para designar as características de uma nação. Aquilo que é notadamente característico de um povo e relacionado ao seu desenvolvimento intelectual, é a *cultura deste povo*. Cuche (1996/2002, p.29) resume a distinção entre *cultura* e *civilização* no final do século XIX na Alemanha,

²¹ Ao leitor interessado em examinar a oposição da burguesia intelectual à aristocracia da corte alemã, é sugerida a leitura de Elias (1939).

destacando que por cultura eram entendidas as características freqüentes do ambiente ou das atividades de um povo, relacionadas ao desenvolvimento da “alma profunda do povo” (aspectos morais, intelectuais e artísticos desse povo), enquanto *civilização* designava o progresso material, econômico e técnico.

Cuche (1996/2002) destaca que a Alemanha no século XIX era uma nação com características muito diferentes entre os estados e povos que a compunham e que, possivelmente, o esforço da burguesia intelectual da época em caracterizar o que era notadamente alemão teria uma função importante para consolidar a idéia de nação alemã, e os próprios conceitos utilizados pelos intelectuais sofriam as decorrências desse processo. Já na França, país cuja unidade nacional parecia ser mais evidente, o universalismo do conceito *cultura* (“cultura da humanidade” e não “cultura francesa”) poderia ser um indício da pouca preocupação dos intelectuais franceses em delimitar as características de seu povo.

Como decorrência da delimitação da definição de *cultura* a partir dos dois aspectos centrais desse conceito na Alemanha no século XIX - a) aspecto do meio ou classes de atividades dos indivíduos que contribuíssem para o enriquecimento intelectual e b) características do povo de uma nação -, ainda no século XIX o conceito de *cultura* começa a ser definido como “conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (Cuche, 1996/2002, p.28). Essa definição abrange três tipos de classes de estímulos conseqüentes e os comportamentos a elas relacionados. O primeiro tipo refere-se às classes de estímulos conseqüentes relacionadas à produção artística, a segunda a produções intelectuais, e a terceira a produções morais, sendo que todas deveriam ser notadamente características de uma nação, como ilustrado na Figura 3.4.

Período	Trecho destacado	Núcleo da definição	Representação						
Século XIX	“A cultura aparece como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (Cuche, 1996, p.28)	Classes de estímulos conseqüentes relacionadas à produção artística, a produções intelectuais, e a produções morais, notadamente características de uma nação	<p>CLASSE DE COMPORTAMENTOS</p> <table border="1"> <tr> <td>Classe de estímulos antecedentes</td> <td>Classe de respostas</td> <td>Classe de estímulos conseqüentes</td> </tr> <tr> <td>—</td> <td>—</td> <td> <p>Produção artística, intelectual e moral característica de uma nação</p> </td> </tr> </table>	Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos conseqüentes	—	—	<p>Produção artística, intelectual e moral característica de uma nação</p>
Classe de estímulos antecedentes	Classe de respostas	Classe de estímulos conseqüentes							
—	—	<p>Produção artística, intelectual e moral característica de uma nação</p>							

Figura 3.4. Representação da definição de “cultura” na Alemanha do século XVIII como conjunto do conhecimento produzido pelo homem (formulada a partir de Cuche, 1996).

As mudanças no conceito de *cultura* na França e Alemanha entre os séculos XIII e XIX caracterizam as influências de múltiplos aspectos na formação inicial desse conceito. Na França é explícito o processo gradual que ocorreu de forma análoga ao que é nomeado por *mentalismo* na Psicologia, e a forte influência Iluminista com otimismo para o progresso da Humanidade. Na Alemanha, onde a burguesia intelectual utilizou uma distinção particular entre *cultura* e *civilização* para demarcar a rivalidade com a corte alemã, é nítida a repercussão dos esforços para consolidação do Estado alemão sobre a formação desse conceito. Cuche (1996) destaca que nesse período o conceito *cultura* tinha um caráter mais normativo – prescrevendo ideais de progresso ou aspectos valorizados em um determinado meio social -, do que descritivo de fenômenos naturais característicos desses meios. O autor ainda destaca que nenhuma das definições apresentadas nesse período é dotada de um caráter “científico”, que permitisse tornar a *cultura* como um campo de estudos específico, e que envolveria a descrição mais precisa do fenômeno ao qual esse termo se refere. A definição mais descritiva, tida como a primeira definição científica do termo cultura, é formulada anos mais tarde como contribuição do antropólogo evolucionista norte americano Edward Tylor, em 1871.

IV

CARACTERÍSTICAS DO *EVOLUCIONISMO CULTURAL*, DO TRABALHO E DA DEFINIÇÃO E CULTURA DE SEUS PRINCIPAIS AUTORES

1. Características gerais do *Evolucionismo Cultural Clássico*

Em meados do século XIX, o norte-americano Lewis Henry Morgan iniciou o que foi conhecido como abordagem evolucionista em Antropologia. Nas décadas seguintes ao trabalho desenvolvido por Morgan e de outros autores também identificados como pertencentes a essa abordagem antropológica, exerceram grande influência nos demais trabalhos realizados na época em ciências sociais. Entre 1870 e 1910 a concepção evolucionista tinha destaque no pensamento antropológico. Após este período, as críticas em relação aos métodos utilizados e às concepções formuladas começaram a explicitar problemas que precisariam ser melhor avaliados. Ainda assim, o evolucionismo cultural marca a história da Antropologia pela proposição da primeira definição de *cultura* reconhecida como *científica*, explicitando a descrição de um fenômeno natural (Castro, 2005). Tal definição ainda é utilizada em muitos contextos da Antropologia e, por isso, é importante caracterizar esse conceito a partir das contribuições dessa “abordagem” antropológica.

Embora o termo “evolucionismo cultural” possa remeter diretamente à idéia de seleção natural proposta por Charles Darwin (1859), e também por Morgan ter tentado estabelecer relações entre essas duas teorias, a concepção “evolucionista” na Antropologia não é decorrência dos avanços no conhecimento sobre a evolução das espécies apresentados por Darwin. O núcleo da teoria evolucionista cultural estava mais na idéia de *estágios obrigatórios de evolução das culturas* do que no exame do processo pelo qual diferentes culturas evoluem por meio da variação e seleção. Castro (2005, p.28) destaca que:

O postulado básico do evolucionismo em sua fase clássica era (...) que, em todas as partes do mundo, a sociedade humana teria se desenvolvido em estágios sucessivos e obrigatórios, numa trajetória basicamente unilinear e ascendente. A possibilidade lógica oposta, de que teria havido uma degeneração ou decadência a partir de um estado superior – idéia que tinha por base uma interpretação bíblica – precisava ser descartada (...). Toda a humanidade deveria passar pelos mesmos estágios, seguindo uma direção que ia do mais simples ao mais complexo, do mais indiferenciado ao mais diferenciado.

Outra característica nuclear da Antropologia Evolucionista Clássica é o seu *método comparativo* (Cuche, 2002). Esse método supostamente permitiria identificar cada um dos estágios de desenvolvimentos das sociedades humanas, permitindo reconstruir a própria história de desenvolvimento da espécie humana. O objetivo nuclear dos trabalhos desenvolvidos pelos antropólogos evolucionistas clássicos era o de identificar esses estágios de desenvolvimento cultural em diferentes grupos humanos.

Apesar dos esforços, principalmente de Edward Tylor, para tornar a Antropologia uma Ciência, Castro (2005) destaca que era notadamente baixa a exigência de confiabilidade nos registros etnográficos dos estudos realizados pelos antropólogos identificados como evolucionistas culturais. Tylor, por exemplo, relatava que registros de viajantes, missionários ou demais observadores mesmo sem treinamento poderia ser útil, desde que houvesse concordância entre diferentes observadores. Essa concepção deu origem à uma expressão pejorativa utilizada posteriormente para designar esse tipo de “postura”, de um antropólogo sentado em sua biblioteca analisando os relatos de viajantes: a “Antropologia de gabinete” (Castro, 2005; Kaplan & Manners, 1972).

No final do século XIX, Franz Boas (1896), que iniciou um movimento conhecido por “Relativismo Cultural” em oposição às concepções evolucionistas de cultura, era um dos principais críticos de tais concepções, ao enfatizar a inadequação da suposição de estágios culturais semelhantes para todos os povos e a importância dos estudos com observação direta, prolongada e mais bem sistematizada como método de estudo da cultura (Cuche, 2002, p.39).

Dentre os antropólogos identificados como evolucionistas culturais, destacam-se Lewis Henry Morgan, Edward Burnett Tylor e James George Frazer. O exame de aspectos biográficos desses autores permite identificar mais claramente características nucleares do Evolucionismo Cultural Clássico. Embora tenha sido encontrado registro da definição de cultura apenas em referência aos trabalhos de Tylor nas fontes consultadas, supõe-se que a definição apresentada pelo autor seja representativa dos trabalhos desenvolvidos nessa mesma perspectiva.

2. MORGAN, Lewis Henry (1818 – 1881): Fenômenos com os quais lidava e contribuição para o estudo da “cultura”

Morgan, considerado fundador da Antropologia Americana e um dos maiores especialistas em Cultura Iroque (uma tribo americana), realizou estudos acerca dos estágios de evolução cultural das sociedades humanas e enfatizou o estudo dos sistemas de parentesco como forma de estudo desses estágios de evolução. Seus estudos e concepções influenciaram gerações de antropólogos nos Estados Unidos, Europa e Rússia (antiga União Soviética). É considerado como um dos principais autores da concepção Evolucionista Cultural Clássica em Antropologia.

Formado em Direito em 1842, participava de um grupo de estudantes que estudavam textos clássicos de Ciência e Filosofia, conhecido como “Grande Ordem dos Iroqueses”, em alusão aos índios que viviam na região. Em 1844, Morgan conheceu um índio Iroque, que o apresentou a alguns chefes da tribo que estavam em viagem pela cidade e, com os conhecimentos básicos que possuía da língua, atuou como intérprete desses chefes. Nos encontros com os chefes Iroques aprendeu muito sobre a organização social dos Iroqueses, e esse é tido historicamente como o período de nascimento da Antropologia norte-americana.

A primeira publicação de Morgan sobre a cultura Iroquesa data de 1851. Segundo o próprio Morgan, o objetivo desse livro era “encorajar um sentimento mais bondoso em relação aos índios, baseado num conhecimento mais verdadeiro de suas instituições civis e domésticas, e de suas capacidades de futura elevação” (Morgan, 1851, em Castro, 2005, p.10).

Morgan, paralelamente a sua carreira de advogado, mantinha-se ativo em suas pesquisas antropológicas, e em 1858 apresentou na reunião anual da Associação Americana para o Progresso da Ciência um trabalho sobre a cultura iroquesa, com ênfase no sistema de parentesco e leis de consangüinidade e descendência desse povo. Sua hipótese era de que havia características comuns no sistema classificatório de parentesco entre iroqueses e outras tribos americanas, e que esse sistema também poderia ser encontrado no Oriente, de modo a sustentar a origem asiática dos nativos norte-americanos.

Ao longo da década de 1860 realizou pesquisas de campo que sustentassem sua hipótese sobre a origem asiática dos nativos norte-americanos e contou com o

apoio de missões religiosas, agências governamentais e instituições científicas, organizando a análise de sistemas de parentesco em vários povos. O produto desta pesquisa foi publicado em 1871 no livro *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family*. Com a publicação deste livro, o fenômeno “parentesco” tornou-se central na Antropologia Norte-Americana. É importante destacar que o estudo do parentesco, para Morgan, era um meio para se estudar a origem dos povos americanos e os diferentes estágios de evolução cultural desses povos.

Também na década de 1860, Morgan assumiu cargos de representação política em seu Estado, onde atuou como presidente do Comitê de Assuntos Indígenas. Nesse mesmo período, publicou *The American Beaver and His Works* (1868), onde apresentava a concepção de que a mente humana e animal eram similares, diferenciando-se apenas em grau, e que mesmo o comportamento dos animais não poderia ser explicado apenas com base na noção de instinto, embora não apresentasse novas possibilidades ou formas de explicar o fenômeno comportamento.

Em 1877, Morgan publicou o livro *Ancient Society* no qual descreve possíveis estágios do progresso da sociedade humana, tomando como exemplo os aborígenes australianos, índios iroqueses, astecas, gregos e romanos. O autor tenta relacionar a idéia de *progresso* das sociedades, no sentido de avanço ou melhoria dos povos primitivos em direção à civilização, com a idéia de seleção natural de Darwin, e coloca a idéia de *propriedade privada* como “processo decisivo para o surgimento da civilização” (Castro, 2005, p.13). É a publicação desse livro que torna Morgan internacionalmente conhecido e expoente da Antropologia Norte Americana.

A ênfase na idéia de “propriedade” e sua relação com a evolução cultural chamaram a atenção de Karl Marx e Fiedrich Engels, que destacaram as afinidades entre suas concepções, destacando que Morgan “descobriu de novo, e à sua maneira, a concepção materialista da história” (Castro, 2005, p.14). Em função das relações entre a concepção de Morgan com a de Marx, suas concepções antropológicas exerceram grande influência sobre a Antropologia desenvolvida na União Soviética.

Há um aspecto importante no livro *Ancient Society* a ser destacado que caracteriza a idéia de “progresso” de Morgan. Ele atribui “o curso da história humana ao plano de uma ‘inteligência suprema’ para desenvolver o selvagem em civilizado,

passando pelo bárbaro” (Castro, 2005, p.15). Povos ‘primitivos’ seriam povos mais atrasados culturalmente, mas que possivelmente evoluiriam para uma cultura mais civilizada por meio do processo de evolução (análogo ao processo de seleção natural) e que, por isso, deveriam ser respeitados.

Tabela 4.1. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Morgan, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

MORGAN, Lewis Henry	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de parentesco e leis de consangüinidade como forma de caracterizar a história da evolução das culturas 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Considerado fundador da Antropologia Americana; • Especialista em Cultura Iroque (tribo americana); • Atou em cargos de representação política, com destacado trabalho em questões indígenas; • Defendia que mesmo o comportamento dos animais não poderiam ser explicados apenas a partir da noção de instinto; • Apresentou os possíveis estágios de progresso da sociedade humana; • Apresentou a noção de “propriedade” como decisiva no surgimento da civilização; • Grande influência sobre a Antropologia na União Soviética, em função das estreitas relações entre suas concepções e a teoria Marxista. 	
ANO	Obra
1851	<i>The League of the Ho-dé-no-sau-nee, or Iroquois (livro)</i>
1860	<i>The american Beaver and his work (livro)</i>
1871	<i>Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family (livro)</i>
1877	<i>Ancient Society (livro)</i>

3. FRAZER, James George (1854 – 1941): Fenômenos com os quais lidava e contribuição para o estudo da “cultura”

Nascido na Escócia, Frazer teve formação Universitária em Glasgow e Cambridge. Sempre foi um aluno com excelente desempenho, e obteve bolsa de estudos da Universidade de Cambridge quase que de caráter vitalício, onde além de estudar também trabalhou. Era um estudioso de textos clássicos de autores gregos e romanos (Castro, 2005).

Sua principal obra foi *The Golden Bough*, livro em dois volumes publicado em sua primeira edição em 1890, na segunda com mais um volume em 1900, e a terceira edição, com um total de 13 volumes, entre 1911 e 1915. Em 1922 publicou uma versão condensada (em apenas um volume) que se tornou um *best-seller*. No livro o autor analisa temas clássicos da mitologia a partir das regras para a sucessão do sacerdócio no templo do bosque de Nemi. Frazer apresenta nessa obra proposição de distinção entre pensamento *mágico, religioso e científico*, que representariam estágios da evolução do homem, sendo logo criticado por outros antropólogos (Castro, 2005).

Frazer ficou por apenas cinco meses na Universidade de Liverpool no ano de 1908, onde, foi nomeado *professor* (grau equivalente ao de “professor titular” concedido no Brasil), logo retornando à Universidade de Cambridge, onde permaneceu até 1914 (Castro, 2005).

Frazer foi um dos autores da Antropologia mais conhecidos junto ao público leigo e por profissionais de outras áreas de conhecimento, tendo influenciado autores como Sigmund Freud, que se baseou na obra de Frazer para escrever *Totem e Tabu* (Freud, 1913). Entre os antropólogos, seu estilo era considerado demasiadamente “literário”, caindo em descrédito entre a geração de antropólogos que prezava pela antropologia científica (Castro, 2005).

Tabela 4.2. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Frazer, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

FRAZER, James George	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Análise antropológica de mitologia e religiões 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Pioneiro no estudo antropológico da mitologia; • Pioneiro no estudo antropológico das religiões; • Divulgador da Antropologia para o público leigo e demais Áreas do Conhecimento; • Considerado demasiadamente “literário”, sendo pouco valorizado pelos antropólogos que prezavam pela cientificidade. 	
ANO	Obra
1890	<i>The golden bough (livro em 2 volumes)</i>
1900	<i>The golden bough (livro em 3 volumes)</i>
1910	<i>Totemism and Exogamy (livro)</i>
1913	<i>The Belief in Immortality and the Worship of the Dead (livro em 3 volumes)</i>
1915	<i>The golden bough (livro em 13 volumes)</i>
1918	<i>Folk-lore in the Old Testament (livro)</i>
1922	<i>The golden bough (versão condensada do livro em um volume)</i>
1927	<i>Man, God, and Immortality (livro)</i>
1930	<i>Myths of the Origin of Fire (livro)</i>
1933	<i>Condorcet on the Progress of the Human Mind (livro)</i>
1933	<i>The Fear of the Dead in Primitive Religion (livro)</i>

4. TYLOR, Edward Burnett (1832 – 1917): Fenômenos com os quais lidava e contribuições para o estudo da “cultura”

Nascido na Inglaterra, Tylor não cursou nenhum curso universitário, mas era um estudioso de áreas relacionadas à Arqueologia e Antropologia. Aos 23 anos realizou viagem pelos Estados Unidos e México, que resultou na publicação de seu primeiro livro *Anahuac: or, México, Ancient and Modern*, em 1861, obra de cunho mais turístico do que antropológico (Castro, 2005). Em 1865 publicou *Researches into the Early History of Mankind and the Development of Civilization*, em que sistematiza dados da Arqueologia e Antropologia disponíveis na época em relação à pré-história humana.

Em 1871 publica *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Custom*, considerada sua obra mais importante, na qual é caracterizado pela primeira vez o termo “cultura” como um conceito científico. Tylor não distinguia os conceitos de *cultura* e *civilização*, e sempre utilizava esse termo no singular (cultura humana) (Castro, 2005; Cuche, 2002). A publicação desse livro é considerada como o momento em que é fundada a Etnologia como Ciência autônoma (Cuche, 2002, p.37). Nessa obra o autor apresenta a proposição do *método comparativo* (entre diferentes grupos humanos) na Etnologia como forma de estudar a sobrevivência e evolução cultural. Era uma empreitada similar a de Lewis Morgan, que tinha como objetivo demonstrar a existência de estágios de evolução entre povos primitivos e povos civilizados. Uma importante contribuição de Tylor foi demonstrar que não havia diferença de natureza entre primitivos e civilizados, apenas no grau de avanço cultural. É importante destacar que a principal concepção corrente na época, fortemente relacionada a concepções religiosas, pregava que os primitivos não poderiam ser considerados como humanos. Tylor, em algum grau, “humaniza” os povos primitivos, indicando que todos possuem algum grau de cultura:

“Tylor combateu com ardor a teoria da degenerescência dos primitivos, inspirada por teólogos que não podiam imaginar que Deus tivesse criado seres tão “selvagens”, teoria que permitia não reconhecer nos primitivos, seres humanos como os outros. Para ele, ao contrário, todos os humanos eram totalmente seres de cultura, e a contribuição de cada povo para o progresso era digna de estima.” (Cuche, 1996/2002, p.38).

Em 1874 foi autor de 18 seções do livro *Notes and Queries on Anthropology, for use of travellers and residentes in Uncivilized Lands*, obra promovida por um

comitê da Sociedade Britânica para o Progresso da Ciência destinada a quaisquer pessoas que pretendessem viajar por locais habitados por povos “não civilizados”. Em 1881 publicou um manual introdutório de Antropologia, intitulado *Anthropology: An introduction to the study of Man and Civilization*, muito popular no ensino de Antropologia.

Embora não tenha tido formação universitária, recebeu título de *professor*, tornando-se o primeiro titular de uma cátedra de Antropologia na Inglaterra em 1883. É dele o crédito pelo estabelecimento da Antropologia como disciplina universitária, e isso, além de suas obras com destacada preocupação metodológica, lhe concedeu o título de fundador da Antropologia britânica (Cuche, 2002). Suas contribuições, especialmente relacionadas ao desenvolvimento da Antropologia como Ciência e pela delimitação do fenômeno antropológico, demoraram a serem reconhecidas. Kuper (2002, p.83-84) destaca que:

(...) estranhamente, levou muitos anos para que as pessoas percebessem que Tylor havia iniciado uma revolução intelectual. Kroeber e Kluckhohn observaram que depois dele houve uma longa pausa no desenvolvimento da idéia antropológica de cultura. Depois de 1871, não surgiram novas definições durante trinta e dois anos. Só seis puderam ser identificadas como pertencentes ao período entre 1900 e 1918, os anos da fundação da moderna antropologia norte-americana. Eles culpavam um dos seus fundadores, o próprio Franz Boas, por essa estagnação cultural. Só quando estava com setenta e dois anos de idade é que ele formulou sua primeira definição formal de cultura. Entretanto, Boas apenas tornou mais lento o progresso da ciência. Entre as décadas de 1920 e 1950, nada menos do que 157 definições de cultura foram criadas pelos cientistas sociais norte-americanos, em sua maioria antropólogos, e nesse período a idéia de cultura de Tylor havia sido aceita, aprimorada e desenvolvida.

Aparentemente a oposição da Antropologia Norte Americana Moderna, fortemente influenciada pelas idéias relativistas de Franz Boas, à concepção Evolucionista Cultural, aliada a pouca ênfase dada por Boas à definição operacional dos conceitos que utilizava, acabaram por “ocultar” por vários anos as contribuições de Tylor.

Tabela 4.3. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Tylor, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

TYLOR, Edward Burnett	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Evolução cultural 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Autor da primeira definição de “cultura” reconhecida como científica por seu caráter descritivo e não prescritivo; • Proposição do método comparativo como forma de estudar a sobrevivência e evolução cultural; • Enfatizava que todos os seres humanos eram seres dotados de algum grau de cultura e que a contribuição de cada povo era digna de estima; • Responsável pelo estabelecimento da Antropologia como disciplina universitária; • Fundador da Etnologia; • Fundador da Antropologia britânica. 	
ANO	Obra
1861	<i>Anahuac: or, México, Ancient and Modern</i>
1865	<i>Researches into the early History of mankind and the development of civilization</i>
1871	<i>Primitive Culture: Researches into the development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Custom</i>
1874	<i>Notes and queries on Anthropology, for use of travelers and residents in uncivilized lands</i> (autor de 18 sessões do livro)
1881	<i>Anthropology: An introduction to the study of Man and Civilization</i>

5. Características do fenômeno “cultura” propostas pelos autores do Evolucionismo Cultural Clássico, destacadas a partir das referências à obra de Tylor

Nas fontes de informação examinadas foram identificadas cinco características do fenômeno cultura como entendido a partir das contribuições do Evolucionismo Cultural Clássico, que estão apresentados na Tabela 4.4. A primeira característica destacada refere-se ao entendimento da **cultura como uma unidade própria de análise** (fragmento 1). Tylor, em sua mais conhecida definição de cultura, destaca que essa unidade é um “conjunto complexo” que abrangeria as “capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade”, que incluem, entre outros aspectos, “conhecimento, crenças, arte, moral, direito e os

Tabela 4.4. Equivalência em termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas pelos autores evolucionistas culturais clássicos e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (1999).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Características do fenômeno “cultura”	1) Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade. (EC1)	- ● -	Sistema cultural como unidade.	<i>Cultura é composta por conjunto de classes de comportamentos e seus componentes como: conhecimento (produtos de comportamentos verbais sobre fenômenos da natureza), crenças (respostas verbais sobre a existência ou não de um evento ou que atribuem explicação de determinação de eventos), a arte (comportamentos ou produtos artísticos), costumes (classes de comportamentos ou classes de respostas comuns e obrigatórias em um grupo), além de outras classes de comportamentos. Além disso, alguns desses comportamentos operam como contingência para outros comportamentos, como a moral (regras e auto-regras compartilhadas indicadoras do que é “certo” e “errado”) e o direito (regras sociais que regulam as relações estabelecidas pelos indivíduos em um grupo).</i>
	2) Cultura é adquirida e não depende de hereditariedade biológica. (EC2)	Cultura é aprendida, não tem relação com hereditariedade ou biologia.	Cultura é aprendida	<i>É produto de aprendizagem, não da hereditariedade biológica.</i>
	3) Cultura é um todo; ela é assimilada e abarca praticamente tudo o que se pode pensar, com exceção da biologia. (EC4)			<i>Cultura é aprendida e envolve praticamente tudo que diz respeito a vida do indivíduo, exceto a sua biologia.</i>
	4) Todos os aspectos materiais, simbólicos e até corporais são aspectos da cultura. (EC3)	- ● -	Cultura abrange aspectos materiais, simbólicos e corporais	<i>Classes de estímulos (objetos, artefatos, ferramentas, etc.) relacionadas aos comportamentos de pessoas em grupos sociais, relações entre classes de eventos e classes de estímulos verbais que os representam, e as topografias de respostas corporais ou verbais são aspectos da cultura.</i>
	5) A origem e caráter da cultura são, em grande parte, inconscientes. (EC2)	- ● -	Os determinantes e características da cultura não são apresentadas nos relatos verbais dos indivíduos do grupo.	<i>Processos de aprendizagem que o indivíduo não necessariamente é capaz de descrever verbalmente.</i>
	6) Cultura é a expressão da totalidade da vida social do homem. Ela se caracteriza por sua dimensão coletiva (EC2)	- ● -	Totalidade da vida social como característica da cultura	<i>Classes de comportamentos que envolvem outras pessoas, ou o produto das ações dessas pessoas.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 10 (Evolucionistas Culturais Clássicos). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- ● -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

costumes” (Tylor, 1871, p.1 em Cuche, 1996, p.35). O fenômeno cultura destacado nessa definição parece se referir à cultura como um *sistema* que envolve diferentes classes de comportamentos (nomeadas pelo autor como capacidades e hábitos). Além disso, os componentes envolvidos nessas *capacidades e hábitos* parecem destacar componentes dessas classes de comportamentos como: *conhecimento* (destacando produtos de comportamentos verbais sobre fenômenos da natureza), *crenças* (como respostas verbais sobre a existência ou não de um evento ou que atribuem explicação de determinação de eventos), *arte* (como comportamentos ou produtos artísticos) e *costumes* (como classes de comportamentos ou classes de respostas comuns e obrigatórias em um grupo).

Alguns dos componentes abrangidos pela cultura apresentados pelo autor, além de explicitar classes de comportamento, destacam que tais comportamentos são contingência para outros comportamentos ou para os comportamentos de outros indivíduos, como a *moral* (como regras e auto-regras compartilhadas indicadoras do que é “certo” e “errado”) e o *direito* (como regras sociais que regulam as relações estabelecidas pelos indivíduos em um grupo).

A segunda característica apresentada por Tylor é que a **cultura é aprendida** (fragmentos 2 e 3). Tylor explicita que a cultura é “adquirida” (Cuche, 1996, p.35) ou “assimilada” (Kuper, 2002, p.83) e “não depende de hereditariedade biológica” e que sua abrangência envolve quase tudo referente à vida dos indivíduos de um grupo, com exceção daquilo que é produto de sua biologia. Nesse sentido, a cultura aparece como produto da aprendizagem dos indivíduos de um grupo, embora não sejam apresentados nas fontes de informação os meios ou processos em que tais aprendizagens ocorrem, ou se haveria distinção para caracterizar como *cultural* aquilo que é aprendido por um indivíduo ou o que é aprendido pelos membros de um grupo.

A terceira característica apresentada (fragmento 4) é que a cultura abrange aspectos materiais, simbólicos e corporais. Embora não haja informações que permitam caracterizar cada uma dessas dimensões para esse conjunto de autores, fica explicitado que há, ao menos, três dimensões que precisam ser avaliadas nos eventos para a caracterização do fenômeno cultural. As diferenças culturais, dessa forma, não seriam identificadas apenas nos objetos, artefatos, ferramentas, etc. utilizados pelos indivíduos de diferentes grupos, mas também pelos comportamentos

verbais e relações arbitrárias que apresentam com diferentes classes de eventos do meio em que vivem e pelas diferentes topografias de respostas, como as formas de sentar ou comer, por exemplo.

A quarta característica apresentada por esse conjunto de autores destaca que **os determinantes e características da cultura não são apresentadas nos relatos verbais dos indivíduos do grupo** (fragmento 5). Ainda em relação à dimensão *simbólica* da cultura, é destacado que “a origem e caráter desse fenômeno são, em grande parte, inconscientes” (Cuche, 1996, p.35). Embora os indivíduos se comportem de modo coerente com a cultura de seu grupo, não identificam, ou ao menos não são capazes de relatar verbalmente, as variáveis culturais nas quais estão inseridos. Além disso, quando identificam essas variáveis, podem não ser aptos a identificar os determinantes históricos dessas variáveis.

Por fim, a quinta característica do fenômeno cultura identifica é que **a totalidade da vida social do homem é o núcleo desse fenômeno** (fragmento 6). É destacada a cultura como “expressão da totalidade da vida social do homem (...) caracterizada por sua dimensão coletiva” (Cuche, 1996, p.35). Parece ser destacado que o núcleo do fenômeno está nas classes de comportamentos que envolvem outras pessoas em ao menos um de seus componentes (como classe de estímulo antecedente – sendo condição para a resposta - ou conseqüente – conseqüenciando a resposta). As interações entre indivíduos de um grupo seriam os aspectos fundamentais desse fenômeno, seja para sua determinação, manutenção ou evolução.

6. Contribuição da noção científica de cultura e as relações e distinções entre a idéia de evolução cultural na Antropologia, seleção natural (Darwin, 1859) e seleção por conseqüências (Skinner, 1981).

Os antropólogos evolucionistas culturais trouxeram como contribuição em meados do século XIX uma definição de cultura que explicitava melhor as características desse fenômeno do que as definições utilizadas por intelectuais franceses, alemães e ingleses até esse período. Cuche (1996) atribui a definição apresentada por Tylor em 1871 como a primeira definição científica de cultura por apresentar caráter descritivo de um fenômeno natural, e não prescritivo daquilo que deveria ser objetivo em uma sociedade. Essa definição descritiva tornou mais

evidente aos antropólogos o fenômeno que deveria ser observado em seus estudos culturais.

Definir cultura como “(...) conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (Tylor, 1871, p.1 em Cuche, 1996, p.35) indica claramente que a análise de culturas deve envolver o conjunto de capacidades (relações comportamentais estabelecidas como repertório do indivíduo) ou hábitos (classes de comportamentos ou classes de respostas comuns e muito fortalecidas em um grupo) aprendidos pelo homem por meio de contingências sociais. A ênfase nas contingências sociais (ou dispostas por outros indivíduos) já distingue o que é do domínio da cultura, do que é do domínio da natureza biológica da espécie humana ou daquilo que é próprio e característico apenas de um indivíduo, produto de sua história de vida pessoal²². Dessa forma, parece importante o destaque de que a *cultura não se refere ao conjunto de quaisquer classes de comportamentos freqüentes em um grupo, mas apenas às classes de comportamento freqüentes e que são aprendidas e mantidas por contingências sociais*.

Tylor (1871) ainda destacou algumas das classes abrangidas pelos termos “capacidades ou hábitos”, como o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito e os costumes. Explicitar que esses termos se referem a aspectos do fenômeno cultura que precisam ser observados, implica em alto grau de visibilidade acerca de suas características. Ainda assim, para identificar, observar e registrar tais classes com mais confiabilidade, seria necessário que esses termos tivessem sido definidos operacionalmente de modo a explicitar aquilo que deve ser observado. Será que *conhecimento*, como apresentado por esses autores, refere-se a produtos de comportamentos verbais sobre fenômenos da natureza? E *arte*, seria referente aos comportamentos ou produtos desses comportamentos artísticos? E *crenças*, seriam entendidas como respostas verbais sobre a existência ou não de um evento ou respostas verbais que atribuem explicação de determinação entre eventos? *Costumes* seriam entendidos como classes de comportamentos ou classes de

²² Embora, em tese, seja possível distinguir o que seria da vida social e o que seria da vida não-social de um indivíduo, essa distinção pode ser inviável. Keller e Schoenfeld (1950) destacam que a maior parte das contingências que controlam o comportamento humano são, em algum grau, sociais. Ainda assim é importante manter essa distinção para enfatizar que há comportamentos que podem ser aprendidos e mantidos por contingências não-sociais.

respostas comuns e obrigatórias em um grupo? Se essas definições forem coerentes com o sentido apresentado pelos autores, todos esses componentes da cultura se referiram a comportamentos ou aspectos de comportamentos. Se o conceito de *moral* utilizado pelos autores, referir-se a regras e auto-regras compartilhadas indicadoras do que é “certo” e “errado”, e *direito* for entendido como regras sociais que regulam as relações estabelecidas pelos indivíduos em um grupo, tais conceitos explicitam comportamentos verbais que são contingências para outros comportamentos. A definição operacional dos conceitos referentes a aspectos que compõem o fenômeno *cultura* amplia a probabilidade de que trabalhos realizados sobre esse fenômeno atentem para as propriedades relevantes que o compõem. Por exemplo, explicitar que o estudo do *conhecimento* e das *crenças* é realizado a partir de comportamentos verbais, e não das “mentes das pessoas”, e que o estudo do *direito* e da *moral* de um povo deve ser realizado a partir de qualquer forma de comportamento ou produto de comportamento que controlem as relações estabelecidas entre os membros do grupo e não apenas na legislação escrita desse povo, aumenta a probabilidade de que o profissional que lida com esses fenômenos fique sob controle das variáveis importantes desses comportamentos verbais. Dessa forma, ao menos as divergências entre análises decorrentes de diferentes entendimentos dos conceitos básicos orientadores dos trabalhos desenvolvidos teriam a origem de suas divergências logo caracterizadas e, conseqüentemente, a possibilidade de avaliar se as divergências ocorrem de fato ou são apenas pseudo-divergências.

A explicitação do núcleo de cada um desses termos também poderia diminuir a probabilidade de problemas ou distorções de análise. A aparente ausência de definições que explicitassem aquilo que deveria ser observado, aliado ao uso sem controle de métodos de observação indireta, especialmente por meio do uso de textos escritos e entrevistas com viajantes destreinados em métodos de observação direta que passavam por regiões habitadas por diferentes grupos humanos tidos como primitivos, foram *fatos que decorreram na baixa confiabilidade dos registros etnográficos dos estudos realizados pelos antropólogos evolucionistas culturais* (Castro, 2005). Não havia controle mínimo para ampliar a possibilidade de que o relato de um viajante sobre uma tribo fosse fidedigno ao fenômeno em ocorrência nessa tribo. A coerência entre relatos de diferentes informantes era tido como condição suficiente para validar esses relatos. Mas sem controle sobre os conceitos

e termos utilizados pelos informantes, a possibilidade que a análise efetuada a partir dos relatos não fosse fidedigna era muito grande. As críticas iniciadas por Franz Boas no final do século XIX para essa *antropologia de gabinete* explicitavam bem os problemas decorrentes do uso apenas de observação indireta, sem o controle do comportamento verbal dos informantes e sem a operacionalização dos termos referentes às dimensões do fenômeno cultural.

Além de conhecimento, crenças, arte, moral, direito e costumes, também foram apresentados três aspectos que constituem os elementos culturais. O primeiro deles refere-se a materiais como os objetos, artefatos e ferramentas utilizadas por diferentes grupos humanos em suas atividades cotidianas e também em rituais específicos, que constituem as classes de estímulos produzidas características desses grupos humanos. O segundo refere-se às topografias de classes de respostas características de um grupo. A forma de correr, deitar, lutar etc., mesmo das classes de comportamentos que parecem ter importante componente inato na história humana, são modelados, em algum grau, por variáveis culturais. O primeiro cientista a relatar isso, abrindo amplo campo de pesquisas, foi Tylor (1871). O terceiro aspecto era a dimensão *simbólica* dos comportamentos. Tylor já descrevia a importância da análise dos comportamentos verbais dos membros de um grupo social como elementos da cultura desse grupo. Especificamente em relação à dimensão simbólica dos comportamentos, embora Tylor relate a importância do estudo dessa dimensão, em sua obra, e na obra dos demais evolucionistas culturais clássicos, não há contribuições, seja em relação ao método para estudá-la ou ao conhecimento produzido sobre essa dimensão dos comportamentos. Muitas das críticas aos evolucionistas apresentadas pelos antropólogos relativistas no século XX enfatizavam justamente a carência da análise simbólica nos trabalhos dos evolucionistas culturais (Castro, 2005).

Dois debates apresentados pelos evolucionistas culturais ainda em meados do século XIX foram muito polêmicos por contrariarem concepções e crenças vigentes naquela época, especialmente em função da forte influência da Igreja no Estado e na Ciência. O primeiro, foi iniciado em 1868, no livro *The American Beaver and His Works*, quando Morgan defende a idéia de que a mente humana e animal eram similares e que só diferiam em grau de desenvolvimento. Essa afirmação foi chocante na época por comparar o homem com as demais espécies, assim como

Darwin fez ao colocar o homem como uma espécie animal sujeita aos mesmos princípios de seleção natural que as demais espécies. A contribuição específica da idéia de Morgan foi demonstrar que mesmo animais apresentam comportamentos complexos e que não podem ser explicados meramente a partir da idéia de instinto. Dessa forma, Morgan explicitava a necessidade de se estudar o comportamento das demais espécies de modo mais complexo do que as explicações vigentes da época o faziam (Castro, 2005).

Outro debate promovido pelos evolucionistas culturais, que se opunha às tradições religiosas da época foi em relação ao *status* humano dos povos primitivos. A principal concepção religiosa da época dizia que povos primitivos embora tivessem semelhança física ao homem, não tinham *alma* e, por isso, não deveriam ser considerados como humanos, mas como animais. Morgan, por meio de sua atuação política em causas indígenas e Tylor por meio de suas publicações em Antropologia, destacavam a importância de respeitar os povos primitivos, por esses estarem em estágios diferentes de desenvolvimento cultural, mas que ainda se tornariam civilizados. Essa noção *humanizou*, em algum grau, os povos primitivos em uma época em que eram tratados como animais. Embora fosse uma importante contribuição na época, a concepção proposta por esses autores considerava povos primitivos como *atrasados culturalmente* e que, inevitavelmente, com o desenvolvimento cultural, se tornariam civilizados, com modos de vida mais parecidos com o típico cidadão da cultura ocidental. Essa concepção foi nomeada como *etnocentrismo* por avaliar diferentes culturas a partir de um sistema de referências próprias do pesquisador e foi muito criticada pelos antropólogos relativistas no século XX, que avançaram ainda mais com a idéia de respeito a diferentes povos, explicitando a importância de examinar também o comportamento profissional do próprio pesquisador que estuda suas culturas.

As possíveis relações e distinções entre a noção de *evolução* no evolucionismo cultural e nas teorias de evolução de Charles Darwin merecem ser destacadas. A publicação do livro *A Origem das Espécies* (Darwin, 1859) é tido como o marco de uma das mais importantes revoluções científicas na história da humanidade (Mayr, 2006). Foi uma revolução, e não apenas um avanço, porque contrariava as principais concepções vigentes na época acerca da origem e da evolução das espécies e por ter decorrido em mudanças rápidas nas teorias em

biologia evolutiva logo nas décadas seguintes a publicação do livro. Mayr destaca o contexto histórico e os fenômenos que Darwin estava observando antes da publicação dessa obra:

Em todos os escritos dos naturalistas, dos geólogos e dos filósofos daquele período [prévio à publicação de *A Origem das Espécies*], Deus tinha papel dominante. Para eles era muito natural explicar todos os fenômenos, incluindo a origem das espécies, como sendo obra de Deus. (...). Quase tudo o que [Darwin] havia aprendido em seus estudos sobre história natural, estava mais ou menos em conflito com o dogma Cristão. Todas as espécies tinham numerosas adaptações, dos cantos ou dos rituais de acasalamento específicos, à especialização nos hábitos alimentares e inimigos específicos. De acordo com a filosofia da teologia natural, muito aceita na Inglaterra daquele tempo, Deus havia planejado todos aqueles incontáveis detalhes. Eles não poderiam ser controlados pelas leis físicas, pois eram muito específicos. As leis podem controlar o mundo físico, onde a adaptação está ausente, mas as especificidades e adaptações do mundo orgânico referentes às milhares, ou como sabemos agora, milhões de espécies, precisavam dos cuidados pessoais de Deus. Darwin não poderia aceitar essa explicação relacionada à grande diversidade e adaptação que havia observado, e foi assim que ele começou a descobrir que estava cada vez mais inclinado em favor dos mecanismos naturais. (...). Todos os fenômenos da natureza que ele encontrou, eram consistentes com uma explicação científica direta, que não precisava de nenhum agente sobrenatural. (Mayr, 2006, p.13-15)

Mesmo em um contexto em que familiares (como sua própria esposa que ameaçou não se casar com alguém que profanava a Bíblia), cientistas, políticos e a população em geral o criticaram duramente por suas concepções, Darwin iniciou aquela que seria uma das mais importantes revoluções científicas. Até o século XVIII, segundo Mayr (2006, p.21), a maioria dos naturalistas aceitava e utilizava o conceito de *scala naturae*²³, que considerava “todos os organismos como parte de uma escala linear de uma perfeição eternamente crescente”, e que eram criados um a um por Deus. Mayr (2006) sintetiza as contribuições das teorias de Darwin, afirmando que por meio de suas teorias Darwin (1) enfatizou que as diferentes formas de vida descendiam de um ancestral comum, rejeitando a idéia de criação individual controlada por um Deus, (2) rejeitou a idéia de que o homem fosse um ser a parte na criação divina, mas que era uma espécie que seguia os mesmos princípios que as demais espécies, (3) rejeita a idéia de um mundo perfeitamente projetado, inserindo o conceito de luta pela sobrevivência e (4) relacionou a idéia de

²³ Traduzidos em língua portuguesa como “escala da natureza” ou “a grande cadeia da vida” (Mayr, 2006. p.21).

seleção ao processo de mudança e adaptação, que não estão relacionados com as idéias de progresso ou perfeição. Tais concepções colocam os fenômenos da biologia evolutiva como fenômenos da natureza, sem a necessidade de instâncias de explicações metafísicas para explicar esses fenômenos.

Em uma perspectiva estritamente darwinista seria necessário examinar as diferentes pressões ambientais de cada contexto e as diferentes variações genéticas dos membros das espécies desses ambientes para compreender o processo de seleção das espécies. A “evolução”, nessa perspectiva, não pressupõe que animais de uma mesma espécie que habitam diferentes nichos ambientais evoluam da mesma forma, pois, provavelmente, lidam com ambientes com características distintas e pressões ambientais particulares, tornando os critérios de seleção distintos entre diferentes ambientes. Outro aspecto importante é que Darwin enfatizava o processo de seleção natural por uma perspectiva biológica, caracterizando as variações fenotípicas das espécies, embora não ignorasse o papel da adaptação dos organismos ao seu ambiente por meio da aprendizagem (Townsend, Begon, Harper, 2003/2006).

Na idéia de *evolução* no Evolucionismo Cultural estava implicada uma direção ou progresso unilinear para todos os povos e raças humanas, segundo uma única escala evolutiva ascendente, mais coerente com a idéia de *scala naturae* utilizada pelos naturalistas antes das contribuições de Darwin. O fato de haver diferentes pressões ambientais (diferentes classes de estímulos com as quais os membros dos grupos humanos precisam lidar e que produzam, entre outros aspectos, distintas probabilidades de sobrevivência de membros de um grupo) e diferentes recursos (instrumentos, procedimentos, conceitos, etc.) disponíveis para lidar com essas pressões ambientais não parecem ser destacados como aspectos importantes para a análise da “evolução cultural” a partir desses supostos estágios obrigatórios para todos os grupos humanos como apresentado pelos evolucionistas culturais. Nesse sentido, a idéia de evolução utilizada não parece ser coerente com a idéia de evolução apresentada por Darwin (1859).

É necessário destacar, além disso, que o fenômeno que tem sua evolução examinada nessa perspectiva antropológica não é a espécie humana, no sentido filogenético do termo. São as práticas culturais ou os comportamentos dos membros de grupos humanos que eram objetos de exame. As relações entre a evolução das

espécies, como proposta por Darwin, e a evolução cultural examinada pelos antropólogos evolucionistas, parecem não estar claramente demonstradas no âmbito da Antropologia ou, ao menos, não foram apresentadas nos relatos das três fontes examinadas.

No âmbito da Psicologia, mas como contribuição que pode se estender às demais áreas de conhecimento, Skinner (1981) apresentou proposição que integra e relaciona diferentes formas de seleção (das espécies, dos comportamentos e das culturas), no que nomeou como processo de *seleção por conseqüências*. A seleção natural das espécies, descrita por Darwin (1859) explicita que em um dado contexto os membros de uma espécie nascem com variações aleatórias e que os membros com variações que tenham mais probabilidade de sobrevivência e perpetuação irão produzir descendentes também mais aptos à sobrevivência e perpetuação. De forma que a longo prazo, pequenas mudanças na espécie que a tornem mais especializadas para a sobrevivência em seu nicho ecológico predominarão. Mayr (2006) destaca que esse processo, em geral, é gradual, contínuo e de longo prazo. Skinner (1987) destaca que a idéia de seleção das espécies darwiniana seleciona espécies aptas a lidarem com ambientes similares aos que as gerações anteriores lidavam. *E o que ocorre quando o ambiente que uma geração lida é completamente diferente do que as gerações anteriores lidavam? Ou o que ocorre quando há pressões ambientais por mudanças rápidas, na mesma geração de uma espécie?* Skinner responde tais perguntas afirmando que além da seleção natural das espécies, os outros dois processos de seleção por conseqüências – ontogênético e cultural – são os processos evolutivos que permitem mudanças mais rápidas ou mudanças que não dependem de variáveis filogenéticas. Vale ainda enfatizar a afirmação de Skinner (1981) que possivelmente esses outros dois processos de seleção por conseqüências também são produtos da seleção natural em algum momento da história das espécies.

Vale destacar que a teoria de *seleção por conseqüências* de Skinner (1981) pode ser interpretada de modos distintos, de acordo com o referencial norteador para examiná-la. O primeiro referencial é examinar os três níveis de seleção por conseqüências a partir do comportamento selecionado. Desse ponto de vista são examinadas as variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais que determinam o comportamento, ou como é apresentada nos manuais de Psicologia, a determinação

bio-psico-social dos fenômenos psicológicos (Davidoff, 1987). Embora Skinner (1981) destaque os níveis ontogenético e cultural como níveis distintos de seleção por conseqüências, esses não parecem ser dois níveis diferentes de seleção, mas diferentes formas de se referir a processos de aprendizagem que envolvem contingências sociais. Enquanto a seleção por conseqüências no nível ontogênético refere-se à aprendizagem do indivíduo ao longo de sua vida (sejam por contingências do ambiente físico existente, do ambiente social, das regras e auto-regras que controlam o comportamento etc.), ela já abrange o domínio das contingências arranjadas socialmente. A cultura seria um dos determinantes de parte das contingências que controlam o desenvolvimento ontogenético ou aprendizagem individual.

O segundo modo de se examinar a idéia de seleção por conseqüências é a partir daquilo que é objeto de seleção em cada um dos níveis seletivos. *Nessa perspectiva de análise* a filogênese seleciona a espécie; a ontogênese o comportamento; e a cultura as práticas culturais. A ênfase não está nos diferentes determinantes do comportamento, mas naquilo que cada nível efetivamente seleciona. Desse ponto de vista, a seleção no nível cultural, não enfatiza a história de aprendizagem do indivíduo, mas justamente as contingências sociais que controlam comportamentos característicos em um grupo social, também nomeados como práticas culturais (Skinner, 1953). O termo *práticas culturais* utilizado por Skinner (1953, 1981) é examinado pelos antropólogos em diversas categorias (ex. hábitos, costumes, tradições, crenças, etc.), sempre se referindo a comportamentos freqüentes ou característicos de um grupo. A ênfase está nas classes de comportamentos que são compartilhadas pelo grupo, e não no indivíduo que aprende. A distinção proposta por Skinner (1981) entre os níveis ontogenético e cultural de seleção por conseqüências parece ser mais didática, por permitir falar mais facilmente desses fenômenos a partir de diferentes referenciais e por coerência a organização clássica das diferentes áreas de conhecimento (respectivamente: Biologia examinando a filogênese; Psicologia a ontogênese; e Antropologia a cultura), do que por precisão em relação ao fenômeno em ocorrência.

O destaque de que talvez a distinção entre níveis de seleção por conseqüências também pode ser questionado em relação ao nível filogenético, ao serem observadas as interações entre esses diferentes níveis. Parece ser

importante, de toda forma, não perder de vista a possibilidade de que os processos de seleção das espécies, do comportamento e da cultura sejam multideterminados e que variáveis comportamentais e culturais possam afetar diretamente a seleção filogenética das espécies. Por exemplo, uma cultura pode contribuir para aumentar ou diminuir a suscetibilidade ao reforçamento por meio de algum estímulo ambiental e esse fator pode tornar-se decisivo na seleção natural da espécie ao longo de gerações. Por outro lado, não se pode ignorar que diferenças filogenéticas entre indivíduos de uma espécie podem alterar sua suscetibilidade ao reforçamento por meio de algum estímulo ambiental, fazendo com que os processos de seleção ontogenéticos e culturais sejam configurados de modo diferente para esses indivíduos.

Por fim, é importante ressaltar que o Evolucionismo Cultural não tem relação direta com a idéia de Evolução Natural, como proposta por Darwin (1859). Ainda assim o Evolucionismo Cultural surgiu em um período em que o impacto das idéias de Darwin iniciava o processo de transformação das bases do conhecimento científico sobre as espécies e, conseqüentemente, sobre o próprio homem. Parecem compreensíveis os esforços de Morgan para tentar conciliar suas teorias com as novas descobertas que estavam surgindo, embora esse autor não tenha tido sucesso em sua empreitada, especialmente pelo fato de que suas contribuições e as dos demais Evolucionistas Culturais trouxeram do âmbito da Biologia terem sido de concepções pré-darwinistas que logo foram descartadas no cenário científico da época.

7. Características do movimento *Neo-Evolucionismo Cultural*

No final do século XIX, a partir dos questionamentos e contribuições do antropólogo relativista Franz Boas (1896 em Castro, 2004), o Evolucionismo Cultural perdeu espaço na Antropologia americana. O cenário foi dominado por Boas e outros antropólogos relativistas que compartilhavam das mesmas críticas aos conceitos e métodos utilizados pelos antropólogos evolucionistas. Ainda assim, o relativismo cultural não era a única corrente antropológica em desenvolvimento e alguns poucos antropólogos ainda continuavam a avançar os estudos antropológicos a partir das concepções evolucionistas. Leslie White (1900-1975) e Julian Steward (1902-1972) são reconhecidos como os dois antropólogos americanos que continuaram o legado evolucionista do século XIX, o aperfeiçoaram, cada um a sua

maneira, e ainda formaram uma nova geração de importantes antropólogos nesse tipo de conhecimento. Embora não haja informações suficientes nas fontes de informação para que sejam caracterizados os autores que compõem o *Neo-evolucionismo Cultural*, bem como os aspectos do fenômeno cultura destacado por esse conjunto de autores, vale a pena destacar dados gerais sobre esse movimento na Antropologia e as características dos trabalhos de seus dois principais autores. Apresentar tais contribuições favorece melhor entendimento dos debates com antropólogos relativistas ocorridos em meados do século XX, suas implicações para o desenvolvimento da Antropologia e explicita que o *relativismo cultural*, embora predomine em grande parte da Antropologia Cultural, não representa a única possibilidade de estudo e intervenção sobre fenômenos culturais.

Leslie White graduou-se em Psicologia em 1923 na *Columbia University*, e em 1924 obteve o grau de mestre em Psicologia na mesma universidade. Além das disciplinas específicas de seu curso, White relatava ter interesse por outras áreas, tendo cursado disciplinas na Filosofia, Psiquiatria, Sociologia e Antropologia. White teve contato direto com o antropólogo Franz Boas, que lecionava no Departamento de Antropologia de *Columbia*, mas relatava não se interessar pelo tipo de trabalho desenvolvido por Boas. Entre os anos de 1925 e 1927 White cursou doutorado em Sociologia e Antropologia na *Chicago University*. Ainda em 1927 começou a lecionar Antropologia na *University at Buffalo*, onde iniciou seus trabalhos mais explicitamente anti-relativistas (criticando a idéia de relativismo e resgatando, ainda que a sua maneira, o evolucionismo cultural). Em 1930, transferiu-se para a *University of Michigan* em *Ann Arbor*, para substituir o também antropólogo neo-evolucionista Julian Steward, onde permaneceu trabalhando durante o resto de sua vida.

Um dos núcleos do fenômeno cultura enfatizados por White estava na distinção entre comportamento de símbolos e comportamentos de signos (Kaplan & Manners, 1972). White definia signos como “coisas ou eventos cujo significado é inerente à sua forma física, ou identificados tão de perto com a sua forma física que parece peculiar” e símbolos, por outro lado seriam “coisas ou eventos cujo significado é arbitrariamente colocado sobre ele por seus utilizadores coletivos” (Kaplan & Manners, 1972, p.73). A distinção importante entre esses dois tipos de comportamentos para White seria o fato de o homem ser o único animal capaz de

ter tanto comportamentos baseados em signos quanto em símbolos em diferentes graus de complexidade.

Uma das formas mais complexas e importantes de comportamento simbólico, destacada por White, é a linguagem humana. O estabelecimento da relação entre uma palavra e o seu referente permite identificar claramente o quanto essa relação é arbitrária, pois a palavra poderia ser utilizada para designar outro referente, sem maiores problemas, desde que seu significado fosse compartilhado pelo grupo. White indicava, ainda, que após a relação entre palavra e referente ter sido estabelecida, as pessoas comportam-se em relação à palavra da mesma forma que se comportam ao seu referente. O símbolo, por mais arbitrária que tenha sido a relação, passa a ter a mesma função que o seu referente (Kaplan & Manners, 1972).

Kaplan e Manners (1972) citam exemplos apresentados por White de comportamento simbólico além dos diretamente relacionados à linguagem. Um motorista que ao chegar em um sinal de trânsito que está na cor vermelha e que “automaticamente” freia seu carro, já responde a luz vermelha (símbolo) como sendo uma ordem para parar (referente). Da mesma forma que foi socialmente convencionalizado que a cor vermelha seria utilizada para designar “pare”, outra cor poderia ter igualmente realizado a mesma função. É justamente essa arbitrariedade entre o símbolo e o referente que define uma relação simbólica complexa para White. O significado não está na cor, mas no valor atribuído a ela pelos motoristas.

O que torna esse comportamento simbólico característico da espécie humana seria a complexidade das relações arbitrárias estabelecidas. White salienta que embora alguns animais também estabeleçam relações arbitrárias complexas, usualmente é o próprio homem o responsável pelo estabelecimento dessas relações. Se um humano não criasse condições especiais para que o animal aprendesse essas relações complexas, dificilmente o animal o faria por conta própria. White satiriza ao afirmar que um cão nunca poderá aprender o significado da cruz ou da bandeira americana ou entender a diferença entre um primo cruzado e um primo paralelo, novamente explicitando a complexidade dos símbolos utilizados pelos humanos (Kaplan & Manners, 1972). Embora algumas espécies animais apresentem alto grau de aprendizagem e que possam ser passadas de geração para geração (como o uso de ferramentas por grandes primatas), ainda assim essas aprendizagens não parecem ser progressivas e cumulativas que seriam

características da capacidade simbólica humana. Essa capacidade permite ao homem representar e até mesmo deturpar o mundo em que vive transcendendo suas experiências sensoriais. Kaplan e Manner (1972, p.75), explicitam esse ponto de vista de White:

Ele [o homem] pode falar de lugares que nunca viu, eventos dos quais não participou, pode especular sobre o passado, sonhar com o futuro e mesmo inventar entidades que não existem, como unicórnios e bruxas. Simbolizar habilita o homem a poupar e a representar as suas experiências de tal maneira que elas se tornam parte de uma tradição cumulativa e progressiva.

A capacidade humana de simbolizar permite ao homem se adaptar e explorar o mundo ao seu redor de modo muito mais complexo, o que pode ser identificado em sua tecnoeconomia, na organização social e na ideologia de cada grupo humano, que seriam os três componentes da cultura na visão de White (Kaplan & Manners, 1972). Vale notar que a ênfase no estudo das relações arbitrárias entre símbolos e significado presentes na obra de White, também são características marcantes nos estudos antropológicos relativistas do mesmo período (meados do século XX).

Outra característica geral na obra de White é que o autor utiliza o termo *cultura* no sentido de *cultura da humanidade*, designando as “experiências cumulativas e coletivas da sociedade” como os iluministas franceses no século XIX (Kaplan & Manners, 1972, p.75). O uso do termo *cultura* no sentido de cultura da humanidade parecia ser mais coerente em uma perspectiva evolucionista, já que a ênfase está nos estágios de desenvolvimento cultural dos diferentes grupos. A *cultura*, nesse sentido, seria caracterizada como aquilo de mais avançado que o homem já produziu, em seu mais alto estágio de desenvolvimento. A ênfase do fenômeno cultura não estaria naquilo que é característico de cada grupo, mas daquilo que é mais avançado na perspectiva dos graus de evolução do homem.

Kaplan e Manners (1972, p.75) atribuem à ênfase de White na *cultura* nesse sentido amplo, o fato dele ignorar fatores geográficos ou características psicológicas e biológicas de diferentes grupos e sua relação com a cultura desses grupos. White afirmava que “a cultura é explicável apenas em termos de cultura” e que não haveria variações geográficas ou psicobiológicas significativas nos últimos 25.000 anos que justifiquem atribuir determinação da cultura a qualquer um desses fatores.

White também tem o mérito de apresentar claramente sua idéia de desenvolvimento cultural, com critérios para identificar e classificar os diferentes grupos humanos. White considerava a *cultura como um “artifício adaptativo pelo qual o homem acomoda-se à natureza e a natureza a ele, basicamente o homem na cultura desempenha essas funções ao aproveitar a energia livre e ao colocá-la a trabalhar para a sua espécie”* (Kaplan & Manners, 1972, p.75). Para o autor, o grau de evolução da cultura de um grupo seria medido pelo montante de energia *per capita* aproveitada anualmente ou pela eficiência com que a energia é utilizada. White apresentou essa definição na fórmula matemática: “ $E \times T = C$ ”, onde “E” é energia, “T” é eficiência dos instrumentos ou tecnologias e o resultado, “C”, é a cultura (Kaplan & Manners, 1972). Embora não ignorasse fatores como organização social e política e afirmasse que todas as partes da cultura são inter-relacionadas, White explicitamente enfatizava o sistema tecnológico dos diferentes grupos humanos como fator principal para caracterizar a evolução cultural desses grupos. Ao ser criticado por defender esse ponto de vista, na visão de alguns críticos como um determinismo “tecnológico-mecânico”, White destacava que era “por meio da tecnologia que o homem articula-se mais de perto com a superfície do seu planeta” (Kaplan & Manners, 1972, p.76).

Julian Steward, outro antropólogo reconhecido como referência no movimento *neo-evolucionista*, exerceu grande influência sobre novas gerações de antropólogos culturais. Steward graduou-se em Zoologia e Biologia na *Cornell University*, que não tinha departamento de Antropologia, e realizou doutorado em Antropologia na *Berkeley University* entre 1925 e 1929. Na década de 1920 a *Berkeley University* era um importante centro de referência em Antropologia, onde dois dos melhores alunos de Franz Boas em *Columbia*, Alfred Kroeber e Robert Lowie estavam formando novas gerações de antropólogos. Steward se destacava como um dos melhores alunos do curso de pós-graduação em Antropologia e logo após defender sua tese, foi convidado a fundar o Departamento de Antropologia da *University of Michigan* em *Ann Arbor*. Em 1930 transferiu-se para a *University of Utah*, iniciando um período com muitas pesquisas de campo (entre 1930 e 1946). Em 1946 Steward foi para a *Columbia University* e assumiu o cargo de coordenador do Departamento de Antropologia, que era reconhecido como o grande centro da Antropologia norte-americana. Além da atuação como professor e pesquisador, Steward atuou

diretamente em algumas associações de Antropologia e de defesa dos direitos indígenas.

Juntamente com White, Steward criticava o excesso de “relativismo” nos trabalhos antropológicos no século XX por enfatizarem mais as diferenças do que os processos comuns no desenvolvimento das culturas. Kaplan e Manners apresentam claramente o ponto de vista de Steward:

Juntamente com White, Steward foi um crítico dos relativistas culturais pela sua ênfase na distinção de cada cultura e pela virtual negligência quanto às similaridades entre culturas, reveladas pelos processos culturais. Tal como White, ele sente que a onda de antievolucionismo que dominou a disciplina por tantos anos foi contraproducente para o desenvolvimento de uma genuína ciência dos fenômenos socioculturais. Pois, novamente como White, ele acredita que o objetivo central da Antropologia deve ser a descoberta de regularidades culturais através do tempo e a sua explicação em termos de causa e efeito. (Kaplan & Manners, 1972, p.76)

As concepções de White e Steward parecem ser compatíveis especialmente em relação à valorização das regularidades presentes em diferentes culturas ao longo do tempo. Em outros aspectos, como nos critérios de definição de diferentes estágios de evolução cultural ou mesmo na noção de evolução, as concepções desses dois autores eram muito distintas. Steward, embora enfatizasse a regularidade dos processos culturais em diferentes povos, atentava para as particularidades de cada grupo cultural. Destacava a importância dos dados empíricos, que seriam sempre obtidos em contextos específicos que precisavam ser conhecidos, e criticava White por apresentar formulações tão gerais e abstratas que eram de pouca serventia para o trabalho de campo do antropólogo. Além disso, Steward rotulou o trabalho de White e dos evolucionistas culturais clássicos como *evolucionismo universal*, em menção ao fato de considerarem a evolução cultural como um processo unilinear, em que os estágios de evolução são fixos e todos os povos necessitariam passar por todos os estágios ao longo de seu desenvolvimento. Como alternativa a esse *evolucionismo universal*, Steward propõe uma concepção nomeada como *evolução multilinear*. Essa concepção seria um pressuposto e um método para estudar “as diferenças e similaridades culturais por meio da comparação de seqüências paralelas de desenvolvimento, geralmente em áreas geográficas muito separadas” que explicariam as similaridades estruturais entre diferentes grupos (Kaplan & Manners, 1972, p.77).

White e Steward formaram uma geração de importantes antropólogos que cursaram pós-graduação em *Columbia e Michigan*, como Marvin Harris, Sidney Mintz, Roy Rappaport, Elman Service e Eric Wolf. Vale destacar que um desses antropólogos, Marvin Harris, é o mais estudado e debatido no âmbito da Análise do Comportamento por apresentar diversas afinidades conceituais e metodológicas (Malagodi, 1986; Lloyd, 1985; Vargas, 1985; Glenn, 1988 e 1991; Malagodi & Jackson, 1989; e Andery & Sério, 1997).

Havia características comuns a essa geração de antropólogos neo-evolucionistas das décadas de 1950-1960. A primeira delas era uma orientação marxista, resgatada por White das contribuições de Morgan, apesar do contexto social norte-americano nesse período reprimir quaisquer manifestações públicas favoráveis à Marx ou ao socialismo. Outra característica era o consenso de que a perspectiva trazida por Boas à Antropologia era pouco científica e ignorava os avanços da teoria evolucionária. Na década de 1960, White (1966) publicou um clássico ensaio crítico ao modelo de Boas, e Harris (1968) publicou um livro em que respondia as críticas apresentadas pelos relativistas à Antropologia evolucionista, demonstrando por meio de sólida argumentação a coerência da concepção evolucionista e ainda apresentando os argumentos relativistas como anticientíficos e idealistas (Kuper, 2002).

Outro aluno orientado por Steward e White que se destacou foi Marshal Sahlins, que após cerca de 20 anos de atuação como antropólogo neo-evolucionista, em um processo pouco claro, mudou suas concepções mais fundamentais aderindo a uma perspectiva mais relativista. No período em que ainda se intitulava *neo-evolucionista*, Sahlins publicou artigos e livros considerados como referências na área. Em uma de suas importantes obras desse período, publicada juntamente com o antropólogo Elman Service, os autores apresentam a idéia de evolução cultural como uma extensão da evolução biológica decorrente dos processos de seleção natural. Sahlins e Service (1960, em Kuper, 1999, p.209) enfatizaram que a idéia de evolução cultural era uma forma de “continuar o processo evolucionário por novos meios”. Sahlins e Service enfatizaram que a idéia de *evolução multilinear* de Steward seria mais compatível com a idéia de seleção natural darwiniana, por considerar de modo mais preciso as características de cada ambiente específico responsável pelos processos de seleção. Assim como diferentes ambientes

selecionam diferentes espécies, diferentes ambientes também poderiam selecionar diferentes práticas culturais mais propícias para o desenvolvimento e sobrevivência dos grupos. Sahlins (1962 em Kuper 2002) apresenta metáfora de que as várias sociedades nas ilhas do Pacífico representavam um laboratório de evolução cultural, assim como os bandos de pássaro nas Ilhas de Galápagos foram um tipo de laboratório para Darwin. O próprio Sahlins (1962, p.7 em Kuper, 2002, p.210) concluiu a partir de estudos em um grupo na Indonésia, que “a cultura *moalana* constitui uma organização adaptativa, literalmente uma forma de vida apropriada a seu meio”, destacando que o grupo, tido como selvagem em algumas escalas de evolução lineares, era um grupo muito bem adaptado às características particulares do contexto em que viviam. Ainda assim, segundo Sahlins (1962) parecia haver um *continuum* de desenvolvimento entre as diferentes tribos, que implicavam em uma complexificação das relações políticas e econômicas nos grupos, ainda que baseadas em hierarquias de parentesco. Ao adotar posição mais relativista, Sahlins dedicou suas primeiras obras, *The use and abuse of biology: an anthropological critique of Sociobiology* (1976), a criticar a sociobiologia, teoria formulada pelo biólogo norte-americano Edward Wilson e a apresentar sua nova concepção de Antropologia no livro *Cultura e Razão Prática* (1976).

8. Estudo do comportamento verbal pelos métodos evolucionistas culturais e identificação dos processos que controlam o desenvolvimento dos “estágios culturais”

Leslie White parece ter exercido importante papel no desenvolvimento da Antropologia Cultural ao demonstrar que os complexos fenômenos relacionados ao comportamento verbal com os quais os antropólogos relativistas estavam lidando, nomeados como *sistema simbólico* ou *simbolismo*, também eram possíveis de ser estudados em uma perspectiva evolucionista, por métodos científicos e com coerência aos dados empíricos coletados em campo. O autor parece ter demonstrado que a identificação dos estágios de desenvolvimento das sociedades humanas não era a única preocupação dos antropólogos evolucionistas, como alegavam muitos seus críticos, e que seriam tão aptos quanto os relativistas para estudar complexos fenômenos humanos.

As contribuições de White para o estudo das relações arbitrárias entre *símbolos* e *referentes* já explicitavam que o núcleo do estabelecimento dessas relações era a função que operavam sobre o ambiente. No exemplo dos diferentes sinais de “pare” apresentados por White, fica explícita a noção do autor de que o que define as categorias verbais não era sua topografia e nem qualquer disposição inata do homem para constituir símbolos, mas a função que elas adquirem ao longo da vida em sociedade. Essa noção já parece ter alguma aproximação com a noção de comportamento verbal apresentada pela Análise do Comportamento, muito mais próxima do que algumas das concepções apresentadas por autores relativistas culturais, como Alfred Kroeber ou Clifford Geertz.

Julian Steward, por sua vez, parece ter sido responsável por tornar mais coerente a noção antropológica de evolução com a noção darwiniana desse termo e questionando a idéia de *estágios* de desenvolvimento cultural. A proposta de *evolução multilinear* que o autor apresentou, destacava ao menos dois aspectos importantes. O primeiro era que, embora a evolução cultural fosse um plano próprio de análise, esse processo teria sido selecionado no plano biológico por meio da seleção natural. Nesse sentido, haveria alguma razão biológica para que a emergência da cultura tenha sido selecionada na espécie humana, que provavelmente a tornou mais adaptada à vida no planeta em algum momento na história da espécie. Essa idéia, ao menos nesse aspecto, parece ser coerente com a idéia skinneriana de *seleção por conseqüências*, em que Skinner (1981) apresenta a possibilidade de seleção comportamental e cultural como respostas da espécie a demandas que exigem rápida adaptação, ao menos mais rápidas do que seria possível apenas por meio da seleção natural.

O segundo aspecto problematizado por Kaplan e Manners (1972) a partir das contribuições de Steward e que fica mais visível na obra de alguns de seus alunos, como Marvin Harris, é uma crítica acerca daquilo que é nuclear em um estudo antropológico: *seria a definição dos estágios de desenvolvimento ou os princípios e processos que controlam esse desenvolvimento?* Kaplan e Manners examinam essa questão da seguinte forma:

Embora o conceito de estágios (tipos) pareça ser inevitável – como se disse antes, mesmo os não-evolucionistas e os anti-evolucionistas empregam a linguagem de estágios de desenvolvimento – não cremos que pensar em estágios deva ser o problema central ou único na análise desenvolvimentista. Para os evolucionistas do século XIX, esta *era* a principal questão, porque ao

mostrar que a mudança cultural (considerada globalmente) foi precedida por um processo natural, estágio por estágio, eles esperam remover a intervenção miraculosa e a espontaneidade infundada do estudo dos fenômenos culturais. Mas essa batalha foi ganha. Ela não deve ser travada outra vez. O que estamos dizendo aqui é que não devemos esperar nem exigir de uma orientação evolucionista que seu único propósito seja suprir-nos de uma “teoria” de estágios ou de uma taxonomia desenvolvimentista. Se as formulações evolucionistas devem superar a descrição, a heurística e a metodologia para tornar-se uma teoria científica aceitável, então essas formulações devem especificar as *variáveis* ou *mecanismos* que podem responder por transformações observadas ou postuladas do tipo cultural. Vale a pena observar, ao menos entre parênteses, que a teoria da seleção natural da evolução biológica é uma teoria de mecanismos e não uma teoria de estágios. Entretanto, não se deve esquecer que muitos evolucionistas contemporâneos não foram indiferentes à busca de “variáveis e mecanismos”. (Kaplan & Manners, 1972, p.87-88).

Nessa concepção os *estágios* seriam apenas pontos em um *continuum* de desenvolvimento mais facilmente identificáveis (como os graus de uma variável ordinal). Sem deixar de reconhecer a possível relevância da categorização em estágios, especialmente por permitir comparação de um fenômeno específico entre diferentes grupos ou em identificar regularidade na ocorrência dos fenômenos, a ênfase do trabalho antropológico não deveria estar na taxionomia de estágios de desenvolvimento, mas sim na caracterização dos processos que controlam ou determinam tal desenvolvimento cultural. Seria como, no âmbito da Psicologia, identificar graus de fortalecimento de determinadas relações comportamentais, mas sem compreender os princípios e processos em ocorrência que fazem com que um organismo aprenda e fortaleça um aprendizado.

V

CARACTERÍSTICAS DA ANTROPOLOGIA CULTURAL, DO TRABALHO E DA DEFINIÇÃO DE *CULTURA* DE SEUS PRINCIPAIS AUTORES

No final do século XIX o antropólogo Franz Boas dá início a uma série de questionamentos acerca das concepções e métodos utilizados pelos antropólogos evolucionistas clássicos, enfatizando que a explicação da evolução cultural humana por meio de estágios “obrigatórios” poderia ser insuficiente ou, ainda, inadequada. As críticas de Boas em relação aos métodos de trabalho dos antropólogos evolucionistas problematizavam aspectos importantes de metodologia científica em relação ao controle das variáveis que interferem no processo de conhecer. Os dados culturais com os quais o antropólogo trabalha, enfatizava Boas, deveriam ser produzidos por meio de observações diretas, prolongadas e sistemáticas. A “antropologia de gabinete”, expressão utilizada para se referir ao trabalho do antropólogo desenvolvido dentro de uma sala a partir de relatos de viajantes ou materiais produzidos por grupos humanos sem que o pesquisador nem ao menos conhecesse o grupo que estudava, não seria forma apropriada de estudar “cultura” de diferentes povos ou etnias.

As contribuições de diferentes autores relacionados à Antropologia Cultural ampliaram a clareza sobre as múltiplas possibilidades de modos de viver de um povo. Também foi intensamente destacado por esses autores que essa variação de modos de viver não pode ser atribuída apenas a diferentes graus de evolução cultural, tornando inadequado qualquer tentativa de explicar uma prática de um povo por esse ser “selvagem” ou desprovido de cultura.

Um aspecto destacado pelos antropólogos culturais foi a delimitação de uma unidade cultural. Enquanto o estudo da cultura era restringido a tribos indígenas, a delimitação dos grupos, muitas vezes isolados geograficamente, parecia ser mais clara e a abrangência da “cultura” parecia estar claramente definida pelo tamanho da tribo. Ao passar a estudar a cultura de qualquer povo, a delimitação de fronteiras nacionais, de cidades, de organizações, etc. já não permitiam ao pesquisador afirmar com convicção acerca do que seria a unidade cultural. As diferenças culturais internas em países ou mesmo em pequenas comunidades foram explicitadas, demonstrando que a variação cultural pode ser muito sutil e mais

freqüente do que identificado nos estudos realizados com grupos humanos pequenos e isolados geograficamente.

Outro aspecto da diversidade cultural demonstrado pelos antropólogos culturais é a “relativa coerência de todos os sistemas culturais” (Cuche, 2002, p.90). Por mais exóticas que determinadas práticas culturais possam parecer aos observadores que as examinam, tais práticas têm função no contexto em que ocorrem e relações com as demais práticas envolvidas no sistema cultural.

Cada cultura apresenta uma forma particular e autêntica de expressão de sua “humanidade” ou, em outras palavras, suas formas de apresentar as características do que parece ser tipicamente humano. Muitos dos estudos realizados em Antropologia Cultural tiveram como objetivo distinguir os aspectos que se referem à natureza humana – aquilo que é característico da espécie – e os que se referem às culturas humanas. Esses estudos demonstraram que mesmo aspectos relacionados às funções vitais ou a características do corpo são, em algum grau, influenciados pela cultura. As formas de comer, dormir, copular, dar à luz, defecar, urinar, andar, correr, nadar, etc. variam em diferentes grupos sociais. Cuche (2002, p.90) relata o estudo de Mauss (1936) sobre “técnicas do corpo”, em que demonstra que mesmo a forma de se sentar ou deitar possuem variações culturais. Com tantas respostas com topografias distintas, tais atividades passam a exigir mais de determinados agrupamentos musculares e não de outros, decorrendo em variações na própria constituição física do corpo. Mesmo aspectos fisiológicos são transformados a partir da cultura, levantando questionamento se seria possível estudar a “natureza humana” sem fazer menção à cultura.

Cuche (2002) explicita que a diversidade de grupos sociais na sociedade americana possivelmente facilitou a distinção entre “subculturas” dentro de sistemas sociais mais amplos. Por exemplo, os sociólogos distinguem “subculturas” a partir de classes sociais ou de grupos étnicos. Outros autores descrevem “subculturas” dos jovens, dos pobres, dos ricos, dos homossexuais, entre outros tipos de agrupamentos que permitem identificar modos de agir característicos. Além disso, as mesmas pessoas podem fazer parte de diferentes subculturas, o que exige do pesquisador que estuda cultura identificar a que subcultura os indivíduos que observa em um dado momento estão respondendo, ou qual papel social desempenham em diferentes momentos. Dessa forma, mesmo que modelos de

conduta mais gerais possam ser identificados, é ampliada a heterogeneidade cultural dentro de um mesmo sistema.

Alguns tipos de “subcultura” permitem identificar mais claramente a variabilidade cultural dentro de uma mesma sociedade. Os movimentos usualmente chamados de “contracultura”, como os *hippies* nas décadas 1960 e 1970 e os *punks* na década de 1980 nos Estados Unidos, explicitam bem a distinção de “subculturas” em um sistema mais amplo. Cucho (2002) destaca que as “contraculturas” ao questionar a cultura global, mais do que propor uma nova forma de cultura para todos os membros da sociedade, contribuem para o desenvolvimento da dinâmica da cultura global e a renová-la em alguma característica especial.

Embora o conceito “subcultura” pareça ser útil para explicitar diferentes graus de abrangência de diferentes sistemas culturais presentes concomitantemente, Sapir, entre outros antropólogos, enfatiza que esse conceito talvez seja inapropriado. Se por um lado a cultura é o próprio conjunto de subculturas e dos produtos das relações entre elas, por outro cada subcultura pode ser entendida como uma cultura própria. Por exemplo, ao mesmo tempo em que se pode dizer que os *hippies* constituem uma subcultura da cultura americana, é também apropriado destacar que a cultura *hippie* não está limitada pela cultura americana. Nesse sentido, cada subcultura parece ser uma unidade própria de cultura, de modo que o prefixo “sub” torna-se inapropriado para se referir ao fenômeno. Ainda assim, parece ser importante diferenciar graus de abrangência do fenômeno ao estudá-lo. Uma “cultura global”, ou a unidade cultural mais ampla em um sistema, além de ser o conjunto das culturas que a constituem, também é produto das relações entre essas culturas, o que implica em examinar também como se dão essas relações para a caracterização apropriada do fenômeno (Cucho, 2002, p.107).

O exame da variabilidade de características culturais em uma mesma sociedade permitiu que o conceito cultura fosse problematizado e aperfeiçoado por diferentes contribuições dos antropólogos culturais. Um aspecto mais geral dessa contribuição, destacado por Cucho (2002, p.92), é que o conceito não é mais utilizado para designar uma simples reunião de traços dispersos, mas para designar o “conjunto organizado de elementos interdependentes”, sendo que sua organização assume papel tão importante quanto o seu conteúdo.

Outro aspecto destacado a partir das contribuições dos antropólogos culturais é a ênfase em “cultura” como um processo dinâmico, e não como um produto, coisa ou entidade. Cuche (2002, p.137) chega a questionar se não seria mais apropriado falar em “aculturação” do que em “cultura”, no sentido de destacar que o fenômeno é um processo dinâmico.

Curiosamente, o aperfeiçoamento conceitual do termo cultura na Antropologia Cultural começou tardiamente em relação às demais contribuições metodológicas ou de caracterização do fenômeno em diferentes grupos humanos. Kroeber e Kluckhohn, em estudo clássico em que organizaram as definições de cultura apresentadas até a década de 1950, constataram que entre 1871 e 1918 apenas seis definições de cultura são encontradas na literatura antropológica da época. Esses autores atribuíram a Boas, fundador da Antropologia Cultural, essa estagnação no desenvolvimento conceitual. Boas, embora tenha prestado grandes contribuições em relação às metodologias de trabalho para o exame do fenômeno cultura, além de vastas análises teóricas acerca de fenômenos relacionados, só apresentou uma definição formal de cultura em 1930. A partir da década de 1920, segundo o mesmo estudo de Kroeber e Kluckhohn, muitos trabalhos examinando a definição do conceito cultura, ou a delimitação desse fenômeno, foram publicados, sendo que somente entre 1920 e 1950 foram apresentadas 157 definições de cultura por cientistas sociais norte-americanos, em sua maioria antropólogos. Tão curioso quanto esta demora nos avanços conceituais, foi o fato de que a definição proposta pelo evolucionista cultural Tylor, em 1871, parecia ter sido aceita, aprimorada e desenvolvida pelos antropólogos culturais. As diferenças entre evolucionistas culturais e antropólogos culturais pareciam ser apenas em relação às explicações sobre o fenômeno, e não sobre as características definidoras deste.

Embora não haja consenso na literatura acerca das delimitações de autores ou conhecimentos que compõem a Antropologia Cultural, um orientador para realizar essa delimitação é considerar como Antropologia Cultural o trabalho realizado por Boas, seu fundador, e o trabalho das gerações seguintes de antropólogos americanos que se formaram sob a influência do trabalho de Boas. Os antropólogos culturais destacados nas fontes de informação desse projeto foram Franz Boas, Alfred Kroeber, Clyde Kluckhohn, Edward Sapir, Margaret Mead, Ruth Benedict, Talcott Parsons, Clifford Geertz, David Schneider e Marshall Sahlins.

1. Boas, Franz (1858 - 1942): Principais contribuições e aspectos enfatizados do fenômeno cultura

Franz Boas nasceu na Prússia em 1858, em uma família de judeus já adaptada ao estilo de vida alemão. Entrou para a *Heidelberg University* em 1877 para estudar Física e, ao longo de sua formação, envolveu-se em muitas brigas decorrentes de ataques anti-semitas, comuns na época. Insatisfeito com as perspectivas para o trabalho como físico, orientou sua formação para aspectos históricos e etnográficos da Geografia, em grande parte influenciado pelo geógrafo Theobald Fisher, seu ex-professor e amigo. Completou sua formação em *Heidelberg* em 1881. Sua primeira atuação mais diretamente relacionada ao campo da Antropologia foi, após ter se mudado para Berlim, no Museu do Folclore, dirigido por Adolf Bastian. Boas teve como orientadores de sua tese de livre docência Rudolf Virchow e Adolf Bastian que marcaram fortemente sua formação, dando subsídios para muitos dos questionamentos que apresentou anos mais tarde.

Insatisfeito com seu trabalho em Berlim, Boas planejou uma expedição à Ilha de Baffin, no Canadá, para estudar os esquimós. Após conseguir recursos com um dono de jornal de Berlim para financiar o projeto, Boas partiu em 1883 para sua expedição na América. Ele passou um ano convivendo com os esquimós, participando de muitas de suas atividades diárias. Em seu diário de campo, escreveu: “Sou agora um verdadeiro esquimó. Vivo como eles, caço com eles e faço parte dos homens de Anarnitung” (Cole, 1983 em Castro, 2004/2006, p.9). Boas, ao ser o primeiro antropólogo a fazer pesquisas *in situ* para observação direta e prolongada de culturas primitivas, torna-se um pioneiro da Etnologia (Cuche, 1996, p.39).

Boas caracterizava o método etnológico como método de observação direta e destacava que para o estudo de uma cultura particular, tudo deveria ser registrado, até “o detalhe do detalhe” (Cuche, 1996, p.43). Embora não recusasse o uso de entrevistas ou do relato de informantes, Boas enfatizava a importância de compreender as sutilezas culturais e que isso envolveria aprender a língua em uso e atentar para os relatos verbais em conversas espontâneas e, até mesmo, “escutar atrás das portas” para se obter o máximo de informações sobre a cultura estudada (Cuche, 1996, p.43).

Ao longo dessa expedição Boas já começa a questionar a idéia de “evolução cultural” que teria como ápice a cultura “civilizada”. Um registro em seu diário em dezembro de 1883 demonstra claramente tais questionamentos:

Freqüentemente me pergunto que vantagens nossa “boa sociedade” possui sobre aquelas dos “selvagens” e descubro, quanto mais vejo de seus costumes, que não temos o direito de olhá-los de cima para baixo. Onde, em nosso povo, poder-se-ia encontrar hospitalidade tão verdadeira quanto aqui? (...) Nós, “pessoas altamente educadas”, somos muito piores, relativamente falando. (...). Creio que, se esta viagem tem para mim (como ser pensante) uma influência valiosa, ela reside no fortalecimento do ponto de vista da relatividade de toda formação, e que a maldade, bem como o valor de uma pessoa, residem na formação do coração, que eu encontro, ou não, tanto aqui quanto entre nós. (Boas, 1883 em Castro, 2004, p.9)

Com esses questionamentos Boas renovou o sentido de dois conceitos importantes na Antropologia: etnocentrismo e relativismo cultural. Por etnocentrismo, Boas nomeia o processo em que diferentes culturas são estudadas, medidas e avaliadas a partir de um sistema de referências próprias do sistema cultural do próprio pesquisador. Nomear uma prática de “selvagem”, por exemplo, só faz sentido quando se compara essa prática com outra já conhecida. A idéia de relativismo cultural, seria a forma de escapar de uma referência etnocêntrica, por meio do estudo das culturas sem uso de categorias definidas previamente e sem compará-la prematuramente à outras culturas. Uma postura relativista implicava em prudência, paciência e pequenos passos na pesquisa (Cuche, 1996).

Ao retornar para a Alemanha em 1885, encontra o país em período extremamente nacionalista em que o anti-semitismo ganhava ainda mais força, mesmo nos meios acadêmicos. Somado a isso, Boas não conseguiu um bom emprego e tinha intenção de casar com Marie Krackowizer, que havia conhecido por meio de um tio em 1881, e que morava nos Estados Unidos. Em 1886 viajou para os Estados Unidos para rever Marie e procurar um trabalho. Aproveitou a viagem para realizar uma nova expedição, com duração de dois meses e meio, a tribos no interior do Canadá. No final de 1886 conseguiu um emprego como editor-assistente da recém-criada revista de divulgação científica *Science*.

Após dois anos de trabalho na *Science*, em 1888 Boas foi contratado como professor de Antropologia da *Clark University*, em Massachusetts. Permaneceu três

anos nessa função. Neste período, cada vez mais, Boas distanciava-se dos estudos “geográficos” e dedicava-se ao estudo de fenômenos culturais.

Em 1896 assumiu a função de curador de coleções etnológicas do *American Museum of Natural History*, que era liderado por Morris Jesup. Boas, com o patrocínio e apoio de Jesup, organizou expedição para estudar as relações entre os povos da Ásia e do Noroeste norte-americano. Essa expedição ocorreu entre 1897 e 1902 e, embora tenha produzido volumoso material etnográfico, não atendeu aos objetivos planejados em função de limitações de recursos e outras dificuldades encontradas pelos pesquisadores.

Além do emprego no museu, Boas também atuava como professor em tempo parcial na Universidade de Columbia. Também nesse período, Boas presidiu o comitê para a criação da revista científica *American Anthropologist*, que teve seu primeiro volume publicado em 1899.

Em 1905, Boas sai de seu trabalho no museu, e assume trabalho em tempo integral na Universidade de Columbia, concentrando-se na produção de conhecimento e na orientação de alunos. Seus orientandos foram alguns dos principais expoentes da Antropologia Norte-Americana nas décadas seguintes, como Alfred Kroeber, Edward Sapir, Ruth Benedict, Margareth Mead, entre outros. Além de lecionar em Columbia, Boas também foi professor da *New School for Social Research*, instituição que abrigava intelectuais estrangeiros exilados ou que fugiram da guerra na Europa, como Lévi-Strauss.

Além de sua atuação como professor, Boas reconhecidamente exercia função política importante. Em 1906, por exemplo, tentou convencer alguns milionários a financiar a construção de uma organização que teria como objetivo divulgar a concepção de que a inferioridade dos negros nos Estados Unidos se devia inteiramente a causas sociais e não raciais, em um período em que afro-americanos não possuíam direitos políticos e viviam intensa segregação social. Embora parte de seus argumentos anti-racistas foram formulados a partir das contribuições de seu orientador Virchow, Boas é reconhecido como o primeiro cientista social a abandonar o conceito de raça na explicação das diferenças do comportamento humano.

Como contribuição à Antropologia, Boas parece ter desempenhado papel importante no questionamento do conhecimento existente, especialmente no que se

refere a vários tipos de determinismos (geográfico, social, racial, econômico etc.). Segundo Cuiche (1996, p.42) “para Boas havia pouca esperança de descobrir leis universais de funcionamento das sociedades e das culturas humanas”. Boas não desenvolveu uma teoria, propriamente dita, ou sistematizou claramente o conhecimento da época. Castro (2004, p.18) destaca que “... seu papel foi acima de tudo o de crítico de teorias então consagradas, como o evolucionismo e o racismo. Com isso abriu caminhos para que outros antropólogos – muitos deles, seus alunos – desenvolvessem as implicações decorrentes da percepção da relatividade das formas culturais sob as quais os homens têm vivido”. No trabalho clássico de Kroeber e Kluckhohn (1952), sobre as diferentes definições de cultura até a década de 1950, esses autores destacam que nas décadas de 1920 e 1930 houve mudança radical no pensamento antropológico e que a melhor fonte para procurar os sinais dessa mudança é nos trabalhos dos alunos de Boas. Boas aposentou-se em 1936 na Universidade de Columbia, após trinta e sete anos de magistério, e continuou produzindo conhecimento em Antropologia até o seu falecimento em 1942.

Tabela 5.1. Síntese dos aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Boas, suas principais características/contribuições para o estudo desse fenômeno e principais obras publicadas.

BOAS, Franz	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Características de sistemas culturais de diferentes sociedades; • Determinantes culturais; 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do método etnológico (observação em campo); • Questionamentos sobre o conhecimento já disponível; • Abandono da noção de “raça” para explicar diferenças culturais; • Formou alguns dos principais Antropólogos Norte-Americanos que contribuíram com o desenvolvimento da Antropologia; • Explicitou a idéia de “culturas”; 	
ANO	Principais obras
1888	<i>The Central Eskimo (livro)</i>
1896	<i>The Limitations of the Comparative Method of Anthropology (artigo)</i>
1911	<i>Handbook of North American Languages (livro)</i>
1911	<i>The Mind of Primitive Man (livro)</i>
1927	<i>Primitive Art (livro)</i>
1928	<i>Anthropology and Modern Life (livro)</i>
1938	<i>The Mind of Primitive Man (livro - segunda edição revista)</i>
1940	<i>Race, Language and Culture (livro)</i>

1.1. Determinantes e características do fenômeno *cultura* e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Boas

Foram identificadas quatro características do fenômeno cultura destacadas por Boas, como apresentado na Tabela 5.2. A primeira delas, e mais geral, é que **cultura é aprendida**. Boas destaca que não há diferenças biológicas²⁴ entre povos com diferentes culturas, mesmo entre diferenças extremas como as de povos nomeados como “primitivos” e povos nomeados como “civilizados”. Nesse sentido, Boas parece trazer como contribuição a idéia de cultura como produto de aprendizagens que distinguem grupos humanos. Vale destacar que o autor não se refere especificamente às aprendizagens individuais, de cada organismo, mas àquelas que são características de um grupo humano.

A segunda característica apresentada é a idéia de **cultura, ou sistema cultural, como uma unidade**. Cada cultura seria uma unidade própria e o trabalho do antropólogo seria identificar os determinantes desse fenômeno que o tornam um sistema singular e coerente. Boas descreve os “fatos culturais” como os elementos que constituem a cultura (Cuche, 1996, p.45) e que para caracterizar a cultura seria necessário compreender os diferentes fatos culturais, relacionando-os entre si e com as demais características do contexto cultural.

A terceira característica é que **embora a cultura seja unidade coerente, ela não constitui um sistema integrado**. Não é explicitado claramente nas fontes de informação a que se refere a idéia de “sistema integrado”. É inferido que essa expressão remeta ao fato de que os sistemas culturais não são estáveis, mas processos em constante modificação. Por mais coerentes que os sistemas culturais sejam, os contatos com outras culturas e os novos desafios ambientais e a criatividade do povo em lidar com seu ambiente, fazem com que novas práticas mais bem adaptadas surjam e possam ser assimiladas pelo grupo.

A quarta característica apresentada refere-se aos componentes da cultura, ou a diferentes tipos de “fatos culturais” que Boas examinava em seus estudos. **Cultura, para Boas, é composta pela língua, crenças, costumes, arte e outras maneiras**. Essas seriam as características gerais que tornariam cada cultura uma

²⁴ A noção de diferenças biológicas entre indivíduos de grupos humanos diferentes no início do século XX provavelmente era diferente da noção compreendida no século XXI, em que por meio dos avanços na tecnologia genética já é possível identificar diferenças mesmo entre organismos de um mesmo grupo social. Ainda assim, a contribuição de Boas parece ser importante no sentido de que não haviam diferenças biológicas significativas em relação ao desenvolvimento da cultura de um grupo, descartando a idéia de determinismo genético ou biológico.

Tabela 5.2. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Boas (1858-1942) e apresentadas por Cucche (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais ³
Características do fenômeno “cultura”	1) Não há diferença de “natureza” (biológica) entre primitivos e civilizados. (B1)	Cultura é algo aprendido, sem relação com a biologia da espécie, e que diferencia grupos humanos	Cultura é aprendida	<i>Cultura é caracterizada como produto de aprendizagens que distingue diferentes grupos humanos</i>
	2) As diferenças adquiridas entre primitivos e civilizados são diferenças de cultura. (B1)			
	3) Cada cultura representa uma totalidade singular. Estudar cultura é pesquisar o que faz essa unidade. (B2)	Cultura é representada por uma unidade coerente formada a partir de uma síntese singular, de fatos culturais relacionados.	Sistema cultural como unidade	<i>Cultura é um sistema coerente de “fatos culturais” que caracteriza uma unidade.</i>
	4) [Estudar cultura envolve] descrever os fatos culturais e compreende-los juntando-os a um conjunto ao qual eles estão ligados. Um costume particular só pode ser explicado se relacionado ao seu contexto cultural. (B2)			
	5) [Estudar cultura] é compreender como se formou a síntese original que representa cada cultura e sua coerência (B2)			
	6) Culturas não constituem sistemas integrados. (B4)	- ● -	Cultura não são sistemas integrados	-
	7) Cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também das artes, e de outras maneiras. (B3)	- ● -	Cultura é composta pela língua, crenças, costumes, arte e outras maneiras	<i>Cada cultura é composta por conjunto de comportamentos de diversas naturezas: língua [comportamentos verbais], crenças [respostas verbais sobre a existência ou não de um evento ou que atribuem explicação de determinação de eventos], costumes [classes de comportamentos ou classes de respostas comuns e obrigatórias em um grupo], arte [comportamentos e produtos artísticos] que ocorrem com características singulares.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 1 (Boas). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- ● -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

³ - O símbolo “-” indica que a aproximação aos termos comportamentais elaborada não aumentaria a visibilidade sobre o fenômeno destacado.

unidade particular. Boas, com esses conceitos, parece enfatizar alguns conjuntos de comportamentos característicos de cada grupo humano, como os comportamentos verbais (língua), as respostas verbais sobre a existência ou não de eventos ou que atribuem explicação de determinação de eventos (crenças), as classes de comportamento ou classes de respostas comuns e obrigatórias em um grupo (costumes), os comportamentos e produtos artísticos (arte).

Além das características do fenômeno cultura identificadas, também foram identificados trechos referentes a variáveis determinantes do fenômeno cultura e também referentes a outros processos que são determinados pela cultura, propostos por Boas, apresentados na Tabela 5.3. Boas destaca que a **história passada determina cultura**, de forma que a compreensão de uma cultura, envolve examinar os determinantes históricos das práticas atuais. As variáveis importantes de serem examinadas para a compreensão de um fenômeno cultural podem não estar mais presentes no ambiente atual.

Outros determinantes da cultura são identificados a partir de trechos em que Boas analisa os processos de mudanças culturais. O autor parece destacar que essas mudanças são determinadas por eventos casuais de contato com outras culturas, pelos comportamentos criativos em contraposição a comportamentos tradicionais dos membros do grupo, favorecidos por características singulares do ambiente, ou das classes de estímulos ambientais.

Boas também destaca que a cultura é um dos determinantes de outros processos. Segundo o autor, as características singulares que identificam cada cultura determinam comportamentos dos indivíduos que pertencem ao grupo, de forma ser possível identificar comportamentos típicos em um grupo, por vezes nomeados na obra desse autor por *hábitos* ou *costumes*.

Tabela 5.3. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam os determinantes desse fenômeno e também outros processos determinados pela cultura propostos por Boas (1858-1942) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Determinantes do fenômeno “cultura”	Um fenômeno cultural só é inteligível à luz do seu passado. (B4)	Determinação histórica do fenômeno cultura	História passada determina cultura	<i>Fenômeno cultural é determinado pela sua história passada.</i>
	Mudanças culturais resultavam de contatos casuais (...). (B4)	Determinantes de mudanças culturais estão relacionadas a eventos casuais, à reação criativa diante da tradição e estimuladas pelo desafio ambiental	Casualidade, criatividade e estimulação ambiental determinam cultura [mudanças culturais]	<i>Mudanças culturais são determinadas por eventos casuais, por comportamentos criativos em contraposição à comportamentos tradicionais favorecidos por características singulares das classes de estímulos ambientais (externo)</i>
	Mudanças culturais eram geradas pela reação criativa de indivíduos diante da tradição herdada, estimulada pelo desafio ambiental. (B4)			
“Cultura” como determinante de outros processos	Cada cultura é dotada de um “estilo” particular que influi sobre o comportamento dos indivíduos. (B3)	- • -	Cultura determina comportamentos	<i>As características singulares que identificam cada cultura determinam comportamentos dos indivíduos que pertencem ao grupo.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 1 (Boas). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- • -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

1.2. O estudo de fenômenos culturais envolve o estudo de processos comportamentais e a idéia de “cultura como seu próprio controle”

Já em seu primeiro trabalho em campo, Boas iniciou o desenvolvimento de importantes contribuições à Antropologia. A primeira delas foi a relativização dos processos culturais em relação à idéia vigente no início do século XX de processo linear de evolução cultural, ou *evolução universal* como indicado pelo antropólogo Julian Steward (1902-1972). Desde o século XVIII, por influência do movimento Iluminista na França, o uso do termo *cultura* era vinculado à idéia de *cultura da humanidade*, que destacava o fenômeno cultural como um processo de evolução dos modos de vida humano, a despeito de fronteiras geográficas, políticas e sociais

(Cuche, 1996). Parecia clara a noção de que os modos de vida em uma típica cidade industrial européia eram mais evoluídos do que os modos de vida em uma tribo de caçadores na Polinésia. Boas no final do século XIX identificou que a idéia de “evolução cultural”, como algo que leva ao aperfeiçoamento ou melhoria da cultura, precisava ser revista.

Ao identificar que algumas práticas culturais específicas (ou *atos culturais*, nos termos do autor) dos povos primitivos que visitou serem muito mais afetivas, solidárias e mesmo mais coerentes com os valores que em tese seriam orientadores da cultura dos povos civilizados, tais práticas não poderiam ser taxadas de menos evoluídas. Além disso, Boas também explicitou que diferentes povos lidam com diferentes desafios ambientais. Povos que vivem em regiões com intensa restrição hídrica e povos que vivem em áreas ricas em água, não poderiam ser comparados em uma escala de evolução comum em relação à suas práticas que envolvem o uso de água ou hábitos de higiene, por exemplo.

A partir desses questionamentos, o uso do termo *culturas*, no plural, começa a ser difundido na Antropologia Cultural e explicita que cada grupo humano deve ser estudado em seu próprio direito. A idéia de “cultura como seu próprio controle” parece ser uma analogia apropriada a idéia de “sujeito como seu próprio controle”, como utilizado no âmbito da Análise do Comportamento (Sidman, 1960/1976). Boas desenvolveu o conceito de *etnocentrismo* para referir-se ao processo em que uma cultura é avaliada a partir de um sistema de referências próprias da cultura do pesquisador. Destaca ainda a importância de compreender cada cultura a partir de suas referências próprias, como sua história passada, a língua corrente que inclui os conceitos utilizados pelo povo, as crenças, os costumes e outros aspectos da cultura. Em certo grau, a proposta de Boas já destaca a importância de examinar algumas das relações entre os modos de vida, ou as atividades das pessoas, e o contexto na qual se comportam. Uma prática que para um visitante externo possa parecer “esquisita” pode ter função em um determinado contexto, considerando aspectos do ambiente presente ou passado e que não serão percebidos sem um cuidadoso estudo desse processo. Nesse sentido, por mais que o sentido do termo *comportamento* utilizado pelo autor em determinados trechos pareça se referir à *classes de respostas*, ainda assim a ênfase do trabalho desenvolvido já era de explicitar ao menos a relação dessas atividades com seus contextos de ocorrência,

caracterizando ao menos parte das possíveis relações comportamentais estabelecidas pelos indivíduos de um grupo com seu ambiente.

A segunda contribuição importante de Boas à Antropologia foi a ênfase no método que identificou como o mais apropriado para realizar registro etnográfico de um povo: o método de observação direta, que já era consagrado nas ciências físicas da época como forma precípua de produção de conhecimento científico. Sem ignorar a importância de métodos de observação indireta (como por meio de depoimentos, registros e testes), Boas questionava a validade do conhecimento produzido apenas por esses meios. Até que ponto a Antropologia de gabinete (trabalho realizado sem ir a campo observar diretamente os fenômenos culturais) estaria ocupada dos fenômenos culturais em ocorrência ou apenas com os relatos verbais de terceiros sobre suas percepções em relação a esses fenômenos? A observação direta e, ainda destacava Boas, prolongada, seria a única forma de efetivamente caracterizar os fenômenos culturais, com o máximo de controle exigido pelo método científico.

Ao destacar que a diferença entre diferentes povos é aprendida, Boas rejeita a possibilidade de uma determinação biológica e racial da cultura. Boas teve um importante papel político ao recusar a possibilidade de que a *raça* determinasse cultura, por ser o primeiro antropólogo a fazê-lo e por essa concepção ter tido grande impacto nas gerações seguintes de antropólogos que atuaram diretamente em movimentos sociais e em órgãos governamentais em defesa da dignidade dos povos de diferentes raças. Para Boas, não haveria razão para atribuir as diferenças de comportamento entre diferentes grupos humanos a diferenças biológicas ou raciais. Tais diferenças seriam produzidas pelo fato de diferentes povos lidarem com diferentes desafios ambientais, pelos contatos entre diferentes culturas e pela possibilidade de variação e seleção de práticas culturais mais apropriadas e que porventura tenham sido selecionadas pelo grupo. Não foram identificadas nas fontes de informações referências de Boas à teoria da seleção natural darwiniana, mas a afirmação atribuída ao autor de que “mudanças culturais eram geradas pela reação criativa de indivíduos diante da tradição herdada, estimulada pelo desafio ambiental” (Kuper, 2002, p.88), remete, ainda que indiretamente, a idéia de variação e seleção de novos comportamentos, que podem tornar-se comuns em um grupo social.

Boas também questionou teorias correntes no início do século XX acerca da determinação geográfica, social e econômica de fenômenos culturais. Parece que mais do que descartar tais tipos de determinismo, Boas explicitava a insuficiência de cada um deles para a compreensão do fenômeno cultural. Além disso, também se preocupou em destacar a importância da análise histórica dos povos como forma de identificar determinantes da cultura que não estão presentes no momento em que o pesquisador a estuda. A importância de tal aspecto pode ser explicitada com práticas culturais relacionadas a comportamentos de esquiva, em que mesmo que as contingências de reforçamento negativo que estabeleceram tais comportamentos não estejam mais presentes, a relação comportamental pode estar fortalecida de tal modo a se manter estável ao longo do tempo pela ausência de variação comportamental ou se manter devido a contingências de suporte como controles verbais de comportamento por meio de regras, superstições e outras formas de controle verbal (Skinner, 1953). Tais comportamentos, por exemplo, não poderiam ser compreendidos sem o devido exame da história de relações comportamentais estabelecidas.

Ainda acerca da determinação histórica do fenômeno cultural, Kuper (2002) destaca que há limitações nas Ciências Sociais em relação a métodos para estudá-lo que precisam ser cuidadas e que em outras Ciências, como a Física, as relações cronológicas por vezes são mais bem controladas em contextos experimentais do que o antropólogo teria possibilidade de realizar em um estudo de campo. Os resultados e conclusões de estudos fora de condições experimentais têm limitações em relação a estudos feitos sob controle experimental em laboratório, mas não deixam de ser importante meio de produção de conhecimento científico, quando não o único meio. Sampaio (2008), ao realizar exame das contribuições de um estudo cultural relacionando o método utilizado e o conhecimento produzido, destaca que o controle experimental que o cientista tem sobre as variáveis relevantes para o fenômeno em estudo variam em um gradiente que oscila desde um alto controle experimental (usualmente conseguido por meio de experimentação em laboratório) a um grau de controle nulo, que estaria próximo à uma interpretação sem base em evidências empíricas. Sampaio (2008) ainda destaca que há vários graus intermediários de controle experimental entre esses dois gradientes e que um desses, a *quase-experimentação*, seria definido como:

(...) uma busca sistemática pelo estabelecimento empírico de relações funcionais entre eventos com limites ao controle de variáveis estranhas e independentes (quando introduzi-las, a quem e como exatamente aplicá-las) ou à medida das variáveis dependentes, mas com dados sobre condições nas quais a variável independente está presente e condições em que (...) não está presente, e conseqüentemente, com alguma dificuldade na afirmação dos efeitos das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes (Sampaio, 2008, p.26)

Nesse sentido, a limitação indicada por Kuper (1999) acerca do estudo de possíveis determinações históricas é uma limitação metodológica mas que não impossibilita ao cientista interessado em estudar a cultura de estabelecer relações funcionais entre a cultura identificada em um momento e seus determinantes históricos, desde que sejam apresentados os possíveis limites desse tipo de relação.

Outro aspecto a ser destacado nas contribuições de Boas é sua ênfase no fato de só ser possível explicar um costume particular se este for relacionado ao seu contexto cultural. A noção de que os costumes, entendidos como classes de comportamentos ou classes de respostas comuns e fortalecidas em um grupo, necessitam ser compreendidos em seu contexto, indica que o estudo da atividade dos indivíduos implica na análise do contexto em que essa atividade ocorre, sinalizando, de maneira ainda grosseira, outros dois componentes do fenômeno comportamento: as classes de estímulos antecedentes e conseqüentes. Embora Boas já estabeleça, em algum grau, a importância dessa relação, não ficou claro o quanto suas análises enfatizam a relação entre esses componentes do fenômeno comportamento, ou apenas os entendia como aspectos ocorrendo no contexto estudado.

Um aspecto importante indicado por Boas é que cada cultura apresenta um *estilo particular* que a caracteriza, que envolve língua, crenças, costumes, artes e outros aspectos (Cuche, 1996). A idéia de estilo particular parece caracterizar uma classe mais geral de comportamentos que caracterizam cada grupo humano. Seriam comportamentos que seriam apresentados em diferentes contextos e de diferentes formas pelos membros de um grupo. Ruth Benedict (1887 – 1948), uma importante antropóloga cultural aluna de Boas, seguindo essa noção e relacionando essa característica geral de cada cultura e suas determinações no comportamento de cada indivíduo, nomeava cada grupo humano segundo a característica mais predominante e comum a esse grupo, que chamava de “tipo cultural” (Kuper, 1999).

Por fim, é importante destacar que Boas atribuiu a base da determinação do fenômeno cultural ao comportamento dos membros do grupo. Seria por meio dos comportamentos dos indivíduos (diante de contatos com outras culturas ou pela variação comportamental diante das estimulações ambientais) que a cultura se estabelece. Por outro lado, como também indica o autor, a cultura como fenômeno organizador do grupo, também determina os comportamentos de seus membros. A partir do momento em que um comportamento de um indivíduo é aprendido pelos demais membros do grupo e valorizado socialmente, as contingências sociais se encarregam de aumentar a probabilidade de que outros indivíduos se comportem dessa maneira, caracterizando uma nova prática cultural no grupo.

Boas, com sua concepção relativista, estabeleceu um programa de pesquisa que valorizava cada cultura como um fenômeno particular a ser conhecido e que não poderia ser medido e avaliado a partir de referências a outros sistemas culturais. Ao invés de comparar as diferenças, enfatizava o trabalho de caracterizar as diferenças. Além disso, explicitou claramente que o estudo da cultura envolve o estudo do comportamento, seja como determinante da cultura, ou como determinado por ela. Suas concepções orientaram a formação de importantes gerações de antropólogos e o desenvolvimento da Antropologia Cultural no século XX nos Estados Unidos.

2. Kroeber, Alfred (1876 - 1960) e Kluckhohn, Clyde (1905 – 1960): Principais contribuições e aspectos enfatizados do fenômeno cultura

Embora Kroeber e Kluckhohn tenham contribuições específicas ao estudo do fenômeno cultura, há distinção na concepção sobre esse fenômeno e nos métodos de estudo sobre ele para esses dois autores, as fontes de informação examinadas apresentam uma definição comum de cultura para esses dois autores. Esse fato deve-se à publicação do livro *Culture: a Critical Review of Concepts and Definitions* (Kroeber & Kluckhohn, 1952), obra em que os dois autores examinaram as definições de cultura formuladas no âmbito da Antropologia até a década de 1950 e apresentam uma síntese do que parecia ser nuclear deste fenômeno.

No livro publicado por eles, foram apresentadas, categorizadas e avaliadas 164 definições distintas de cultura, produzidas por diferentes autores e em diferentes momentos históricos da Antropologia. Os próprios Kroeber e Kluckhohn (1952) afirmavam que “não desejam acrescentar uma 165ª definição de cultura às 164 que tinham analisado”, mas sim de sintetizar a idéia central acerca desse fenômeno como entendido pelos cientistas sociais e a definiram da seguinte forma: “Cultura consiste de padrões, explícitos e implícitos, de comportamento adquirido e transmitido por símbolos”. (Kroeber e Kluckhohn, 1952, p.181). E o “núcleo essencial da cultura consiste de idéias tradicionais (...) e, especificamente, dos valores a elas vinculados” (Kuper, 2002, p.84-85).

Para examinar essa definição apresentada pelos autores, além de outras definições que também apresentaram em suas obras considerando seus determinantes históricos é importante examinar a formação e características desses dois autores.

Kroeber, Alfred (1876 - 1960)

Kroeber ingressou com apenas 16 anos na Universidade de Columbia em 1892, interessado em estudar literatura inglesa. Desde cedo apresentava grande habilidade com a linguagem, seja para ler, escrever ou falar. Também tinha grande habilidade com poesia, artes, música, temas religiosos e filosóficos. Tais aspectos foram de grande importância na própria concepção de “cultura” formulada por Kroeber.

Quando era estudante em Columbia, a Antropologia ainda não era reconhecida como disciplina acadêmica. Seu interesse na área começou quando assistiu a um seminário de Boas sobre linguagem, em 1896, e, mais especificamente, quando ele e outros estudantes trabalharam com informantes que traziam dados sobre os povos *Esquimós* e *Chinook*. Em 1899 e 1900, Kroeber realizou cursos de Antropologia e se envolveu em um trabalho de campo com tribos americanas. Em 1901 defendeu sua tese em Antropologia.

Kroeber começou sua atuação como Antropólogo na Universidade da Califórnia em Berkeley em 1901. Uma de suas contribuições logo no início de sua carreira foi em relação ao estabelecimento da identidade da Antropologia como disciplina acadêmica e como profissão, o que implicou em trabalho político em associações e sociedades científicas.

Kroeber dava especial atenção a questões relacionadas a linguagem no estudo da cultura, embora nunca tenha ministrado uma disciplina sobre o tema. Kroeber relatava considerar mais importante oferecer formação mais “básica” sobre o fenômeno cultura a seus estudantes, e os que quisessem estudar tópicos específicos poderiam fazê-lo depois de formados.

Entre suas contribuições para a Antropologia estão extensivos estudos etnográficos na Califórnia (EUA), estudos arqueológicos no México e no Peru, pesquisas sobre linguagem, especialmente entre povos na Califórnia, contribuições à teoria da comunicação, síntese históricas e diversas obras sobre a natureza do fenômeno cultura. Na década de 1920, em especial, realizou diversas pesquisas de campo no Peru.

O interesse de Kroeber por linguagens e história natural, além da influência de Boas em sua formação, fizeram com que fosse destacada sua ênfase no empirismo, com críticas explícitas aos teóricos que organizavam categorias de análise prévias à observação do fenômeno, a ênfase na observação direta dos fenômenos culturais em seus contextos de ocorrência e sua noção relativista que implicava em analisar diferentes culturas a partir de suas próprias características. Steward (1962) destaca que possivelmente nenhum outro antropólogo passou tanto tempo coletando dados em campo quanto Kroeber.

Até a década de 1930 o folclore, religião, artes e outros aspectos de cunho mais “humanístico” eram centrais nas análises culturais realizadas pelo autor. A

partir de então, conceitos como *ethos*, estilo de padrão cultural, valores, padrões começaram a ser também utilizados.

Enfatizava que sua concepção de Antropologia era uma “ciência natural”, com características “empíricas, indutivas e livre de qualquer motivação de aplicabilidade para controle social” (Steward, 1962, p.207).

Um dos aspectos em que Kroeber distanciava-se de Boas, era na ênfase dos aspectos históricos em suas análises culturais. Enquanto Boas focava suas análises nos dados coletados por meio de observação direta do cotidiano das culturas, Kroeber destacava a importância do exame da história da cultura. Além disso, considerava que o fenômeno cultura era “superorganico” e “supra-indivíduo”, e que deveria ser estudado de modo específico e sem recair em “reducionismos” psicológicos, orgânicos ou ambientais. Kroeber considerava que os fenômenos (seja a cultura, a “mente” etc.) não poderiam ser examinados a partir de seus componentes, mas apenas como unidades indivisíveis.

Também se graduou em Psicologia e passou por terapia psicanalítica por três meses, tendo atuado posteriormente como psicanalista entre 1921 e 1923. Kroeber diferenciava problemas de ordem psicológica, ou da personalidade, de problemas de ordem cultural, de nível “superorgânico”. A noção de um fenômeno “superorgânico” era fundamentada basicamente em seus estudos de lingüística.

Kroeber se aposentou da Universidade da Califórnia em 1946, e começou a ministrar cursos por todos os Estados Unidos e em outros países. Em 1936 ganhou um *festschrift* (livro em sua homenagem) e desde então recebeu muitas outras homenagens e títulos. Kroeber é considerado como um dos decanos da Antropologia.

Tabela 5.4. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Kroeber, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

Kroeber, Alfred	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem • História 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Questionava qualquer tipo de reducionismo para o exame do fenômeno cultura; • Propôs a idéia de “superorgânico” como forma de estudar o fenômeno cultura sem reduzi-lo a suas partes; 	
ANO	Obra
1909	<i>Classificatory System of Relationship (artigo)</i>
1919	<i>The Peoples of the Philippines (livro)</i>
1925	<i>The handbook of the Indian of California (livro)</i>
1939	<i>Cultural and Natural Areas in Native North America (livro)</i>
1944	<i>Configurations of Culture Growth (livro)</i>
1948	<i>Anthropology: Race, Language, Culture, Psychology, Prehistory (livro)</i>
1952	<i>The Nature of Culture (livro)</i>
1952	<i>Culture: a Critical Review of Concepts and Definitions (livro com Kluckhohn)</i>

Kluckhohn, Clyde (1905 – 1960)

Kluckhohn nasceu em LeMars (Iowa, EUA), estudou em escola pública até ingressar na *Culver Military Academy*, onde concluiu o equivalente ao ensino médio brasileiro. Embora tenha passado diretamente para estudar na Universidade de Princeton, passou um ano de estudos no Lawrenceville School, por ser muito jovem para ingressar na universidade. Logo após sua matrícula em Princeton, em função de uma doença, trancou sua matrícula e passou dois anos no Novo México e no Arizona, onde vivenciou experiências que foram decisivas em sua carreira como antropólogo. Nesses Estados se deparou com a explícita diversidade cultural de diferentes grupos. Neste período Kluckhohn escreveu seu primeiro livro, *To the Foot of the Rainbow*, publicado em 1927.

Concluiu sua graduação na Universidade de Wisconsin em 1928, onde teve contato com um grupo de antropólogos britânicos e trabalhou diretamente com o

antropólogo R.R. Marett, que trabalhava com comparação entre religiões. Nos anos de 1931 e 1932, Kluckhohn estudou na Universidade de Vienna, na Alemanha, onde além de trabalhar com Pater Wilhelm Schmidt, teve contato com textos de Freud.

Ao retornar aos Estados Unidos, trabalhou por dois anos na Universidade do Novo México, logo se afastando para ir à Universidade de Harvard completar os requisitos para obter o grau de doutor. Após sua formação, Kluckhohn permaneceu trabalhando em Harvard até sua morte. Sua atuação foi reconhecida por diversos prêmios e homenagens de sociedades científicas. Entre as diversas atividades que realizou em Harvard, é destaca sua participação na criação do “Departamento de Relações Humanas”. Embora tenha tido professores com alto grau de reconhecimento acadêmico durante sua formação, Herskovits (1964) destaca que seu trabalho foi mais influenciado por outros antropólogos com os quais teve pouco, ou nenhum, contato próximo. Entre os nomes que parecem mais lhe ter influenciado estão Franz Boas e Edward Sapir. Sapir, seus estudos relacionando cultura e personalidade e sobre linguagem, parecem ter influenciado fortemente a elaboração da noção de “cultura implícita” de Kluckhohn. Boas parece ter contribuído com uma vasta diversidade de cuidados metodológicos em seus trabalhos de campo.

Kluckhohn trabalhava tanto com estudos em campo de culturas particulares, como com aspectos conceituais da Antropologia. Herskovits (1964) destaca que foram poucos os antropólogos que apresentaram significativas contribuições nesses dois âmbitos e, especialmente, relacionando-os. Kluckhohn realizou diversos estudos em campo para examinar a cultura *Navaho* e questionava, a partir das descobertas realizadas, aspectos referentes a natureza ou sentido do comportamento humano em geral. Kluckhohn reconhecia que seu trabalho tinha significativa influência de outros antropólogos, e que os dados que obteve em seus estudos de campo permitiam identificar aspectos que ainda não haviam conceitos ou métodos apropriados na Antropologia para serem examinados. Novamente a importância das duas frentes de trabalho que atuava (pesquisa de campo e análise conceitual a partir do conhecimento já produzido) e das relações entre elas, fica evidente nas contribuições do autor.

Kluckhohn era considerado um “ecletista” por outros antropólogos, por estudar e utilizar contribuições de diferentes tipos de conhecimento (como “difusionista” ou “funcionalista”). Em uma conferência em 1938, ao criticar aspectos

da obra de Malinowski, destacou que embora a teoria desse autor lhe parecesse “peculiarmente vulnerável”, os antropólogos “tinham mais a aprender com ele do que com qualquer outro antropólogo social vivo” (Herskovits, 1964, p.131). Além de examinar diferentes contribuições, Kluckhohn era reconhecido com um bom administrador, capaz de congregar pessoas que apresentavam idéias diferentes e de estimular debates entre esses. Além de sua atuação na Universidade de Harvard, atuou em dezenas de associações científicas, antropológicas e em agências do governo.

Embora reconhecesse a diversidade de fatores importantes no estudo do fenômeno cultura, aspectos como religião, feitiçaria, socialização e padrões de cultura implícita eram mais destacados em suas obras do que parentesco ou estrutura social. Como teórico, examinou relações entre “dinâmica” e “estrutura”, “história” e “Ciência”, “fatos” e “teorias”, sem se alinhar com nenhuma abordagem filosófica particular.

Na Antropologia, os estudos que relacionavam aspectos culturais e psicológicos eram os que mais lhe atraíam a atenção. A relação entre indivíduo e seu grupo era fenômeno de interesse para Kluckhohn. As contribuições da Psicologia examinadas por Kluckhohn para esses estudos foram basicamente os textos freudianos e as discussões sobre aplicações dos conceitos freudianos, aos quais teve acesso no período em que estudou em Viena. A partir da década de 1940 é possível identificar nos textos de Kluckhohn o uso de métodos derivados da psicanálise, como técnicas projetivas. Ele não reduziu o âmbito de trabalho antropológico à Psicologia, apenas colocou os recursos desenvolvidos na Psicologia, mais particularmente na psicanálise, como instrumentos disponíveis para ampliar a compreensão sobre o comportamento humano.

Em seus estudos destacava como padrões culturais governavam a vida dos indivíduos, mas sem deixar de reconhecer a importância de examinar as instituições sociais como resultado ou reflexo do sistema padrão de valores dos homens dessa sociedade.

Uma de suas importantes contribuições foram os estudos sobre “valores”, aos quais se dedicou durante seus últimos anos de vida e que renderam diversas publicações. Kluckhohn destacava a importância dos estudos sobre “valores” como um desafio à Ciência por sua complexidade, pelas implicações filosóficas que

poderiam produzir e por envolver componentes emocionais do próprio pesquisador. Parte dos estudos de Kluckhohn sobre “valores” foram produzidos no que ficou conhecido como “*Values Project*” e que culminou na publicação de “*Comparative Study of Values in Five Cultures*” em 1949. Kluckhohn destacava a importância de examinar os valores em uma cultura de modo sempre relativo, pois não eram predeterminados, mas sim uma construção social da própria cultura. A noção de “valores” foi colocada por Kluckhohn como central no exame do fenômeno cultura.

Tabela 5.5. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Kluckhohn, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

Kluckhohn, Clyde	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre cultura e comportamento • Valores 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Articulação entre desenvolvimento teórico e conceitual com os dados coletados em campo; • Uso de conceitos e métodos da psicanálise em estudos antropológicos; • Exame de diferentes contribuições antropológicas para o estudo do fenômeno cultura. 	
ANO	Obras de destaque
1927	<i>To the Foot of the Rainbow (livro)</i>
1938	<i>Theoretical Bases for an Empirical Method of Studying the Acquisition of Culture by Individuals (artigo)</i>
1949	<i>Comparative Study of Values in Five Cultures (livro)</i>
1952	<i>Culture: a Critical Review of Concepts and Definitions (livro com Kroeber)</i>
1959	<i>Anthropology and Psychology (capítulo de livro)</i>
1961	<i>Culture and Behavior: The Collected Essays of Clyde Kluckhohn (livro)</i>

2.1. Determinantes e características do fenômeno *cultura* e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Kroeber e Kluckhohn

Nos trechos destacados foram identificadas características do fenômeno cultural, determinantes desse fenômeno e outros processos determinados por ele. Entre os destaques que apresentaram características desse fenômeno, foram identificadas cinco categorias gerais que parecem destacar o núcleo da cultura nas concepções de Kroeber e Kluckhohn.

A primeira categoria identificada refere-se a **cultura como algo independente**, “*super-orgânico*”, como apresentado nas linhas 1, 2 e 3 da Tabela 5.6. Os trechos destacados enfatizam a idéia da cultura como um nível de análise particular, que constitui “uma realidade em si”, que “teria existência própria”, “obedecendo as suas próprias leis”, “independente da ação dos indivíduos” e que estaria “ligado a um nível “super-orgânico”” (Kroeber, 1917 em Cuche, 1996, p.87). Esses destaques enfatizam a idéia de cultura como uma unidade independente de outros fenômenos, como os comportamentais. É importante destacar que essa categoria identificada refere-se apenas à obra de Kroeber, não sendo coerente com as contribuições de Kluckhohn à caracterização do fenômeno cultura.

A segunda categoria identificada é referente a idéia de **sistema cultural como unidade integrada**, apresentada na linha 4 da Tabela 5.6. Kroeber e Kluckhohn (1952 em Kuper, 2002) destacam que o fenômeno cultura deve ser examinado não apenas como conjunto de aspectos específicos, mas que esses diferentes aspectos precisam ser examinados como partes de um sistema estruturado e integrado que constitui o núcleo do fenômeno cultura. Nesse sentido, a cultura não estaria nas partes que a compõem, mas justamente no sistema de relações que essas partes em conjunto compõem.

A terceira categoria identificada refere-se à **cultura como sistema simbólico** (linha 5 a 9 da Tabela 5.6.). Kroeber e Kluckhohn (1952 em Kuper, 2002) em sua clássica obra enfatizaram que o núcleo da *cultura* está nas idéias e valores associados a elas e não nas ações dos indivíduos ou nas instituições sociais. Os autores justificam a ênfase na idéia de *valores*, por considerá-los como a base organizadora do fenômeno cultural. Ainda assim, Kroeber e Kluckhohn afirmam que além de valores e idéias há outros sistemas simbólicos que também

Tabela 5.6. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Kroeber (1876-1960) e Kluckhohn (1905–1960) e apresentada por Cuche (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Características do fenômeno “cultura”	1) Cultura é uma realidade em si. (KK1)	Cultura como algo independente da ação dos indivíduos ligada ao âmbito super-orgânico, sujeito às suas próprias leis	Cultura como algo independente, “super-orgânico”	<i>Conjunto (classe de ...) que constitui uma unidade independente do comportamento que obedece às suas próprias leis.</i>
	2) Cultura independe da ação dos indivíduos e tem existência própria. (KK1)			
	3) Cultura está ligada a um âmbito “super-orgânico” e obedece às suas próprias leis. (KK1)			
	4) Cultura tem que ser tratada como um todo integrado e estruturado, formado de partes conectadas. (KK2)	- • -	Sistema cultural como unidade integrada	<i>Cultura como sistema integrado de partes</i>
	5) Cultura como uma questão de idéias e não de atos ou instituições. (KK2)	Idéias, e especialmente os valores a elas vinculadas caracterizam e organizam uma cultura.	Cultura como sistema simbólico (Valores, Idéias e outros sistemas simbólicos)	<i>Cultura é caracterizada e organizada de acordo com produtos do comportamento de pensar [idéias] de um grupo sob controle de regras e auto-regras como classes de estímulos indicadores do que é certo ou errado [valores].</i>
	6) O núcleo essencial da cultura consiste de idéias tradicionais (...) e, especificamente, dos valores a elas vinculados (KK3)			
	7) As propriedades da cultura que parecem ser mais características e mais importantes são seus valores. ‘Na verdade, os valores fornecem a única base para a compreensão total da cultura, pois a verdadeira organização de todas as culturas ocorre fundamentalmente em termos dos seus valores’. (KK2)			
	8) Idéias culturais são expressadas e comunicadas por meio de símbolos. (KK2)			
	9) Cultura refere-se a padrões de valores, idéias e outros sistemas simbólicos significativos como fatores na formação do comportamento humano e dos produtos desse comportamento. (KK5)			
			<i>Produto do comportamento de pensar de um grupo [idéias] são expressadas e comunicadas por meio de classes de estímulos verbais [símbolos]</i>	
			<i>Classes de regras e auto-regras compartilhadas indicadores do que é “certo” e “errado”, de produtos do pensar e outras classes de comportamentos verbais que descrevem aspectos do meio e que são contingência (regra) que orientam outros comportamentos.</i>	

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 2 (Kroeber e Kluckhohn). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- • -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

Tabela 5.6. (continuação). Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Kroeber (1876-1960) e Kluckhohn (1905–1960) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Características do fenômeno “cultura”	10) Cultura refere-se ao conteúdo transmitido e criado. (KK5)	- • -	Cultura como conhecimento produzido e ensinado aos membros de um grupo	<i>Cultura é constituída de conhecimento produzido e ensinado aos membros de um grupo.</i>
	11) Cultura consiste de padrões, explícitos e implícitos, de comportamento adquirido e transmitido por símbolos. (KK3)	- • -	Cultura como padrões de comportamentos aprendidos verbalmente	<i>Cultura consiste de classes de comportamentos explícitos (observáveis por outras pessoas) e implícitos (não observáveis por outras pessoas ou nem pela própria pessoa) e ensinados por meio de comportamento verbal.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 2 (Kroeber e Kluckhohn). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- • -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

são significativos para o estudo do fenômeno cultural que implicam na formação do comportamento humano e dos produtos desses comportamentos (Kroeber e Kluckhohn, 1958, p.583, em Kuper, 2002, p.98). Dessa forma, o núcleo do fenômeno cultura estaria nos sistemas simbólicos significativos, que abrangem os valores e idéias, entre outros. É importante destacar também o uso do termo “padrão” (linha 9 da Tabela 5.6.) para designar os sistemas simbólicos. Nesse sentido, parece haver destaque da importância da análise não de qualquer ocorrência desses eventos, mas daqueles que constituem uma classe de ocorrências em um grupo social.

A ênfase na idéia de cultura como sistema simbólico, ou ao menos em determinadas partes os tipos de sistemas simbólicos como *idéias e valores* e na noção de que essas idéias são expressadas e comunicadas por meio de símbolos (entendidos aqui como classes de estímulos verbais), destaca a importância dos comportamentos verbais no estudo de culturas. Embora os autores não operacionalizem os termos que utilizam, parece ser viável compreender *idéias* como classes de produtos do comportamento de pensar dos indivíduos de um grupo sob controle de regras e auto-regras como classes de estímulos indicadoras do que é certo ou errado, como os *valores* a elas associados.

A idéia de **cultura como conhecimento produzido e ensinado aos membros de um grupo** foi a quarta categoria identificada, apresentada na linha 10 da Tabela 5.6. Os autores utilizaram o termo “conteúdo”, que pode assumir tanto um sentido amplo, como tudo o que é produzido e ensinado, quanto um sentido específico, como o conhecimento técnico sobre uma atividade específica. O termo *conhecimento* parece designar apropriadamente os dois sentidos possíveis e ampliar a visibilidade sobre o núcleo desse conceito. Por conhecimento é considerado não apenas tipos específicos de conhecimento, mas qualquer comportamento que tenha sido produzido ou sintetizado em um dado momento em um grupo, e que seja ensinado aos demais membros do grupo.

A quinta categoria identificada designa a **cultura como padrões de comportamentos aprendidos verbalmente**, como apresentado na linha 11 da Tabela 5.6. A ênfase do fenômeno cultura é destacada como “padrões, explícitos e implícitos, de comportamento adquiridos e transmitidos por símbolos” (Kroeber e Kluckhohn, 1952, p.181 em Kuper, 2002, p.85). Os autores parecem destacar o núcleo do fenômeno considerado como equivalente às classes de comportamentos que são aprendidas por meio do comportamento verbal, sejam elas classes de comportamentos observáveis por outras pessoas ou comportamentos encobertos (como o pensar, por exemplo) ou ainda, comportamentos que não são identificados nem mesmo pelo indivíduo que se comporta.

Além de características do fenômeno cultura, foram identificados aspectos que se referiam a determinantes desse fenômeno e outros processos determinados por ele. Dois trechos destacados apresentam termos que indicam determinantes do fenômeno cultura. A primeira categoria identificada explicita que **história determina cultura**, apresentada na linha 1 da Tabela 5.7. Ao destacar que a “cultura deveria ser tratada historicamente, e não como um todo em funcionamento” (Kuper, 2002, p.92) os autores enfatizam o exame das relações de determinação históricas como requisito para a compreensão do fenômeno presente. Embora nas fontes de informação não tenham sido apresentadas características das relações históricas que Kroeber e Kluckhohn examinavam em seus estudos, nem os métodos que utilizavam para estudar essas relações, o destaque para os determinantes históricos do fenômeno cultural parecem ser uma importante contribuição desses autores.

Tabela 5.7. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam os determinantes desse fenômeno e também outros processos determinados pela cultura propostos por Kroeber (1876-1960) e Kluckhohn (1905–1960) e apresentada por Cuche (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Determinantes do fenômeno cultura	1) Cultura deveria ser tratada historicamente, e não como um todo em funcionamento. (KK4)	- ● -	História determina cultura	<i>As relações de determinação históricas devem ser observadas para a caracterização do fenômeno cultura.</i>
	2) A Existência da cultura deve-se, essencialmente, ao desenvolvimento da faculdade de simbolizar, generalizar e fazer substituição imaginativa por parte do homem primitivo. (KK2)	- ● -	Cultura é produto da capacidade do Homem de simbolizar, de fazer generalizações e pensar	<i>Condição para existência da cultura é o desenvolvimento da capacidade de estabelecer relações arbitrárias entre estímulos verbais e classes de eventos (simbolizar), do processo de generalizar (ampliar classes) e pensar por parte do homem primitivo.</i>
Cultura como determinante de outros processos	3) Conteúdo transmitido e criado e padrões de valores, idéias e outros sistemas simbólicos significativos como fator na formação do comportamento humano e dos produtos desse comportamento. (KK5)	- ● -	Cultura determina comportamentos humanos e seus produtos	<i>Cultura como determinante do comportamento humano (respostas) e dos produtos desses comportamentos (classes de estímulos conseqüentes)</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 2 (Kroeber e Kluckhohn). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- ● -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

A segunda categoria de determinantes do fenômeno *cultura* identificada é **cultura como produto da capacidade humana de simbolizar, de fazer generalizações e pensar**, como apresentado na linha 2 da Tabela 5.7. Os autores afirmam que “a existência da cultura deve-se, essencialmente, ao desenvolvimento da faculdade de simbolizar, generalizar e fazer substituição imaginativa por parte do homem primitivo” (Kroeber e Kluckhohn, 1952, p.153, em Kuper, 2002, p.84-85). O desenvolvimento das capacidades de estabelecer complexas relações simbólicas entre classes de eventos e classes de estímulos verbais, de estabelecer generalizações (ampliar classes de estímulos) e de pensar são indicadas como aspectos “essenciais” equivalentes em termos comportamentais para a emergência do fenômeno cultural.

Além dos determinantes do fenômeno *cultura*, também foi identificado outro processo que é determinado por esse fenômeno nos trechos destacados. A ideia de que **cultura determina comportamentos humanos e seus produtos** é apresentada na linha 3 da Tabela 5.7. Kroeber, em publicação com outro importante antropólogo cultural, Talcott Parsons, destaca que os “conteúdos, padrões de valores, ideias e outros sistemas simbólicos significativos” são “fator na formação do comportamento humano e dos produtos desses comportamentos” (Kroeber e Parsons, 1958, p.583 em Kuper, 2002, p.98).

2.2. Explicação da unidade cultural como fenômeno próprio e relações entre Antropologia e a Psicanálise

A contribuição mais conhecida e avaliada de Kroeber e Kluckhohn para a definição do fenômeno cultura foi a publicação do livro *Culture: a Critical Review of Concepts and Definitions* (1952), um marco no desenvolvimento conceitual da Antropologia e na definição do objeto de estudo dessa disciplina. Essa obra foi publicada em um período em que a diversidade de tipos e formas de análise de culturas em desenvolvimento era muito diversa nos diferentes centros de Antropologia Norte-americanos e havia necessidade de definir mais claramente qual era o objeto de estudo dessa área do conhecimento de forma a melhorar as possibilidades de exame, debates e conseqüentes avanços nos trabalhos que eram realizados. Ao examinar a biografia desses dois autores, parece claro o porquê de terem sido justamente eles os autores de uma obra com tais características. Kroeber já atuava em prol do estabelecimento da identidade da Antropologia desde sua formação, fato demonstrado por sua atuação em associações científicas e por defender uma formação básica em Antropologia no nível de graduação que fornecesse subsídios para os alunos atuarem em qualquer campo dessa profissão a despeito das múltiplas possibilidades de especialização em campos ou áreas específicas. Kluckhohn teve como característica profissional desenvolver relações fortes entre os dados coletados em campo com o avanço teórico e conceitual e estimular debates entre diferentes autores e tipos de conhecimento. Esses dois profissionais, considerados como decanos da Antropologia Cultural, apresentavam características apropriadas para o desenvolvimento de uma obra com tais características.

Ainda em relação a característica do trabalho de Kluckhohn, de avaliar diferentes contribuições de autores e tipos de conhecimento para o exame dos fenômenos culturais e por sua intensa dedicação a promoção de debates entre diferentes pontos de vista, o autor foi “taxado” por outros antropólogos de ser eclético. É importante avaliar que o termo eclético, no sentido utilizado aqui, designa profissional sem coerência filosófica e que faz uso de fragmentos de teorias ou conceitos alheios segundo um critério pouco claro. Essa prática, metaforicamente de tecer colchas de retalhos, é completamente diferente da postura científica de avaliar diferentes contribuições para o estudo dos fenômenos naturais, para além das distinções entre sistemas conceituais ou pressuposições teóricas. Não é possível afirmar, baseado apenas nas fontes de informações utilizadas, em que grau Kluckhohn avaliava diferentes contribuições ou apenas as unia.

Outro aspecto destacado por Kroeber e Kluckhohn, de que a cultura não estaria nas partes que a compõem, mas justamente no sistema de relações que essas partes em conjunto compõem (Tabela 5.6, linha 4), parece ter sido um avanço a partir da noção de Boas de que a cultura é um sistema coerente de fatos culturais (Tabela 5.2., linha 5). A distinção da idéia de Boas para a desenvolvida por Kroeber e Kluckhohn, é que enquanto Boas atribuía a análise cultural aos fatos culturais, ou aspectos que compõem a cultura, Kroeber e Kluckhohn enfatizavam que esses aspectos que compõem a cultura são unidades distintas da cultura. Kroeber destacava o cuidado necessário para não reduzir os fenômenos antropológicos à níveis de análise psicológico, orgânico ou ambiental. A idéia de super-orgânico de Kroeber ilustra bem esse ponto de vista, ao enfatizar que a cultura seria regida por suas próprias leis, de forma distinta dos demais fenômenos. Nessa concepção, a cultura seria um fenômeno independente das ações dos indivíduos. Kroeber considerava a Antropologia como uma Ciência Natural e que os antropólogos deveriam ter compromisso com a observação dos fenômenos e formulação das categorias de análise apenas a partir dos dados coletados e não de pressuposições do próprio pesquisador, mas sua idéia de super-orgânico contraria a noção de multideterminação dos fenômenos e relações entre diferentes dimensões dos fenômenos naturais.

É importante avaliar as implicações dessa idéia de super-orgânico para a análise dos fenômenos culturais. Como seria possível um fenômeno cultural não ter

nenhuma relação com os fenômenos psicológicos ou comportamentais? Como seriam observados e identificados os fenômenos culturais sem ser por meio do comportamento dos indivíduos do grupo? E se assim for, como fenômenos abrangidos ou constituídos por outros fenômenos não exercem influência diretamente um sobre os outros? Um aspecto importante que implicaria em examinar as obras de Kroeber para não distorcer sua noção de super-orgânico, seria examinar a noção de áreas de conhecimento e objetos de estudo (ou fenômenos de estudo) dessas áreas, e como eles se relacionam. Será que a questão principal é identificar e distinguir fenômenos antropológicos, psicológicos e biológicos, ou identificar e distinguir as dimensões antropológicas, psicológicas e biológicas dos fenômenos naturais? Assumir como premissa a segunda possibilidade implica na necessidade de avaliar as relações de determinação entre diferentes níveis de estudo dos fenômenos (Botomé & Kubo, 1999).

Kroeber e Kluckhohn iniciaram, ou ao menos fortaleceram mais do que Boas havia feito, a ênfase na linguagem como aspecto nuclear do fenômeno cultura. Esses autores destacaram que a capacidade humana de simbolizar foi condição para a emergência da *cultura* e também era parte importante desse fenômeno. Kroeber, em especial, destacou em seus estudos até a década de 1930 os aspectos folclóricos, religiosos e artísticos dos povos que estudou, sempre valorizando os comportamentos verbais referentes a esses aspectos. Após a década de 1930, seus estudos abrangiam dimensões como *ethos* (caráter) e valores, que necessitavam da análise de comportamentos verbais para ser realizada.

Outro aspecto que necessita de melhor exame nas obras desses autores é que em diferentes trechos destacados parece haver dados contraditórios, mas que revelam as distinções entre concepções de Kroeber e Kluckhohn ou, mudanças nas concepções de Kroeber ao longo do tempo. Enquanto em um trecho de autoria exclusiva de Kroeber é destacado que a *cultura independe da ação dos indivíduos e tem existência própria* (Kroeber, 1917), em outro trecho de autoria dos dois autores é destacada a idéia de *cultura como padrões de comportamentos aprendidos verbalmente*. (Kroeber e Kluckhohn, 1952, p.181 em Kuper, 2002, p.85). Não é possível afirmar, apenas com base nas fontes consultadas, se essa incompatibilidade refere-se a avanços na formulação conceitual de Kroeber, ou se o autor apenas concordou com Kluckhohn nessa noção como forma de chegarem a

um acordo, ou, ainda, limitações em relação aos dados apresentados pelas fontes de informação examinadas.

Uma forte influência psicanalítica também é visível nos trabalhos de Kroeber e de Kluckhohn. Kroeber chegou a graduar-se como psicólogo e a exercer o trabalho de psicanalista e Kluckhohn estudou textos freudianos e acompanhou discussões sobre aplicações dos principais conceitos e métodos psicanalíticos no período em que esteve em Viena. As relações entre *cultura e personalidade* eram fenômenos de grande interesse para esses autores. Kluckhohn também exerceu importante papel na formação de antropólogos de sua geração como Ruth Benedict e Margareth Mead, conhecidas por constituir uma área na Antropologia nomeada como “cultura e personalidade”, que por sua vez também influenciavam Kluckhohn. Vale notar que as relações entre Antropologia e Psicologia apresentadas por esses autores em geral referem-se às contribuições da psicanálise para a Psicologia. As contribuições da Análise do Comportamento ou mesmo de outras contribuições à Psicologia para além da psicanálise, eram pouco conhecidas (se conhecidas) e, ainda menos, utilizadas.

Vale destacar a crescente complexidade dos conceitos antropológicos apresentados por esses autores como importantes no estudo do fenômeno cultura. Ação, Super-orgânico, idéias, idéias tradicionais, valores, atos, instituições, símbolos, padrões de valores, sistemas simbólicos, conteúdos, padrões explícitos, padrões implícitos, comportamento humano, produtos de comportamentos humanos, são alguns dos termos utilizados por esses autores que precisam ser mais bem examinados. Seriam ações entendidas como respostas? Ou como classes de respostas? Ou como comportamentos? Em alguns trechos destacados havia indícios que permitiam identificar o sentido geral dos termos utilizados, mas na maior parte das ocorrências era necessário examinar o contexto da obra desses autores para identificar o sentido desses termos. Por exemplo, a noção de *padrão implícito* é utilizado ainda hoje na Antropologia para referir-se às dimensões da cultura no comportamento de indivíduos que não são observáveis por outras pessoas e, por vezes, nem o próprio indivíduo é capaz de falar sobre elas. Esse entendimento não está explicitamente apresentado nas fontes de informação, mas é informação acessível em obras gerais de Antropologia (Kaplan & Manners, 1972). Mesmo assim, em alguns casos não é possível fazer mais do que especulações em relação

às definições desses termos com base apenas nas fontes de informação, biografias utilizadas e livros gerais de Antropologia. Seria necessário realizar estudo detalhado da obra de cada um dos autores.

A importância de definir operacionalmente os termos utilizados é ampliar a visibilidade sobre os fenômenos estudados. Isso é etapa do trabalho científico de intervenção sobre qualquer fenômeno. A idéia de transformar os conceitos e definições antropológicos apresentados pelos autores justifica-se nas ocasiões em que os aspectos referidos são relacionados a fenômenos psicológicos ou comportamentais, de modo a tornar explícitas as categorias de análise. Vale notar que a ênfase, especialmente de Kroeber, em distinguir os fenômenos culturais de quaisquer outros tipos de fenômenos teve importância por evidenciar a necessidade de caracterizar unidades de análise apropriadas para lidar com esse tipo de fenômeno. Ainda assim, é necessário evidenciar que em fenômenos culturais ocorrem fenômenos psicológicos e que as relações entre esses fenômenos precisa ser conhecida pelos cientistas. Nos trabalhos desses autores, essas relações parecem ter sido restringidas a contribuição da psicanálise.

3. Sapir, Edward (1884 – 1939): Principais contribuições e aspectos enfatizados do fenômeno cultura

Sapir é amplamente conhecido na Antropologia e na Lingüística por suas extensas contribuições para o registro de 39 diferentes línguas ameríndias, pelos métodos desenvolvidos para a análise de culturas a partir da linguagem e por suas análises relacionando Antropologia, Psicologia e Psiquiatria (Darnell & Irvine, 1997).

Nascido em 1884 em Lauenberb, Pomerânia (onde hoje fica Leborg, Polônia), Sapir migrou aos seis anos de idade com sua família para os Estados Unidos. Ainda criança, Sapir aprendeu a falar alemão, ídiche, hebreu e inglês, experiência que provavelmente influenciou sua opção por estudar lingüística (Darnell & Irvine, 1997).

Em 1901 entrou para a Universidade Columbia, onde se graduou e obteve grau de mestre em alemão. Em 1909 completou seu doutorado em Antropologia, tendo estudado a linguagem de um povo nativo dos EUA. Em Columbia, Sapir estudou com Franz Boas e identificou a urgência de registrar as diferentes línguas ameríndias antes que fossem extintas. Para esse trabalho Sapir precisou desenvolver metodologias para o estudo de línguas não-escritas (Darnell & Irvine, 1997).

Em 1907, ainda como estudante de pós-graduação, Sapir trabalhou durante um ano com Alfred Kroeber em um projeto de mapeamento da diversidade cultural e lingüística no estado da Califórnia, nos Estados Unidos. Sapir também teve uma passagem de dois anos pelo Museu Universitário da Pensilvânia, desenvolvendo projetos de estudo de linguagens nativas americanas (Darnell & Irvine, 1997).

Entre os anos de 1910 e 1925 Sapir trabalhou como etnólogo chefe da divisão de Antropologia no Departamento de Minas do governo do Canadá. Neste período também estudou línguas de diferentes povos nativos. Nos últimos anos em que esteve no Canadá Sapir dedicou-se a questões mais conceituais e metodológicas da Lingüística e Antropologia do que aos estudos de campo. Um dos primeiros trabalhos de análise conceitual sobre cultura de Sapir foi realizado em um debate com Kroeber, em 1917, em que polemizou a noção de “superorgânico”²⁵ de Kroeber,

²⁵ Kroeber denominava a cultura como um fenômeno “super-orgânico” por considerar que era uma realidade em si, independente do comportamento dos indivíduos e que tinha uma existência própria (Kroeber, 1917, em Cuche, 1996, p.87).

desafiando o autor a rever as relações entre indivíduos e sistemas sociais (Darnell & Irvine, 1997).

Sapir é reconhecido como líder de uma geração de antropólogos que avançaram para além dos ensinamentos do professor quem os formou, Franz Boas. Em uma de suas principais publicações, *Culture, Genuine and Spurious* (1924), Sapir indica que a noção técnica e etnológica de cultura deveria ser descartada, se referindo às concepções do antropólogo evolucionista Tylor e, em sua maior parte, também de Boas (Kuper, 2002, p.92).

Em 1925 Sapir assume cadeira de professor no departamento de Sociologia e Antropologia na Universidade de Chicago. A “escola de Chicago” era reconhecida na época como a mais importante escola de ciências sociais da América do Norte, e isso permitiu a Sapir participar de intensos debates interdisciplinares. Ficou conhecido como um profissional capaz de falar sobre cultura, sociedade e indivíduos para públicos de sociólogos, antropólogos, psicólogos e psiquiatras de modo a explicitar as relações entre os trabalhos desses diferentes profissionais. Um de seus trabalhos mais destacados foi o seminário “o impacto da cultura na personalidade”, ministrado em 1931 (Darnell & Irvine, 1997).

A concepção de cultura de Sapir tem notada influência de seus estudos sobre lingüística e, também, de suas incursões pela psicologia e psiquiatria, em especial pelos escritos de Jung (1875-1961), Koffka (1886-1941) e Sullivan (1892-1949). Um dos fenômenos pelos quais Sapir mais se interessava era o processo de abstração de padrões culturais a partir do comportamento observado de pessoas de um grupo social. Para ele o estudo da cultura deveria focar a análise nas interações sociais, que seria o lócus das dinâmicas culturais. Indivíduo e cultura eram compreendidos como fenômenos distintos, mas indissociáveis e o estudo de qualquer um desses dois fenômenos implica no estudo do outro (Cuche, 1996). Seu trabalho é usualmente classificado na Antropologia como “abordagem interacionista” ou “escola cultura e personalidade” (Cuche, 1996, p.91; Kuper, 2002). Um de seus projetos era escrever um livro intitulado “a psicologia da cultura”, baseado em seus seminários. Esse livro só foi publicado em 1993, 54 anos após suas morte, a partir das anotações de seus alunos (Darnell & Irvine, 1997).

Tabela 5.8. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Sapir, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

Sapir, Edward	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem • Relações entre linguagem e cultura • Relações entre comportamento e cultura 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização de 39 línguas ameríndias • Contribuições para o estudo da linguagem • Estudos sobre interações interpessoais • Relações entre Antropologia, Psicologia e Psiquiatria • “Líder” da segunda geração de Antropólogos nos EUA 	
ANO	Principais publicações
1916	<i>Time perspective in Aboriginal American Culture: A study in Method (livro)</i>
1921	<i>Language: An introduction to the study of speech (livro)</i>
1924	<i>Culture, Genuine and Spurious (livro)</i>
1932	<i>Cultural anthropology and psychiatry (artigo)</i>
1933	<i>La réalité psychologique des phonèmes. (artigo)</i>
1934	<i>The emergence of the concept of personality in a study of cultures (artigo)</i>
1937	<i>The contribution of psychiatry to an understanding of behavior in society. (artigo)</i>
1938	<i>Why cultural anthropology needs the psychiatrist (artigo)</i>
1993	<i>The psychology of culture: A course of lectures (livro organizado por seus alunos)</i>

3.1. Determinantes e características do fenômeno cultura e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Sapir

Nas fontes de informação examinadas foram identificados trechos com termos que se referem a características do fenômeno cultura enfatizados por Sapir, trechos referentes à determinantes desse fenômeno e trechos que indicam outros processos que são determinados por ele. Foram identificadas nove categorias gerais de características do fenômeno, como apresentado na Tabela 5.9. A primeira característica identificada enfatiza que os **comportamentos característicos do**

Tabela 5.9. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Sapir (1884-1939) e apresentada por Cuche (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares comuns	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Características do fenômeno	1) A cultura não existe enquanto realidade “em si”, fora dos indivíduos, mesmo que todas as culturas tenham uma relativa independência em relação aos indivíduos. (S1)	A cultura só existe como comportamento concreto dos indivíduos	Comportamentos característicos do grupo constituem uma cultura	<i>Cultura só é observada a partir dos comportamentos dos indivíduos</i>
	2) Os elementos que constituem uma cultura são os comportamentos concretos de indivíduos, característicos de cada cultura cuja observação possibilita explicar cada empréstimo cultural particular. (S2)			<i>Elementos culturais são comportamentos característicos de um grupo</i> <i>Cultura é um conjunto de comportamentos característicos que indicam a particularidade de um grupo social.</i> <i>Observar comportamentos concretos dos indivíduos podem explicar cada empréstimo cultural particular</i>
	3) Língua é um fato (componente) cultural. (S4)	Cultura é fundamentalmente um sistema de comunicação que envolve interações individuais	Cultura como sistema de comunicação	<i>Comportamento verbal é um componente do fenômeno cultura e condição para a existência desse fenômeno.</i>
	4) A língua é um conjunto de significações aplicadas nas interações individuais. Para ele, a cultura é fundamentalmente um sistema de comunicação. (S4)			
	5) Língua e cultura estão em uma relação estreita de interdependência: a língua tem a função, entre outras, de transmitir a cultura, mas é, ela mesma, marcada pela cultura. (S4)			
	6) Cultura é um conjunto de significações que são comunicadas pelos indivíduos de um dado grupo através destas interações. (S5)	Cultura como conjunto de significados	Cultura como conjunto relações entre significados e símbolos	<i>Cultura como conjunto de relações entre “referentes” e seus símbolos (classes de eventos referidos pelas classes de estímulos verbais)</i>
	7) A cultura deve ser estudada como uma língua. (S4)			

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 3 (Sapir). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

Tabela 5.9. (continuação). Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Sapir (1884-1939) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares comuns ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Características do fenômeno	8) Cultura incorpora qualquer elemento socialmente herdado da vida do homem, material e espiritual. (S6)	Cultura constituída por elementos sociais herdados da vida do Homem	Comportamentos sociais e seus produtos são componentes de cultura	<i>Cultura como comportamentos sociais e produtos desses comportamentos.</i>
	9) Cultura como um sistema de comunicação interindividual, quando afirmava: 'O verdadeiro lugar da cultura são as interações individuais. (S5)			<i>Cultura como comportamento social (sistema de relações comportamentais que envolvem dois ou mais organismos)</i>
	10) Cultura é contérmino com humanidade, pois mesmo 'os selvagens mais inferiores' têm cultura. (S6)	- ● -	Cultura como característica humana	<i>Cultura como característica humana, a despeito do aparente grau de "evolução" de seu grupo.</i>
	11) Uma cultura autêntica é ricamente variada, porém unificada e coerente: 'nada é desprovido de sentido espiritual' (Sapir, 1949, p.317). Ela é harmoniosa, como a cultura da Atenas de Péricles e da Inglaterra Elisabetana, e não um mero 'híbrido espiritual de retalhos contraditórios'. (S7)	- ● -	Cultura autêntica como unidade coerente entre elementos	<i>Há diversidade unificadora de modo coerente e harmonioso entre os elementos que compõem uma cultura autêntica.</i>
	12) A cultura autêntica não está ligada ao progresso técnico. (S7)	- ● -	Progresso técnico não caracteriza uma cultura autêntica	<i>Progresso técnico não é uma das características fundamentais da autenticidade de uma cultura.</i>
	13) Os etnólogos reconheceram 'a freqüente vitalidade das culturas, até mesmo daquelas que possuem tecnologia rudimentar. (S7)	- ● -	Vitalidade como característica das culturas	<i>Uma característica freqüente de cultura é a sua vitalidade, independentemente do grau de progresso de sua tecnologia.</i>
	14) O drama de Péricles, o dínamo elétrico e as técnicas e crenças dos povos primitivos que vivem exclusivamente da caça 'são, igual e indiferentemente, elementos de cultura'. (S6)	- ● -	Componentes do comportamento como elementos culturais	<i>Elementos da cultura podem ser quaisquer comportamentos (com ênfase em quaisquer um dos 3 componentes) que caracterizam grupos humanos distintos.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 3 (Sapir). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo "- ● -" indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

grupo constituem uma cultura (linhas 1 e 2). Sapir destaca que os “comportamentos concretos de indivíduos, característicos de cada cultura” são os elementos que a constituem (Cuche, 1996, p.75). Além de apresentar os comportamentos característicos do grupo como elementos constituintes da cultura, também enfatiza que “a cultura não existe enquanto realidade *em si*, fora dos indivíduos, mesmo que todas as culturas tenham uma relativa independência em relação aos indivíduos” (Cuche, 1996, p.75). A *relativa independência* citada nesse trecho refere-se à propriedade das culturas usualmente permanecerem constantes mesmo quando alguns dos indivíduos que pertencem ao grupo deixam de participar (por falecimento, migração, etc.).

A segunda característica do fenômeno cultura apresentada é a **cultura como sistema de comunicação** (linhas 3 a 5). Sapir afirma que a língua é tanto uma condição para a emergência do fenômeno cultural, quanto um componente desse fenômeno, e ainda um meio para transmissão dele (Sapir, 1921 em Cuche, 1996, p.93). A idéia de cultura como sistema de comunicação enfatizada pelo autor parece destacar que o comportamento verbal é tanto um componente do fenômeno cultura como condição para a existência desse fenômeno.

Outra característica identificada, que mantém relação com a idéia de cultura como sistema de comunicação, enfatiza a **cultura como um conjunto de relações entre significados e seus símbolos** (linhas 6 e 7). Sapir utilizava a metáfora de que a *cultura deve ser estudada como uma língua* (Sapir, 1921), no sentido de que não apenas aquilo que os indivíduos de um grupo fazem são os elementos culturais, mas, e talvez especialmente, os significados atribuídos a esse fazer, assim como na linguagem os símbolos apenas representam seus significados. Anos mais tarde, explicita ainda mais esse ponto de vista, ao enfatizar que “cultura é um conjunto de significações que são comunicadas pelos indivíduos de um dado grupo através dessas interações” (Sapir, 1949 em Cuche, 1996, p.105). Sapir parece destacar a cultura como conjunto de relações entre classes de estímulos verbais e classes de eventos que por elas são referidas.

A quarta característica identificada refere-se a **comportamentos sociais e seus produtos como componentes da cultura** (linhas 8 e 9). Sapir identificava como cultural “qualquer elemento socialmente herdado da vida do homem, material e espiritual” (Sapir, 1949, p.309 em Kuper, 2002, p.92). Além disso, Sapir (1949, em

Cuche, 1996, p.105) também destaca que o “verdadeiro lugar da cultura são as interações individuais”, novamente enfatizando o importante papel exercido pelos comportamentos sociais como componentes da cultura.

Sapir parece atribuir **cultura como característica humana** (linha 10). Em uma breve passagem Kuper (2002, p.92) afirma que para Sapir “cultura é contérmino com humanidade” e que mesmo os selvagens mais “inferiores” teriam cultura. O destaque parece enfatizar a cultura como característica humana, a despeito do aparente grau de *evolução* cultural do grupo. Não há outros trechos que enfatizem a cultura como característica específica humana ou que afirmem que animais são seres sem cultura, mas a idéia de cultura como contérmino de humanidade, parece destacar justamente essa propriedade.

A sexta característica identificada é a **cultura autêntica como unidade coerente entre elementos** (linha 11). Sapir descreve que “uma cultura *autêntica* é ricamente variada, porém unificada e coerente” (Sapir, 1949, p.317 em Kuper, 2002, p.93). Por cultura *autêntica* o autor designa o tipo de cultura que não necessariamente apresenta alto desenvolvimento científico, tecnológico ou político, mas que suas práticas são coerentes com o ideal ou objetivo principal do grupo, como a harmonia ou felicidade, por exemplo. Nesse sentido, Sapir enfatiza como outra característica, que o **progresso técnico não caracteriza uma cultura autêntica** (linha 12). Para Sapir (1949) o oposto de cultura *autêntica* seria a cultura *espúria*, que representa o tipo de cultura “desprovido de um sentido espiritual” ou onde as práticas que a constituem não são coerentes em relação ao que é nuclear na definição de sua identidade.

A oitava característica identificada é a **vitalidade das culturas** (linha 13). Sapir destaca que mesmo em sociedades primitivas a cultura dá sentido à existência dos indivíduos (Sapir, 1949, p.321 em Kuper, 2002, p.95). Por vitalidade Sapir parece destacar a coerência entre diversos elementos culturais orientadores de um grupo.

A última característica identificada destaca os **componentes do comportamento como elementos culturais** (linha 14). Sapir apresenta exemplos de elementos culturais: “o drama de Péricles, o dínamo elétrico e as técnicas e crenças dos povos primitivos que vivem exclusivamente de caça são iguais e indiferentemente, elementos da cultura” (Sapir, 1949 em Kuper, 2002, p.92). Esses exemplos abrangentes parecem destacar classes de estímulos (como “o drama de Péricles”), classes de respostas (como “técnicas”), e mesmo classes de comportamentos (como “crenças”), como elementos culturais. Nesse sentido, caberia ao antropólogo observar todos esses elementos ao realizar análises de culturas.

Além das características do fenômeno cultural, também foram apresentados um dos determinantes desse fenômeno e um dos processos determinados por ele, como apresentado na Tabela 5.10. São apresentadas informações que atribuem os **sistemas de educação como determinantes da cultura** (linha 1). Para o autor, diferenças culturais poderiam ser explicadas em grande parte pelos diferentes sistemas de educação dos povos, desde a forma de criação dos bebês até o ensino de atividades relacionadas à produção de bens de consumo (Cuche, 1996).

Foram identificados trechos que referem-se a **cultura como determinante de comportamentos com características comuns ao grupo** (linha 2). Sapir destaca a idéia de que “cada cultura determina um certo estilo de comportamento comum ao conjunto dos indivíduos que dela participam” (Cuche, 1996, p.75). Não são apresentadas informações que permitam caracterizar apropriadamente o que o autor nomeia como “estilo de comportamento”, mas parece enfatizar que não se refere a um comportamento específico, mas a uma *classe de comportamentos* com propriedades comuns (sejam elas topográficas ou funcionais).

Tabela 5.10. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam os determinantes desse fenômeno e também outros processos determinados pela cultura propostos por Sapir (1884-1939) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares comuns ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Determinantes do fenômeno	1) Diferenças culturais são explicáveis por diferentes sistemas de educação (desde os métodos de criação dos bebês). (S3)	- • -	Sistemas de educação determinam cultura	<i>Sistemas de educação diferentes são, em grande parte, determinantes das diferenças entre culturas</i>
Cultura como determinante de outros processos	2) cada cultura determina um certo estilo de comportamento comum ao conjunto dos indivíduos que dela participam. (S1)	Cultura como determinante dos comportamentos com características comuns aos indivíduos de um grupo.	Cultura determina classes de comportamentos característicos do grupo	<i>Cada cultura determina classes de comportamentos com características comuns aos indivíduos de um grupo.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 3 (Sapir). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- • -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

3.2. Cultura como abstração a partir do comportamento das pessoas e a ênfase na linguagem

Sapir, que tinha amplo e variado repertório de diferentes línguas ainda antes de ingressar na Universidade, enfatizou a linguagem ou comunicação como fenômeno nuclear de suas análises antropológicas. Suas contribuições são amplamente conhecidas na Antropologia e na Lingüística. A idéia de **cultura como sistema de comunicação** enfatizada pelo autor parece resumir apropriadamente o núcleo do fenômeno que indicava como definição de cultura. A metáfora *cultura deve ser estudada como uma língua* (Sapir, 1921) além de parecer confirmar a ênfase na linguagem como núcleo da cultura, ainda explicita que os próprios métodos para exame desse fenômeno indicados pelo autor enfatizam estratégias tipicamente utilizadas para o estudo das línguas.

Sapir (1921) também destaca a cultura como **conjunto de relações entre significados e seus símbolos**, destacando que o estudo da linguagem não pode se restringir ao estudo gramatical ou topográfico da língua. Mais importante do que os símbolos apresentados por meio do discurso e das ações dos indivíduos de um

grupo, eram os *significados* atribuídos a essas ações. Em 1949, Sapir formaliza tal concepção mais claramente, indicando que o fenômeno cultura estaria justamente no sistema de relações entre símbolos e seus referentes ou, em outras palavras, entre as classes de respostas verbais e as classes de estímulos referidas por elas. Vale notar que para Skinner os significados dos símbolos não estão nos referentes, mas nas contingências em que o repertório verbal foi adquirido (Schmidt & Souza, 2003). Nesse sentido, uma contribuição comportamental para o estudo desse processo enfatizado por Sapir seria o exame das contingências sob as quais tais relações entre símbolos e referentes foram estabelecidas.

O autor enfatizava que “a cultura não existe enquanto realidade *em si*, fora dos indivíduos, mesmo que todas as culturas tenham uma relativa independência em relação aos indivíduos” (Cuche, 2002, p.75). Seu ponto de vista foi apresentado em 1917, em debate com Kroeber. Essa concepção se opunha diretamente à idéia de *superorgânico* de Kroeber, que entendia *cultura* como um fenômeno independente de qualquer outro nível de análise. A competência de Sapir para apresentar o conhecimento antropológico para públicos de diferentes áreas de conhecimento, além de ajudar a popularizar a Antropologia nos Estados Unidos, permitiu relações entre os conhecimentos produzidos nessas diferentes áreas, demonstrando como considerava que deveriam ser entendidas as relações entre o fenômeno cultura e outros tipos de fenômeno. Essas relações ficaram mais evidentes entre Antropologia, Lingüística, Psicologia e Psiquiatria em sua obra. Um breve exame de títulos de algumas de suas principais publicações²⁶ já parece ser suficiente para demonstrar a importância dos trabalhos relacionando diferentes âmbitos de análise (antropológica, social, psicológica, biológica, etc.) dos fenômenos culturais. Além disso, o próprio autor destacou um importante programa de pesquisa a ser desenvolvido para investigar o processo de abstrair padrões culturais a partir do comportamento observado de pessoas em um grupo. Nesse programa de pesquisa estavam envolvidos uma ampla gama de questionamentos metodológicos e filosóficos, situados justamente na interface entre Antropologia e Psicologia, o que implica no exame das relações entre fenômenos antropológicos e psicológicos. Por enfatizar tais aspectos o trabalho de Sapir é usualmente classificado como

²⁶ Alguns exemplos como *A contribuição da psiquiatria para o entendimento do comportamento em sociedade* (1937), *Porquê a Antropologia precisa da psiquiatria* (1938) e *A Psicologia da cultura* (1993) parecem ilustrar bem esse fato. (obras publicadas em inglês com tradução livre dos títulos para o português).

abordagem interacionista ou *escola cultura e personalidade*. Dessa forma, Sapir retoma e fortalece a proposição de Boas de que a cultura é um fenômeno relacionado aos fenômenos psicológicos e que não seria apropriado toma-la como uma unidade completamente independente.

Sapir foi considerado como líder de uma importante geração de Antropólogos (que envolvia, entre outros, Margaret Mead e Ruth Benedict) e suas concepções tiveram muita influência sobre os trabalhos usualmente atribuídos a *escola cultura e personalidade*. Embora a classificação de escola antropológica seja atribuída a esse conjunto de autores, não há unidade conceitual ou metodológica clara entre as obras desses autores. Como exemplo para ilustrar essas diferenças, Sapir criticava a idéia de “tipos culturais” proposta por Ruth Benedict (1934, em Kuper, 1999). Esse conceito remetia à idéia de que cada cultura teria uma personalidade coletiva, que seria ensinada aos membros do grupo, que eram rotulados a partir dessa personalidade. Para Sapir uma cultura não poderia ser “paranóide” ou “tranqüila”. Por mais que a cultura determinasse certo *estilo de comportamento*, não haveria um determinismo cultural que implicasse em um mesmo padrão entre todos os indivíduos, pois outras variáveis precisariam ser estudadas para se entender o comportamento individual de cada sujeito em seu contexto social. O autor explicita que nomear uma cultura de “paranóide”, por exemplo, é uma reificação, pois o termo paranóide designa uma qualidade de comportamentos de indivíduos, e não da cultura e que mesmo em uma cultura com um “tipo cultural” nem todas as pessoas se comportam seguindo as diretrizes desse tipo. Nesse sentido, embora o autor reconheça que a cultura determina comportamentos, destaca que não é o único determinante, em uma postura coerente com o trabalho de um profissional que almejava integrar conhecimentos de diferentes áreas do conhecimento. Boas (1896) já havia evidenciado a necessidade de examinar as particularidades de cada cultura e Sapir indica que o comportamento de cada indivíduo também deve ser entendido como fenômeno particular, e não apenas como um produto cultural similar ao comportamento dos demais membros do grupo.

Ao afirmar que a cultura determina classes de comportamentos com características comuns aos indivíduos de um grupo, mas que esse determinismo não é fatalístico ou absoluto é importante avaliar a que o autor se referia por *estilo de comportamento*. Seriam classes de comportamentos ou classes de respostas?

Seriam classes definidas por sua topografia ou por sua função? As respostas para essas perguntas não são apresentados nas fontes de informação. Mas parece seguro afirmar que essa expressão refere a classe (seja de comportamentos ou respostas) com propriedades comuns em seus componentes.

Outro conceito que necessita de mais informações para ser compreendido no contexto da obra do autor é o de aspecto *espiritual da vida do homem*. Embora haja poucas informações que permitam caracterizar esse conceito na obra do autor, ao enfatizar o espiritual como parte da vida social aprendida pelo homem, Sapir não parece atribuir esse conceito à religião, como instituição, mas sim à dimensão espiritual que é atribuída pelo homem ao seu próprio comportamento, que aprendeu com os demais membros de sua cultura. Esse conceito parece especialmente importante na obra de Sapir pela ênfase que o autor dá na distinção entre *cultura autêntica e cultura espúria*. A idéia de cultura autêntica, em certo grau, resgata a idéia alemã de cultura do século XIX, ao enfatizar determinados aspectos da vida social do homem, que não incluem seu desenvolvimento tecnológico.

Embora Boas, Kroeber e Kluckhohn tenham tido formação, em algum grau, em Psicologia (ou ao menos em psicanálise), Sapir estabeleceu mais relações entre a Antropologia e outras áreas de conhecimento, destacando a importância do estudo do comportamento e da linguagem para o entendimento do fenômeno cultural. O destaque do autor de que os antropólogos observam comportamentos e inferem a cultura a partir deles, parece evidenciar suficientemente a necessidade de compreender os processos comportamentais envolvidos nos fenômenos culturais. Além do estabelecimento dessas relações, as contribuições de Sapir no campo da linguagem, sua ênfase de que a cultura estaria no sistema de relações entre símbolos e seus referentes, parece indicar parte dos rumos que a Antropologia Cultural tomaria nas décadas seguintes, com a constante ênfase da cultura como um “sistema simbólico” presente nas obras de autores como Geertz, Schneider e Sahlins.

4. Benedict, Ruth (1887 – 1948): Principais contribuições e aspectos enfatizados do fenômeno cultura

Benedict nasceu em 1887 no estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Após uma infância difícil em função de problemas familiares, entrou para o *Vassar College*, onde se formou em Literatura Inglesa em 1909. Pouco depois de formada começou a lecionar, trabalho que abandonou ao se casar.

Retornou aos estudos na *The New School for Social Research* com os antropólogos Clews-Parsons e Goldenweiser, onde iniciou sua carreira como antropóloga. Benedict validou os créditos dos cursos realizados na *Columbia University*, e escreveu sua tese de doutoramento sob orientação de Franz Boas, concluindo seu doutorado em 1923.

Goldenweiser e Boas influenciaram fortemente o trabalho de Benedict. Goldenweiser foi quem despertou o interesse de Benedict por aspectos relacionados à religião, mitologia e simbolismo de diferentes povos. Isso ficou marcado em sua produção bibliográfica sob a forma de ênfase em aspectos como valores e crenças, mais do que na história dos grupos como enfatizado por outros antropólogos da época. Como influência de Boas, há grande comprometimento com questões sociais contemporâneas nos Estados Unidos. Benedict ficou famosa por seus discursos anti-racismo e contra fanatismos religiosos fundamentados pelo conhecimento antropológico.

Benedict participou ativamente de trabalhos coordenados por Boas para estudar tribos indígenas norte-americanas (parte do trabalho sendo orientada por Alfred Kroeber). Nesses trabalhos, ao registrar aspectos de diversas culturas que estavam sendo extintas, Benedict interessava-se especialmente em compreender como a cultura modelava a vida das pessoas, tanto em sociedades primitivas como modernas. A variabilidade em relação a valores, temperamentos das pessoas e condições de vida em cada cultura apareciam como aspectos que precisavam ser melhor entendidos.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo Norte Americano solicitou a um grupo de especialistas a realização de estudos sobre a cultura japonesa que permitissem vantagens militares e diplomáticas em relação a este país. Benedict realizou grande parte desses estudos, e parte do material produzido

pela autora foi arquivado como “confidencial” pelo governo americano. As partes não confidenciais foram publicadas no livro *The Chrysanthemum and the Sword* (1946), amplamente divulgado para o estudo da cultura japonesa.

Em relação aos seus métodos de trabalho, por exemplo, em seu clássico estudo sobre a cultura japonesa, Benedict não realizou nenhum estudo de campo e nem falava japonês, o que era considerado como pré-requisito para estudos culturais por grande parte dos antropólogos da época.

Talvez por influência do contexto de guerra vivenciado em meados do século XX, e pelo tipo de dados que coletou nas tribos nas quais realizou estudo de campo, Benedict formulou concepção de que cada cultura determinava um “tipo cultural” característico no grupo social. Benedict afirmava também que deveria haver uma quantidade limitada de “tipos culturais” que, assim que fossem todos descobertos, comporiam uma espécie de “arco cultural” em que poderiam estar organizados todos os “tipos culturais” dos grupos humanos. Kuper (2002, p.95) destaca que para Benedict “a integração de uma cultura era comparável à consolidação de uma personalidade. As culturas tinham suas próprias personalidades coletivas – os *dobuanos*, por exemplo, eram paranóides; os *kwakiult*, megalomaníacos – e elas imprimiam um tipo de personalidade característica nos indivíduos criados nessa cultura”. Como destaca Cuhe (1996, p.87), fica perceptível certo grau de essencialismo na obra de Benedict, ao enfatizar a existência de um *arco cultural* pré-determinado em que as culturas buscariam seu padrão.

Benedict, que além de pesquisadora lecionou na *Columbia University*, é tida como uma das pioneiras do movimento feminista.

Tabela 5.11. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Benedict, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

Benedict, Ruth	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • “tipos culturais” (característica geral das culturas) 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Registro etnográfico de dezenas de tribos americanas • Pioneira do movimento feminista • Estudo da cultura japonesa durante a II Guerra Mundial 	
ANO	Obra
1934	<i>Patterns of Culture (livro)</i>
1935	<i>Zuni Mythology (livro)</i>
1940	<i>Race: Science and Politics (livro)</i>
1946	<i>The Chrysanthemum and the Sword (livro)</i>

4.1. Características do fenômeno *cultura* e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Benedict

Nas fontes de informação consultadas foram identificadas duas características nucleares do fenômeno cultura destacadas na obra de Benedict, como apresenta a Tabela 5.12. A primeira característica apresenta a **cultura como um tipo cultural do arco cultural finito** (linhas 1 a 4). O conceito de *arco cultural* é central na obra de Benedict e designa “todas as possibilidades culturais em todos os âmbitos”, sendo que “cada cultura pode tornar real apenas um segmento particular desse arco” (Cuche, 1996, p.77). Cada cultura (ou *tipo cultural* como referido pela autora) era caracterizada pela orientação geral dessa cultura sobre a personalidade ou comportamento dos membros do grupo. Essa orientação geral seria sempre uma das possibilidades entre um rol de tipos culturais que constituem o *arco cultural*. Nesse sentido, a variedade de culturas seria finita e o trabalho do antropólogo seria o de identificar todos os *tipos culturais* possíveis que constituem o *arco cultural* e identificar qual o *tipo cultural* de cada grupo humano.

A segunda característica identificada é a **cultura como unidade com coerência entre seus componentes** (linhas 5 a 8). O *tipo cultural* seria uma orientação geral à cultura que implica na idéia de totalidade homogênea e coerente (Cuche, 1996, p.77).

Tabela 5.12. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Benedict (1887-1948) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Características do fenômeno	1) Tipos culturais se caracterizam por suas orientações gerais e as escolhas significativas que eles fazem entre opções possíveis <i>a priori</i> . (BE1)	Cultura (tipo cultural) é uma possibilidade do arco cultural	Cultura como um tipo cultural do “arco cultural” finito	<i>Cada cultura caracteriza um estilo particular “próprio” identificável e classificável (“arco cultural”)</i>
	2) “Arco cultural” inclui todas as possibilidades culturais em todos os âmbitos, cada cultura podendo tornar real apenas um segmento particular desse arco cultural. (BE1)			
	3) As diferentes culturas aparecem então definidas por um certo “tipo” ou estilo. (BE1)			
	4) A variedade de culturas é redutível a um certo número de tipos caracterizados. (BE1)			
	5) Cada cultura se caracteriza então por seu <i>pattern</i> , isto é, por uma certa configuração, um certo estilo, um certo modelo. O termo implica a idéia de uma totalidade homogênea e coerente. (BE2)	Cada cultura se caracteriza por uma orientação global coerente e homogênea	Cultura como unidade com coerência entre elementos	<i>Cultura como tipo de contingência (certa configuração) – homogênea e coerente</i>
	6) Toda cultura é coerente, pois está de acordo com os objetivos por ela buscados, ligados a suas escolhas, no conjunto das escolhas culturais possíveis. (BE2)			<i>Cultura como tipo de contingência coerente com os objetivos de um coletivo de pessoas</i>
	7) O que define então uma cultura, não é a presença ou ausência de tal traço ou de tal complexo de traços culturais, mas sua orientação global em certa direção, ‘seu <i>pattern</i> mais ou menos coerente de pensamento e ação’. (BE2)			<i>O que define uma cultura é a probabilidade de ocorrência dos comportamentos dos indivíduos do grupo em uma certa direção definida</i>
	8) Uma cultura não é uma simples justaposição de traços culturais, mas uma maneira coerente de combiná-los. De certo modo, cada cultura oferece aos indivíduos um ‘esquema’ inconsciente para todas as atividades da vida. (BE2)			<i>Cada cultura é resultado de combinação coerente de traços culturais Cada cultura proporciona contingências (esquema) aos indivíduos que não são descritas verbalmente (inconsciente) para todas as atividades da vida</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 4 (Benedict). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

Todos os aspectos que constituem a cultura seriam coerentes por terem objetivos comuns. Mais do que eventos ocorrendo simultaneamente ou em um mesmo local, a

unidade cultural seria apresentada pelos aspectos que os tornam comuns ao grupo social, por mais que tais aspectos sejam *inconscientes*, em que os indivíduos não descrevem tais aspectos culturais verbalmente. Essa indicação parece ser equivalente a afirmar que cada grupo humano teria uma grande classe de contingências orientadoras para todas os demais comportamentos dos membros do grupo que seriam coerentes com essa classe de contingências. A idéia de cultura estaria, então, na probabilidade de ocorrência dos comportamentos dos indivíduos do grupo coerentes com essa grande classe de contingência que configura o “tipo cultural” do grupo. Por exemplo, o comportamento dos indivíduos que participam de uma cultura do tipo *depressiva*, apresentam comportamentos depressivos; os que participam de uma cultura do tipo *violenta*, apresentam comportamentos violentos.

Também foi identificado outro processo que é determinado pela cultura, descrito de duas formas distintas, como apresentado na Tabela 5.13. Os dois trechos destacam que **cultura determina comportamentos** (linhas 1 e 2), e enfatiza que essa **determinação opera por meio de instituições, especialmente a Educação**. A autora afirma que a “história de vida do indivíduo é, antes de qualquer coisa, uma acomodação aos padrões e modelos tradicionalmente transmitidos por sua comunidade. Desde seu nascimento, os costumes moldam suas experiências e sua conduta. Quando começa a falar, ele é um produto da sua cultura, e quando cresce e pode tomar parte nas atividades coletivas, faz dos hábitos da comunidade os seus hábitos, das crenças da comunidade as suas crenças e das impossibilidades de sua comunidade, suas impossibilidades.” (Benedict, 1934, p.2-3 em Kuper, 2002, p.95). Os comportamentos dos indivíduos são coerentes com as classes de comportamentos comuns em um grupo e são aprendidas e ensinadas de geração a geração. A forma como o *tipo cultural* determina comportamentos dos indivíduos seria por meio das instituições sociais (família, escola, estado etc.), em especial as que têm função educativa como família e a escola. Essas instituições criam contingências para ensinar comportamentos compatíveis com os objetivos e valores éticos, ou as regras compartilhadas do que é “certo” e “errado”, da própria cultura.

Tabela 5.13. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam outros processos determinados pela cultura propostos por Benedict (1887-1948) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
"Cultura" como determinante de outros processos	1) Ela [a cultura] busca estes objetivos à revelia dos indivíduos, mas através deles, graças às instituições (sobretudo as educativas) que vão moldar todos os seus comportamentos, conforme os valores dominantes que lhe são próprios. (BE2)	- • -	Cultura determina comportamento dos indivíduos por meio de instituições	<i>Comportamentos dos indivíduos de um grupo são determinados pelo tipo de contingência configurada pelo conjunto dos comportamentos dos indivíduos, por meio das influências das instituições, sobretudo as educativas, conforme as Regras e auto-regras compartilhadas indicadoras do que é "certo" e "errado" dominantes que lhe são próprios</i>
	2) A história de vida do indivíduo é, antes de qualquer coisa, uma acomodação aos padrões e modelos tradicionalmente transmitidos por sua comunidade. Desde seu nascimento, os costumes moldam suas experiências e sua conduta. Quando começa a falar, ele é um produto da sua cultura, e quando cresce e pode tomar parte nas atividades coletivas, faz dos hábitos da comunidade os seus hábitos, das crenças da comunidades, as suas crenças e das impossibilidades da sua comunidade, as suas impossibilidades. (BE3)	- • -	Cultura determina comportamentos	<i>Comportamentos individuais são coerentes com as classes de comportamentos comuns em um grupo aprendidas e ensinadas de geração a geração</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 4 (Benedict). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo "- • -" indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

4.2. "Tipos culturais", rótulos psicologizantes e classes de contingências orientadoras da cultura

Para compreender os pressupostos teóricos e conceitos utilizados por Benedict é importante considerar as características dos povos com os quais a autora trabalhou, pois parecem ter influenciado suas concepções sobre o desenvolvimento das culturas. Os trabalhos de campo realizados por Benedict foram principalmente em tribos indígenas norte-americanas (Benedict, 1935), além de um extenso trabalho a partir de evidências documentais e de relatos de informantes sobre a

cultura japonesa (Benedict, 1946). Entre as tribos norte-americanas, com grupos de pequeno e médio porte, Benedict parece ter identificado que havia alta probabilidade de que os indivíduos de cada grupo se comportasse de determinado modo. Os indivíduos *dobuanos* apresentavam alta freqüência de comportamentos paranóides, os *kwakiult* comportamentos megalomaníacos, etc. e essa alta freqüência de ocorrência de comportamentos de classes ou características específicas pareciam permitir rotular as culturas como paranóides, megalomaníacas, entre outros adjetivos usualmente utilizados para rotular “comportamentos” ou “personalidades”. No trabalho que realizou sobre a cultura japonesa identificou duas características aparentemente antagônicas, mas que eram constantemente presentes nos comportamentos daquele povo, a alta sensibilidade e o estoicismo, representadas pela autora sob a forma metafórica de *Crisântemo e Espada* (Benedict, 1946). Nas tribos que estudou e também na cultura japonesa Benedict identificou alta ocorrência de comportamentos de classes específicas (ou ao menos com características específicas) entre os indivíduos que faziam parte desses grupos o que parecia tornar coerente a idéia de qualificar não apenas os comportamentos, mas também a própria cultura a partir dessa característica dominante em cada um desses grupos. A *orientação geral* da cultura era o que estava em exame nos trabalhos que realizou, o que lhe permitia indicar que haveria alta probabilidade de que os indivíduos daquele grupo se comportasse de determinado modo, por serem membros de uma cultura que determina tal característica comportamental. Essa característica poderia referir-se a uma classe de comportamentos específica ou a uma característica desse comportamento como sua freqüência, por exemplo. Essa parece ter sido a contribuição específica do trabalho de Benedict; identificar a probabilidade de que os indivíduos de um determinado grupo se comportem de determinado modo em função do que é selecionado ou valorizado pela cultura do grupo (ou o *tipo cultural* do grupo).

Benedict destaca que o processo pelo qual a cultura determina comportamentos dos indivíduos do grupo é coordenado pelas *instituições* existentes, especialmente as que têm função educativa. O termo *instituições* utilizado pela autora parece ser compatível com a noção de *agências de controle* apresentadas por Skinner (1953) e utilizada no âmbito da Análise do Comportamento. As agências conhecidas na cultura ocidental como *Família e Educação*, apresentadas em outros povos de diferentes maneiras, mas com as mesmas funções, seriam as principais

responsáveis por ensinar cada membro do grupo a se comportar de modo coerente com as normas estabelecidas no grupo, sejam sob a forma de regras (controle verbal do comportamento) ou pela aprendizagem, no sentido amplo do termo, de comportamentos reforçados pelo grupo social. Há o pressuposto nas concepções de Benedict de que as *instituições* ensinem condutas coerentes com a orientação geral da cultura aos seus membros. Parece não haver grandes problemas nesse pressuposto ao examinar grupos pequenos em que há maior controle do grupo sobre o comportamento de cada indivíduo ou mesmo grupos maiores que constituam unidades culturais bem integradas e que mantenham controle sobre as instituições que a compõem e sobre o comportamento dos indivíduos que constituem essas instituições.

Parece haver limitações relacionadas ao pressuposto da existência de um “tipo cultural” ao analisar grandes grupos ou grupos em que o controle do grupo sobre os comportamentos individuais não seja efetivo, ou ainda em grupos que dispõem contingências que diferenciem papéis sociais específicos entre seus membros, cujo comportamento não seria compatível com uma orientação cultural mais ampla. Por exemplo, a *cultura brasileira*, não parece constituir uma unidade que permita considerar os comportamentos de todos os indivíduos brasileiros como coerentes e rotular tais comportamentos como uma classe específica. A diversidade de comportamentos, seja em relação a trabalho, alimentação, habitação, parentesco, etc., entre diferentes regiões, comunidades, classes sociais, etc. no país é tão ampla que qualquer tentativa de descrição de uma orientação cultural geral, ou um *tipo cultural brasileiro*, seria reduzir ou distorcer esse fenômeno. A busca pela unidade na diversidade, embora pareça ser um objetivo importante de trabalho ao pesquisador da cultura, não pode escamotear as diferenças que podem ser tão importantes quanto as similaridades na cultura de cada povo.

A idéia de “tipo cultural” parece não destacar que o comportamento de um indivíduo pode ser reforçado por outros indivíduos ao assumir diferentes papéis sociais, ou ainda serem reforçados em diferentes ambientes nos quais o organismo se comporta.. Questões como: Por que uma pessoa apresenta comportamentos eufóricos em um grupo tipicamente depressivo? Por que uma pessoa apresenta comportamentos masoquistas em um grupo tipicamente sádico? Por que a pessoa que apresenta comportamentos agressivos como pai é submisso no trabalho? São

exemplos que poderiam ilustrar essa idéia. Por mais que haja uma orientação cultural geral para os comportamentos dos indivíduos do grupo, parece ser importante examinar contingências específicas responsáveis pela seleção dos comportamentos coerentes e incoerentes com a orientação geral apresentados pelos indivíduos do grupo.

Um aspecto pouco claro, talvez por insuficiência de dados nas fontes de informação, são os determinantes da escolha do tipo cultural de cada grupo. Por que os dobianos são paranóides? Por que os kwakiult são megalomaniacos? A função dessas características culturais para o grupo, ou as variáveis históricas que a determinaram não foram apresentadas e esses processos não foram discutidos. Parece ser tão importante quanto identificar essas orientações gerais da cultura, as contingências existentes ou que existiram no passado que as determinaram.

Uma das dificuldades apresentadas pela autora para identificar os tipos culturais e que também parece ser uma dificuldade para o pesquisador identificar os determinantes históricos desses tipos, é que usualmente os indivíduos do grupo não conseguem descrever verbalmente essas orientações gerais da cultura em que vivem (Kuper, 1999). É importante destacar que não é porque as pessoas não identificam os determinantes de seus comportamentos, ou atribuem a eventos supersticiosos os determinantes desses comportamentos, que elas deixam de ser controladas pelas relações estabelecidas em suas histórias de aprendizagens. Embora identificar essas determinações históricas não seja um processo tranqüilo e que por vezes não estejam disponíveis dados para fazê-lo, essa tarefa parece ser nuclear no trabalho do antropólogo ao estudar a cultura, assim como estudar a história de aprendizagem de um organismo é nuclear para o trabalho do psicólogo.

O aspecto mais polêmico e questionado na obra de Benedict é em relação ao conceito de “arco cultural”, como um rol que abrange toda a variação de tipos culturais possíveis de serem assumidos pelos diferentes grupos. Não foram apresentados dados nas fontes de informação que permitam identificar se para Benedict o arco cultural representava uma limitação da espécie humana em função de seleção natural, se seria um limite sagrado, ou qualquer outra possibilidade da natureza desse fenômeno. A busca da autora pela identificação de todos os *tipos culturais* não teve sucesso em função da ampla variedade de tipos identificados nos grupos que estudou e é questionado por outros autores, como Sapir, se realmente

haveria um limite a esse arco, ou se as possibilidades de orientação das culturas pode ser tão diversa quanto a variação comportamental possível diante de diferentes eventos ambientais (Kuper, 1999).

Os principais conceitos de Benedict (de *arco cultural* e *tipo cultural*) tiveram menos impacto na Antropologia Cultural do que as críticas realizadas a eles. A metáfora utilizada pela autora de rotular culturas com os adjetivos típicos de comportamentos ou de personalidade também foram intensamente criticados por outros antropólogos culturais e não é mais uma prática comum nos trabalhos realizados. Ainda assim a contribuição da autora de que a cultura opera como uma grande classe de contingências orientadora de comportamentos e operando por meio das instituições sobre o comportamento dos indivíduos abriu possibilidades de estudo sobre os processos que relacionam os campos culturais e psicológicos.

As influências das diferentes perspectivas psicológicas ou de autores da Psicologia nas concepções de Benedict não foram identificadas nas fontes de informação. No entanto, vale notar que a obra dessa autora apresenta diversos conceitos da Psicologia (comportamento, personalidade, paranóia, depressão, sadismo, etc.) e que precisam ser entendidos no sentido utilizado pela autora, como cientista americana atuando entre as décadas de 1920 e 1940. Embora as idéias de arco e tipos culturais tenham sido questionadas na Antropologia, a explicitação de que uma classe de contingências amplas possam orientar as demais contingências e comportamentos dos membros do grupo parece ter sido uma importante contribuição para o entendimento do fenômeno cultural.

5. Mead, Margaret (1901 – 1978): Principais contribuições e aspectos enfatizados do fenômeno cultura

Para Geertz (1989), Mead foi a mais famosa e controversa antropóloga de sua época. Deixou vasta produção bibliográfica, ministrou cursos e palestras em vários países, foi pesquisadora de campo com extensa e variada experiência, além de organizadora de projetos e eventos.

Mead nasceu na Filadélfia (EUA) e ingressou na *DePauw University*, em Indiana. Após um ano de curso, descontente com a Universidade, se transferiu para o *Barnard College*, onde se formou em Psicologia e obteve grau de mestre com a elaboração de uma pesquisa envolvendo teste de inteligência com crianças italianas e americanas.

Em 1923 Mead iniciou seu doutorado na *Columbia University*, sob orientação de Franz Boas e Ruth Benedict, examinando o fenômeno de estabilidade cultural na Polinésia. Em 1925, aos 23 anos de idade, viajou sozinha para Samoa, na Polinésia, para sua primeira pesquisa de campo, ignorando os alertas de seus professores e amigos acerca dos riscos de vida que essa viagem poderia representar. Essa característica de “destemida” é marcante nos trabalhos de Mead ao longo de toda sua vida profissional. Essa viagem resultou na publicação de dois livros, um de caráter mais técnico (*The Social Organization of Manús* em 1930), e outro mais de divulgação científica (*Coming of Age in Samoa* em 1928). Além desse trabalho, outros trabalhos de campo foram realizados por Mead na Nova Guiné, no próprio Estados Unidos, em Bali e na Holanda.

Seus estudos na Nova Guiné, entre 1931 e 1933, tiveram como produto algumas de suas mais importantes obras (*Sex and Temperament in Three Primitive Societies*, em 1935, e *The Mountain Arapesh*, em 1938), que suscitaram intensos debates nas Universidades americanas e em outros contextos acerca do papel dos gêneros masculino e feminino e das organizações sociais de diferentes culturas em função desses papéis.

Ao longo de sua obra estão as análises de pelo menos sete culturas, sempre produzidas a partir de exaustivas viagens à campo. Além disso, trabalhou entre 1926 e 1969 no *American Museum of Natural History* em Nova Iorque, onde atuava na coleta, documentação, conservação e organização de exposições de materiais. Ao longo deste mesmo período também lecionou em diversas Universidades

americanas (Vassar, New York, Wellesley, Menninger Foundation, Fordham, Rhode Island) e, em especial, na Columbia University entre 1947 e 1978 descontinuadamente.

Além de pesquisadora de campo, curadora do museu e professora, Mead participava de aproximadamente 84 movimentos sociais (como “pais sem parceiros”, “conselho nacional da mulher negra”, “federação mundial para saúde mental”, etc.), sendo que, em pelo menos 26 desses, em alguma função executiva. Mead também participava ativamente de movimentos relacionados à Ciência e a Antropologia, sendo que algumas de suas mais destacadas atuações nesses movimentos foram como presidente da *The Society for Applied Anthropology* (1949), *The American Anthropological Association* (1960), e *The American Association for the Advancement of Science* (1975).

Suas principais contribuições à Antropologia, estão na área que Geertz (1989) chama de “Antropologia psicológica”, área na qual são estudadas as relações entre cultura e personalidade (Cucho, 1996; Kuper, 2002). Geertz (1989) destaca que parece haver três fases no trabalho de Mead em relação aos estudos em “Antropologia psicológica”. O primeiro, representado por *Growing Up in New Guinea* (1930) e pelas publicações decorrentes da pesquisa de campo em Samoa, em que questiona a idéia de estágios fixos de desenvolvimento cognitivo, explicitando exemplos observados que contrariavam concepções vigentes na época. O segundo, em que explicita como características ambientais promovidas pela cultura implicam em decorrências “psicológicas” nos membros do grupo. O terceiro, em que identifica “caráter nacional”, caracterizando-os em termos psicológicos (ex. cultura paranóide, cultura otimista, etc.).

Diferente de Kroeber, que dizia que seus estudos não eram influenciados por interesses sociais, Mead destacava que seus estudos eram produzidos para atender necessidades humanas. Entre os principais aspectos que estudou e trouxe contribuições estão conflitos de raça, cuidados com crianças, relações matrimoniais, direitos das mulheres, desenvolvimento tecnológico dos países de terceiro mundo, saúde mental, educação, abuso de drogas, políticas americanas em relação a estrangeiros, ambientalismo e desarmamento nuclear. Suas contribuições em muito desses aspectos, na concepção de Geertz (1989), eram em parte etnográficas, em parte moralistas, mas sempre muito apaixonadas. Mead tinha como objetivo

“construir um novo mundo (...) por meio de uma Ciência das relações humanas” (Mead, 1942 em Geertz, 1989, p.337).

Embora sempre destacasse a importância da Antropologia se estabelecer como uma Ciência, foi acusada diversas vezes por outros antropólogos de não ser científica o suficiente, ou ainda de ser “impressionista”, “intuitiva” ou “subjetiva”. Talvez tais críticas e rótulos sejam decorrência de explicitar seu posicionamento moral em relação aos temas debatidos em muitas de suas publicações. Mead não aceitava tais rótulos e alguns de seus comportamentos mostravam que sua conduta como pesquisadora era incompatível com tais críticas. Ela, por exemplo, tornava públicos seus registros de campo, manuscritos, fotografias e demais materiais utilizados em seus estudos. Seus dados ficavam expostos para a comunidade científica poder avaliar seus métodos e o conhecimento produzido a partir desses dados.

Em relação aos seus métodos de trabalho, Mead chegou a utilizar testes psicológicos projetivos, de inteligência, piagetianos, entre outros recursos aprendidos em sua formação em Psicologia. Também foi uma das pioneiras a utilizar de modo mais sistemático recursos como fotografias como fonte de informação para estudos etnográficos. Embora tenha utilizado uma ampla variedade de métodos em seus estudos, destacava a observação direta de comportamento como forma precípua de produção de conhecimento antropológico.

Em função de suas vastas contribuições para a Antropologia e para diferentes movimentos sociais, Mead recebeu muitos prêmios, incluindo 28 diplomas honorários de universidades americanas, reconhecimento das Associações de Antropologia, Filosofia e Para o Progresso da Ciência, e a medalha presidencial da Liberdade nos Estados Unidos.

Além dos prêmios recebidos, é considerada como uma heroína do movimento feminista por demonstrar que os papéis ‘masculino’ e ‘feminino’, até então usualmente considerados como universais pela crença em um determinismo biológico, são mediados pela cultura e que diferentes grupos humanos lidam de variadas formas com esses papéis. A partir dessas contribuições, e especialmente da mobilização social e política das mulheres nos EUA, o movimento feminista ganhou força ampliando os direitos das mulheres.

Tabela 5.14. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Mead, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

Mead, Margaret	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre cultura e personalidade 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre Antropologia e Psicologia; • Desenvolvimento de métodos de pesquisa de campo (uso de registros visuais, testes psicológicos, etc.); • Utilização do conhecimento antropológico na elaboração de políticas públicas; 	
ANO	Principais obras destacadas nas fontes de informação ou que apresentam relação com Psicologia em seu título
1928	<i>Coming of Age in Samoa (livro)</i>
1930	<i>The Social Organization of Manu's (livro)</i>
1930	<i>Growing Up in New Guinea (livro)</i>
1934	<i>Kinship in the Admiralty Islands (livro)</i>
1935	<i>Sex and Temperament in Three Primitive Societies (livro)</i>
1938	<i>The Mountain Arapesh (livro)</i>
1942	<i>Balinese Character: A Photographic Analysis (livro)</i>
1951	<i>Soviet Attitudes Toward Authority (livro)</i>
1953	<i>New Lives for Old: Cultural Transformation – Manus 1928-1953 (livro)</i>
1954	<i>Themes in French Culture (livro)</i>
1945	<i>Human differences and world order (artigo)</i>
1947	<i>Age patterning in personality development (artigo)</i>
1947	<i>On the implications for anthropology of the Gessel approach to maturation (artigo)</i>
1949	<i>Male and Female: A Study of the Sexes in a Changing World (livro)</i>
1949	<i>Character formation and diachronic theory (artigo)</i>
1961	<i>Cultural determinants of sexual behavior (artigo)</i>
1963	<i>Culture and personality (artigo)</i>
1974	<i>On Freud's view of female psychology (artigo)</i>
1975	<i>Sex differences: Innate, Learned, or situational? (artigo)</i>
1978	<i>The Evocation of Psychologically Relevant Responses in Ethnological Anthropology (artigo)</i>

5.1. Características do fenômeno *cultura* e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Mead

Foram identificadas três características do fenômeno cultura destacados por Mead nas fontes de informação examinadas, apresentadas na Tabela 5.15. A primeira apresenta a idéia de **anormalidade psicológica como inadaptação à cultura** (linha 1). Cuche (1996) afirma que para Mead a normalidade psicológica seria uma adaptação dos indivíduos de um grupo às orientações fundamentais de sua cultura. A *anormalidade psicológica* ou comportamentos desviantes seriam aqueles que ocorrem incoerentemente com a classe de contingências organizadas pela cultura.

A segunda característica enfatiza que **cultura é aprendida** (linha 2). Mead enfatiza que a cultura não é determinada pelo genes e nem adquirida como algo pronto e acabado. As experiências do indivíduo ao longo de sua vida, em sua *educação*, ensinariam progressivamente partes da cultura de seu grupo (Cuche, 1996). Parece ser destacado que a cultura é aprendida por cada indivíduo ao longo das relações estabelecidas pelo indivíduo com o seu meio, ao tornar algumas das propriedades ambientais estímulos para se comportar e ao aprender a atuar sobre esses diferentes estímulos de modo compatível com as determinações da cultura.

A terceira característica são os **comportamentos dos indivíduos como componentes da cultura** (linhas 3 e 4). Mead enfatizava que “o que os antropólogos observam são apenas comportamentos individuais. Compreende-se a cultura a partir das condutas do indivíduo que são a cultura” (Cuche, 1996, p.88). Ainda no mesmo sentido a autora destaca que a cultura é uma abstração, pois o que existe são apenas as condutas concretas dos indivíduos. São os indivíduos que criam, ensinam e modificam as culturas (Cuche, 1996). A autora parece destacar a cultura como um fenômeno inferido a partir da observação das respostas dos indivíduos que compõem o grupo, assim como as classes de contingências ou de comportamentos também são inferidas a partir das respostas dos indivíduos e dos eventos ambientais antecedentes e conseqüentes a essas respostas.

Além das características do fenômeno, foi identificado outro processo determinado pela cultura, também apresentado na Tabela 5.15. (linhas 5 e 6). Mead destaca que **cultura determina comportamento**. A cultura seria um dos

Tabela 5.15. Aproximação aos em termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno e também outros processos determinados pela cultura propostos por Mead (1901-1978) e apresentada por Cuhe (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Características do fenômeno	1) Anormalidade psicológica é uma inadaptação do indivíduo à orientação fundamental de sua cultura. (M1)	- ● -	“Anormalidade psicológica” como inadaptação à cultura	<i>Comportamentos desviantes ou “anormais” são aqueles que ocorrem incoerentemente com a classe de contingências organizadas pela cultura</i>
	2) O indivíduo ‘se apropria’ de sua cultura progressivamente no curso de sua vida e, de qualquer maneira, não poderá nunca adquirir toda a cultura de seu grupo. (M3)	- ● -	Cultura é aprendida	<i>Cultura é aprendida ao longo das relações estabelecidas pelo indivíduo com o seu meio, sendo que não há como aprender toda a “cultura do grupo” O indivíduo interage com o meio e torna algumas de suas propriedades estímulo para se comportar.</i>
	3) A cultura é uma abstração (o que quer dizer uma ilusão). O que existe, segundo ela, são indivíduos que criam a cultura, que a transmitem, que a transformam. (M2)	Cultura como fenômeno constituído por comportamentos individuais	Comportamentos individuais como componentes da cultura	<i>Cultura como classe de contingências inferida a partir da observação de respostas dos indivíduos que compõem um grupo</i>
	4) O que os antropólogos observam são apenas comportamentos individuais. Compreende-se a cultura a partir das condutas dos indivíduos, “que são a cultura”. (M2)			<i>Cultura inferida a partir de comportamentos dos indivíduos.</i>
“Cultura” como determinante de outros processos	5) O modelo cultural particular a uma dada sociedade que determina a educação da criança explica a personalidade individual (e não os caracteres biológicos). (M1)			<i>“Modelo cultural” particular determina a educação da criança que explica a personalidade individual.</i>
	6) A cultura é impregnada no indivíduo por meio de um sistema de estímulos e proibições formuladas explicitamente ou não, de modo que quando adulto, se conforma de maneira inconsciente com os princípios fundamentais da cultura (Enculturação). A personalidade adulta é produto da cultura (por meio da educação) (M1)	Cultura determina personalidade / comportamento	Cultura determina comportamento	<i>Cultura como sistema de estímulos e proibições formuladas explicitamente ou não (Cultura como classe de contingências de reforço ou de punição) Cultura determina a personalidade do indivíduo de modo que, quando adulto esse indivíduo se conforma de modo inconsciente aos princípios fundamentais da cultura (Cultura determina comportamentos dos indivíduos de modo a tornar seus comportamentos coerentes com a classe de contingência em vigor)</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 5 (Mead). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- ● -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

determinantes da educação dos indivíduos daquilo que aprendem e de como aprendem, e isso explicaria a personalidade individual, e não variáveis filogenéticas.

A autora afirma ainda que a personalidade adulta é produto da cultura (Cuche, 1996). O conceito de enculturação utilizado pela autora apresenta características do processo de determinação cultural dos comportamentos. “A cultura é impregnada no indivíduo por meio de um sistema de estímulos e proibições formuladas explicitamente ou não, de modo que quando adulto, se conforma de maneira inconsciente com os princípios fundamentais da cultura” (Cuche, 1996, p.81-82). Esse conceito parece apresentar a idéia de cultura como classes de contingências de reforço ou de punição que determinam comportamentos dos indivíduos de modo a torná-los coerentes com a classe de contingência em vigor, e esse processo ocorre mesmo sem que os indivíduos saibam o descrever verbalmente.

5.2. Métodos científicos no estudo antropológico e a explicitação das relações entre comportamento e cultura

Margaret Mead foi uma das principais autoras da Antropologia a contribuir especificamente com o campo que envolve relações entre fenômenos culturais e fenômenos psicológicos. Sua formação acadêmica, que abrangeu graduação e mestrado em Psicologia e doutorado em Antropologia, parece ter lhe permitido estabelecer essas relações, ainda pouco conhecidas ou examinadas nos âmbitos da Antropologia e da Psicologia. Vale destacar o uso dos testes de inteligência, testes piagetianos e testes projetivos em diferentes grupos culturais, e as reflexões apresentadas sobre esse tipo de procedimento em diferentes grupos humanos.

O conceito “personalidade” foi muito utilizado pela autora em suas obras, talvez por ser um conceito de uso frequente na Psicologia, mas a definição precisa do que Mead entendia por esse conceito não foi apresentado nas fontes de informação examinadas. Skinner (1974) destaca que esse conceito era uma invenção frequentemente utilizada para atribuir motivações e emoções a um mundo interior do indivíduo. Seus comportamentos, dessa forma, seriam explicados por sua *personalidade* e o mesmo indivíduo ainda poderia *possuir* diferentes personalidades. O próprio Skinner já indicava que esse termo como entidade interna ao indivíduo não contribui para a explicação dos fenômenos psicológicos e é apenas uma criação verbal, possivelmente produto do desconhecimento dos efetivos determinantes do comportamento humano e de como processos comportamentais se estabelecem para constituir os padrões de conduta apresentados por cada indivíduo. Embora

aparentemente *personalidade* não seja um conceito importante para o estudo de fenômenos psicológicos a partir de um sistema de referências comportamentais, Skinner apresenta o que considerava ser o núcleo desse conceito de um ponto de vista comportamental: “repertório de comportamentos partilhado por um conjunto organizado de contingências” (Skinner, 1974, p.130). A definição skinneriana de personalidade destaca que se os diferentes ambientes nos quais o indivíduo se relaciona dispõem de contingências que selecionam comportamentos de mesma classe, ou com características comuns, os comportamentos do sujeito apresentarão tais características em diferentes ambientes, indicando um repertório estável em diferentes contextos. Como exemplo, indica-se que o sujeito apresenta *personalidade tranqüila*, se seus comportamentos são pouco agressivos em variados contextos. Já um sujeito que esteja sob controle de contingências incompatíveis, poderá apresentar comportamentos distintos em diferentes contextos, aparentando um “conflito de personalidade” ou, ainda “múltiplas personalidades”.

Outro conceito muito utilizado pela autora em seus trabalhos foi o de *comportamento*. Embora também não tenha sido apresentado claramente o que a autora designa por esse termo, os usos dele presentes nas fontes consultadas parece referir-se à *atividade* ou *respostas* apresentadas pelos indivíduos. Em alguns trechos a autora destaca que o que é observado diretamente pelo antropólogo são os comportamentos individuais. Vale notar que ao operacionalizar os eventos que devem ser observados para a análise de culturas, apresenta um aspecto metodológico importante por não esconder aquilo que de fato deve ser observado pelo cientista. Ao examinar a noção apresentada pela autora e considerando que a noção corrente de comportamento não se refere a um evento passível de observação direta, mas às relações contingentes e contíguas entre eventos ambientais e a atividade de organismos, parece ser apropriado afirmar que a autora nomeia *respostas* como *comportamentos*.

A partir disso, vale notar que Mead enfatiza que a *cultura é abstraída pelo antropólogo a partir das respostas apresentadas pelos indivíduos do grupo*. Não são apresentadas informações nas fontes consultadas de que outros aspectos são levados em conta pelo antropólogo ao apresentar comportamentos da classe “abstrair fenômenos culturais a partir das respostas observadas dos indivíduos”. Seriam consideradas variáveis do contexto no qual os indivíduos apresentam essas

respostas? Aquilo que é produzido por essas respostas? Os relatos verbais dos indivíduos acerca de suas próprias ações? Se as questões apresentadas forem ao menos parte do processo de *abstrair a cultura* realizado pelos antropólogos, o fenômeno cultura e os fenômenos comportamento e contingência de reforçamento seriam muito próximos, se não diferentes formas de se referir aos mesmos fenômenos. Apenas o exame do conjunto da obra de Mead permitirá avaliar se cultura, na concepção dessa autora, são os processos denominados como comportamento e contingência de reforçamento na Análise do Comportamento.

A categorização apresentada por Geertz (1989) das três fases no trabalho de Mead auxilia a identificar contribuições importantes da autora para o campo das interações entre Antropologia e Psicologia. Na primeira etapa, representada por *Growing Up in New Guinea* (1930), Mead questiona a idéia de estágios fixos de desenvolvimento psicológico apresentado por algumas teorias psicológicas, como a freudiana e piagetiana, apresentado dados de pesquisas com indivíduos de variados grupos humanos que eram incompatíveis com as propostas de estágios de desenvolvimento apresentadas nessas teorias. Não foi apresentado nas fontes consultadas se Mead considerava inviável a proposta de estágios de desenvolvimento psicológico, ou se considerava que nenhuma das propostas existentes era apropriada ou se criticava a busca dos psicólogos por identificar estágios de desenvolvimento ao invés de enfatizar os processos básicos que ocorrem ao longo do desenvolvimento psicológico.

A segunda fase na obra de Mead identificada por Geertz (1989) abrange um conjunto de obras que enfatizam o processo no qual variáveis ambientais determinadas pela cultura exercem controle sobre decorrências psicológicas nos membros do grupo. Mead enfatiza que a cultura determina os comportamentos dos membros do grupo e que esse processo, em grande parte, não é identificado ou descrito verbalmente por esses indivíduos. A cultura opera por meios que os indivíduos não aprendem a identificar ou não têm recursos verbais apropriados para se referir a eles, o que faz com que Mead afirme que grande parte da cultura é *inconsciente*. Esse mesmo processo, de um fenômeno ocorrer sem que seja identificado ou descrito verbalmente pelo indivíduo, é freqüente em relação à determinação de comportamentos. A maior parte dos eventos que controlam os comportamentos dos indivíduos (que exercem função discriminativa ou reforçadora

para as classes de comportamentos) não é identificada verbalmente por esses indivíduos, ou mesmo por outros. O próprio trabalho dos psicoterapeutas é, em grande parte, auxiliar pessoas a identificarem esses aspectos “inconscientes” de seus comportamentos para que possam modificá-los em direção a condutas de valor social.

Outro aspecto destacado nessa fase da obra de Mead é a definição de “normalidade psicológica” como comportamentos compatíveis com as exigências ou normas sociais. Mead apresenta importante contribuição ao afirmar que *anormalidade psicológica* não é um problema específico do indivíduo, mas sim do fato desse apresentar comportamentos *desviantes* dos padrões estabelecidos como apropriados no grupo. Essa concepção tem implicações diretas sobre o entendimento das psicopatologias e da forma de lidar com elas. *O que deve ser o objeto de intervenção nas psicopatologias se o problema está na interação entre o comportamento dos indivíduos e as normas sociais?* O deslocamento da patologia do indivíduo para a interação desse com seu meio implica em reexaminar o modelo médico de saúde mental. A busca por *causas fundamentais* ou *internas* das psicopatologias, nesse sentido, são substituídas pelo exame dos processos de interação dos indivíduos com o meio em que vivem (Ullmann & Krasner, 1965), aspecto esse enfatizado nas descrições e proposições de Mead sobre cultura e comportamento.

A terceira fase da obra de Mead é marcada pelo objetivo da autora em identificar o *caráter nacional* de diferentes países, caracterizando-os em termos psicológicos, como cultura paranóide, cultura otimista, etc. (Geertz, 1989). Esse tipo de trabalho parece apresentar um tipo de supergeneralização (Botomé & Kubo, s/d), em que aspectos identificados como característicos no comportamento dos membros do grupo servem como rótulos para a cultura em que fazem parte. Esse processo aparenta ser uma supergeneralização por ocultar que nem todos os indivíduos que compõem um grupo ou nação comportam-se de modo coerente com os padrões determinados pela cultura. Além disso, esses rótulos parecem implicar em uma ênfase nos comportamentos mais característicos apresentados pelos membros do grupo, mas não enfatizam as contingências que determinam esses padrões. As duas primeiras fases do trabalho de Mead (questionamentos sobre a noção de estágios fixos de desenvolvimento psicológico e determinação cultural de

fenômenos psicológicos) parecem ser contribuições mais coerentes com os princípios e pressupostos orientadores da Análise do Comportamento para o estudo dos fenômenos culturais e suas relações com o comportamento humano.

Como contribuição mais geral de sua obra para o entendimento do fenômeno cultura, Mead enfatiza que a cultura, composta pelos comportamentos dos membros dos grupos, é decorrência dos processos de aprendizagem ao longo da vida dessas pessoas. Essa ênfase nos processos ontogenéticos e suas relações com a cultura é característica nuclear no conjunto de sua obra. A partir das fontes de informação examinadas não foi possível identificar se Mead ignorava a determinação filogenética dos comportamentos ou se apenas enfatizava que os comportamentos caracteristicamente culturais não tinham relação direta com determinantes filogenéticos. Além disso, vale notar que o trabalho da autora era relativo às relações entre o comportamento e a cultura, e não nas diferentes determinações de qualquer comportamento.

Por fim, vale destacar as contribuições específicas de Mead para os métodos da ciência em Antropologia e Psicologia. Mead, assim como seu orientador Boas, prezava pela observação direta como forma precípua de produção de conhecimento científico. E, além desse método, também fez uso de outras formas de observação indireta e elaborou novos métodos de estudo etnográfico. O uso de fotografias como fontes de informação, de testes psicológicos, de entrevistas e depoimentos e de registros impressos foram algumas das estratégias utilizadas pela autora como forma de investigar sutis aspectos das culturas. Além disso, o fato de tornar público os dados coletados em suas pesquisas mostra forte compromisso com os métodos da Ciência. Essa atitude abriu possibilidade para que outros antropólogos criticassem suas conclusões e mesmo a organização e tratamento de seus dados. Mas, por mais que críticas apareçam, vale destacar o compromisso da autora com o desenvolvimento do conhecimento, aceitando que seu trabalho fosse avaliado e, talvez, aperfeiçoado.

6. Parsons, Talcott (1902 – 1979):

Principais contribuições e aspectos enfatizados do fenômeno cultura

Parsons nasceu em 1902 no Colorado (Estados Unidos), e se formou em Biologia em 1924 no *Amherst College*. Após sua graduação foi estudar na *London School of Economics* na Inglaterra, onde conheceu os trabalhos de pensadores socialistas e do antropólogo Bronislaw Malinowski. Após um curto período na *London School of Economics*, Parsons foi para a *Heidelberg University* na Alemanha, onde obteve grau de doutor em sociologia e economia. Neste período teve grande influência das contribuições de Max Weber para a teoria social. Em seu doutorado Parsons desenvolveu trabalho sobre teorias alemãs de capitalismo, com especial destaque para as obras de Marx, Weber e Sombart.

Após terminar seu doutorado, retornou para os Estados Unidos e trabalhou como professor por um ano no *Amherst College*. Em 1926 foi convidado para lecionar economia na *Harvard University*. Neste período Parsons traduziu parte dos textos de Weber para língua inglesa, por ser este ainda pouco conhecido por sociólogos e antropólogos americanos. Já em *Harvard*, Parson trabalhou no desenvolvimento de relações entre teorias econômicas e teorias sociológicas.

Sua primeira grande empreitada neste sentido foi analisar os debates entre teorias européias modernas, nomeadas como “positivistas” (seguindo a tradição francesa iluminista) e “idealistas” (seguindo a tradição alemã contra-iluminista). O desenvolvimento desse trabalho culminou na “teoria geral da ação” proposta por Parsons que afirmou ser esta a “maior revolução intelectual das ciências sociais desde o século XIV” (Kuper, 2002, p.79). As concepções de Parsons são nomeadas como *Funcionalismo Estrutural* por alguns antropólogos.

A teoria proposta por Parsons apresentava uma importante contribuição para o estudo científico do fenômeno cultura. O autor destacava que acima das *teorias*, deveriam estar os *fatos*, e, dessa forma, era necessário que o desenvolvimento das teorias fosse acompanhado do desenvolvimento de pesquisas empíricas que colocassem as teorias à prova.

Em 1946, já há quase 20 anos lecionando em *Harvard*, Parsons “ganhou espaço” para criar o Departamento Interdisciplinar de Relações Sociais em *Harvard*. Neste departamento trabalhavam antropólogos, psicólogos e sociólogos, todos sob sua liderança. O projeto de Parsons neste momento era reorganizar as Ciências

Sociais, criando “critérios mais racionais de organização e de modo a tornar a burocracia acadêmica mais ordenada e eficiente” (Kuper, 2002, p.80). Na concepção de Parsons, a Sociologia ficaria incumbida de lidar com os sistemas sociais; a Psicologia com os indivíduos, a natureza humana e suas singularidades; e restava, ainda, o que Parsons denominava de “sistema cultural” que ficaria a cargo dos antropólogos (Kuper, 2002, p.80).

Essa organização proposta por Parsons implicava em separar muito do que havia de conhecimento produzido sob o nome de Antropologia, para os campos da Sociologia e da Psicologia. Embora admitisse que ainda necessitasse serem aperfeiçoados os critérios dessa distinção entre áreas de conhecimento, Parsons indicava que era um caminho necessário para a organização dessas disciplinas. Um dos principais aspectos que dificultavam a organização de Áreas do Conhecimento era que “na teoria antropológica, ainda não existe um consenso a respeito da definição do conceito de cultura” (Parsons, 1951, p.15 em Kuper, 2002, p.81). Parsons indicava ainda que apenas com uma definição mais precisa seria possível tornar a Antropologia uma Ciência empírica analítica, independente da Sociologia e da Psicologia (Kuper, 2002, p.81).

Outra contribuição importante da obra de Parsons foi sua tentativa de conciliar as análises de Durkheim e Freud. Sem desconsiderar a importância de outras instituições sociais e das relações entre pares, Parsons destacava a importância da família como primeira instância de socialização da criança. Indicava que um bom critério de socialização é a adaptação do indivíduo à sociedade (aos padrões sociais). Parsons entendia que o comportamento do indivíduo reproduzia os modelos aprendidos ao longo da infância. Nesse sentido, quanto mais cedo a criança fosse inserida nas normas sociais, mais facilmente se adaptaria ao sistema social do qual faz parte.

Entre os anos de 1957 e 1958, Parsons trabalhou no Centro de Estudos Avançados de Ciências Comportamentais de Stanford, na Califórnia. Um dos importantes produtos deste período foi o manifesto escrito junto com o antropólogo Alfred Kroeber (1876-1960), redigido após uma série de discussões, cujo objetivo foi bem descrito nas palavras do próprio Parsons (Kuper, 2002, p.98):

Foi uma grande satisfação para mim quando o professor Kroeber, que certamente era o decano dos antropólogos americanos naquela época, propôs que fizéssemos uma afirmação conjunta, cujo principal objetivo

seria enfatizar a distinção entre sistemas culturais e sociais enquanto conceitos e tentar esclarecer suas naturezas e relações mútuas (Parsons, 1973, p.33)

Parsons merece o crédito por ter apresentado questionamentos acerca da definição antropológica de cultura que exigiram refinamento desse conceito e por exercer grande influência sobre o trabalho de alguns dos principais antropólogos americanos.

Tabela 5.16. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Parsons, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

Parsons, Talcott	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Distinguiu dimensões do fenômeno e a qual área de conhecimento pertenciam (Sistemas sociais à Sociologia; Comportamento à Psicologia; Cultura à Antropologia); • Relações entre economia e sociologia; • Processo de socialização dos indivíduos. 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre teorias sociológicas e econômicas • Retomada dos debates entre “positivistas” e “idealistas” e proposta de encaminhamento dos debates por meio de Ciência empírica • Criação do Departamento Interdisciplinar de Relações Sociais em <i>Harvard</i> • Proposição de um sistema de organização entre áreas de conhecimento relacionadas a fenômenos sociais • Questionamentos que exigiram definição mais apropriada do fenômeno cultura no âmbito da Antropologia 	
ANO	Obra
1937	<i>The Structure of Social Action (livro)</i>
1951	<i>The Social System (livro)</i>
1951	<i>Toward a General Theory of Action (livro)</i>
1977	<i>Social Systems and the Evolution of Action Theory (livro)</i>
1978	<i>Action Theory and the Human Condition (livro)</i>

6.1. Características do fenômeno *cultura* e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Parsons

Foram identificadas duas características do fenômeno cultura destacadas por Parsons, como apresentado na Tabela 5.17. A primeira característica enfatiza a **cultura como sistema simbólico, abrangendo o domínio das idéias, valores, tradições, crenças, símbolos e outros sistemas simbólicos** (linhas 1 a 3). As relações entre comportamentos verbais e as classes de evento que designam aparecem destacadas em três trechos das obras examinadas. Os conceitos *valores* e *idéias* parecem ser especialmente destacados como tipos específicos de sistemas simbólicos que caracterizam as culturas. Não são apresentadas informações que permitam identificar que outros tipos de sistema simbólico são considerados pelo autor como “significativos para a formação do comportamento humano” e, logo, importantes de serem examinados ao se estudar uma determinada cultura (Kroeber e Parsons, 1958, p.583 em Kuper, 2002, p.98). Nos textos examinados não são definidos cada um desses conceitos utilizados de modo que serão entendidos como também foram definidos no uso de outros autores: *Idéias* como produtos do comportamento de pensar; *valores* como regras e auto-regras compartilhadas indicadoras do que é “certo” e “errado”; *tradição* como classes de comportamentos ou classes de respostas comuns e obrigatórias em um grupo com importante história no passado do grupo; *crenças* como respostas verbais sobre a existência ou não de eventos ou que atribuem explicações de determinação de eventos; e *símbolos* como respostas verbais que designam classes de eventos.

A segunda característica identificada nas fontes examinadas é que **as ações dos indivíduos são componentes da cultura, mas esse é um fenômeno próprio** (linha 4). Parsons destaca que “a cultura entra na ação, mas também possui vida própria” (1951, p.17 em Kuper, 2002, p.80). O autor parece destacar que, ao menos em parte, a cultura é identificada a partir do que os membros do grupo fazem (suas ações), mas que a cultura não estaria somente no âmbito da ação individual. Nesse sentido, foi considerado equivalente as expressões que indicam que a cultura é um fenômeno para além das classes de respostas apresentadas pelos indivíduos de um grupo.

Tabela 5.17. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostos por Parsons (1902-1979) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Características do fenômeno	1) Cultura ' transformou-se num termo amplo que abrange os domínios das idéias e dos valores. (P2)	- ● -		<i>Cultura abrange os produtos do comportamento de pensar e as regras e auto-regras compartilhadas indicadoras do que é "certo" e "errado".</i>
	2) A moeda corrente da cultura são os símbolos. Objetos culturais são elementos simbólicos da tradição, das idéias ou das crenças culturais, símbolos expressivos ou padrões de valor. (P2)	Objetos culturais / conteúdos transmitidos e criados como elementos simbólicos referentes à tradição, idéias, crenças, símbolos expressivos, valores e outros sistemas simbólicos	Cultura como Sistema simbólico Cultura como conjunto de idéias, valores, tradições, crenças, símbolos e outros sistemas simbólicos	<i>Classes de comportamentos ou classes de respostas comuns e obrigatórias em um grupo com importante história no passado do grupo, como produto do comportamento de pensar, como respostas verbais sobre a existência ou não de um evento ou que atribuem explicação de determinação de eventos, ou demais símbolos expressivos ou padrões de regras e auto-regras</i>
	3) [Cultura refere-se a] <u>um conteúdo transmitido e criado e a padrões de valores, idéias e outros sistemas simbólicos significativos</u> como fatores na formação do comportamento humano e dos produtos desse comportamento. (P3)			<i>Comportamentos aprendidos e ensinados e os conjuntos de de regras e auto-regras compartilhadas pelos membros do grupo, indicadoras do que é "certo" e "errado", além de outros sistemas simbólicos que determinam o comportamento humano.</i>
	4) A cultura entra na ação, mas também possui vida própria. 'Um sistema cultural não 'funciona' apenas como parte de um sistema de ação concreto, ele simplesmente 'existe' (P2)	- ● -	Ações dos indivíduos são componentes da cultura, mas esse é um fenômeno próprio	<i>A cultura é um fenômeno para além das classes de respostas apresentadas pelos indivíduos..</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 6 (Parsons). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo "- ● -" indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

Além das características do fenômeno cultura, também foi identificado um processo que é determinado pela cultura enfatizado por Parsons, apresentado na Tabela 5.18. O autor destaca que **cultura determina comportamento** (linhas 1 a 3). O autor destaca que as ações de cada indivíduo são determinadas pelas interações entre os sistemas social, biológico e de personalidade individual, e sistema cultural. "O indivíduo é ao mesmo tempo um organismo biológico dotado de personalidade característica, cidadão e membro da sociedade; e com um toque filosófico e a mente repleta de idéias, valores e teorias" (Kuper, 2002, p.79). Embora não deixe claro a

que tipo de fenômeno ou processo se refere ao falar de “toque filosófico” ou “mente repleta de idéias, valores e teorias”, ou ainda que fique pouco claro o critério do autor de atribuir a um mesmo sistema o campo biológico e o de personalidade individual. O que foi considerado equivalente e central na análise do autor é que as ações humanas são multi-determinadas pelos sistemas social, cultural e biológico e de personalidade individual. A determinação do comportamento pela cultura é destacada, mas sem desconsiderar outras variáveis que também exercem algum grau de controle sobre o comportamento humano. Além disso, o autor destaca que além do comportamento humano, a cultura também determina os produtos desses comportamentos produzidos ou criados pelos membros do grupo.

Tabela 5.18. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam outros processos determinados pela cultura propostos por Parsons (1902-1979) e apresentada por Cuche (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
“Cultura” como determinante de outros processos	1) Esses três sistemas interagem a fim de dirigir as opções que cada ator é levado a fazer, mas não podem ser restritos a si mesmos. (P1)	Um dos sistemas que determina comportamento humano ou o produto desses comportamentos	Cultura determina comportamento	<i>Aquilo que uma pessoa faz é determinado pela interação / combinação de três tipos de sistemas: social, biológico-individual e cultural.</i>
	2) [cultura] é um dos ingredientes da ação social (P4)			<i>A cultura é um dos determinantes dos comportamentos sociais de um indivíduo</i>
	3) [Cultura refere-se a] um conteúdo transmitido e criado e a padrões de valores, idéias e outros sistemas simbólicos <u>significativos como fatores na formação do comportamento humano e dos produtos desse comportamento.</u> (P3)			<i>Cultura como um dos determinantes do comportamento humano e dos produtos desses comportamentos.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 6 (Parsons). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

6.2. Necessidade de caracterizar o fenômeno cultura como condição para o avanço da Antropologia

Uma das contribuições mais gerais de Parsons foi a tentativa de reorganizar diferentes áreas de conhecimento que estudam com grupos humanos. O autor foi responsável por explicitar claramente que haviam problemas a serem examinados

quanto à definição do que seria um fenômeno antropológico (o que seria cultura), fenômeno sociológico e fenômeno psicológico. Como bem explicita o autor, essas definições são condições necessárias para organizar o conhecimento já existente sobre os fenômenos humanos e para orientar a formação de novos cientistas e profissionais para lidar com eles. Vale notar que Parsons não era propriamente um antropólogo de formação, mas sim um sociólogo, com amplos conhecimentos sobre os campos da Antropologia e, em algum grau, da Psicologia ou, mais especificamente, da Psicanálise.

Entre os problemas envolvidos nas definições dos fenômenos com os quais cada área de conhecimento deveria se ocupar, Parsons destacava que o fenômeno *cultura* era o que necessitava mais urgentemente de uma definição mais apropriada, pois na teoria antropológica, ainda não existiria um consenso mínimo a respeito da delimitação do que era entendido como cultura (Parsons, 1951, p.15 em Kuper, 2002, p.81). O problema identificado por Parsons na Antropologia também ocorre no âmbito da Psicologia. Não há operacionalização entre os diferentes tipos de conhecimento em Psicologia acerca do fenômeno com o qual os psicólogos lidam. Inconsciente, mente, personalidade, comportamento, psicopatologia, saúde mental, doença mental, etc. são alguns dos termos utilizados para se referir ao fenômeno psicológico, sem que fique clara qual a relação entre esses conceitos ou qual seria o núcleo comum ou sintetizador desses “fragmentos” dos fenômenos psicológicos. Especificamente no âmbito da Análise do Comportamento, diferentes autores apresentaram contribuições recentes no intuito de sistematizar a definição de fenômeno psicológico como as *relações estabelecidas pelo organismo com seu ambiente por meio de sua atividade* ou, em outra palavra, *fenômeno psicológico é o comportamento* (Todorov, 2007; Tourinho, 2007; Botomé, 2001). Vale notar que definir fenômeno psicológico, ou comportamento, como *relações estabelecidas pelo organismo com seu ambiente por meio de sua atividade* não é novidade, pois essa definição já era utilizada por Pavlov (1927), referindo-se apenas às relações reflexas que eram conhecidas na época, por Skinner (1931) ao examinar a história da conceito de reflexo e, mais tarde, pelo próprio Skinner (1953) ao definir a noção de comportamento operante. O problema da definição de fenômeno psicológico aparentemente menos enfatizada por Parsons, pode ser produto de seu conhecimento parcial do que constitui objeto de estudo dessa área de conhecimento. Nas fontes de informação examinadas as referências à Psicologia

foram resumidas a breves menções à Psicanálise freudiana e ao determinismo da infância sobre a vida adulta. Talvez o problema da definição de fenômenos psicológico fosse pouco, ou nada, conhecido por Parsons.

A própria definição ou abrangência do fenômeno *cultura* proposto por Parsons e sua distinção do *sistema psicológico* pode ser questionado a partir das contribuições da Análise do Comportamento à Psicologia. Parsons enfatiza a *cultura como sistema simbólico, abrangendo o domínio das idéias, valores, tradições, crenças, símbolos e entre outros tipos de sistemas simbólicos*. Não seriam esses *sistemas simbólicos* tipos ou aspectos de *comportamentos verbais*? Não estariam as idéias, valores, etc. na dimensão psicológica dos fenômenos? Embora não haja dados para caracterizar a concepção de Parsons em relação a essas distinções e relações, parece ser importante explicitar que mesmo que os sistemas simbólicos sejam compreendidos como comportamentos verbais (ou no âmbito psicológico), o comportamento verbal é social (Skinner, 1957/1978). O exame desses processos implica na caracterização do ambiente social no qual os indivíduos estão situados e, dessa forma, parece mais clara a idéia de que tais processos estejam em um âmbito coletivo, para além do indivíduo. Os domínios do comportamento verbal parecem ser o núcleo da idéia de cultura, ao menos quando esse fenômeno é entendido como um sistema simbólico.

As fontes de informação ainda indicam os métodos que Parsons considerava apropriados para o estudo desses sistemas simbólicos. Os dados obtidos por meio de observação direta de comportamento não pareciam ser suficientes, já que o autor considerava a ação dos indivíduos como componente da cultura, mas que esse fenômeno estaria além do âmbito dessas ações. Parsons indicava a *interpretação intuitiva* (método conhecido como *Verstehen* de Dilthey e Weber) ou ainda os métodos interpretativos da psicanálise como possibilidades de caracterizar os fenômenos culturais. Outros métodos enfatizados por Parsons, eram os desenvolvidos pelos lingüistas, especialmente os modelos de análise que tratavam os símbolos como auto-suficientes e não como representação de classes de eventos. Kuper (2002, p.100-101) destaca que o “prestígio dos modelos lingüísticos reforçou a noção de que cultura era algo dotado de autonomia, flutuando livre, em um sistema fechado e auto-referencial – como uma língua, ou pelo menos como um dicionário monolíngüe ou uma gramática científica”. O uso de métodos típicos da

lingüística, e ainda de teóricos literários, para o estudo de fenômenos culturais também era utilizada por outros antropólogos (Kuper, 2002).

Por fim, vale notar que o modelo de determinação do comportamento apresentado por Parsons em sua *teoria da ação social* destaca que o comportamento humano é determinado pela interação entre variáveis biológicas e de “personalidade individual”, culturais e sociais. A idéia de *individualidade*, ou características específicas de cada indivíduo de um grupo, parece ser atribuída ao campo da determinação filogenética na teoria de Parsons. Os sistemas culturais e sociais parecem fazer referência a determinantes do ambiente social imediato de cada indivíduo, mas também às grandes classes de contingências que definem e regulam os papéis sociais e as diretrizes mais gerais do grupo no qual os indivíduos fazem parte.

7. Geertz, Clifford (1926 – 2006): Principais contribuições e aspectos enfatizados do fenômeno cultura

Nascido em São Francisco (EUA) em 1926, Geertz foi criado em ambiente rural no estado da Califórnia – EUA, durante o período da *grande depressão* da economia americana. Em uma família privada de recursos financeiros, relata nunca ter tido pretensões de um dia freqüentar uma universidade. Serviu a marinha americana no período da II Guerra Mundial, sendo dispensado do serviço militar em 1946. Nessa época, com 20 anos, relata que queria sair da Califórnia e virar um romancista famoso.

Ao voltar da guerra, Geertz passou um período na cidade de São Francisco, sem ter idéias do que fazer com seu futuro. Certo dia perguntou a um ex-professor de inglês que reencontrou o que deveria fazer da vida, e esse lhe sugeriu que fosse para o *Antioch College*, em Ohio, que era uma instituição onde os alunos estudavam meio período e trabalhavam no contra-turno. Geertz, sem avaliar o que estava implicado em uma decisão como essa, submeteu uma proposta de admissão ao colégio, que foi aprovada.

Patrocinado por um benefício para ex-combatentes da II Guerra Mundial, assim como quase outros dois milhões e meio de ex-combatentes que entraram nas universidades americanas incentivados por esse patrocínio, Geertz estudou língua inglesa e Filosofia no *Antioch College*, entre 1946 e 1950. Nesse período, relata que se inscreveu em todos os cursos que lhe pareciam interessantes, estavam à mão ou que podiam fazer bem a sua índole (Geertz, 2000). Nesse período, trabalhou apenas um curto período fazendo fotocópias no jornal *New York Post*, mas considerou que a experiência não estava lhe sendo útil em seu objetivo de tornar-se escritor.

Ao terminar sua formação, em 1950, sentindo-se incapaz de assumir qualquer trabalho que fosse, achou conveniente entrar para um programa de doutorado para passar mais tempo na universidade. Sua mulher, Hildred Geertz, especialista em língua inglesa que também se sentia deslocada e despreparada para o “mundo real”, também resolveu fazer o mesmo (Geertz, 2000, p.18). A dificuldade para Geertz neste período era que os benefícios de ex-combatente haviam terminado.

Novamente repetindo o mesmo procedimento que fez quando decidiu entrar na universidade, questionou um professor de filosofia do *Antioch College*, George Geiger, sobre o que deveria fazer na pós-graduação. Seu professor lhe indicou:

“Não faça filosofia; ela está nas mãos de tomistas e técnicos. Você deve tentar a antropologia” (Geertz, 2000, p.18). Seu professor ainda lhe indicou que procurasse o departamento de Relações Sociais da Universidade de Harvard, recém-criado pelo antropólogo Clyde Kluckhohn, onde a Antropologia Cultural estava mais relacionada com a Psicologia e Sociologia do que com a Arqueologia e Antropologia Física. Geertz simpatizou com a idéia de ir para o Departamento de Relações Sociais, mas o fator determinante de sua escolha foi o fato de seu professor Geiger lhe ter possibilitado obter uma bolsa de um programa experimental da *American Council of Learned Societies*. O valor da bolsa, na época, permitira que Geertz e sua esposa vivessem confortavelmente durante o período no doutorado (Geertz, 2000).

Ainda enquanto decidia junto com sua esposa acerca da ida à *Harvard*, um amigo arranjou um encontro entre o casal e a antropóloga Margaret Mead. Embora nem os conhecesse, Mead apresentou extenso material que havia acabado de coletar em Bali para o casal e os estimulou ainda mais a candidatarem para o Curso de Relações Sociais em *Harvard* (Cucho, 1996).

Geertz e sua esposa foram admitidos no Curso em 1949. Após o primeiro ano de estudos, o casal tinha de decidir um local para realizar suas pesquisas de campo. Optaram por participar junto a uma expedição na Indonésia patrocinada pela *Fundação Ford*, e organizada pelo Departamento de Relações Sociais de *Harvard* e pelo Centro de Estudos Internacionais do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Essa expedição contava com dois psicólogos, um historiador, um sociólogo e cinco antropólogos, todos eles doutorandos em *Harvard*. Geertz assumiu a função de estudar a religião e Hildred as relações de parentesco. Esta expedição foi projetada em uma concepção interdisciplinar e que envolveria pesquisas em longo prazo, coerente com as idéias do Departamento de Relações Sociais em *Harvard*. Mais do que estudar uma tribo, o objetivo era examinar o processo civilizatório pelo qual passava aquele país.

Em função de diversas variáveis, como as mudanças políticas na Indonésia que recém havia obtido sua independência e que sofria diretamente os reflexos da guerra fria, além da resistência das universidades locais em auxiliar pesquisadores estrangeiros, o projeto interdisciplinar não produziu os objetivos que haviam sido almejados, e os participantes encontravam muitas dificuldades para seguir com o planejamento que haviam efetuado. É nesse contexto em que Geertz e Hildred

optam por trabalhar sozinhos, e permanecem por dois anos e meio em Java, estudando religião e relações de parentesco. Após esse período, Geertz e Hildred retornam a *Harvard* para escrever suas teses. O doutorado de Geertz foi orientado pela antropóloga Cora DuBois, que era uma das maiores especialistas sobre o Sudeste Asiático. Geertz e Hildred ainda voltaram à Indonésia entre 1957 e 1958 para aprofundar os estudos sobre religiões hindus, cristãs e islâmicas, mas tiveram contratempos que os fizeram permanecer apenas na cidade de Bali.

Ao retornar aos Estados Unidos dessa segunda viagem, Geertz trabalhou um ano no Centro de Estudos Avançados em Ciências Comportamentais em Stanford, depois assumindo cargo na *Berkeley University*, onde permaneceu por mais um ano. De *Berkeley*, foi para a *Chicago University* onde o departamento de Antropologia era coordenado pelo antropólogo Edward Shils, tido como substituto de Talcott Parsons no Centro-oeste americano, onde permaneceu por dez anos durante a década de 1960. Além da atuação na universidade, também atuou dirigindo o Comitê para Estudo Comparativo de Novas Nações que estudava Estados pós-coloniais da Ásia e da África.

Pelo Departamento de Antropologia da *Chicago University*, junto com outros antropólogos como David Schneider, criou um novo curso parsoniano. Era conhecido como o Curso de “sistemas”, em que eram examinados os sistemas de estrutura social, cultura e personalidade, como proposto por Parsons.

Além da tentativa de trabalho interdisciplinar na Indonésia e do curso parsoniano criado, Geertz teve importantes participações em contextos que envolviam profissionais de outras formações, que não antropólogos. Em especial se destacam os debates com economistas de desenvolvimento do *Massachusetts Institute of Thecnology* (MIT) no final da década de 1950 e cientistas políticos da *Chicago University* no início da década de 1960.

Além da Indonésia, outro local onde Geertz e sua esposa realizaram estudos de campo foi o Marrocos, entre 1965 e 1971. Nesse local realizaram estudo comparativo sobre o islamismo em Java e no Marrocos, publicado no livro *Islam Observed* (1968).

Até aproximadamente a metade da década de 1960 são explicitas as influências de Parsons no trabalho de Geertz, que trabalhava especificamente com

as relações entre idéias e processos sociais, ou, mais especificamente, relações entre crença religiosa e desenvolvimento político e econômico.

Depois disso, Geertz distancia-se do projeto parsoniano, enfatizando uma perspectiva muito mais “interpretativista”, do que positivista ou behaviorista²⁷ (Kuper, 2002, p.113). Geertz percebia uma tendência nas Ciências Sociais para se distanciar dos modelos das Ciências Naturais. Em sua obra *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology* (1983) descreve aspectos nucleares do que considerava sobre a Antropologia, relacionando-a mais com a filosofia e teoria literária por seu caráter interpretativo, do que com as Ciências, como Sociologia ou Psicologia. A ênfase dessa perspectiva “interpretativa” estava no estudo do “papel de formas simbólicas na vida do ser humano” (Geertz, 1973, p.29 em Kuper, 2002, p.113).

A partir da década de 1970, nos trabalhos de Geertz já começam a tornar-se escassas as citações de Geertz a Parsons. Geertz e Schneider, que também era tido com um representante da nova geração parsoniana, iniciaram uma série de questionamentos à concepção nuclear da teoria geral da ação de Parsons, que colocava o estudo da cultura como apenas parte de um processo maior necessário. Tanto Geertz quanto Schneider começaram a considerar a cultura como um sistema autônomo.

As novas fontes e referências utilizadas por Geertz, após o distanciamento das concepções parsonianas, incluíam críticos literários (como Kenneth Burke), filósofos (como Susanne Langer e Paul Ricoeur), que exploravam o campo do simbolismo. Langer e Burke, por exemplo, enfatizavam que a característica definidora dos serem humanos são seus comportamentos simbólicos. Langer destacava que as observações (ênfaticamente por empiristas), eram apenas condições para identificar os “*atos que representam símbolos e leis que representam seus*

²⁷ O termo *behaviorista* aqui está sendo utilizado reproduzindo a informação presente na fonte de informação. Vale destacar que Geertz estudou em Harvard, inclusive fazendo cursos no Departamento de Psicologia, no período em que Skinner já atuava como professor nessa instituição. Além disso, em artigo publicado posteriormente (Geertz, 1995, p.131), descreve o behaviorismo skinneriano como iniciativa “terrivelmente implausível, estéril, cego, mal acabado e desastroso” e acusa Skinner de fundamentalismo. Mas, no único argumento presente nesse artigo como crítica ao behaviorismo skinneriano, alega que o behaviorismo nega a existência dos fenômenos que não podem ser observados pelo cientista, como a consciência, pensamentos, crenças e desejos. Tais críticas já foram examinadas e avaliadas pelo próprio Skinner e por debatedores como equivocadas e falta de entendimento do sistema filosófico skinneriano (ver Skinner, 1974 e Carrara, 2005).

significados” (Langer, 1957, p.21 em Kuper, 2002, p.113). De Ricouer, Geertz utilizava a idéia de que os significados das ações humanas poderiam ser “lidas” de forma semelhante à leitura de um texto escrito, que deveria ser interpretado (disso deriva o mote atribuído à Geertz, de considerar “cultura como uma grande ópera”).

Com a ênfase em sua perspectiva interpretativa, a freqüência de epigramas, parábolas e metáforas em seus ensaios aumentaram muito. Desvinculado de um comprometimento com o método científico e utilizando estilo excessivamente literário, a linguagem rebuscada começou a ser característica em suas publicações e os argumentos apresentados perderam força. Muitas críticas acerca de idéias e métodos não descritos apropriadamente, e definição vaga de termos importantes começaram a ser freqüentes em relação a suas publicações.

Um exemplo que ajuda a explicitar o que vem a ser a perspectiva interpretativa é examinado por Kuper (2002). Um de seus ensaios, chamado “Galo de Briga Balinês”, em que Geertz examina um aspecto da cultura do povo de Bali, não explicita se a história que descreve lhe foi contada por alguém, se ele a compôs a partir de várias fontes, ou se é um registro escrito que foi encontrado. Ele apenas cita uma história e acrescenta suas interpretações sobre ela. Nesse contexto, fica mais perceptível porque Geertz dizia que o dado com que trabalhava, já era a sua interpretação da interpretação de outras pessoas. Em seus ensaios não apresentava nenhuma evidência que permitisse ao leitor verificar a confiabilidade das interpretações apresentadas.

Embora, do ponto de vista das Ciências Naturais, Geertz pareça ter pouco contribuído por adotar métodos incompatíveis com a exigência de controle de variáveis do método científico, sua influência na Antropologia Cultural do século XX não permite que o autor seja ignorado. Kuper (2002) destaca que o autor tem o crédito de ter tornado a Antropologia uma área de conhecimento mais “atrativa”, aproximando pessoas que, de outra forma, estariam totalmente indiferentes aos trabalhos antropológicos. Além disso, e essa talvez seja a decorrência mais importante de seus trabalhos, ele liderou a principal corrente da Antropologia Cultural, que retornou a concepção de cultura dos humanistas do século XIX (Kuper, 2002, p.101).

Em 1970 Geertz foi convidado para fundar a Faculdade de Ciências Sociais do Instituto Avançado em Princeton. Lá criou uma escola de Antropologia que

ênfatizava os aspectos de seu próprio trabalho, uma perspectiva “interpretativa”, que rejeitava a “Ciência Social positivista”. Geertz permaneceu trabalhando em Princeton até 2006, quando faleceu.

Tabela 5.19. Síntese das informações sobre os aspectos ênfatizados do fenômeno cultura com o qual Geertz lidava, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

Geertz, Clifford	
Aspectos ênfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre crenças religiosas e desenvolvimento político e econômico • Símbolos nas interações humanas 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Fundação do Curso de Ciências Sociais no Instituto de Estudos Avançados de Princeton • Estudos sobre religião na Indonésia e nos Marrocos • Atraiu atenção do público para a Antropologia 	
ANO	Obra
1960	<i>The Religion of Java (livro)</i>
1963	<i>Peddlers and Princes: Social Development and Economic Change in Two Indonesian Towns (livro)</i>
1968	<i>Islam Observed, Religious Development in Morocco and Indonesia (livro)</i>
1973	<i>The Interpretation of Cultures (livro)</i>
1983	<i>Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology (livro)</i>
1988	<i>Works and Lives: The Anthropologist As Author (livro)</i>
1995	<i>After the Fact: Two Countries, Four Decades, One Anthropologist (livro)</i>
2000	<i>Available Light: Anthropological Reflections on Philosophical Topics (livro)</i>

7.1. Características e determinantes da cultura e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Geertz.

Entre os 16 trechos destacados que mencionavam a noção de cultura para Geertz, em oito são destacados aspectos que enfatizam a idéia de **sistema simbólico** como núcleo desse fenômeno, como apresentado na Tabela 5.20. Geertz apresenta a idéia de que o núcleo dos processos culturais não está nas classes de respostas apresentadas pelos indivíduos, mas nas interpretações que este realiza a partir dessas respostas apresentadas (linha 1). Outra característica geral do sistema simbólico como núcleo do fenômeno cultura é que esse sistema, por meio dos comportamentos verbais, apresenta a descrição e interpretação que os indivíduos de um grupo têm sobre o mundo (linha 2). Nesse sentido, Geertz destaca que a descrição e interpretação que as pessoas fazem acerca de seu ambiente e de seus próprios comportamentos é diretamente relacionado à como esse indivíduo aprendeu a organizar símbolos e significados em sua comunidade verbal.

Em alguns trechos destacados são explicitadas características específicas de partes de um sistema simbólico, como os **padrões de significados e padrões de símbolos**. O autor descreve padrão de significados, considerado equivalente a padrões de referentes ou classes de eventos referidas pelas classes de estímulos verbais que se repetem com determinada frequência) como meio pelo qual o homem molda e interpreta suas experiências, comunica-se, perpetua-se, desenvolve seu conhecimento e determina seu comportamento em relação a vida (linha 3 a 6). Esse padrão seria aprendido historicamente, entre gerações e entre indivíduos da mesma geração (linha 4). É importante destacar que são usados termos como estrutura, padrão, tecido e sistema ordenado considerados como tendo a mesma função quando utilizados.

Os padrões de símbolos (considerados como classes de estímulos verbais que apresentam relações arbitrárias com as classes de eventos que representam), expressões sob forma de concepções sobre o mundo, seriam os objetos que o antropólogo deve interpretar a fim de identificar os significados implicados no comportamento dos indivíduos de um grupo (linhas 7 e 8). O trabalho do antropólogo, nesse sentido, seria de interpretar os significados dos comportamentos a partir da observação dos símbolos utilizados pelas pessoas de um grupo social.

Tabela 5.20. Aproximação aos termos comportamentais das definições de cultura que apresentam as características desse fenômeno categorizadas como sistema simbólico propostas por Geertz (1926-2006) e apresentadas por Cuche (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais	
Características do fenômeno “cultura”	1) Como cultura representa um sistema simbólico, os processos culturais devem ser lidos, traduzidos e interpretados. (G5)	Cultura como sistema simbólico	Cultura como sistema simbólico	<i>Os processos culturais são interpretados a partir das classes de estímulos verbais que apresentam relações arbitrárias com classes de eventos.</i>	
	2) [cultura como] sistema simbólico fornece um relato do mundo (G16)			<i>Cultura, por meio dos comportamentos verbais, apresenta descrição e interpretação sobre o mundo.</i>	
	3) Estrutura do significado pela qual os homens moldam suas experiências. (G1)	Cultura como padrão de significados		<i>Cultura como sistema de relações arbitrárias entre classes de eventos e classes de estímulos verbais, pelas quais os homens moldam sua experiência.</i>	
	4) Um padrão de significados, transmitidos historicamente, incorporados em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam-se, perpetuam-se, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida e definem sua atitude em relação a ela. (G3)			<i>Cultura como classes de eventos referidas pelas classes de estímulos verbais que se repetem com determinada frequência pelas quais os homens se comunicam, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida e que determina seus comportamentos em relação a ela, que são aprendidas nas relações interpessoais entre diferentes gerações.</i>	
	5) Cultura é o tecido do significado, em cujos termos os seres humanos interpretam sua experiência (G9)			<i>Cultura como sistema de relações arbitrárias entre classes de eventos e classes de estímulos verbais, pelas quais os homens interpretam sua experiência, definem seu mundo, revelam suas descobertas e fazem seus julgamentos..</i>	
	6) Cultura é um sistema ordenado de significados e símbolos em cujos termos os indivíduos definem seu mundo, revelam seus achados e fazem seus julgamentos. (G2)	Cultura como padrão de significados e símbolos			<i>Cultura é constituída de classes de estímulos verbais que apresentam relações arbitrárias com as classes de eventos que representam, determinando concepções sobre o mundo.</i>
	7) Cultura é constituída de símbolos, que são veículo de concepções. (G6)	Cultura como padrão de símbolos			<i>Compreender cultura é interpretar classes de estímulos verbais que apresentam relações arbitrárias em diferentes graus com classes de eventos que representam.</i>
	8) [cultura é] (...) domínio de comunicação simbólica. Compreender cultura significa interpretar seus símbolos (G10)				

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 7 (Geertz). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

Além dos destaques que explicitam o *sistema simbólico* como núcleo do fenômeno cultura, também foram identificados trechos que enfatizavam as respostas dos indivíduos de um grupo como meio para identificar a cultura, e

destaques que enfatizam a religião como aspecto privilegiado da cultura, como apresentado na Tabela 5.21.

Em três trechos é enfatizado que as **ações apresentadas pelos indivíduos de um grupo são apenas o meio para se identificar o fenômeno cultural** (linhas 1 a 3). As classes de respostas são consideradas o dado bruto que torna possível a interpretação dos significados envolvidos nas relações entre essas respostas e o ambiente. Em um dos destaques é enfatizado que não seriam quaisquer classes de respostas importantes de serem observadas para permitir identificar o fenômeno cultural. Esse fenômeno seria abstraído, mais especificamente, a partir das ações apresentadas na interação com outros indivíduos, em comportamentos sociais. Outro destaque apresentado pelo autor é a própria interpretação que os indivíduos fazem de suas ações e das ações dos demais membros de seu grupo. O significado que atribuem a essas ações, são indicados como fenômenos culturais.

A terceira característica do fenômeno cultura apresentada pelo autor é a atribuição da **religião como aspecto privilegiado da cultura** (linhas 4 a 6). Geertz indica que a religião, como “um agrupamento de símbolos sagrados, urdidos em algum tipo de todo ordenado” (Geertz, 1973 em Kuper, 2002, p.135) seria a apresentação mais perfeita da cultura, ou a representação da cultura “em seu traje de domingo” (Kuper, 2002, p.228), em um sentido metafórico. Geertz ainda relaciona o papel da religião a formalização do controle desempenhado a partir dos valores presentes em uma grupo, entendidos como equivalentes a conjunto de regras e auto-regras compartilhadas indicadoras do que é *certo* e *errado*. O autor ainda destaca que embora haja outras formas de apresentação e uso dos *valores* em um grupo, como na própria arte, a religião seria a instituição mais explícita que organiza tais *valores* e sacraliza e formaliza o culto àquilo que é *certo* ou *bom*, e sataniza aquilo que é ‘errado’ ou ‘mau’. A idéia apresentada de perfeição da religião como epítome da cultura, não refere-se a idéia de uma cultura perfeita, mas justamente a forma mais explícita e caricata do fenômeno cultural.

Tabela 5.21. Aproximação aos termos comportamentais das definições de cultura que apresentam as características desse fenômeno categorizadas como ações dos indivíduos como meio de identificar a cultura e religião como aspecto privilegiado da cultura propostas por Geertz (1926-2006) e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Características do fenômeno “cultura”	1) Como o elemento cultural podia ser abstraído uma vez que era observado apenas no curso da ação social? (G8)	Ações dos indivíduos como dado concreto que permite a identificação dos componentes do fenômeno cultural	Ações dos indivíduos como meio para identificar a cultura	<i>Cultura como abstração a partir de classes de respostas e de comportamentos sociais</i>
	2) As ações das pessoas são levadas em consideração e processadas através do filtro da interpretação. Ações são artefatos, sinais cujo propósito é transmitir significados. (G12)			<i>Não são as classes de respostas os dados importantes para o estudo da cultura. Elas são apenas meio para ser possível a interpretação dos significados envolvidos nas relações entre essas respostas e o ambiente.</i>
	3) O etnógrafo se preocupa não com o que as pessoas fazem, mas com o significado do que elas fazem e com as interpretações que fazem das ações umas das outras. (G12)			<i>O dado a ser observado para o estudo da cultura não são as classes de respostas dos indivíduos, mas o significado (função) dessas ações, e seus relatos verbais acerca dessas ações e das ações de outras pessoas.</i>
	4) Na prática ele elegeu a religião como epítome de cultura. A religião tinha de ser tratada como um sistema cultural, mas era também um aspecto privilegiado da cultura, a cultura elevada ao seu ponto mais alto, em seu cerne ‘um agrupamento de símbolos sagrados, urdidos em algum tipo de todo ordenado. (G11)	Religião como expressão elevada da cultura	Religião como aspecto privilegiado da cultura	<i>Comportamentos religiosos como sistema privilegiado de cultura</i>
	5) [cultura é] “a epítome dos valores que predominam numa sociedade, incorporados de forma mais perfeita nos rituais religiosos e na alta arte da elite. (G14)			<i>Regras e auto-regras compartilhadas indicadoras do que é “certo” e “errado” que predominam numa sociedade, explicitamente observados nos rituais religiosos e na arte.</i>
	6) A religião era uma expressão elevada de cultura, cultura em seu traje de domingo. (G16)			<i>Os comportamentos religiosos são forma elevada de cultura</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 7 (Geertz). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

Outras quatro características do fenômeno cultura foram identificadas em apenas um trecho nas fontes de informação, como apresentado na Tabela 5.22. A primeira destaca que **comportamentos verbais sobre os processos sociais vivenciados pelo grupo são mediados pela cultura** (linha 1). Geertz (1973, p.144

em Kuper, 2002, p.132) afirma que “os símbolos que constituem uma cultura são veículos de concepções, e é a cultura que fornece o ingrediente intelectual do processo social”. Ao exercer controle sobre os comportamentos verbais dos indivíduos que constituem um grupo, a cultura é considerada como mediadora das concepções que esses indivíduos tem sobre os processos sociais de seu próprio grupo.

Tabela 5.22. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura em que apresentam as características desse fenômeno propostas por Geertz (1926-2006) e apresentadas em outros trechos por Cuche (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais ³
Características do fenômeno “cultura”	1) Os símbolos que constituem uma cultura são veículos de concepções, e é a cultura que fornece o ingrediente intelectual do processo social (G6)	- ● -	Cultura media comportamentos verbais	<i>Os comportamentos verbais acerca dos processos sociais são mediados pela cultura</i>
	2) É essencial, portanto, distinguir de forma analítica entre os aspectos culturais e sociais da vida humana, e tratá-los como variáveis independentes, porém fatores mutuamente interdependentes. (G6)	- ● -	Cultura como processo diferente, mas relacionado aos processos sociais	-
	3) O que dá um significado mais profundo às brigas de galo balinesas, portanto, não é o dinheiro em si, mas sim o que elas geram: a migração da hierarquia de status balinesa para o cenário da briga de galo, e quanto mais dinheiro estiver envolvido, maior essa migração. (G13)	- ● -	Relações de poder e status como características da cultura identificadas em eventos sociais	<i>Há eventos sociais de muita importância para pessoas de uma coletividade por representarem as relações de poder (status social) que caracterizam uma cultura.</i>
	4) A cultura é o elemento essencial na definição de natureza humana, e a força dominante na história. (G15)	- ● -	Cultura como característica humana	<i>Cultura é característica definidora da natureza humana e força dominante na história.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, 7 (Geertz). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- ● -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

³ - O símbolo “-” indica que a aproximação aos termos comportamentais elaborada não aumentaria a visibilidade sobre o fenômeno destacado.

Outra característica destacada pelo autor é que **os processos culturais são diferentes de processos sociais, embora tais processos sejam relacionados**

(linha 2). Geertz afirma ser “essencial” distinguir esses dois tipos de processos, embora não fique claro o núcleo dessa distinção ou de que forma essa distinção amplia a perceptibilidade do pesquisador sobre esses fenômenos (Geertz, 1973, p.144 em Kuper, 2002, p.133).

A terceira característica apresentada na Tabela 5.22. explicita que **relações de poder e status sociais, características da cultura, são identificadas em eventos sociais importantes para o grupo** (linha 3). A partir da análise das brigas de galo balinesas, estudo clássico da obra de Geertz, o autor enfatiza o papel desse evento social na cultura balinesa, por permitir migração da hierarquia de status, e conseqüentemente de poder, dentro daquele grupo social. Na análise realizada pelo autor estão destacadas (a) as relações de poder e status social como características da cultura e (b) que essas características são identificadas em eventos sociais do grupo.

A última característica do fenômeno cultura identificada designa a **cultura como característica humana** (linha 4). Para o autor a cultura seria o elemento essencial na definição de natureza humana e a força dominante em sua história (Kuper, 2002). Mais do que a herança genética, a cultura dos indivíduos seria o que definiria mais apropriadamente aquilo que é *humano*. Não há dados que afirmem que outras espécies não tenham cultura (ou um grau de cultura), mas parece que o autor, além de destacar a cultura como o núcleo da definição de humano, também atribui exclusividade desse fenômeno a essa espécie.

Além das características nucleares do fenômeno cultura nas citações à Geertz, também foram identificados outros processos determinados pela cultura nas fontes consultadas. A noção de que a **cultura determina comportamento** foi o processo mais destacado nos trechos identificados, que estão apresentados na Tabela 30 (linhas 1 a 6). Em seis trechos destacados Geertz apresenta a idéia de que cultura, ou o sistema simbólico, “controla comportamento” (Geertz, 1973, p.52 em Kuper, 2002, p.132), “fornece conjunto de regras para atuar no mundo” (Kuper, 2002, p.228), “orienta a ação dos seres humanos” (Geertz, 1973, p.145 em Kuper, 2002, p.134), “definem a atitude homem em relação à vida” (Geertz, 1973, p.89 em Kuper, 2002, p.132), “oferecem diretrizes sobre como agir no mundo” (Geertz, 1973, p.144 em Kuper, 2002, p.133), e são “um guia de comportamento” (Geertz, 1973, p.144 em Kuper, 2002, p.132). Todas essas citações, de diferentes modos e em

diferentes graus, são consideradas como enfatizando a idéia de que cultura determina comportamentos.

Tabela 5.23. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam cultura como determinante de comportamentos propostos por Geertz (1926-2006) e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Cultura como determinante de outros processos	1) Um conjunto de dispositivos simbólicos para o controle do comportamento. (G4)	Sistema simbólico dispoendo regras de conduta	Cultura determina comportamento	<i>Classes de comportamentos verbais que são contingência (regra) para o controle do comportamento.</i>
	2) [cultura como] sistema simbólico fornece conjunto de regras para atuar no mundo (G16)			<i>Cultura, por meio dos comportamentos verbais, dispõe contingências para controle de comportamentos.</i>
	3) Cultura é o tecido do significado, em cujos termos os seres humanos orientam sua ação (G9)	Organização dos significados orienta a ação		<i>Cultura como sistema de relações arbitrárias entre classes de eventos e classes de estímulos verbais que operam como contingências (regras) para seus comportamentos.</i>
	4) [cultura como] um padrão de significados, transmitidos historicamente, incorporados em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam-se, perpetuam-se, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida e definem sua atitude em relação a ela. (G3)	Cultura como padrão de significados que definem atitude em relação a vida		<i>Cultura como classes de eventos referidas pelas classes de estímulos verbais que se repetem com determinada frequência pelas quais os homens se comunicam, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida e que determina seus comportamentos em relação a ela, que são aprendidas nas relações interpessoais entre diferentes gerações.</i>
	5) Proposições culturais simbólicas fazem mais do que articular como é o mundo, elas também oferecem diretrizes sobre como agir nele. (G6)	Símbolos orientam a ação no mundo		<i>Além dos classes de estímulos verbais que apresentam relações arbitrárias com classes de eventos determinarem como é o mundo, também são contingência (regras) sobre como comportar-se nele.</i>
	6) Proposições culturais simbólicas fornecem tanto modelos <i>do</i> que elas asseguram representar a realidade como padrões <i>de</i> comportamento. E é como um guia de comportamento que elas entram na ação social. (G6)	Símbolos fornecem padrões de comportamento e regras		

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 7 (Geertz). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

Um aspecto importante identificado nos trechos destacados é em relação ao tipo ou natureza do controle exercido pela cultura sobre o comportamento. Em todos os destaques encontrados o autor enfatiza características específicas da cultura que

exercem tal controle e, em alguns destaques, comportamentos específicos que são controlados. Os destaques enfatizam que o aspecto da cultura que determina comportamentos (ações, condutas) são as classes de comportamentos verbais (símbolos ou sistema simbólico) que operam como contingências (regras) para o controle de outros comportamentos. Não há nenhum trecho que permita identificar se as regras examinadas são formuladas por outros indivíduos ou agências de controle, ou se são auto-regras. Os dois tipos de comportamentos verbalmente governados parecem ser abrangidos pela definição do autor. Além disso, são explicitadas algumas características de comportamentos determinados pela cultura. Em dois dos destaques é enfatizado o controle de comportamentos sociais, que ocorrem na interação entre indivíduos do grupo. Em outro destaque, são enfatizados comportamentos relativos ao âmbito da comunicação, perpetuação da espécie e do desenvolvimento de conhecimento.

Outros processos determinados pela cultura enfatizados pelo autor são processos políticos, sociais e econômicos, apresentado na Tabela 5.24. Essa relação de determinação foi apresentada nas obras examinadas especificamente em relação à influência da religião, como uma das formalizações da cultura, sobre tais processos, que foi um dos aspectos nucleares do trabalho que Geertz desenvolveu em seu trabalho de doutorado e em pesquisas posteriores na Indonésia (Geertz, 1973 em Kuper, 2002). Não foram apresentadas informações que permitissem caracterizar o que está sendo nomeado como “processos políticos”, “processos sociais” e “processos econômicos”.

Também foi apresentado um destaque que enfatizava determinantes da cultura, apresentado na Tabela 31. O autor, a partir do exame de contribuições de Talcott Parsons, apresenta a complexidade e evanescência do fenômeno cultural, e atribui um dos motivos dessa complexidade ao fato de que **a cultura é determinada por processos sociais e políticos**. Novamente não foram apresentadas informações que permitissem caracterizar o sentido em que os termos *processos sociais* e *processos políticos* foram utilizados.

Tabela 5.24. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam determinantes do fenômeno cultura e outros processos determinados pela cultura propostos por Geertz (1926-2006) e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais ³
Cultura como determinante de outros processos	1) Cultura, na forma concentrada da religião, dava inflexão às mudanças políticas e econômicas. (G7)	Religião, como expressão elevada da cultura determina processos políticos, econômicos e sociais	Religião como sistema cultural que determina processos políticos, sociais e econômicos	<i>Cultura, na forma concentrada de religião, determina mudanças políticas e econômicas.</i>
	2) Na prática ele elegeu a religião como epítome de cultura, e tentou descrever o efeito das concepções e práticas religiosas sobre determinados processos políticos, sociais e econômicos (um projeto weberiano). A religião tinha de ser tratada como um sistema cultural, mas era também um aspecto privilegiado da cultura, a cultura elevada ao seu ponto mais alto, em seu cerne 'um agrupamento de símbolos sagrados, urdidos em algum tipo de todo ordenado. (G11)			<i>Comportamentos religiosos como sistema cultural que determina processos políticos, sociais e econômicos.</i>
Determinantes da cultura	3) A própria cultura era moldada por processos sociais e políticos (G8)	- • -	Cultura é determinada por processos sociais e políticos	-

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 7 (Geertz). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo "- • -" indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

³ - O símbolo "-" indica que a equivalência em termos comportamentais não aumentaria a visibilidade sobre o fenômeno destacado.

7.2. A 'interpretação' como método e a ênfase em comportamentos verbais e religiosos para o estudo da cultura

O aspecto mais destacado acerca das concepções de Geertz sobre cultura é que esse fenômeno é abstraído (ou interpretado, nas palavras do autor) a partir daquilo que as pessoas de um grupo fazem. As respostas apresentadas pelos indivíduos são consideradas o meio pelo qual o antropólogo identifica aspectos que o permitem coletar informações sobre a cultura, mas não constituem, em si mesmas, a própria cultura (Geertz, 1973, p.9 em Kuper, 2002, p.140). Geertz ainda delimita que as principais classes de respostas a serem observadas pelo antropólogo são as

respostas verbais ou as descrições que as pessoas fazem acerca de seu próprio mundo. Se o trabalho do antropólogo é interpretar significados por meio da observação dos símbolos utilizados, fica evidente que os dados que o antropólogo deve observar não são seus comportamentos de modo geral, mas especialmente os comportamentos verbais dos indivíduos de um grupo.

Embora não seja novidade a idéia de cultura como sistema simbólico, já presente em obras de outros autores como Kroeber, Kluckhohn, Parsons, etc. (Cuche, 1996), no trabalho de Geertz ficam mais evidentes implicações metodológicas dessa definição no estudo da cultura. Geertz destaca que os símbolos utilizados são de acesso público e que é a partir deles que o antropólogo realiza sua *interpretação*. Não haveria “percepções intuitivas dos cantos escuros das mentes individuais” dos antropólogos para analisar esse fenômeno (Geertz, 1973, p.83 em Kuper, 2002, p.132). Nesse sentido, parece ser destacado por Geertz que aquilo que chama de *interpretação* poderia ser um objeto de exame para que ficasse mais evidenciado o processo metodológico utilizado em suas análises culturais.

Geertz, por outro lado, assume que o estudo da cultura que desenvolve não é um estudo científico e apresenta seu *método interpretativista* como uma possibilidade distinta dos métodos da Ciência. O autor destaca que a busca por princípios que governem o fenômeno cultural por meio de métodos experimentais (ou por outros métodos científicos) não seria caminho apropriado para a Antropologia, pois esta deveria pautar-se pelo método interpretativo em busca de *significados*, e não de *leis científicas* (Geertz, 1973, p.5 em Kuper, 2002, p.132). De modo diferente do que foi defendido por antropólogos como Kluckhohn (Cuche, 1996), que insistiam na importância da Antropologia desenvolver métodos científicos por mais abstratos e complexos que fossem os fenômenos a serem examinados, Geertz assumia que seu objetivo era a *interpretação* e não a explicação científica dos fenômenos culturais (Kuper, 2002, p.101). Como argumento para sustentar sua posição de inviabilidade dos métodos da Ciência para o estudo da cultura, Geertz afirmava que não haveria princípios universais subjacentes aos processos de aprendizagem dos indivíduos e que isso tornaria vã a busca por leis gerais que descrevessem processos de desenvolvimento ou mudança cultural (Geertz, 1973, p.83 em Kuper, 2002, p.132).

Para avaliar essa concepção de Geertz é importante destacar que o conhecimento produzido em Análise Experimental do Comportamento demonstrou

princípios gerais que parecem regular os processos de aprendizagem dos organismos por meio do estabelecimento de relações condicionais e, especialmente, da conseqüenciação de respostas de uma mesma classe. Os princípios subjacentes aos processos de aprendizagem parecem existir e, ao menos em grande parte, serem conhecidos a partir dos métodos da Ciência. Além disso, considerar a cultura como um sistema simbólico não implica no exame apenas dos relatos verbais dos membros do grupo, pois símbolos estão presentes em qualquer classe de comportamentos - sejam verbais, ou não. As vestimentas das pessoas, por exemplo, apresentam infinidade de símbolos (status social, papel social, condições de humor, etc.) que podem ser examinados e que o próprio Geertz também examinava em parte de seus estudos (também visível quando comparava relatos verbais e comportamentos manifestos dos membros de grupos que estudou). Dessa forma, delimitar o campo de trabalho antropológico apenas nos relatos verbais seria delimitar de maneira inapropriada o campo a ser observado, mesmo que a ênfase seja no *sistema simbólico*.

Um aspecto importante é que em diferentes trechos o autor utiliza expressões como *estrutura, padrão, sistema ordenado e tecido* de símbolos ou de significados. Tais termos parecem explicitar que o objeto de exame não se refere a um símbolo ou um significado específico, mas a classes de significados e símbolos. O trabalho do antropólogo, assim como o do psicólogo no nível comportamental, é em relação às regularidades das relações estabelecidas. Profissionais dessas duas áreas lidam com classes de eventos, ou fenômenos, e não com a simples ocorrência de eventos. Essa noção de regularidade em classes de eventos, nomeada de diferentes modos por Geertz, parece ser um primeiro passo para caracterizar a possibilidade de uso dos métodos científicos para lidar com fenômenos naturais, mas que não aparece na formalização da proposta metodológica do autor.

Outro aspecto que parece ter grande importância nas análises culturais de Geertz são os processos de determinação do comportamento por meio de regras ou controle verbal do comportamento. nos destaques enfatizados o aspecto preponderante da cultura que determina comportamentos são as classes de comportamentos verbais que operam como contingências (regras) para o controle de outros comportamentos. Os termos e expressões utilizados pelo autor enfatizam as próprias regras e não o fato de essas serem controladas por outros indivíduos ou por

agências de controle. O uso de diferentes termos como “diretrizes sobre como agir no mundo” ou “guia de comportamento” ou “orienta a ação” são exemplos das afirmações do autor que demonstram a ênfase dada em seu trabalho aos componentes verbais dos processos culturais e a como esses componentes determinavam outros processos comportamentais.

A religião, como aspecto da cultura mais enfatizado por Geertz, entrou em seus estudos de maneira tão imprevisível quanto foram suas decisões para estudar Letras e Antropologia. A ênfase no estudo da religião foi uma necessidade concreta quando Geertz assumiu sua função como membro da expedição antropológica na Indonésia, na mesma ocasião em que sua mulher foi convidada a estudar os sistemas de parentesco. Embora não haja dados suficientes para afirmar com convicção as variáveis determinantes para o autor enfatizar a religião em sua obra, é possível questionar se Geertz a enfatizava por esta ser de fato o ápice da cultura ou se o era por ser o aspecto da cultura mais conhecido por ele. A despeito disso, o importante é avaliar as contribuições do autor ao considerar que a Agência de controle religiosa parece ser uma das que mais coerentemente integra *valores* que governam grupos humanos e que dispõe de contingências para controle do comportamento dos membros desses grupos de modo mais efetivo. Como exemplo dessa formalização dos *valores* em contingências controladas por meio de comportamentos verbais para o controle do comportamento, estariam os “dez mandamentos” adotados pelos cristãos.

Embora pouco comprometido com o desenvolvimento científico da Antropologia e pouco claro em relação aos seus métodos de interpretação e ter trazido para exame novamente as concepções humanistas do fim do século XIX, Geertz é considerado como um dos maiores referenciais na Antropologia Cultural e tem influenciado os trabalhos desenvolvidos em antropologia cultural e a formação das novas gerações de antropólogos (Kuper, 2002).

8. Schneider, David (1918 – 1995): Principais contribuições e aspectos enfatizados do fenômeno cultura²⁸

Schneider nasceu no Brooklyn (Nova Iorque, EUA) em 1918, em uma família de judeus imigrantes, ateus, comunistas e anti-sionistas. Estudou parte de sua infância em um internato progressista. De sua educação básica, Schneider afirma ter aprendido a ler, mas não ter aprendido a escrever ou a fazer cálculos matemáticos (Schneider, 1995, p.50 em Kuper, 2002, p.162).

Ainda jovem ficou fascinado, durante um período, pela teoria freudiana, fato que Kuper (2002, p.162) ironiza por ser a própria vida de Schneider um estudo de caso tipicamente freudiano, em função de sua relação com seus pais e irmão, sempre muito conflituosa e, também, com seu comportamento em relação a autoridades, especialmente da Antropologia com quem tinha grande rivalidade, e com seus alunos, com quem era demasiadamente indulgente, sempre lhes dando notas altas.

Schneider frequentou curso preparatório para Faculdade de Medicina no *New York State College of Agriculture*, mas logo deparou-se com dificuldades para compreender química orgânica. Ainda nesse curso, Schneider cursou disciplina de Sociologia rural e de Introdução a Antropologia, esta ministrada pela antropóloga Lauriston Sharp que acabara de concluir seu doutorado em Harvard. Após cursar essas disciplinas, Schneider decidiu desistir da carreira de bacteriologista e ingressou no Curso de Antropologia de Yale.

Na época em que Schneider ingressou em Yale havia sido recentemente criado um departamento interdisciplinar de Ciências Sociais, conhecido como Faculdade de Relações Humanas, coordenado pelo antropólogo George Peter Murdock (1897-1985). Kuper afirma que “(...) em contraste com os parsonianos de Harvard, seus membros estavam comprometidos com uma abordagem positivista que eles chamavam de *behaviorismo*²⁹” (2002, p.163). Murdock era reconhecido

²⁸ As informações biografias de Schneider aqui apresentadas são um resumo das informações apresentadas em Kuper (2002).

²⁹ Embora Kuper (2002) atribua o trabalho desenvolvido na Faculdade de Relações Humanas de Yale a uma abordagem “behaviorista”, o autor não apresenta informações que permitam afirmar que contribuições da Análise do Comportamento eram conhecidas e utilizadas por esse grupo de Antropólogos. Além disso, ao examinar algumas das principais obras de Skinner (1938, 1953, 1957, 1968, 1969, 1971, 1974 e 1989), o autor não apresenta nenhum debate com os antropólogos de Yale. Em sua detalhada autobiografia (1976/1984, 1979/1984, 1983/1984), Skinner também não menciona nenhuma relação com os antropólogos de Yale. As únicas menções a essa Universidade são em

como autoridade internacional no estudo de sistemas de parentesco e sua principal obra, *Social Structure* (1949), apresentava proposta de análise de sistemas de parentesco, com forte embasamento estatístico. Murdock dava grande valor aos testes estatísticos, enquanto Schneider era incapaz de entender mesmo os procedimentos estatísticos mais básicos, o que o impedia de passar nas disciplinas do curso. Schneider (1995, p.34 em Kuper, 2002, p.163) afirmava que “não gostava de Murdock, não conseguia ter uma boa relação com ele, e não apreciava sua Antropologia”.

Ao receber uma proposta de emprego, Schneider abandonou o Programa de Relações Sociais de Yale. Seu primeiro trabalho foi na divisão de Pesquisas de Programas, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em Washington, onde foi indicado por um antropólogo de Yale, Geoffrey Gorer, por meio de Margaret Mead. Seu curto período de trabalho em Washington foi marcado por encrencas, devido ao seu pouco tato para relações com autoridades. Em seguida foi convocado para o serviço militar, onde novamente teve problemas com autoridades.

Após suas duas experiências de trabalho, marcadas por problemas interpessoais, Schneider retomou os estudos em Antropologia. Com a ajuda de Margaret Mead, em 1946 conseguiu vaga para estudar no departamento criado por Clyde Kluckhohn em Harvard. Schneider, explicitamente interessado no estudo dos trabalhos desenvolvidos por Talcott Parsons, não apresentava o mesmo interesse pelos trabalhos produzidos por Kluckhohn, mas convivia bem com ele.

Os dois tiveram um grande conflito durante o exame de qualificação da tese de doutorado de Schneider. O trabalho de Schneider situava-se dentro da área de

relação a algumas conferências ministradas sobre temas diversos em Psicologia e a debates específicos com Clark Hull (1884-1952). Na biografia de Skinner, escrita por Bjork (1993), também não são descritas relações entre Skinner e os antropólogos de Yale. São descritas apenas cartas recebidas por Skinner de alguns estudantes interessados em criar uma *Walden II* e, novamente, conferências ministradas e debates com Hull. Outro fato curioso em relação a isso, é que no diário de viagem à Rússia escrito por Skinner (1961), ocasião em que um grupo de importantes cientistas americanos estavam presentes, entre eles Skinner e Murdock, não é descrita nenhuma conversa entre os dois, enquanto dezenas de conversas com outros participantes da viagem, mesmo as mais triviais, são descritas minuciosamente. Um fato que parece ser importante, é que Hull trabalhava em Yale e, possivelmente, a dita abordagem “behaviorista” característica dos antropólogos dessa Universidade era influenciada pelo trabalho desse cientista. Neste sentido, talvez o “behaviorismo” dos antropólogos de Yale, não seja o Behaviorismo Radical, mas uma concepção mais próxima da qual trabalhava Hull. Outra possibilidade que pode ser examinada é que o termo *behaviorismo* fosse utilizado por Murdock apenas no sentido de destacar que os estudos culturais desenvolvidos eram realizados a partir das respostas apresentadas pelos indivíduos, e não de interpretações realizadas a partir desses (Andery, 2008).

“cultura e personalidade”, em que Ruth Benedict e Margaret Mead eram as grandes expoentes, e seu trabalho era influenciado por concepções freudianas. Kluckhohn destacou na banca que os trabalhos que relacionavam cultura com um tipo específico de personalidade menosprezavam as restrições biológicas sobre a formação da personalidade e questionou à Schneider sobre a relação entre Biologia e Psicologia. Schneider respondeu:

Eu lhe disse que no que me dizia respeito, e no que dizia respeito a qualquer um, a biologia não tinha absolutamente nada que ver com a psicologia. Que até que se pudesse estabelecer algum tipo de relação que realmente fizesse sentido entre o biológico e o psicológico (...) deveríamos proceder como se não houvesse considerações biológicas básicas. (Schneider, 1995, p.70 em Kuper, 2002, p.164-165)

Kluckhohn não gostou da resposta de Schneider e manifestou duramente sua insatisfação, a ponto de Schneider achar que seria expulso do curso. Entretanto, apesar da insatisfação quanto a resposta, Kluckhohn aprovou o projeto de qualificação de Schneider.

Após a qualificação de seu projeto de doutorado, Schneider partiu em busca de recursos e condições para desenvolver seu trabalho de campo. Neste período, Murdock, professor com quem tivera problemas durante sua curta passagem por *Yale*, foi quem lhe forneceu condições para desenvolver seu trabalho, inserindo-o em um projeto que estava desenvolvendo com a Marinha Norte-Americana na Micronésia. Schneider, juntamente com outros pesquisadores de Harvard, foi para a ilha de *Yap*, na Micronésia, em 1947 para iniciar seu trabalho de campo sobre relações de parentesco.

Após seu trabalho de campo e ainda sob orientação de Kluckhohn, obteve uma bolsa da fundação Fullbright que o manteve lecionando Antropologia na Inglaterra na *London School of Economics* de 1949 até 1951. Neste período Schneider trabalhou diretamente com Raymond Firth e Audrey Richards, que haviam trabalhado como auxiliares do antropólogo funcionalista Bronislaw Malinowski (1884-1942). A Antropologia Social britânica nesse período dedicava-se intensamente ao estudo de sistemas de parentesco.

Em 1951 Schneider retornou aos Estados Unidos e Kluckhohn conseguiu recursos para empregá-lo como professor de Harvard até 1955. Nesse período trabalhou com um importante sociólogo de Harvard, George Homans, em uma

análise de uma forma de casamento entre primos em diferentes culturas. O objetivo do trabalho que desenvolveram era elaborar uma teoria psicológica sobre o casamento entre primos alternativa à apresentada por Lévi-Strauss. Nesse trabalho com Homans, nos trabalhos sobre modelos de sociedades matrilineares de Audrey Richards que popularizou nos Estados Unidos e em seus ensaios sobre dupla descendência na Ilha de Yap, Schneider partia do pressuposto de que os sistemas de parentesco em diferentes grupos apresentavam características comuns.

Ao término do período como professor de Harvard, Kluckhohn providenciou que seu discípulo passasse o período de um ano (entre 1955 e 1956) no Centro de Estudos Avançados de Ciências Comportamentais da Universidade de Stanford. Ao final desse período novamente Kluckhohn, com o apoio de Kroeber, providenciou que Schneider e também Clifford Geertz assumissem a função de professores no Departamento de Antropologia da Universidade de Berkeley. Logo após entrar para esta Universidade, Schneider ajudou o antropólogo estudioso de culturas africanas Lloyd Fallers a também ingressar como professor no mesmo Departamento.

Em pouco tempo em Berkeley, Schneider já estava muito insatisfeito com o trabalho lá desenvolvido. Chegou a relatar que “o departamento de Berkeley era uma grande porcaria e estava ansioso para mudar” (Kuper, 2002, p.168). Em 1960 Schneider sai da Universidade de Berkeley e vai para o Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago, levando junto Geertz e também Fallers. Kluckhohn e Kroeber não gostaram da decisão de seus ex-alunos, e Schneider relata ter sentido que agiu de forma desleal com seu ex-orientador nessa decisão. Esse “sentimento de culpa” talvez tenha sido exacerbado pelo fato de Kluckhohn e Kroeber terem morrido justamente no verão em que seus ex-alunos foram para Chicago.

Na Universidade de Chicago, Schneider, Geertz e Fallers reestruturaram o Departamento de Antropologia, criando o que ficou conhecido por “curso de três sistemas”, que envolvia o estudo de sistemas sociais (ênfase no estudo da sociologia inglesa), sistemas culturais (ênfase nos estudos da antropologia cultural americana) e sistemas psicológicos (ênfase no estudo da obra de Parsons). Os três trabalharam em conjunto por quase uma década, mas com intensos conflitos decorrentes de posições políticas diferentes tanto em relação à Universidade quanto ao país, e também pelo tipo de trabalhos que desenvolviam. Schneider chegou a

acusar Geertz e Fallers de “etnógrafos ultrapassados de pequenas ilhas”, incapazes de lidar com questões realmente importantes.

No final de década de 1960 Fallers morreu e Geertz foi trabalhar no Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Schneider permaneceu em Chicago e iniciou com seus orientandos uma série de estudos sobre a cultura americana, que culminaram na publicação de seu mais importante livro, *American Kinship: a cultural account*, em 1968. Kuper (2002, 171) destaca que a análise do sistema de parentesco na cultura americana apresentada por Schneider nesse livro representava uma “rebelião madura contra as ortodoxias”, distinguindo a Antropologia Cultural da Antropologia Social e Biológica e, mais especificamente na Antropologia Cultural, contrariando a teoria do parentesco, considerada como um “centro sagrado” da Antropologia.

Embora na Antropologia, assim como em qualquer outra área de conhecimento, não haja consenso entre diferentes autores acerca de características e determinações de fenômenos ou sobre a apropriação dos conceitos utilizados para se referir a esses, parecia ser uma premissa válida a afirmação de que o “parentesco” era a base dos sistemas sociais primitivos. Isso parecia ser uma das afirmações mais fortes e concretas da Antropologia. Em seu livro *American Kinship*, Schneider afirmava que a “a teoria do parentesco estava fundamentada numa ilusão etnocêntrica, que seus conceitos básicos – as genealogias, a descendência e a própria família – eram criações culturalmente específicas dos europeus e dos norte-americanos” (Kuper, 2002, p.171). Schneider enfatizava que a característica comum dos sistemas de parentesco – sua relação com a biologia e relações sexuais – não eram as características nucleares, mas apenas os meios pelos quais as culturas conhecidas forneciam significado ao parentesco. Mais do que a característica biológica e sexual comum, Schneider destacava a importância que as pessoas davam ao papel da biologia no sistema de parentesco. Em seu trabalho Schneider não examinava taxas de natalidade, índices de casamento e divórcio, etc., apenas oferecia uma visão dos sistemas de parentesco a partir do sistema de símbolos utilizados em cada grupo social. Kuper (2002, p.189) relata que “o objetivo de Schneider era produzir uma visão puramente cultural do parentesco americano, satisfazendo a função especializada atribuída aos antropólogos na divisão de trabalho parsoniana.”

Os trabalhos de Schneider foram fortemente criticados por outros antropólogos e cientistas sociais. O próprio Schneider afirmava que suas análises eram produto mais de sua própria experiência e intuição do que da fidelidade aos dados obtidos por meio de observação direta ou indireta. Isso era motivo de orgulho para si, e chegou a se vangloriar de ter-se recusado a consultar suas anotações de campo para redigir seu trabalho na Ilha de Yap. Além de sua pouca fidelidade aos dados coletados em suas análises, houve também intensas críticas acerca dos próprios dados coletados em seu trabalho sobre a cultura americana. Kuper (2002) relata que as entrevistas realizadas pelos colaboradores de Schneider para o estudo da cultura americana, foram realizadas apenas com americanos brancos e de classe média, residentes em Chicago. Especificamente em relação ao seu trabalho na Ilha Yap, o próprio Schneider reconheceu que sua análise tinha sérios problemas e questionou algumas de suas conclusões anteriores. Mais tarde, um grupo de seus orientandos realizou estudos que contrariaram suas análises com dados mais bem coletados e descritos. Seus críticos também questionavam seus registros de campo, que embora não fossem “ruins”, eram muito escassos.

Schneider foi considerado como um antropólogo do *anti-establishment*, questionador, polêmico, encrenqueiro e indisciplinado, disposto a se confrontar com qualquer tipo de ortodoxia (Kuper, 2002). Dentre os dois principais seguidores do projeto parsoniano (distinguindo sistema social, cultural e psicológico), Schneider foi o que se ateuve mais fiel a esse projeto. Schneider faleceu em 1995, na cidade de Santa Cruz, Califórnia.

Tabela 5.25. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Schneider, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

Schneider, David	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de parentesco em uma perspectiva cultural ou simbólica 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Poucos registros de dados que permitissem avaliação de suas interpretações • Excessivamente “intuitivo”, se fundamentando pouco aos dados coletados • Questionamento de fundamentos básicos da Antropologia 	
ANO	Obra
1961	<i>Matrilineal Kinship (livro com Gough, K.)</i>
1965	<i>Kinship and Biology (capítulo de livro)</i>
1968	<i>American Kinship: a cultural account (livro)</i>
1973	<i>Class, Differences and Sex Roles in American Kinship and Family Structure (livro com Smith, R.T.)</i>
1975	<i>The American Kin Universe: A Genealogical Study (material didático com Cottrell, C.B.)</i>
1976	<i>Notes Toward a Theory of Culture (capítulo de livro)</i>
1984	<i>A Critique of the Study of Kinship (livro)</i>
1995	<i>Schneider on Schneider: The conversion of the Jews and other Anthropological Stories (livro)</i>

8.1. Características do fenômeno *cultura* enfatizados por Schneider

Foram identificadas três características gerais do fenômeno cultura enfatizados por Schneider nas fontes de informação examinadas. Na Tabela 5.26 são apresentados os destaques que enfatizam a noção de **cultura como sistema simbólico** e que destacam o que é considerado relações (arbitrárias ou não) entre símbolos e eventos. Schneider define a cultura como um “sistema de símbolos e significados” (1976, p.198 em Kuper, 2002, p.173), sendo que a idéia de ‘sistema’ é considerada equivalente a não apenas aos símbolos e significados, mas também as relações entre essas duas classes de eventos (linha 1).

O autor ainda destaca que “não há relação necessária ou intrínseca entre o símbolo e aquilo que representa”, o que foi traduzido para graus de arbitrariedade nas relações entre símbolos e significados podem variar de um gradiente entre total e nula arbitrariedade (linhas 2 e 3).

Tabela 5.26. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura (Trechos de 1 a 7) que apresentam as características desse fenômeno propostas por Schneider (1918-1995) e apresentadas por Cuche (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais ³
Características do fenômeno cultura	1) Cultura é um sistema de símbolos e significados. (SC1)	Cultura como relações (arbitrárias ou não) entre símbolos e eventos	Cultura como sistema simbólico	<i>Cultura é um sistema de relações arbitrárias entre classes de eventos e classes de estímulos verbais referentes a esses eventos.</i>
	2) Por símbolo, refiro-me a algo que representa algo mais, em que não existe uma relação necessária ou intrínseca entre o símbolo e aquilo que ele simboliza. (SC2)			<i>Classes de estímulos verbais não têm relação necessária ou intrínseca com as classes de eventos que simboliza. As relações são arbitrárias.</i>
	3) Representações simbólicas nem sempre são arbitrárias. (SC3)			<i>Nem toda relação entre classe de estímulos verbais e classe de eventos é arbitrária.</i>
	4) Os símbolos de parentesco deveriam ser tratados como se fossem arbitrários, e os conceitos a que se referem não deveriam ser confundidos com o que curiosamente chamamos de fatos da vida. Assim como um símbolo religioso pode referir-se a fantasmas, os símbolos de parentesco denotam idéias construídas culturalmente. (SC3)			<i>Relações entre referentes e símbolos devem ser consideradas como arbitrárias, sejam símbolos religiosos ou de parentesco.</i>
	5) Não apenas os símbolos são arbitrários, mas os próprios referentes, as coisas ou idéias que eles representam, são constructos culturais. Pode ser que não tenham nenhuma realidade objetiva. (SC3)			<i>Além da relação entre classes de estímulos verbais e classes de eventos ser arbitrária, as classes de eventos podem não ter realidade objetiva</i>
	6) Uma vez que é perfeitamente possível formular (...) o constructo cultural de fantasmas sem na verdade jamais ter visto sequer um único exemplar, essa deveria ser uma verdade universal e sem referência à observabilidade ou não de objetos que podem supostamente referir-se aos constructos culturais. (SC3)			<i>As classes de eventos podem ser produtos culturais e não eventos concretos da natureza.</i>
	7) É preciso distinguir uma unidade cultural ou constructo cultural de qualquer objeto em qualquer outro lugar do mundo real. (SC3)			<i>A unidade cultural não são objetos ou qualquer outro aspecto do mundo real; ela é imaterial, são constructos culturais (abstrações)</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 8 (Schneider). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

Tabela 5.26 (continuação). Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura (trechos 8 a 13) que apresentam as características desse fenômeno propostas por Schneider (1918-1995) e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais ³
Características do fenômeno cultura	8) Como sistema de símbolos, a cultura é bastante distinta dos padrões de comportamento observados; com efeito, os dois devem ser considerados <i>independentes</i> um do outro. (SC2)	Símbolos podem não ter relação com o comportamento observado ou com outros eventos	Cultura como sistema simbólico	<i>A cultura, como sistema relações arbitrárias entre classes de estímulos verbais e classes de eventos, é distinta das classes de respostas observadas e devem ser consideradas como independentes um do outro.</i>
	9) Os símbolos não eram apenas independentes do comportamento observado; provavelmente eles não tinham nenhum vínculo com o mundo real. (SC2)			<i>As classes de estímulos verbais não são apenas independentes das classes de respostas observadas, provavelmente não tem nenhum vínculo com o mundo real.</i>
	10) Cultura ‘contrasta com normas no sentido de que as normas estão orientadas para padrões <i>de ação</i> , ao passo que a cultura constitui um corpo de definições, premissas, postulados, pressuposições, proposições e percepções sobre a natureza do universo e do lugar que o homem ocupa nele. (SC1)	Cultura como comportamentos verbais e não normas sobre esses comportamentos		<i>Cultura como classes de respostas verbais e de classes de comportamentos verbais referentes a definições, premissas, postulados, pressuposições, proposições e percepções sobre a natureza do universo e do lugar que o homem ocupa nele.</i>
	11) Cultura consiste em constructos, formulações, mistificações, concepção de concepção, grupos e a forma como os estruturam. (SC7)			<i>Cultura consiste em comportamentos verbais dos membros de um grupo referentes aos eventos de seu ambiente, das características do grupo e de como esse grupo foi estruturado.</i>
	12) Uma análise cultural começava – e terminava – com a forma como as pessoas pensavam. (SC6)			<i>Pensamentos, respostas verbais dos indivíduos de um grupo sobre os eventos de seu ambiente, são o núcleo da cultura.</i>
	13) Cultura não inclui normas e muito menos práticas. (SC4)			<i>Cultura não inclui controle verbal do comportamento (normas) e muito menos as classes de respostas dos indivíduos.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 8 (Schneider). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

Schneider apresenta como condição importante para o trabalho do antropólogo partir do pressuposto de que as relações são arbitrárias (linha 4). Esse pressuposto exige do antropólogo que examine variáveis importantes que podem ter diferentes funções ou características em cada grupo humano, mesmo sobre dimensões da cultura que parecem ser já conhecidos pelo antropólogo como os sistemas de parentesco. Apenas após a caracterização do processo cultural e da identificação de que uma

determinada relação não fosse arbitrária, é que essa poderia ser entendida dessa forma.

Outro aspecto apresentado pelo autor é que não apenas as relações entre símbolos e referentes são, usualmente, arbitrárias, mas que os próprios referentes, por vezes, não se referem à fenômenos naturais, mas a constructos culturais (linha 5). Schneider apresenta o exemplo do símbolo “fantasma” que representa um referente cuja observabilidade é impossível, mas que trata-se de um constructo cultural criado pelos comportamentos verbais dos membros do grupo (Schneider, 1968, p.7 em Kuper, 2002, p.174). Mesmo as classes de eventos que são designadas pela respostas verbais, podem não ser eventos naturais, mas criações validadas pela própria cultura. Nesse sentido as unidades básicas constituintes da cultura não estão necessariamente em objetos ou em qualquer outro aspecto do mundo real, mas nas próprias formulações verbais criadas pelos membros do grupo acerca dos fenômenos da natureza (linha 7).

Na Tabela 5.26 ainda são apresentados mais dois aspectos nucleares do entendimento da cultura como sistema simbólico a partir da obra de Schneider: o fato dos **símbolos não necessariamente terem relações com os comportamentos observados** e a ênfase na **cultura como comportamentos verbais apresentados de forma distinta da noção de controle verbal do comportamento (controle por regras)**. Além de explicitar que os referentes ou significados podem não se referir a fenômenos naturais, o autor também indica que a cultura, entendida como um sistema simbólico, não tem relação direta com as respostas apresentadas pelos indivíduos do grupo, ou ainda, com qualquer tipo de fenômeno natural (linhas 8 e 9). Schneider destacava que seu objetivo era estudar as relações entre significado e símbolos, e como essas relações atuam nos padrões de comportamento dos indivíduos (Schneider, 1968, p.130 em Kuper, 2002, p.174). Não há menções nas fontes de informação que permitam identificar se os símbolos e significados eram identificados por Schneider a partir de comportamentos ou de outros aspectos do meio. Os dados com os quais trabalhava não foram caracterizados nas fontes examinadas.

Por fim, o último aspecto destacado por Schneider em relação a sua concepção de cultura como sistema simbólico refere-se a distinção que o autor apresenta entre *normas* e *cultura* e as diferentes formas como esses fenômenos

controlam comportamentos. O autor explicita que, em sua concepção, *normas controlam padrões de ações*, enquanto a cultura operaria de modo distinto, por meio de “*definições, premissas, postulados, pressuposições, proposições e percepções sobre a natureza do universo e do lugar que o homem ocupa nele*” (Schneider, 1976, p.202-203 em Kuper, 2002, p.173). O conceito de *norma* utilizado pelo autor é considerado equivalente às regras explícitas de comportamento convencionadas em cada grupo social. A cultura seria entendida como conjunto de classes de comportamentos verbais dos indivíduos de um grupo sobre os eventos da natureza e sobre si mesmos (linhas 10 a 13). Schneider afirma que “uma análise cultural começava – e terminava – com a forma como as pessoas pensavam” (Kuper, 2002, p.196).

A segunda característica identificada remete a definição da **unidade cultural como sistema simbólico coerente**, apresentada na Tabela 5.27. Schneider indica que a unidade do fenômeno cultural é definida quando identificado um único sistema simbólico integrador de todos os componentes dessa unidade (linha 1). Como exemplo, Schneider afirma que existe uma única cultura americana, mesmo com toda as variações relativas a casamento, divórcio, residência ou outros aspectos atribuídos pelo autor como das *normas* do grupo. Essas variações não afetam, segundo ele, as “concepções fundamentais de cultura sobre laços de sangue, casamento, família, relacionamentos (...) em todas as classes de americanos” (Kuper, 2002, p.186). A coerência entre esses aspectos fundamentais da cultura justificariam a definição de unidade cultural, por maiores que fossem as variações de comportamentos ou do controle verbal dos comportamentos dos membros do grupo.

A terceira característica identificada, também apresentada na Tabela 5.27, enfatiza **o indivíduo como unidade cultural básica** (linhas 2 e 3). O fato de cada indivíduo pertencente a um grupo ter seu comportamento como produto composto de diferentes sub-sistemas simbólicos, ou dos diferentes papéis sociais que desempenha, fazem com que possa ser considerado a si mesmo como uma unidade cultural mais simples ou básica. Schneider relativiza a abrangência da unidade cultural, que pode variar desde um simples indivíduo até a uma unidade ampla como “cultura americana”.

Tabela 5.27. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Schneider (1918-1995) e apresentadas por Cuche (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais ³
Características do fenômeno cultura	1) Havia um único sistema simbólico, uma única cultura americana. Ele concordava que pudessem existir variações nas normas propostas pelas pessoas. Conseqüentemente, eles podiam fazer opções bastante distintas em relação a casamento, divórcio ou residência. Tudo isso era irrelevante para um relato cultural. As concepções fundamentais de cultura sobre laços de sangue, casamento, família, relacionamentos, e assim por diante, eram constantes em todas as classes de americanos. (SC4)	- • -	Unidade cultural como sistema simbólico coerente	<i>Uma cultura é caracterizada pela presença de um mesmo sistema de relações arbitrárias entre classes de eventos e classes de estímulos verbais. Diferenças internas no grupo em relação ao governo verbal de certos comportamentos explicam distinções entre esses, mas isso é irrelevante para a análise da cultura. As concepções fundamentais da cultura são constantes entre todos os membros ou classes de um grupo.</i>
	2) Uma pessoa, como uma unidade cultural, é um composto, uma combinação de elementos distintos de subsistemas ou domínios simbólicos deferentes. (SC5)	A combinação de diversos subsistemas simbólicos constituem formação do indivíduo como unidade cultural	Indivíduo como unidade cultural básica	<i>Uma pessoa, como uma unidade cultural, é determinada pela combinação dos elementos de distintos subsistemas dos quais participa.</i>
	3) Cada um desses subsistemas contribui um pouquinho para a formação da pessoa completa definindo quem ela é e fornecendo uma diretriz normativa de como ela deve comportar-se ou agir. (SC5)			<i>Cada subsistema (família, escola, igreja, etc) contribui para formação de uma pessoa completa e determina que ela é.</i> <i>Cada subsistema produz regras de comportamento para cada pessoa, como unidade cultural.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 8 (Schneider). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- • -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

8.2. Estudo de comportamentos verbais e decorrências de interpretações sem base em dados

Seguindo o projeto parsoniano de tentativa de exame do fenômeno *cultura* de modo distinto dos fenômenos sociológicos e psicológicos, Schneider enfatizou os processos simbólicos como núcleo definidor da *cultura* e apresentou contribuições relevantes para o entendimento desses processos. Sua análise de que mesmo os significados ou referentes também podem ser constructos culturais e não necessariamente fenômenos naturais, parecem expandir as possibilidades de análise sobre esse tipo de fenômeno. Ainda assim, muitos problemas aparecem

como decorrência da forma particular de Schneider examinar esses processos simbólicos.

O primeiro aspecto se refere à definição das agências de controle de comportamento por seus símbolos e não por suas funções. Definir, por exemplo, a Igreja pelos seus símbolos como a *cruz*, escamoteia a função social dessa agência como reguladora de determinadas classes de comportamentos dos indivíduos do grupo. A mesma análise vale para outras agências, como a Família, Escola, Governo, Economia, etc., quando são definidas também por seus símbolos mais explícitos e não por aquilo que deveriam produzir na sociedade. Sem desmerecer os estudos que caracterizam os símbolos particulares de cada agência, mas o exame da função social de cada uma delas e de como operam seus controles comportamentais (Skinner, 1953) parecem evidenciar mais a relevância de cada uma dessas agências para o entendimento de uma cultura.

Outro aspecto diz respeito à ausência de dados nas fontes de informação que propiciem visibilidade acerca das classes de eventos observadas direta ou indiretamente por Schneider para que identificasse símbolos e significados nas relações comportamentais dos indivíduos do grupo. Embora seja possível apenas conjecturar acerca dos determinantes dessa ausência de informações, parece ser um dado importante o fato de que eram escassos os registros de campo ou outras formas de acesso aos dados coletados por Schneider em seus trabalhos. O próprio Schneider parecia não dar importância para os dados coletados por métodos que prezam pelo controle das variáveis que interferem no processo de conhecer, que caracteriza o método científico. Kuper (1999) afirma que Schneider era excessivamente autoconfiante para realizar análises sem conferir os dados e, no exame de uma das obras de Schneider, destaca que:

pode parecer extraordinário que a análise de Schneider das noções americanas de parentesco tivessem sido tão empobrecidas descritivamente, mas sua confissão nesse livro deixou claro que ele estava recorrendo à sua própria experiência, e não disciplinando suas intuições por meio de uma leitura atenta do que os informantes lhe diziam – ou melhor, do que eles diziam aos entrevistadores sob a orientação de seus gerentes de campo (que ele estava sempre trocando, por causa das inevitáveis brigas) (Kuper, 1999, p.184).

Além desse exemplo, no próprio trabalho de doutorado desenvolvido por Schneider nas Ilhas Yap, o autor posteriormente se vangloriou de ter recusado

consultar os dados coletado na pesquisa de campo ao redigir sua tese. Ele ainda ironiza o fato brincando que isso lhe causou um sério problema com sua esposa, que havia passado dias datilografando cópias dos dados que acabaram não sendo utilizadas (Kuper, 2002). Ainda acerca do trabalho que desenvolveu em sua tese de doutorado, em que examinou na cultura iapesa os *seus* constructos, *suas* formulações, *suas* mistificações, *sua* concepção de concepção, *seus* grupos e a forma como *eles* os estruturavam”, enfatizou por demais a idéia de sistema simbólico deixando de considerar outros aspectos importantes para a compreensão da cultura iapesa. 20 anos após seu trabalho em Yap, um grupo de alunos seus retornou à Ilha para nova pesquisa e apresentaram como conclusões afirmações que contrariavam suas interpretações com dados mais bem descritos. O próprio Schneider chegou a reconhecer que seu trabalho “continha sérios problemas e passou a desconstruir sua própria análise sobre o sistema de parentesco de lá” (Kuper, 2002, p.194). A interpretação de Schneider pouco baseada nos dados observados produzia teorias e concepções com baixa confiabilidade, distanciando os procedimentos adotados pelo autor dos métodos científicos.

Um de seus alunos, David Labby, destacou na época a inapropriação dos métodos de seu professor ao afirmar: “Uma análise cultural que tenta definir a forma de *pensar* de um povo, mas que ignora a forma como as pessoas *vivem* em sua labuta diária pela sobrevivência, parece-me significativamente equivocada (...) não existe, a bem dizer, tal coisa como uma ‘análise cultural’ distinta ou isolada” (Labby, s/d, Kuper, 2002, p.202). A crítica de Labby enfatiza que não seriam apenas os comportamentos verbais dos membros do grupo que caracterizam a cultura, mas também os comportamentos que compõem aquilo que é característico do grupo. A crítica de Labby parece indicar que, se por um lado examinar o simbólico já depende da observação de comportamentos (verbais), a cultura também estaria nos comportamentos não diretamente relacionados à noção de sistema simbólico.

Além dos aspectos metodológicos que parecem limitar as contribuições do autor para a caracterização da *cultura*, parece ser importante também questionar a distinção que apresenta entre o conceito de *norma* como determinante de “padrões de ação” e as determinações da cultura sobre o comportamento a partir das “definições, premissas, postulados, pressuposições, proposições e percepções” (Schneider, 1976, p.202-203 em Kuper, 2002, p.173). A análise do controle verbal

dos comportamentos (ou comportamentos controlados por regras) como proposta pela Análise do Comportamento (Catania, 1998) parece problematizar a distinção apresentada pelo autor. Em que grau definições, premissas, postulados, etc. também não são formas de controle verbal dos comportamentos? Seria o controle por *normas*, como proposto por Schneider, apenas um modo mais explícito de controle verbal por meio do uso de *mandos*? Se a distinção entre essas duas modalidades existe, talvez seja apenas uma questão de graus de explicitação do controle comportamental exercido, mas ambas as formas parecem exercer controle sobre os comportamentos dos indivíduos.

Outro aspecto que parece pouco claro no exame das contribuições do autor a partir das fontes de informação utilizadas refere-se à abrangência da unidade cultural. Se por um lado o autor identifica a unidade como um sistema complexo que apresente um simbolismo coerente, por mais que haja variações nas *normas*, e por outro identifica os próprios indivíduos como unidades mais básicas da cultura (com suas condutas determinadas pelas relações entre múltiplos sistemas simbólicos), como identificar uma unidade com sistema simbólico coerente? Esse processo não parece claro ao menos com os dados que foram apresentados nas fontes de informação.

Embora pareça haver contribuições de Schneider especialmente para o estudo dos comportamentos verbais envolvidos nos processos culturais, seu pouco cuidado metodológico faz com que seus dados sejam pouco evidenciados ou, ainda, pouco confiáveis. Além disso, não há clareza sobre o processo que utilizava para formular suas idéias e teorias. Na obra de Schneider, considerado como um importante antropólogo na Antropologia Cultural, é difícil identificar precisamente suas contribuições para o desenvolvimento dessa sub-área de conhecimento.

9. Sahlins, Marshall (1930): Principais contribuições e aspectos enfatizados do fenômeno cultura

Marshall David Sahlins nasceu em Chicago (EUA) em 1930. Iniciou sua formação em Antropologia na Universidade de Michigan, onde obteve o grau de mestre em Antropologia sob orientação de Leslie White. Seu doutorado foi realizado na Universidade de Columbia, sob orientação de Julian Steward e Karl Polanyi, tendo defendido sua tese em 1954. Em sua tese de doutorado examinou a evolução política no Pacífico e parte desse trabalho foi publicado em seu livro *Social Stratification in Polynesia* (1958). Sua formação como antropólogo foi notadamente marcada pela influência de seus orientadores que eram expoentes do movimento neo-evolucionista na Antropologia americana.

Sahlins foi um importante representante do movimento neo-evolucionista na Antropologia nas décadas de 1950 e 1960 e juntamente com Marvin Harris, Sidney Mintz, Roy Rappaport, Elman Service, Eric Wolf, entre outros, era reconhecido como membro da nova geração de antropólogos que levariam a frente os estudos nesse movimento antropológico. Havia diferenças significativas entre as concepções dos dois principais antropólogos dessa abordagem da época, seus ex-orientadores White e Steward, e Sahlins realizou síntese dessas diferentes concepções que tornavam as idéias neo-evolucionistas mais coesas. White era mais fiel às contribuições dos evolucionistas culturais Lewis Henry Morgan e Edward Tylor e considerava que a complexidade da organização social de um povo era sinal de evolução cultural. Um aspecto destacado por White que ilustra bem essa posição era sua afirmação de que o nível de consumo ou aproveitamento de energia fornecia uma medida objetiva do avanço cultural³⁰. Steward não entendia a evolução cultural em uma perspectiva tão unilateral, e a ênfase de seus estudos era na adaptação culturais de diferentes povos diante das demandas e restrições ecológicas presentes. Sahlins, sintetizando as contribuições de seus orientadores, destacava que a “evolução cultural era meramente uma extensão da evolução biológica. Ela

³⁰ Essa idéia foi amplamente questionada pelo antropólogo francês Lévi-Strauss, que afirmava que essa medida era um padrão etnocêntrico. Lévi-Strauss (1958 em Kuper, 2002) destaca que essa poderia ser uma referência válida apenas para algumas sociedades ocidentais, mas que não poderia servir de parâmetro para a maioria das sociedades humanas. Além da crítica apresentada por Lévi-Strauss, é necessário examinar as implicações dos modos de vida com alto gasto energético valorizados pela cultura ocidental que já são presentes, como o aquecimento global, escassez de recursos naturais, extinção de biomas inteiros, entre outros problemas ambientais que foram fortemente influenciados por esses modos de vida. Sociedades mais sustentáveis, que diminuam o consumo energético *per capita* e aumentem o aproveitamento da energia que gastam em todos os contextos certamente não poderiam ser avaliadas como meios de vida menos evoluídos.

continua o processo evolucionário por novos meios” (Kuper, 2002, p.209). A seleção natural descrita por Darwin seria o processo básico pelo qual as espécies “evoluem” em resposta a pressões locais, e “a longo prazo espécies cada vez mais complexas e eficientes emergiam” (Kuper, 2002, p.208).

Sahlins lecionou na Universidade de Michigan de 1957 a 1973. Ao longo desse período realizou dezenas de viagens a campo para coleta de dados referentes a suas pesquisas. Entre 1967 e 1969, Sahlins viveu na França, o que marcou sua trajetória na Antropologia. De um expoente do neo-evolucionismo, Sahlins mudou radicalmente suas concepções sobre fenômenos culturais, para um tipo de determinismo cultural, apresentado mais formalmente em seu livro *Cultura e Razão Prática* (1976). Embora haja nítida influência dos intelectuais franceses, especialmente de Lévi-Strauss nesse processo, Kuper (2002) relata que parte dos fatores que determinaram essa “conversão” permanece um mistério. Ao retornar de sua viagem à França, permaneceu mais alguns anos na Universidade de Michigan e em 1973 transferiu-se para a Universidade de Chicago, onde o Departamento de Antropologia tornava-se a “nova sede do relativismo cultural” (Kuper, 2002, p.213) já com a presença de David Schneider, Clifford Geertz e Lloyd Fallers.

Em sua obra *Cultura e Razão Prática* (1976) é possível identificar a influência francesa até mesmo nos termos e expressões utilizadas em seu texto, apesar da ênfase do trabalho ser justamente nos debates americanos entre neo-evolucionistas e culturalistas (gerações de antropólogos influenciados pelo relativismo cultural de Franz Boas). Nesse livro Sahlins respondia aos argumentos que enfatizam as contribuições do neo-evolucionismo cultural apresentados no livro *Rise of Anthropological Theory* (1968) de Marvin Harris, questionando tais contribuições e valorizando a perspectiva culturalista da Antropologia.

Para Sahlins já culturalista, os neo-evolucionistas, fortemente influenciados pelo materialismo de Marx, analisavam a história da humanidade e partir de sucessivos estágios evolutivos marcados pelos avanços tecnológicos e pelas mudanças resultantes dos modos de produção. E, ainda em sua análise, a limitação desse ponto de vista seria entender economia, política, rituais e ideologias como sistemas distintos, o que inviabiliza observá-lo em sociedades tribais, por exemplo. As relações econômicas, políticas e religiosas poderiam estar organizadas e implícitas nos laços de parentescos e não nas relações de troca. O núcleo do

fenômeno cultural não estaria na dimensão econômica, política ou em qualquer outra, mas naquilo que torna esses sistemas integrados que seria o simbolismo característico de cada grupo social. O simbolismo, para Sahlins, extrapola os campos que usualmente eram tidos como característicos do simbólico (como o desenvolvimento intelectual) e poderia estar presente até sob a forma de um simbolismo econômico, no caso de uma cultura determinada a partir das relações econômicas, como a sociedade ocidental. A forma mais explícita do sistema simbólico dominante em uma cultura, para Sahlins, seriam os mitos presentes que explicam ou controlam o comportamento das pessoas.

Kuper (2002, p.257) resume a contribuição de Sahlins à Antropologia da seguinte maneira:

O Sahlins da primeira fase [neo-evolucionista cultural] aspirava colocar em ordem a Antropologia americana, introduzindo uma nova inspiração teórica baseada em Marx. O Sahlins maduro [culturalista] tentou reparar as deficiências do modelo marxista recorrendo a Lévi-Strauss. Em outras palavras, na primeira parte de sua carreira Sahlins aceitou os argumentos contra o determinismo cultural. Em Paris, ele acatou e desenvolveu argumentos contra o materialismo dialético. Talvez ele estivesse certo nessas duas avaliações. De qualquer modo, ele é interpretado mais como um protagonista no grande debate central que dominou a antropologia americana, dividida como ela sempre esteve entre materialistas evolucionários e relativistas culturais. Sahlins transformou Marx e Lévi-Strauss nos principais porta-vozes dos dois lados desse debate especializado americano. Eles certamente o animaram, mesmo que ambos tenham perdido algo na tradução [na forma como Sahlins os apresentava].

Entre os fenômenos que estudou, o mais destacado foi como sociedades tribais igualitárias são transformadas em sociedade com chefias e em Estados. O exame da evolução desses processos, para Sahlins, seria a forma de explicar a história das sociedades humanas. Além dos trabalhos realizados em sociedades na Polinésia, realizou estudos sobre a visita do Capitão *Cook*³¹ ao Havaí (1778 e 1779) e as mudanças revolucionárias que ocorreram logo após essa visita. A história do Capitão Cook é um dos maiores clássicos da Antropologia. A análise de Sahlins

³¹ Caso clássico na Antropologia que examina relatos acerca das visitas do Capitão Cook ao Havaí nos anos de 1778 e 1779. Por razões controversas e debatidas por vários autores com base nos relatos escritos por pessoas que participaram da expedição, na primeira visita Cook e seu grupo foram recebidos com grande afeto pelos habitantes da ilha. No retorno, poucos meses depois, houve confrontos entre a tripulação e os nativos da ilha, e o Capitão Cook foi assassinado. Os determinantes desse processo são o núcleo da polêmica entre diversos antropólogos que estudaram os relatos disponíveis.

sobre as visitas do Capitão Cook ao Havaí e as mudanças que lá ocorreram após essas visitas foi questionada por Gananath Obeyesekere, antropólogo da Universidade de Princeton, que provocou acirrado debate entre historiadores e antropólogos que obteve grande visibilidade na imprensa intelectual. Esse debate trouxe visibilidade a algumas das mais importantes questões relativas ao estudo antropológico (Geertz, 1995, p.4 em Kuper, 2002).

Marshall Sahlins atualmente é professor emérito da Universidade de Chicago, onde está trabalhando desde 1973.

Tabela 5.28. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Sahlins, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.

Sahlins, Marshall	
Aspectos enfatizados do fenômeno cultura	
<ul style="list-style-type: none"> • Evolução de sociedades tribais igualitárias em sociedade com chefias e em Estados. • Função dos mitos em diferentes sociedades 	
Principais características/contribuições	
<ul style="list-style-type: none"> • Explicação da determinação histórica da cultura • Exponente do neo-evolucionismo cultural que se tornou culturalista 	
ANO	Obra
1958	<i>Social Stratification in Polynesia</i>
1960	<i>Evolution and Culture</i>
1962	<i>Moala: Culture and Nature on a Fijian Island</i>
1968	<i>Tribesmen</i>
1974	<i>Stone Age Economics</i>
1976	<i>The Use and Abuse of Biology: an Anthropological critique of sociobiology</i>
1976	<i>Culture and Practical Reason</i>
1981	<i>Historical Metaphors and Mythical Realities</i>
1985	<i>Islands of History</i>
1985	<i>Anahulu: The Anthropology of History in the Kingdom of Hawaii</i>
1993	<i>Waiting For Foucault</i>
1995	<i>How "Natives" Think: About Captain Cook, for Example</i>
2000	<i>Culture in Practice</i>
2004	<i>Apologies to Thucydides: Understanding History as Culture and Vice Versa</i>

9.1. Características do fenômeno *cultura* e outros processos determinados por esse fenômeno enfatizados por Sahlins

Foram identificadas duas características gerais do fenômeno cultura enfatizadas por Sahlins nas fontes de informação examinadas, como apresentado na Tabela 5.29. A primeira característica é a caracterização da **cultura como sistema simbólico**. Sahlins define cultura como “qualquer coisa que seja ordenada ou configurada pela faculdade simbólica humana, qualquer coisa cujo modelo de existência seja, portanto, simbolicamente constituído” (Sahlins, s/d, em Kuper, 2002, p.257) (linha 1). Essa definição enfatiza o conjunto de processos envolvidos sob o nome de sistema simbólico como âmbito cultural.

Outro aspecto envolvido na noção de cultura como sistema simbólico para o autor é que cada sociedade apresenta uma “fonte privilegiada de simbolismo” que orienta as demais relações culturais estabelecidas (linha 2). Sahlins exemplifica afirmando que as sociedades tribais usualmente organizam os diversos aspectos de sua cultura a partir da idéia de *parentesco*. O parentesco, nesses grupos, orienta as ações políticas econômicas, religiosas e demais aspectos característicos do grupo. Outro exemplo, a cultura ocidental, já seria orientada pela *economia*. Essa análise do autor implica em identificar que uma cultura severamente capitalista e marcada por uma orientação estritamente econômica não é desprovida de sentido simbólico, pois a própria economia é o símbolo dominante. Cada sociedade teria um sistema de símbolos organizadores que constituiriam o núcleo da cultura, ou a grande classe de contingências que orientam os demais campos culturais como expressão equivalente ao que Sahlins indica como um dos aspectos definidores da cultura.

Outro aspecto importante no âmbito simbólico destacado pelo autor, são os *mitos* que operam como organizadores da cultura (linhas 3 e 4), explicando mudanças culturais e ajudando a efetiva-las. Sahlins afirma que os mitos de uma sociedade ajudam a compreender aspectos importantes de seu passado, explicando, em algum grau, as mudanças ocorridas no grupo e também servindo como orientadores para as ações dos indivíduos. Kuper (2002, p.228) faz uma analogia comparando a função dos *mitos* na concepção de cultura da Sahlins à função que a *religião* apresenta na concepção de Clifford Geertz (que considerava a religião como a formalização mais perfeita da cultura).

Tabela 5.29. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostos por Sahlins (1930) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais ³
Características do fenômeno	1) 'cultural' é qualquer coisa que seja ordenada ou configurada pela faculdade simbólica humana, qualquer coisa cujo modelo de existência seja, portanto, simbolicamente constituído (SA6)	Cultura como o que é ordenado pelo simbolismo humano	Cultura como sistema simbólico	<i>Cultura é tudo aquilo que é ordenado ou configurado pela capacidade simbólica humana</i>
	2) Cada tipo de sociedade é definido por uma fonte privilegiada de simbolismo. A sociedade tribal baseia-se na metáfora do parentesco, e o foco simbólico das chefias são as religiões oficiais, enquanto na cultura ocidental a economia constitui a primeira área de produção simbólica (...). A singularidade da sociedade burguesa não reside no fato de o sistema econômico fugir à determinação simbólica, mas sim de que o simbolismo econômico é estruturalmente determinante (SA2)	Fonte privilegiada de simbolismo de cada sociedade é o núcleo da cultura		<i>Sistema de símbolos organizadores de um grupo que operam como uma grande classe de contingências são o núcleo da cultura (ex: religião em uma tribo, parentesco em outra, economia na cultura ocidental, etc.)</i>
	3) Os mitos ocupavam o lugar na teoria de Sahlins que a cultura, ou mais particularmente a religião, ocupava na teoria de Geertz. (SA4)	Mitos de um povo como organizadores de sua cultura		<i>Mitos relatam e explicam o passado e controlam o comportamento futuro.</i>
	4) Os mitos explicavam a mudança e também ajudavam a efetuar-la, oferecendo ao mesmo tempo um relato do passado e um guia para a ação no futuro. (SA5)			
	5) A cultura, a ordem simbólica, dominava em todos os lugares. Certamente havia diferenças entre sociedades tribais e modernas, mas essas diferenças não residiam em suas tecnologias ou em sua organização social (SA2)	Diferenças tecnológicas e organização social não são o núcleo da cultura		---
	6) Nas culturas tribais, economia, política, ritual e ideologia não aparecem como 'sistemas' distintos; tampouco relações podem ser facilmente designadas a uma ou outras dessas. (SA1)	- ● -	Economia, política, religião e ideologia podem aparecer como sistemas distintos ou também como dimensões do comportamento determinadas por outras variáveis culturais	<i>Economia, política religião e ideologia não são necessariamente identificadas em instituições ou agências de controle. Podem ser dimensão ou característica de qualquer comportamento ou determinados por outras variáveis culturais.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 9 (Sahlins). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo "- ● -" indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

³ - O símbolo "---" indica que a equivalência em termos comportamentais não amplia visibilidade sobre o fenômeno enfatizado.

Outro aspecto destacado por Sahlins na idéia de cultura como sistema simbólico, é que diferenças tecnológicas e organização social não são as variáveis importantes que distinguem diferentes sociedades, mas sim a organização simbólica de cada um desses grupos (linha 5).

A segunda característica identificada e traduzida em termos comportamentais equivalentes é que **economia, política, religião e ideologia podem aparecer como sistemas distintos ou também como dimensões de comportamentos determinadas por outras variáveis culturais** (linha 6). Sahlins exemplifica afirmando que em sociedades tribais não são identificáveis sistemas econômicos, políticos, ritualísticos, etc. distintos, mas que esses aspectos seriam identificados nos comportamentos dos membros do grupo determinados pelos próprios laços de parentesco. O autor destaca que não são necessárias formalizações de Agências de Controle específicas para que dimensões políticas, éticas, econômicas, ideológicas, etc. apareçam como características dos comportamentos dos indivíduos. Os simbolismos existentes no grupo determinam, em algum grau, os comportamentos nomeados com tais adjetivos.

Além das características do fenômeno cultura, também foram identificados outros dois processos determinados por esse fenômeno (ver Tabela 5.30). O primeiro se refere à **cultura como determinante do comportamentos** (linha 1). Sahlins enfatiza que os sistemas simbólicos vigentes em uma sociedade, que operam como uma “orientação geral da cultura”, equivalente a uma grande classe de contingências, determina as ações dos indivíduos que fazem parte do grupo. Essas ações podem fazer parte de diversas classes de comportamento, sejam como características definidoras dessas classes ou como dimensões específicas dessas classes.

O segundo processo determinado pela cultura são **as necessidades básicas do grupo** (linha 2). Sahlins destaca que além da cultura controlar os comportamentos dos indivíduos, entre eles as classes relacionadas à produção de bens, os próprios bens ou recursos considerados como necessários para a sobrevivência ou satisfação das pessoas são determinados culturalmente. A cultura determina comportamentos para produzir bens para atender as demandas que, ao menos em parte, são criadas por ela própria sob forma de símbolos.

Tabela 5.30. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam a cultura como determinante de outros processos propostos por Sahlins (1930) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).

Função dos aspectos nucleares	Fragmento de trechos destacados ¹	Aspectos nucleares ²	Categoria geral	Aproximação aos termos comportamentais
Cultura como determinante de outros processos	1) Os laços de parentesco podem ser mobilizados para organizar, e os valores do parentesco para motivar, ação que poderia ser descrita como econômica, política ou religiosa. (SA1)	- • -	Cultura determina comportamento	<i>Cultura determina ações dos indivíduos que podem ter dimensões econômicas, políticas, religiosas ou ideológicas.</i>
	2) Sahlins discorreu sobre ‘o que os americanos realmente produzem para satisfazer suas ‘necessidades’ básicas de alimentação e vestuário’. ‘Necessidades’ vem entre aspas porque culturalmente construídas, e o que os americanos produzem para satisfazer essas necessidades culturalmente específicas não são coisas úteis, mas símbolos. (SA3)	- • -	Cultura determina necessidades básicas de um grupo	<i>Bens ou recursos considerados como necessários para a sobrevivência ou satisfação das pessoas são determinados culturalmente. Cultura determina comportamentos para produzir bens para atender as demandas criadas por ela própria.</i>

¹ - Os trechos dos quais esses fragmentos foram extraídos estão disponíveis no Anexo I, parte 9 (Sahlins). Ao final de cada fragmento está indicado entre parênteses o trecho do qual foi extraído, sendo que a letra maiúscula indica a primeira letra do nome do autor e o número arábico indica o número do trecho que está apresentado no Anexo I.

² - O símbolo “- • -” indica que o aspecto nuclear é igual ao trecho destacado.

9.2. Relações entre Antropologia Cultural e Neo-evolucionismo e contribuições para o estudo de processos simbólicos

Entre as diversas contribuições de Sahlins para o estudo das *culturas* estão avanços conceituais importantes em noções consideradas como nucleares na Antropologia para o entendimento desse tipo de fenômeno. Um desses conceitos é o de *evolução cultural*. Sahlins sintetizou as contribuições de seus orientadores White e Steward com os avanços da biologia, especialmente as contribuições da idéia de seleção natural darwinista, indicando que a “evolução cultural era meramente uma extensão da evolução biológica. Ela continua o processo evolucionário por novos meios” (Kuper, 2002, p.209). Essa idéia de *evolução cultural* explicita a *cultura* como um fenômeno que emergiu como parte do próprio processo de evolução das espécies, afirmando o fenômeno como um processo natural. Sahlins ainda reafirma a importância de que as pressões locais fossem examinadas como variáveis ambientais no processo de seleção ou variação cultural, como parte do próprio processo de seleção natural. A *cultura* apareceria como um produto da própria

seleção natural em longo prazo que permite o desenvolvimento de comportamentos mais complexos e eficientes, especialmente em função da complexificação dos processos simbólicos ou verbais.

A definição de evolução proposta por Sahlins é marcada nitidamente pela influência de contribuições da perspectiva *neo-evolucionista cultural*. Além disso, parece ser compatível com o modelo de *seleção por conseqüências* proposto por Skinner (1981) como descrição dos processos de interação entre os níveis de seleção filogenético, ontogenético e cultural.

Outro conceito examinado por Sahlins que parece ter ampliado a visibilidade sobre os processos culturais é a noção de *simbolismo*. O autor relata que havia tendência, especialmente dos antropólogos neo-evolucionistas, de buscar identificar sistemas econômicos, políticos, ideologias, etc. em sociedades tribais, como se essas necessitassem aparecer como sistemas simbólicos distintos (com conceitos e regras próprias ou formalizados como agências de controle). Sahlins afirma que esses aspectos da cultura podem não aparecer como agências institucionalizadas ou mesmo serem referidos por conceitos específicos, mas que mesmo assim esses aspectos aparecem, de forma explícita ou implícita, nos comportamentos dos indivíduos do grupo, sejam nas relações de parentesco ou em qualquer outro sistema simbólico que seja dominante em um grupo. Além disso, Sahlins explicita que a *cultura como sistema simbólico* não deveria ser reduzida apenas ao âmbito do desenvolvimento intelectual, como era especialmente utilizado na Alemanha³² até o século XIX. Os símbolos determinantes de uma cultura poderiam, como afirma Sahlins, estar sob diferentes formas, até mesmo sob a forma de um simbolismo econômico, como o utilizado na sociedade ocidental.

Outro aspecto desenvolvido por Sahlins é a idéia de que além dos comportamentos dos indivíduos serem determinados pela cultura, esta também determina, em algum grau, as próprias necessidades ou demandas com as quais as pessoas se relacionam (Sahlins, 1976 em Kuper, 2002). Como exemplo desse processo na cultura ocidental, as pessoas precisam comprar roupas não apenas para se proteger do frio, mas também para apresentar seu status na sociedade;

³² Embora o conceito de cultura utilizado por Sahlins fosse distinto do conceito utilizado na Alemanha até o século XIX, vale notar que havia uma semelhança entre esses conceitos: Sahlins também enfatizava que a idéia de cultura era distinta da idéia de *tecnologia*, ou o que era nomeado na Alemanha como desenvolvimento material da civilização em oposição ao desenvolvimento intelectual da cultura.

compram roupas de marcas para satisfazer necessidades culturalmente construídas e não necessidades determinadas pelas restrições biológicas. Outras culturas, por exemplo, valorizam mais as mercadorias ou produtos decorrentes de grande esforço de trabalho de outras pessoas (trabalhos artesanais) do que mercadorias que não tenham demandado por tanto trabalho.

Sahlins é um antropólogo que conhece os argumentos da Antropologia Neo-evolucionista e da Antropologia Cultural relativista e suas diferentes contribuições para o exame dos fenômenos culturais. Suas concepções parecem ser importantes de serem avaliadas por qualquer cientista que almeje estudar processos culturais. De certo modo, suas concepções parecem apresentar alguns dos principais aspectos desenvolvidos tanto por neo-evolucionistas quanto pelos culturalistas. Um caminho que parece ser promissor aos analistas do comportamento que examinam esse tipo de fenômeno é o exame de sua obra *Cultura e Razão Prática* (1976) em que responde com argumentos culturalistas os argumentos que haviam sido apresentados por Marvin Harris (1968) do ponto de vista neo-evolucionista em sua obra *Rise of Anthropological Theory*.

10. Processos comportamentais mais enfatizados pelos antropólogos culturais

O exame das contribuições específicas de cada um dos autores apresentados possibilita identificar a variabilidade de fenômenos, métodos e contribuições de cada um desses antropólogos para o desenvolvimento da Antropologia. Ainda assim, muito provavelmente aspectos comuns entre essas distintas contribuições possibilitaram abranger essa variabilidade sob o rótulo chamado “Antropologia Cultural”. Parte dessas contribuições comuns foi identificada por meio da caracterização desse tipo de conhecimento antropológico a partir das descrições apresentadas por Cuhe (1996) e Kuper (1999). Outros aspectos comuns entre as concepções dos autores identificados como antropólogos culturais foram identificados por meio da categorização das características do fenômeno cultura, determinantes desse fenômeno e outros processos por ele determinado. Há processos comportamentais comuns que são destacados por diferentes autores da Antropologia Cultural e que podem indicar a ênfase sobre quais processos os antropólogos examinam ao falar de cultura.

Na Tabela 5.31 são apresentadas três categorias gerais acerca de características do fenômeno cultura, recorrentes entre diferentes antropólogos culturais. A primeira delas é a explicitação de **sistema cultural como unidade**, destacada por Boas, Kroeber, Kluckhohn, Sapir e Benedict. Essa característica também havia sido destacada por Cuhe (1996), como uma das importantes contribuições dos antropólogos culturais à Antropologia. Em termos gerais, tal contribuição refere-se à idéia de que a unidade “cultura” não é determinada por fronteiras geográficas ou por isolamento de um grupo de pessoas, mas pelas sutis delimitações que permitem identificar um sistema integrado de contingências e comportamentos comuns. A abrangência de uma cultura, nesse sentido, pode envolver desde o contexto de interação entre apenas duas pessoas, como a “cultura de um casal”, até o âmbito de comportamentos e contingências envolvidos em complexos sistemas sociais, como a “cultura ocidental”.

A característica da cultura como sistema unitário complexifica as exigências conceituais e metodológicas para o exame de fenômenos culturais, por explicitar que um indivíduo, ou grupo de indivíduos, pode pertencer a diferentes unidades culturais. Por exemplo, uma pessoa pode fazer parte da “cultura brasileira”, “cultura açoriana”, “cultura universitária” etc. e, nessas circunstâncias, seu comportamento deve ser

examinado na relação a esses diferentes sistemas culturais ao qual faz parte. Kroeber, Kluckhohn, Sapir e Benedict destacam que um aspecto importante ao antropólogo para examinar esses diferentes sistemas culturais para que possa distingui-los é avaliar a “integração” ou “coerência” entre os diferentes aspectos que constitui essa cultura. O processo de identificar o que torna um sistema cultural integrado (suas características definidoras) e de identificar que os comportamentos de um mesmo indivíduo podem estar relacionados a diferentes sistemas culturais parece ser o que torna o trabalho do antropólogo um processo que abrange desde os determinantes do comportamento individual aos aspectos comuns de comportamentos de diferentes indivíduos, o que pode explicar o interesse dos antropólogos em Psicologia e em outras disciplinas das Ciências Sociais.

Tabela 5.31. Características mais enfatizadas do fenômeno cultural por antropólogos culturais, organizadas em categorias, identificadas nas obras de Cuhe (1996) e Kuper (2002).

Características enfatizadas do fenômeno cultura	Autores
Sistema cultural como unidade	Boas Kroeber Kluckhohn Sapir Benedict
Comportamentos como componentes da cultura	Boas Kroeber Kluckhohn Sapir Mead Geertz
Cultura como sistema simbólico	Boas Kroeber Kluckhohn Parsons Sapir Geertz Schneider Sahlins

A segunda característica identificada como aspecto nuclear nas contribuições de Boas, Kroeber, Kluckhohn, Sapir, Mead e Geertz destaca **comportamentos como componentes da cultura**. Esse conjunto de autores destaca que o objeto de observação do antropólogo para estudar a cultura são as atividades humanas e seus produtos (ver Sapir, por exemplo). Vale notar a ocorrências de termos como “padrão” e “característicos” junto ao conceito comportamento (ver Kroeber e

Kluckhohn, por exemplo). O uso desses termos na Antropologia parece indicar que o núcleo do fenômeno antropológico são as classes de atividades humanas e, frequentemente não apenas no comportamento de um indivíduo, mas nos comportamentos dos membros de uma dada cultura. Vale notar também o destaque de Mead ao afirmar que a “anormalidade psicológica”, o que parece designar comportamentos incompatíveis com as contingências socialmente reforçadas, seriam inaptações do indivíduo a cultura ao qual faz parte. Essa contribuição de Mead parece explicitar a idéia de cultura composta por padrões de comportamentos, e que comportamentos diferentes desses padrões são inadaptados à cultura.

Outro aspecto importante diretamente explicitado por Kroeber, Kluckhohn e Sapir é delimitar quais tipos de comportamento compõem uma cultura. Esses autores destacam o papel dos comportamentos sociais ou verbais nesse contexto. Ao destacar que a atividade humana e o que é produzido por essa atividade constitui os elementos fundamentais do fenômeno cultural, ficam evidenciadas as relações entre fenômenos antropológicos e psicológicos.

A terceira característica designa a **cultura como sistema simbólico**, como apresentado nos trabalhos de Boas, Kroeber, Kluckhohn, Parsons, Sapir, Geertz, Schneider e Sahlins. É explícito o aumento dos esforços conceituais e metodológicos desses antropólogos para ampliar o conhecimento sobre os processos de simbolização em diferentes grupos humanos. Esse campo de estudos parece referir-se ao que é nomeado em análise do comportamento como comportamento verbal. O estudo de fenômenos relacionados ao comportamento verbal no âmbito da Antropologia são realizados por meio de categorias como língua, crenças, artes, idéias, tradições, símbolos, mitos, significados, sistemas de comunicação, entre outros. Cada uma dessas categorias de análise parece privilegiar um aspecto específico do comportamento verbal e do fenômeno cultural. Alguns autores privilegiaram determinadas categorias em sua obra (como Sahlins ao enfatizar o papel dos mitos na cultura, por exemplo), por vezes indicando-as como mais importantes para a caracterização do fenômeno cultural, em outras destacando que são apenas parte de um fenômeno mais complexo. Vale destacar a ênfase crescente nos processos simbólicos (ou nos comportamentos verbais) da cultura ao longo das gerações de antropólogos culturais, indicando esse campo como o principal aspecto a ser examinado no estudo de processos culturais.

Entre os determinantes do fenômeno cultura foram identificados cinco categorias não excludentes, como apresentado na Tabela 5.32. De modo geral, as categorias identificadas explicitam a importância do estudo das relações históricas de determinação do fenômeno para que suas características possam ser compreendidas pelo pesquisador. Entre os determinantes apresentados, vale notar que parte deles refere-se a instâncias amplas, como processos sociais e políticos e sistemas de educação, que também são fenômenos compostos por comportamentos. As demais categorias explicitam o próprio comportamento humano como produtor da cultura. Boas, Kroeber e Kluckhohn explicitam que a variabilidade comportamental de indivíduos frente aos eventos ambientais nos quais atuam, podem ser selecionados no comportamento individual e ensinados a outros membros do grupo, intra ou inter-gerações, e que isso pode decorrer em mudanças culturais. Kroeber e Kluckhohn, especificamente, explicitam a importância dos processos simbólicos (ou comportamentos verbais) como forma dos indivíduos pensarem (avaliar) sobre seus próprios comportamentos, facilitando sua compreensão sobre o mundo (facilitando discriminações e generalizações que lhe permitam avançar de modo mais rápido, efetivo e complexo do que seria possível sem o auxílio do comportamento verbal).

Tabela 5.32. Determinantes do fenômeno cultura apresentados por diferentes antropólogos culturais, organizados em categorias identificadas nas obras de Cucho(1996) e Kuper (1999).

Determinantes do fenômeno cultura	Autores
História passada determina cultura	Boas Kroeber Kluckhohn
Casualidade, criatividade e estimulação ambiental determinam cultura	Boas
Cultura é produto da capacidade do Homem de simbolizar, de fazer generalizações e pensar	Kroeber Kluckhohn
Sistemas de educação determinam cultura	Sapir
Cultura é determinada por processos sociais e políticos	Geertz

Além de explicitar que o comportamento determina cultura, os antropólogos culturais também evidenciam, e talvez com ainda mais ênfase, que a **cultura determina comportamentos**, como apresentado na Tabela 5.33. A afirmação de Skinner (1957, p.15) que “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua

vez são modificados pelas conseqüências de sua ação” parece ser coerente com a concepção geral da relação entre comportamento e cultura apresentada pelos antropólogos culturais. Ao mesmo tempo em que o comportamento humano é determinado pelas variáveis culturais, ou pelas contingências de seu ambiente social, ao se comportar determina mudanças sobre seu próprio ambiente, dispondo contingências para que outros se comportem, o que pode ser responsável por mudanças no seu sistema cultural ao longo do tempo.

Tabela 5.33. Processos determinados pela cultura apresentados por antropólogos culturais, organizados por categorias e identificados nas obras de Cuhe (1996) e Kuper (1999).

Processos determinados pela cultura	Autores
Cultura determina comportamentos	Boas Kroeber Kluckhohn Sapir Benedict Mead Parsons Geertz Sahlins
Cultura determina processos políticos, sociais e econômicos	Geertz
Cultura determina necessidades básicas de um grupo	Sahlins

Os antropólogos ainda destacam a ampla variedade de classes de comportamentos que são determinados culturalmente. A língua falada pelo grupo, o modo com o qual resolvem problemas, como se vestem, como falam sobre seus próprios comportamentos, como comem etc., são exemplos da variabilidade desses comportamentos. Além disso, o próprio ambiente físico no qual os indivíduos vivem é, em grande parte, um produto cultural. Casas, escolas, ruas, alimentos industrializados, alimentos cultivados etc. são aspectos da cultura. O comportamento individual não deixa de ser em algum grau cultural, mesmo quando o indivíduo se comporta sozinho.

Os processos simbólicos destacados como características nucleares do fenômeno cultura para os antropólogos culturais, aparece novamente com destaque como um importante determinante de outras classes de comportamento. Os processos de aprendizagem mediados por outros indivíduos, ou pelo produto do comportamento desses indivíduos, parece ser destacado como forma de estabelecer

a função de estímulo a aspectos do meio que não teriam função discriminativa, reforçadora ou punitiva sem esses processos verbais relacionados. Nesse sentido, a complexidade da cultura e dos comportamentos determinados por essa, seriam decorrências do comportamento verbal.

Por fim, parece ser uma importante ênfase na Antropologia Cultural o estudo das agências de controle do comportamento, como o governo, educação, economia, família, etc. Essas agências seriam um dos âmbitos de controles estabelecidos em um grupo com função de dispor contingências que reforcem determinadas classes de comportamento e suprima ou extinga outras. Nesse contexto vale ressaltar a contribuição de Sahlins (1976 em Kuper, 1999) ao afirmar que, por exemplo, comportamento religioso não deve ser confundido com a agência Religião. Indivíduos podem apresentar comportamentos religiosos, mesmo sem a formalização de uma agência de controle específica para esse fim em seu grupo. Esse destaque possibilita inferir que o definidor das classes de comportamento são as características funcionais e topográficas dessas, e não a formalização institucional de agências específicas para controlar tais comportamentos. A indistinção entre esses aspectos no passado teve como decorrências afirmações de que determinados povos não tinham relações familiares, não tinham religião, etc., sendo que o dado com o qual o pesquisador lidava era apenas de que não havia agências de controle específicas para esse fim.

Diferentes tipos de processos comportamentais são destacados pelos antropólogos culturais ao estudar cultura. Por mais que alguns autores enfatizem aquilo que as pessoas fazem, outros os produtos de seus comportamentos e outros os comportamentos verbais em uma comunidade, todos estudam processos que têm relações diretas com fenômenos comportamentais, quando não são, de fato, esses próprios fenômenos. A ênfase na observação de comportamentos, no estudo dos processos simbólicos e na determinação social do comportamento parece indicar que processos comportamentais são importantes, ou mesmo nucleares, em grande parte dos estudos em Antropologia Cultural.

VI

RELAÇÕES ENTRE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E ANTROPOLOGIA COMO CONDIÇÃO IMPORTANTE PARA O AVANÇO DAS ANÁLISES CULTURAIS

Os antropólogos observam e estudam comportamentos para abstrair o fenômeno cultural. Os eventos observados pelos antropólogos em suas análises são semelhantes aos que os analistas do comportamento tradicionalmente trabalham: atividades humanas, seus contextos de ocorrência e os produtos dessa atividade. A principal distinção dos trabalhos desenvolvidos na Antropologia parece estar no interesse de caracterizar aquilo que é comum entre um grupo de pessoas e não no comportamento individual. Aos analistas do comportamento interessados em estudar culturas, avaliar as contribuições do conhecimento produzido em Antropologia sobre esses fenômenos parece ser uma condição importante para aperfeiçoar conceitos e métodos utilizados na Análise do Comportamento.

O conhecimento sobre os determinantes culturais do comportamento humano é de interesse para analistas do comportamento que atuem em qualquer campo de atuação. Atuar sobre o comportamento humano, em especial sobre a complexidade do comportamento verbal, implica em analisar variáveis do ambiente social no qual o indivíduo atua. Dessa forma, explicitar as relações entre fenômenos culturais e comportamentais parece ser de interesse a uma ampla variedade de profissionais que atuam com diferentes tipos de comportamento humano e em diferentes contextos.

Em especial aos analistas do comportamento interessados no estudo de fenômenos sociais e suas relações com o comportamento dos indivíduos, avaliar conceitos, métodos e dados sobre características de culturas específicas disponíveis na literatura antropológica são insumos importantes como fontes de informação para ampliar a visibilidade sobre esses processos. Estudos como o de Sampaio (2008) exemplificam a possibilidade de estudos quase-experimentais a partir dos dados já disponíveis em análises antropológicas. O estudo de Tourinho (2007) ilustra o exame de categorias de análise antropológicas apresentadas por um autor da Antropologia e possibilidades de interpretação analítico-comportamental sobre esses fenômenos. Tais exemplos demonstram como as relações entre Análise do Comportamento e Ciências Sociais podem ser estabelecidas e decorrer em contribuições ao campo das análises culturais.

Os relatos etnográficos realizado por antropólogos, quando apresentam os dados observados direta ou indiretamente nos trabalhos de campo, explicitam as classes de estímulos, respostas, comportamentos, contingências e contingências de reforçamento presentes em um grupo e que caracterizam sua cultura. Obras como *Sexo e temperamento* (Mead, 1935/2003), por exemplo, descrevem com precisão desde a topografia de respostas, até as contingências de reforçamento envolvidas em aspectos da vida social de tribos primitivas na Nova Guiné, como estruturas sociais, casamentos, exclusão social, organização política do grupo, entre outras categorias de análise e organização desses processos. Embora haja o risco de o antropólogo não ter registrado parte dos eventos importantes para possibilitar uma análise funcional dos comportamentos do ponto de vista de um analista do comportamento, tal risco não parece ser impeditivo para o uso desse tipo de dados já disponíveis e organizados como fontes indiretas de observação dos fenômenos culturais.

Além dos dados apresentados pelos antropólogos, o exame dos métodos antropológicos para análise de fenômenos culturais também parece ser um caminho promissor ao analista do comportamento. Desde o manifesto de Boas (1896) que explicitou a necessidade de “relativizar” cada contexto cultural, o método da observação direta do comportamento e da “imersão” do pesquisador na cultura estudada tem sido enfatizado como forma procíua de se fazer Ciência antropológica. Embora possa parecer não exigir novas competências ao analista do comportamento efetuar observação direta de comportamentos em contextos naturais, vale destacar que os trabalhos em antropologia geralmente abrangem grande quantidade de sujeitos em ambientes complexos e talvez valha a pena examinar as contribuições específicas para esse tipo de observação nos debates sobre metodologia científica dessa área.

Além das contribuições sobre características do fenômeno cultural em diferentes grupos humanos já pesquisados e dos métodos para estudo desses fenômenos, o exame de conceitos e teorias antropológicas parece constituir o terceiro conjunto de aspectos que pode ser avaliado pelos analistas do comportamento. O exame específico das contribuições acerca do conceito de cultura nas diferentes definições de autores e tipos de conhecimentos antropológicos, além de outros conceitos diretamente relacionados e que foram importantes de serem

examinados para compreender a noção de cultura. Explicitar a que se referem os conceitos e categorias antropológicas, não é apenas uma tarefa de traduzi-los para conceitos analíticos comportamentais. Os pressupostos que justificam o uso de categorias mentalistas podem ser questionados a partir das contribuições da Análise do Comportamento para o entendimento desses fenômenos. Ainda assim, parece ser importante avaliar a que se referem tais termos mentalistas. Esse processo auxilia a evidenciar os fenômenos comportamentais envolvidos nessas categorias que, em geral, estão escamoteados sob termos ou explicações incompatíveis com o conhecimento já disponível em Análise do Comportamento.

Além disso, as “teorias” antropológicas, formuladas a partir dos fenômenos examinados por cada antropólogo, também podem ser objeto de exame de analistas do comportamento. Essas “teorias” são constituídas de leis gerais acerca dos fenômenos culturais e são elas que fundamentam as explicações sobre os casos específicos. Algumas teorias parecem ser mais facilmente relacionadas a concepções behavioristas, como o materialismo cultural de Marvin Harris (Lloyd, 1985). Mas os pressupostos da maior parte das teorias antropológicas parecem estar fundamentados em concepções que utilizam estruturas ou entidades mentalistas para explicar a ocorrência dos fenômenos observados (ver Kroeber, Schneider e Sahlins, por exemplo) ou, ainda, em argumentos de que não é possível aplicar o método da Ciência em fenômenos culturais (ver Geertz, por exemplo).

O que mantém grande parte dos antropólogos utilizando conceitos ou entidades mentalistas? Esses pesquisadores parecem buscar respostas a questões muito semelhantes às que buscam os psicólogos: Por que as pessoas em um grupo se comportam de determinado modo? É importante destacar que parte dos fundamentos das teorias antropológicas são teorias psicológicas, como identificado, por exemplo, no exame das contribuições de Kroeber, Kluckhohn, Sapir, Benedict e Mead (Cuche, 1996; Kuper, 2002). São recorrentes termos mentalistas que designam entidades psicológicas criadas para explicar o comportamento, como “mente” ou “personalidade” (Robinson, 2003). Assim como na Psicologia ainda são comuns explicações mentalistas para fenômenos comportamentais, na Antropologia essas explicações também embasam grande parte das teorias. Além disso, no âmbito da Antropologia, a complexidade dos fenômenos examinados parece dificultar a identificação dos processos comportamentais, aumentando a probabilidade de

“interpretações da cultura” pouco coerentes com os dados observados, como no conjunto da obra de Schneider (Kuper, 1999), o que pode aumentar a probabilidade de criação de “entidades conceituais” ou “constructos hipotéticos” de pouca utilidade para o estudo e intervenção sobre esses fenômenos. A pouca ênfase dos antropólogos em métodos experimentais como forma de avaliar as interpretações antropológicas também parece aumentar a probabilidade de adoção de termos pouco fiéis aos fenômenos naturais observados em campo, por serem escassas as oportunidades para verificar empiricamente as categorias criadas.

O exame das definições de cultura a partir dos conceitos básicos da Análise do Comportamento parece ter contribuído para demonstrar que os fenômenos examinados pelos antropólogos são diretamente relacionados aos processos comportamentais e que a linguagem predominantemente mentalista na Antropologia não deve ser considerada como um fator impeditivo para esses exames. Um possível próximo passo que parece ser promissor é expandir este tipo de análise às diferentes “teorias” antropológicas, utilizando como fontes de informação os diferentes sistemas teóricos explicativos e não apenas as definições de cultura apresentadas pelos autores.

Três aspectos do método utilizado neste trabalho parecem ser importantes serem destacados como contribuições ao debates metodológicos sobre análises conceituais. O uso de fontes indiretas onde já há debates sobre história e evolução de um conceito permitiu um estudo com características mais “panorâmicas” (Eco, 1977/2005), especialmente útil nas primeiras aproximações com um objeto de estudo. Diante da falta de critérios claros para definir um conjunto de tipos de conhecimento ou de autores para serem examinados, o estudo panorâmico serve, ao menos, como uma possibilidade de estabelecer tais critérios para estudos futuros. Uma segunda contribuição foi o aumento da visibilidade sobre o conjunto geral das contribuições de cada antropólogo a partir de suas biografias. Esse procedimento permite acesso a informações que podem ser comparadas com as disponíveis nas fontes indiretas, estabelecendo um critério, ainda que rudimentar, para avaliar a fidedignidade das informações coletadas e, especialmente, identificar determinantes e características nucleares dos principais conceitos utilizados pelos autores, seus métodos e relações com outros autores e conhecimentos. Por fim, o cuidado para manter explícitos os principais trechos destacados de onde derivaram

as equivalências conceituais parece permitir ao leitor que avalie com mais propriedade esse processo, questionando-o e, quando pertinente, aperfeiçoando-o. Este procedimento é uma forma de aumentar a visibilidade sobre os controles sob os quais o comportamento do pesquisador esteve ao realizar cada etapa do processo de análise conceitual.

Embora tais cuidados metodológicos tenham sido tomados, ainda assim há aspectos que merecem ser destacados como dificuldades ou limites da análise realizada. O primeiro deles é em relação à baixa possibilidade de generalização das descobertas em função da pequena quantidade de informações disponíveis sobre cada conjunto de dados e pelas demais limitações decorrentes do uso de fontes indiretas. Qual o grau de confiabilidade das informações disponíveis em uma fonte indireta? Quanto a tradução dessa obra para a língua portuguesa alterou o sentido de conceitos ou expressões importantes nas concepções dos autores apresentados? Por mais que procedimentos como exame das biografias dos autores e de algumas de suas obras principais aumente a perceptibilidade sobre possíveis incoerências nos relatos das fontes indiretas, é importante considerar tais questões como limites para a generalização dos dados e interpretações realizadas.

Outro aspecto metodológico nuclear a ser problematizado foram as aproximações aos termos analítico-comportamentais realizadas a partir dos trechos destacados. O procedimento adotado teve como objetivo aumentar a discriminação dos processos comportamentais envolvidos na descrição das características do fenômeno cultura, seus determinantes e processos por ele determinados. Ao longo desse processo foram identificadas dificuldades para tentar estabelecer os mesmos critérios para diferentes conjuntos de dados. Notadamente o grau de exigência para realização de algumas equivalências foram diferentes. Em algumas delas foram definidos os termos apresentados na fonte de informação, enquanto em outras apenas explicitado o processo comportamental básico envolvido. Essa dificuldade parece estar relacionada com o uso de fontes indiretas de informação, pois muitos dos termos apresentados como importantes para os autores relatados não eram definidos a partir das contribuições do próprio autor cuja obra estava sendo examinada na fonte indireta. Para lidar com isso foram utilizadas a mesma aproximação dos conceitos para diferentes autores, o que pode ser mais um fator limitador da generalização dos resultados encontrados.

Apesar das dificuldades metodológicas, principalmente as envolvidas no uso de fontes de informação indireta, os resultados encontrados parecem indicar novas possibilidades de pesquisa no campo de relações entre Antropologia e Análise do Comportamento, por estarem caracterizados os aspectos gerais das contribuições de cada autor em relação a métodos de trabalhos e tipo de fenômenos examinados, permitindo identificar tipos de conhecimento e autores com importantes contribuições para serem examinados.

Nesse sentido, novas possibilidades de pesquisa foram identificadas a partir das descobertas realizadas. Uma fonte promissora de estudos sobre processos culturais são os debates entre Harris e Sahlins (Harris, 1968 e 1979; Sahlins, 1976) que explicitam os principais argumentos neo-evolucionistas e culturalistas em relação às suas concepções e métodos. Harris, que já tem partes de suas obras examinadas por analistas do comportamento (Sampaio, 2008), e Sahlins, que foi um dos expoentes do movimento neo-evolucionista e atualmente considera-se culturalista (Kuper, 1999), são debatedores qualificados para o exame desses argumentos e o exame de suas obras pode apresentar importantes contribuições para os estudos em análise do comportamento em explicitar possíveis princípios envolvidos nos processos de seleção cultural.

Uma segunda frente de pesquisa são as relações entre processos culturais e comportamentos verbais, indicadas pela ênfase nos estudos sobre “sistemas simbólicos” tanto de Antropólogos Culturais quanto dos Neo-evolucionistas. Alguns dos aspectos envolvidos nessas relações já são examinados no âmbito da Análise do Comportamento, como na aprendizagem de símbolos ou nas correspondências dizer-fazer (Catania, 1998), ou mesmo sobre comportamentos envolvidos em processos culturais como o humor brasileiro (Hübner, Miguel & Michael, 2005). Outros aspectos nas relações entre processos culturais e comportamentos verbais, como o ensino de comportamentos inter-geracionais e controle verbal do comportamento parecem também ser possibilidades de novas pesquisas em estudos culturais.

Outro campo vasto de possibilidades para estudo de variáveis culturais é o exame de esquemas de reforçamento complexos e concorrentes, com reforçadores generalizados, na determinação de comportamentos sociais. A complexidade ambiental na qual grande parte dos comportamentos humanos ocorrem parecem

ainda ser uma vasta possibilidade de novas pesquisas. Nesse campo, um dos aspectos possíveis de serem examinados é a idéia de coerências da cultura, explicitados principalmente nas obras de Sapir e Benedict (Cuche, 1996). A idéia de coerência entre as classes de comportamento que constituem a unidade cultural parecem ainda requerer a demonstração sobre sua validade.

Outro campo, já indicado por Skinner (1987), é o exame dos processos verbais utilizados por diferentes grupos humanos para identificar as decorrências não contingentes ao comportamento, ou conseqüências a longo prazo, e que são importantes serem conhecidas para a sobrevivência do grupo. Além disso os processos de controle do comportamento dos membros do grupo em função dessas decorrências em diferentes contextos e de diferentes formas parecem ser um campo promissor de estudos.

A análise de estudos antropológicos já realizados como fontes de dados para estudo das relações de determinação de comportamentos de um grupo a partir das contribuições da Análise do Comportamento, como realizado por Sampaio (2008) parecem indicar possibilidades de estudo sobre culturas que já não existem mais ou que são inviáveis serem observadas diretamente. Além disso, estudos que examinem a idéia de cultura nas obras específicas de cada autor, ou ainda as teorias formuladas por cada um deles, que permitam avançar os dados iniciais descobertos neste trabalho também podem oferecer promissoras contribuições.

As principais implicações dos resultados obtidos parecem indicar que o exame da literatura antropológica pode contribuir para a caracterização do fenômeno cultura e demais processos relacionados que têm sido objeto de estudo sistemático na Análise do Comportamento. Mesmo as concepções mentalistas em Antropologia podem oferecer contribuições para a caracterização desses processos e o desenvolvimento de métodos para examiná-los parece ser uma importante possibilidade de pesquisas. Talvez o desenvolvimento desse tipo de procedimentos metodológicos possa também ser utilizado no âmbito da Psicologia, para examinar e avaliar as contribuições de diferentes tipos de conhecimento. Além disso, a ênfase no estudo de processos relacionados ao comportamento verbal na Antropologia Cultural e no Neo-Evolucionismo Cultural, indica direções importantes para o estudo da cultura na Análise do Comportamento.

As implicações mais gerais à Psicologia parecem se referir à importância de valorizar a cultura como produto de comportamentos e determinante desses. Examinar fenômenos culturais é examinar os principais determinantes do comportamento humano. Instruir psicólogos a identificar tais determinantes parece ser etapa nuclear na formação desses profissionais. Por outro lado, capacitar os profissionais que atuam sobre esses fenômenos a identificar que a própria cultura é composta por comportamentos, cria condição facilitadora para que psicólogos identifiquem a importância de atuar diretamente sobre fenômenos culturais como forma de lidar com fenômenos psicológicos em outros níveis de atuação.

À Antropologia, talvez a principal contribuição deste trabalho seja explicitar que há contribuições na Psicologia para o estudo da cultura para além das contribuições psicanalíticas. Há conhecimento científico produzido em Psicologia ao longo do último século que parece indicar possibilidades de fazer avançar o conhecimento sobre fenômenos culturais para além do que tem sido tradicionalmente realizado (Skinner, 1979). Conceitos como 'comportamento' e 'contingência de reforço' parecem permitir visibilidade sobre processos estudados no âmbito da Antropologia, com o rigor da metodologia científica ignorado por parte dos antropólogos. O exame da literatura em Análise do Comportamento indica que além de conhecimento já existente sobre processos culturais que parecem ser pouco conhecidos no âmbito da Antropologia, há cada vez mais cientistas comportamentais estudando sobre tais processos e que, talvez, seja o momento de tais contribuições serem conhecidas pelos antropólogos.

REFERÊNCIAS

- Andery, M.A.P.A. (2008). Comentários apresentados durante debate no simpósio “O Conceito de cultura e as relações entre Análise do Comportamento e Ciências Sociais. Em: **XVII Encontro da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental**. Não publicado.
- Andery, M.A.P.A.; Michelleto, N.; Sério, T.M.A.P. (2005). A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e meta-contingências. Em: Todorov, J.C.; Martone, R.C.; Moreira, M.B. (orgs.) **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. Santo André: Esetec
- Andery, M.A.P.A.; Sério, T.M.A.P. (1997/1999). O conceito de metacontingências: afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente? Em: Banaco, R.A. (org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva**. v. 1. Santo André (SP): Arbyte, 2. edição, p. 106-116.
- Bjork, D.W. (1993). **B.F. Skinner - a life**. New York: Basicbooks.
- Boas, F. (1896/2006). As limitações do método comparativo da antropologia. Em: Castro, C. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3 ed. Publicação original: The limitations of the comparative method of antropology. Em: **Anais do Encontro da American Association for the Advancement of Science**.
- Botomé, S.P. (1981). **Objetivos comportamentais de ensino: A contribuição da Análise Experimental do Comportamento**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia.
- Botomé, S.P. (1981). **Administração de comportamento humano em instituições de saúde: uma experiência para serviço público**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia.
- Botomé, S.P. (2001). Sobre a noção de comportamento. Em: Feltes, H.P. de M. & Zilles, U. (orgs). **Filosofia: diálogo de horizontes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.687-708.
- Botomé, S.P. (2006). A noção de contingência, imanência e contingência de reforçamento. (apresentação realizada na disciplina de Análise Experimental do Comportamento do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina). **Não publicado**.
- Botomé, S.P. & Kubo, O.M. (s/d). **Ciência e Senso comum**. Não publicado.
- Botomé, S.P. & Kubo, O.M. (1999). Quadro comparativo dos conceitos de mercado de trabalho, campo de atuação profissional, área de conhecimento, processos de conhecer e tipos de conhecimento. **Material didático**, elaborado para uso no Curso de Psicologia da UFSC.

- Boudon, R.; Bourricaud, F. (2001). **Dicionário crítico de sociologia**. 2. ed São Paulo: Atica.
- Burza, J.B. (1970). Prefácio. Em: Uflaker, H.A.; Andreoli, E.O.M. (trad.) **Pavlov: obras escolhidas**. São Paulo: Hemus.
- Carrara, K. (2006). Análise do Comportamento e questões sociais: qual a contribuição das metacontingências? **Anais do II Encontro de Análise do Comportamento de Curitiba**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Carrara, K. (2005). **Behaviorismo radical: crítica e metacrítica**. São Paulo: UNESP, 2ª edição.
- Castro, C. (org.) (2004/2006). **Antropologia Cultural / Franz Boas; textos selecionados**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3ª edição.
- Castro C. (org) (2005). **Evolucionismo cultural / textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Catania, A.C. (1998/1999). **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed. Publicação original: **Learning**. New York: Prentice-Hall.
- Cuche, D. (1996/2002). **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2ª edição. Publicação original: **La notion de culture dans les sciences sociales**. Paris: La Découverte.
- DaMatta, R. (1987). **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco.
- Davidoff, L. (1987/2001). **Introdução à Psicologia**. Rio de Janeiro: Makron, 3ª edição.
- De Rose, J.C.C. (1993). Classes de estímulos: implicações para uma análise comportamental da cognição. Em: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.9 (2), p.283-304.
- De Rose, J.C.C. (1997/1999). O que é comportamento? Em: Banaco, R.A. (org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva**. v. 1. Santo André (SP): Arbyte, 2. edição, p. 79-81.
- Eagleton, T. (2000/2005). **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP. Publicação original: **The idea of culture**. New York: Blackwell Publishing.
- Eco, U. (1977/2005). **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 20 ed.
- Elias, N. (1939/1990). **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v.1, 2 e 3. Publicação original: **Über den Prozess der Zivilisation**. Basileia: Verlag Haus zum Falken.

- Ferster, C.B.; Culbertson, S.C.; Boren, M.C. (1968/1977). **Princípios do comportamento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Publicação original: **Principles of behavior**. New Jersey: Prentice-Hall.
- Geertz, C. (2000/2001). Paisagem e acidente: uma vida de aprendizagem. Em: **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.15-29.
- Geertz, C. (1995/2001). O estranho estranhamento: Charles Taylor e as ciências naturais. Em: **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.131-142. Publicado originalmente em: Tully, J.; Weinstock, D.M. (orgs.). **Philosophy in the age of pluralism**. Cambridge: Cambridge University, p.83-95.
- Glenn, S. S. (2004, Fall). Individual Behavior, Culture, and Social Change. **The Behavior Analyst**, 27(2), 133-151.
- Glenn, S. (1991). Contingencies and metacontingências: Relations among behavioral, cultural and biological evolution. Em: Lamal, P.A. **Behavioral analysis of societies and cultural practices**. New York: Hemisphere Publishing Corporation.
- Glenn, S. (1988). Contingencies and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. **The Behavior Analysis**, 11, p. 161-179.
- Glenn, S. (1986/2005). Metacontingências em Walden Dois. Em: Todorov, J.C.; Martone, R.C.; Moreira, M.B. (orgs.). **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. Santo André: Esetec. Publicação original: Metacontingencies in Walden Two. Em: **Behavioral Analysis and Social Action**, 5, p.2-8.
- Gusso, H.L.; Kubo, O.M. (2007a). O conceito de cultura: Afinal, a “jovem” metacontingência é necessária? Em: **Revista Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental**, v.9, p.139-144.
- Gusso, H.L.; Kubo, O.M. (2007). A noção de “prática cultural” na obra de Sigrid Glenn: implicações para (in)diferenciação dos fenômenos “cultura” e “comportamento”. Em: **Anais da XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia** [cd-rom].
- Gusso, H.L.; Kubo, O.M.; Botomé, S.P. (2007). Distinção entre as noções de “classe de respostas” e “classe de comportamentos” como exigência para avaliar o conceito de metacontingências Em: **Anais da XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia** [cd-rom].
- Gusso, H.L.; Dittrich, A. (2005). Análise funcional da extração ilegal de palmito juçara na Mata Atlântica paranaense. Em: **Anais do XIV Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental**. Online. Disponível em: www.abpmc.org.br
- Harris, M. (1968). **Rise of Anthropological Theory**. New York: Crowell.

- Harris, M. (1979). **Cultural Materialism: The struggle for a science of culture**. New York: Vintage Books
- Holland, J. (1978/1983). Comportamentalismo parte do problema ou parte da solução? **Psicologia**, 9(1), 59-75. Publicação original: Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? **Journal of Applied Behavior Analysis**, 11, p.163-174.
- Holland, J.; Skinner, B.F. (1961/1969). **A análise do comportamento**. São Paulo: Herder. Publicação original: **The analysis of behavior**. New York: McGraw-Hill.
- Hübner, M.M.C.; Miguel, C.F.; Michael, J. (2005). Controle múltiplo no comportamento verbal: humor brasileiro e operantes relacionados. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-14.
- Johnson, A.G. (1997). **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kaplan, D.; Manners, R.A. (1972/1975). **Teoria da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar editores. Publicação original: **Culture theory**. New Jersey: Prentice-Hall.
- Keller, F.S.; Schoenfeld, W.N. (1950/1966). **Princípios de Psicologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária. Publicação original: **Principles of Psychology**. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Kubo, O.M.; Botomé, S.P. (2001). Ensino-aprendizagem: um interação entre dois processos comportamentais. Em: **Interação**, n.5, p.133-171.
- Kuper, A. (1999/2002). **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: Edusc. Publicação original: **Culture: the anthropologist's account**. Cambridge: Harvard University Press.
- Lamal, P.A. (1997). **Cultural contingencies: behavior analytic perspectives on cultural practices**. London: Praeger.
- Lamal, P.A. (1991). **Behavioral analysis of societies and cultural practices**. New York: Hemisphere publishing.
- Laraia, R.B. (1986/2005). **Cultural: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 18ª edição.
- Levinson, D.; Ember, M. (ed.). (1996). **Encyclopedia of cultural anthropology**. New York: Henry Holt, v.1.
- Levinson, D.; Ember, M. (ed.). (1996). **Encyclopedia of cultural anthropology**. New York: Henry Holt, v.2.
- Levinson, D.; Ember, M. (ed.). (1996). **Encyclopedia of cultural anthropology**. New York: Henry Holt, v.3.

- Levinson, D.; Ember, M. (ed.). (1996). **Encyclopedia of cultural anthropology**. New York: Henry Holt, v.4.
- Lloyd, K.E. (1985). Behavioral anthropology: A review of Marvin Harris's Cultural Materialism. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, 43, p.279-287.
- Malagodi, E. F., Jackson, K. (1989, Spring). Behavior Analysts and Cultural Analysis: Troubles and Issues. **The Behavior Analyst**, 12(1), p.17-33.
- Malagodi, E.F. (1986). On radicalizing behaviorism: A call for cultural analysis. Em: **The behavior Analyst**, 9, p.1-17.
- Martone, R.C.; Banaco, R.A. (2005). Comportamento Social: A imprensa como agência e ferramenta de controle social. Em: Todorov, J.C.; Martone, R.C.; Moreira, M.B. (orgs.). **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. Santo André: Esetec.
- Mead, M. (1935/2003). **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva. Publicação original: **Sex and temperament in three primitive societies**. New York: William Morrow.
- Millenson, J. R. (1967/1971). **Princípios de Análise do Comportamento**. Brasília: Editora Brasília. Publicação original: Principles of behavioral analysis. New York: McMillan.
- Outhwaite, W.; Bottomore, T. (ed.). (1993/1996). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Pavlov, I.P. (1927/1970). O reflexo condicionado. Em: Uflaker, H.A.; Andreoli, E.O.M. (trad.) **Pavlov: obras escolhidas**. São Paulo: Hemus. Publicação em língua inglesa: Anrep, G.V. (trad.) **Conditioned Reflexes: an investigation of the physiological activity of the cerebral cortex**. London: Oxford University Press. [publicação original não localizada.]
- Pereira, J.M.C. (2008). **Investigação experimental de metacontingências: Separação do produto agregado e da consequência individual**. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento, PUC-SP, São Paulo.
- Pimenta, J. (1955). **Enciclopédia de cultura, sociologia e ciência correlatas**. São Paulo: Freitas Bastos, 1 ed.
- Robinson, J. (2003). **Trece trucos de magia: El origin verbal de los mitos em Psicologia**. Hermosillo: Comunidad Los Horcones.
- Sahlins, M. (1976). **Culture and Practical Reason**. Chicago: The University of Chicago press.
- Sampaio, A. (2008). **A quase-experimentação no estudo da cultura: Análise da obra Colapso de Jared Diamond**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- Santos, W. (1978). **Vocabulário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Rio.
- Schmidt, A.; Souza, D.G. (2003). Controle instrucional: discussões atuais. Em: Costa, C.E.; Luzia, J.C.; Sant'Anna, H.H.N. (orgs.). **Primeiros passos em Análise do Comportamento e cognição**. Santo André: ESETec.
- Sério, T.M.A.P. (1983). **A noção de classe de respostas operante: sua formulação inicial**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia.
- Sidman, M. (1960/1976). **Táticas da pesquisa científica**. São Paulo: Brasiliense. Publicação original: **Tactics of scientific research**. New York: Basic Books
- Silva, B. (ed.) (1986). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Skinner, B.F. (2006). Rússia, 1961. Em: **The Spanish Journal of Psychology**, v.9, n.1, p.115-142.
- Skinner, B.F. (1989/2006). **Questões recentes na Análise Comportamental**. Campinas: Papirus.
- Skinner, B.F. (1987). **Upon further reflection**. New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B.F. (1983/1984). **A matter of consequences. Part three of an Autobiography**. New York: New York University Press.
- Skinner, B.F. (1981). Selection by consequences. Em: **Science**, 213, p.501-504.
- Skinner, B.F. (1979/1984). **The shaping of a behaviorist. Part two of an Autobiography**. New York: New York University Press.
- Skinner, B.F. (1976/1984). **Particulars of my life. Part one of an Autobiography**. New York: New York University Press.
- Skinner, B.F. (1974/2003). **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix. Publicação original: **About behaviorism**. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B.F. (1971/2000). Para além da liberdade e dignidade. Lisboa: Ciências do homem. Publicação original: **Beyond freedom and dignity**. New York: Alfred Knopf.
- Skinner, B.F. (1969/1984). **Contingências de reforçamento: uma análise teórica**. São Paulo: Abril. Publicação original: **Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis**. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B.F. (1968/1972). **Tecnologia de ensino**. São Paulo: E.P.U. Publicação original: **The technology of teaching**. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B.F. (1957/1978). **O comportamento verbal**. São Paulo: Cultrix. Publicação original: **Verbal behavior**. New Jersey: Prentice-Hall.

- Skinner, B.F. (1953/1998). **Ciência e comportamento humano**. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes. Publicação original: **Science and human behavior**. New York: MacMillan.
- Skinner, B.F. (1938/1975). **La conducta de los organismos**. Barcelona: Fontinela. Publicação original: **The behavior of organisms**. New York: Appleton-Century.
- Skinner, B.F. (1935/1975). La naturaleza genérica de los conceptos de estímulo y respuesta. Em: **Registro Acumulativo**. Barcelona: Editorial Fontanella. Publicação original: The generic nature of the concepts of stimulus and response. **The Journal of General Psychology**, 12, p. 40-65.
- Skinner, B.F. (1931/1975). El concepto de reflejo em la descripción de la conducta. Em: **Registro Acumulativo**. Barcelona: Editorial Fontanella. Publicação original: The concept of the reflex in the description of behavior. **The Journal of General Psychology**, 5, p.427-458.
- Souza, D.G. (2000). O conceito de contingência: um enfoque histórico. Em: **Temas em Psicologia da SBP**, 8(2), p.125-136.
- Souza, D.G. (1997/1999). O que é contingência? Em: Banaco, R.A. (org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva**. v. 1. Santo André (SP): Arbyte, 2. edição, p. 82-87.
- Townsend, C.R.; Begon, M.; Harper, J.L. (2003/2006). **Fundamentos em ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2. edição.
- Todorov, J.C.; Martone, R.C.; Moreira, M.B. (orgs.) (2005). **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. Santo André: Esetec.
- Todorov, J.C.; Moreira, M.A. (2004/2005). Análise Experimental do Comportamento e Sociedade: um novo foco de estudo. Em: Todorov, J.C.; Martone, R.C.; Moreira, M.B. (orgs.). **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. Santo André: Esetec.
- Todorov, J.C.; Moreira, M.B.; Moreira, M. (2005). Contingências entrelaçadas e contingências Não relacionadas. Em: Todorov, J.C.; Martone, R.C.; Moreira, M.B. (orgs.). **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. Santo André: Esetec.
- Todorov, J.C. (2007). A Psicologia como o estudo de interações. Em: **Psicologia: Teoria e pesquisa**, 23, p. 57-61.
- Tourinho, E.Z. (2007). Comportamento humano no mundo moderno. Apresentação realizado no **I Encontro Paranaense de Análise do Comportamento**. Universidade Federal do Paraná.
- Tourinho, E.Z. (2006). Relações comportamentais como objeto da Psicologia: algumas implicações. Em: **Interação em Psicologia**, 10 (1), p.1-8.
- Ullmann, L.P.; Krasner, L. (1965). **Case studies in behavior modification**. New York: Holt, Rinehart and Winston.

Vargas, E.A. (1985). Cultural contingencies: A review of Marvin Harris's Cannibals and Kings. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, 43, p. 419-428.

Zanelli, J. C.; Borges-Andrade, J. E.; Bastos, A.V.B. (orgs). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1. Representação dos comportamentos de brincar com o bebê , apresentado pela senhora Maria, e proteger o bebê de uma situação de risco , apresentado pelo senhor João, que apresentam a mesma classe de respostas, mas relações com diferentes aspectos do meio antecedente e conseqüente.....	21
Figura 1.2. Ilustração de alguns dos verbos que explicitam apenas a atividade (respostas) de organismos e verbos que explicitam as relações que constituem comportamentos.....	22
Figura 1.3. Representação esquemática dos componentes do comportamento de João de obter atenção e elogios da professora por meio da limpeza do caderno.....	24
Figura 1.4. Representação esquemática dos componentes do comportamento de limpar o caderno de João.....	24
Figura 3.1. Representação esquemática das mudanças no núcleo da definição de cultura na França, entre os séculos XIII e XVIII, a partir das informações disponíveis em Cuche (1996), identificadas a partir da noção de comportamento..	58
Figura 3.2. Representação da definição de “cultura” na França do século XVIII como conjunto do conhecimento produzido pelo homem (formulada a partir de Cuche, 1996).....	62
Figura 3.3. Representação da definição de <i>cultura</i> como “progressos individuais” e de <i>civilização</i> como “progressos coletivos”, como utilizado na França do século XVIII.....	64
Figura 3.4. Representação da definição de “cultura” na França do século XVIII como conjunto do conhecimento produzido pelo homem (formulada a partir de Cuche, 1996).....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1. Exemplo de protocolo de Registro utilizado para registro dos trechos que apresentavam informações diretas ou indiretas sobre o fenômeno cultura e informações biográficas dos autores examinados.....	43
Tabela 2.2. Relação de conjuntos, sub-conjuntos e autores selecionados para análise das contribuições para a definição do fenômeno cultura.....	47
Tabela 2.3. Exemplos do processo de apresentação dos fragmentos de trechos destacados em unidades completas, da identificação de categorias gerais e das equivalências em termos comportamentais.....	52
Tabela 4.1. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Morgan, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	72
Tabela 4.2. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Frazer, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	74
Tabela 4.3. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Tylor, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	77
Tabela 4.4. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas pelos autores evolucionistas culturais clássicos e apresentadas por Cuche (1996) e Kuper (2002).....	78
Tabela 5.1. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Boas, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	106
Tabela 5.2. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Boas (1858-1942) e apresentadas por Cuche (1996) e Kuper (2002).....	108

Tabela 5.3. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam os determinantes desse fenômeno e também outros processos determinados pela cultura propostos por Boas (1858-1942) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	110
Tabela 5.4. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Kroeber, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	119
Tabela 5.5. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Kluckhohn, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	122
Tabela 5.6. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Kroeber (1876-1960) e Kluckhohn (1905–1960) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	124
Tabela 5.7. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam os determinantes desse fenômeno e também outros processos determinados pela cultura propostos por Kroeber (1876-1960) e Kluckhohn (1905–1960) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	127
Tabela 5.8. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Sapir, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	135
Tabela 5.9. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Sapir (1884-1939) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	136

Tabela 5.10.	Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam os determinantes desse fenômeno e também outros processos determinados pela cultura propostos por Sapir (1884-1939) e apresentada por Cuche (1996) e Kuper (2002).....	141
Tabela 5.11.	Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Benedict, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	147
Tabela 5.12.	Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Benedict (1887-1948) e apresentada por Cuche (1996) e Kuper (2002).....	148
Tabela 5.13.	Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam outros processos determinados pela cultura propostos por Benedict (1887-1948) e apresentada por Cuche (1996) e Kuper (2002).....	150
Tabela 5.14.	Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Mead, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	158
Tabela 5.15.	Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno e também outros processos determinados pela cultura propostos por Mead (1901-1978) e apresentada por Cuche (1996) e Kuper (2002).....	160
Tabela 5.16.	Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Parsons, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	168
Tabela 5.17.	Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostos por Parsons (1902-1979) e apresentada por Cuche (1996) e Kuper (2002).....	170

Tabela 5.18. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam outros processos determinados pela cultura propostos por Parsons (1902-1979) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	171
Tabela 5.19. Síntese das informações sobre os aspectos enfatizados do fenômeno cultura com o qual Geertz lidava, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	180
Tabela 5.20. Aproximação aos termos comportamentais das definições de cultura que apresentam as características desse fenômeno categorizadas como sistema simbólico propostas por Geertz (1926-2006) e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	182
Tabela 5.21. Aproximação aos termos comportamentais das definições de cultura que apresentam as características desse fenômeno categorizadas como ações dos indivíduos como meio de identificar a cultura e religião como aspecto privilegiado da cultura propostas por Geertz (1926-2006) e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	184
Tabela 5.22. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura em que apresentam as características desse fenômeno propostas por Geertz (1926-2006) e apresentadas em outros trechos por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	185
Tabela 5.23. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam cultura como determinante de comportamentos propostos por Geertz (1926-2006) e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	187
Tabela 5.24. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam determinantes do fenômeno cultura e outros processos determinados pela cultura propostos por Geertz (1926-2006) e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	189
Tabela 5.25. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Schneider, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	199

Tabela 5.26. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Schneider (1918-1995) e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	200
Tabela 5.27. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostas por Schneider (1918-1995) e apresentadas por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	204
Tabela 5.28. Síntese das informações sobre os aspectos do fenômeno cultura enfatizados por Sahlins, suas principais características/contribuições para o estudo do fenômeno “cultura” e principais obras publicadas.....	211
Tabela 5.29. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam as características desse fenômeno propostos por Sahlins (1930) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	213
Tabela 5.30. Aproximação aos termos comportamentais e categorização dos aspectos nucleares da definição de cultura que apresentam a cultura como determinante de outros processos propostos por Sahlins (1930) e apresentada por Cucho (1996) e Kuper (2002).....	215
Tabela 5.31. Características mais enfatizadas do fenômeno cultural por antropólogos culturais, organizadas em categorias, identificadas nas obras de Cucho (1996) e Kuper (2002)...	219
Tabela 5.32. Determinantes do fenômeno cultura apresentados por diferentes antropólogos culturais, organizados por categorias, identificados nas obras de Cucho (1996) e Kuper (1999).....	221
Tabela 5.33. Processos determinados pela cultura apresentados por antropólogos culturais, organizados por categorias e identificados nas obras de Cucho (1996) e Kuper (1999).....	222

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1.** Trechos destacados das fontes de informação com características do fenômeno cultura, seus determinantes e processos por ela determinados 247
- Anexo 2.** Definição dos conceitos mais freqüentes nas obras de antropologia examinadas e seus equivalentes em termos comportamentais..... 259

ANEXOS

Anexo 1. Trechos destacados das fontes de informação com características do fenômeno cultura.

Parte 1: BOAS, Franz

Número do trecho	Trecho destacado
B1	“(…) não há diferença de “natureza” (biológica) entre primitivos e civilizados, somente diferenças de cultura, adquiridas e logo, não inatas.” (Cuche, 1996, p.41-42)
B2	“Para Boas, cada cultura representava uma totalidade singular e todo seu esforço consistia em pesquisar o que fazia sua unidade. Daí sua preocupação de não somente descrever os fatos culturais, mas de compreendê-los juntando-os a um conjunto ao qual eles estavam ligados. Um costume particular só pode ser explicado se relacionado ao seu contexto cultural. Trata-se assim de compreender como se formou a síntese original que representa cada cultura e que faz a sua coerência.” (Cuche, 1996, p.45)
B3	“Cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas desta maneira. Este estilo, este “espírito” próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos.” (Cuche, 1996, p.45)
B4	“Um fenômeno cultural só é inteligível à luz do seu passado; e por causa da complexidade do passado, generalizações cronológicas, como as da física, são tão impraticáveis quanto generalizações atemporais. (Lowie, 1937, p.145). Mudanças culturais resultavam de contatos casuais ou eram geradas pela reação criativa de indivíduos diante da tradição herdada, estimuladas pelo desafio ambiental. Acontece que as culturas não constituíam sistemas integrados.” (Kuper, 2002, p.88)

Anexo 1. Trechos destacados das fontes de informação com características do fenômeno cultura.

Parte 2: **KROEBER, Alfred e KLUCKHOHN, Clyde**

Número do trecho	Trecho destacado
KK1	<p>“O essencialismo ou substancialismo, que consiste em conceber a cultura como uma realidade em si – crítica freqüentemente dirigida aos culturalistas – é uma crítica que se aplica somente a Kroeber, que considerava a cultura como ligada ao âmbito do ‘super-orgânico’, definindo-a como um nível autônomo do real, que obedece a suas próprias leis. Kroeber atribuía conseqüentemente à cultura uma existência própria, independente da ação dos indivíduos e fugindo ao seu controle (Kroeber, 1917).” (Cuche, p.87)</p>
KK2	<p>“Kroeber e Kluckhohn acreditavam que a cultura tinha de ser tratada como um todo integrado e estruturado, formado de partes conectadas. (...). Era preferível restringir a definição, diferenciar cultura de sociedade e definir cultura como uma questão de idéias, e não de atos ou instituições.</p> <p>O sistema de idéias que constituía uma cultura podia ser observado indiretamente em ‘suas expressões, incorporações ou resultados’. (...) as idéias culturais são expressadas e comunicadas por meio de símbolos. (...).</p> <p>‘Certamente houve a partir de 1951 um amplo reconhecimento entre filósofos, lingüistas, antropólogos, psicólogos e sociólogos de que a existência de cultura deve-se, essencialmente, ao desenvolvimento da faculdade de simbolizar, generalizar e fazer substituição imaginativa por parte do homem primitivo. (...) (Kroeber e Kluckhohn, 1952, p.153).’</p> <p>Por fim, ‘as propriedades da cultura que parecem ser mais características e mais importantes’ são seus valores. ‘Na verdade, os valores fornecem a única base para a compreensão total da cultura, pois a verdadeira organização de todas as culturas ocorre fundamentalmente em termos dos seus valores’. (citações de Kroeber e Kluckhohn, 1952, p.171-173)”</p> <p>(Kuper, 2002, p.84-85)</p>
KK3	<p>“‘Cultura consiste de padrões, explícitos e implícitos, de comportamento adquirido e transmitido por símbolos’. (Kroeber e Kluckhohn, 1952, p.181). E o “núcleo essencial da cultura consiste de idéias tradicionais (...) e, especificamente, dos valores a elas vinculados.”</p> <p>(Kuper, 2002, p.85)</p>
KK4	<p>“Até mesmo Kroeber, que desenvolveu a vaga idéia de padronização cultural, que seu colegas acharam um tanto mística, insistia que uma cultura deveria ser tratada historicamente, e não como um todo em funcionamento.”</p> <p>(Kuper, 2002, p.92)</p>
KK5	<p>“Achamos conveniente definir o conceito de <i>cultura</i> de forma mais restrita do que a tradição antropológica norte-americana tem feito, restringindo sua referência a um conteúdo transmitido e criado e a padrões de valores, idéias e outros sistemas simbólicos significativos como fatores na formação do comportamento humano e dos produtos desse comportamento.”</p> <p>(Kroeber e Parsons, 1958, p.583 em Kuper, 2002, p.98)</p>

Anexo 1. Trechos destacados das fontes de informação com características do fenômeno cultura.

Parte 3: SAPIR, Edward

Número do trecho	Trechos destacados
S1	“(…) a cultura não existe enquanto realidade “em si”, fora dos indivíduos, mesmo que todas as culturas tenham uma relativa independência em relação aos indivíduos. A questão é então elucidar como sua cultura está presente neles, como ela os faz agir, que condutas ela provoca, supondo precisamente que cada cultura determina um certo estilo de comportamento comum ao conjunto dos indivíduos que dela participam.” (Cuche, 2002, p.75)
S2	“O que existe (…) não são elementos culturais que passariam imutáveis de uma cultura a outra, independentemente dos indivíduos, mas comportamentos concretos de indivíduos, característicos de cada cultura e que podem explicar cada empréstimo cultural particular.” (Cuche. 2002, p.75)
S3	“ As diferenças culturais entre os grupos humanos são então explicáveis em grande parte por sistemas de educação diferentes que incluem os métodos de criação dos bebês (aleitamento, cuidados do corpo, modo de dormir, desmame, etc.) muito variados de um grupo a outro.” (Cuche, p.91).
S4	“Sapir elaborou teoria das relações entre cultura e linguagem. O pesquisador deve não apenas considerar a língua como um objeto privilegiado da antropologia, por ser um fato cultural em si, mas ele deve também estudar a cultura como uma língua . Em oposição às concepções substancialistas de cultura, ele a definia como um conjunto de significações aplicadas nas interações individuais. Para ele, a cultura é fundamentalmente um sistema de comunicação (Sapir. 1921). A hipótese chamada “Sapir-Whorf” (a linguagem como elemento de classificação e organização da experiência sensível), que Sapir relativizou negando que houvesse uma correlação direta entre um modelo cultural e uma estrutura lingüística, orientou toda uma série de pesquisas sobre a influência exercida pela língua sobre o sistema de representação de um povo. Língua e cultura estão em uma relação estreita de interdependência: a língua tem a função, entre outras, de transmitir a cultura, mas é, ela mesma, marcada pela cultura. ” (Cuche, p.93-94).
S5	“Sapir foi talvez um dos primeiros a ter considerado a cultura como um sistema de comunicação interindividual , quando afirmava: ‘ O verdadeiro lugar da cultura são as interações individuais. ’ Para ele, uma cultura é um conjunto de significações que são comunicadas pelos indivíduos de um dado grupo através destas interações . Por isso mesmo ele se opunha às concepções substancialistas da cultura. Mais do que definir a cultura por sua suposta essência, ele desejava se fixar na análise dos processos de elaboração da cultura. (Sapir, 1949).” (Cuche, p.105-106).
S6	“Para ‘o etnólogo e historiador da cultura’, cultura incorpora qualquer elemento socialmente herdado da vida do homem, material e espiritual’ (Sapir, 1949, p.309). Basicamente, cultura é contérmino com humanidade, pois mesmo ‘os selvagens mais inferiores’ têm cultura. O drama de Péricles, o dínamo elétrico e as técnicas e crenças dos povos primitivos que vivem exclusivamente da caça ‘são, igual e indiferentemente, elementos de cultura’. Sapir concluiu, entretanto, que nesse sentido talvez seja melhor falar em ‘civilização’ e não ‘cultura’. De qualquer forma, ‘não tenciono usar o termo ‘cultura’ nesse sentido técnico’.” (Kuper, 2002, p.92)
S7	“Sapir também fazia distinção entre o que ele chamava de cultura autêntica e cultura espúria . Uma cultura autêntica é ricamente variada, porém unificada e coerente: ‘nada é desprovido de sentido espiritual’ (Sapir, 1949, p.317). Ela é harmoniosa, como a culturada Atenas de Péricles e da Inglaterra Elisabetana, e não um mero ‘híbrido espiritual de retalhos contraditórios’ (Sapir, 1949, p.318). A cultura autêntica não está ligada ao progresso técnico. (...). Os etnólogos reconheceram ‘a freqüente vitalidade das culturas (Sapir, 1949, p.321), até mesmo daquelas que possuem tecnologia rudimentar. (Sapir, 1949, 324)” (Kuper, 2002, p.93-95).

Anexo 1. Trechos destacados das fontes de informação com características do fenômeno cultura.

Parte 4: BENEDICT, Ruth

Número do trecho	Trecho destacado
BE1	<p>Tipos culturais: “se caracterizam por suas orientações gerais e as escolhas significativas que eles fazem entre opções possíveis <i>a priori</i>. Benedict lança a hipótese da existência de um “arco cultural” que incluiria todas as possibilidades culturais em todos os âmbitos, cada cultura podendo tornar real apenas um segmento particular desse arco cultural. As diferentes culturas aparecem então definidas por um certo “tipo” ou estilo. Estes tipos de cultura possíveis não são em número ilimitado devido aos limites do “arco cultural”: é possível então classificá-los uma vez que tenham sido identificados. Convencida da especificidade de cada cultura, Benedict afirmava, no entanto, que a variedade de culturas é redutível a um certo número de tipos caracterizados”</p> <p>(Cuche, 1996, p.77)</p>
BE2	<p>“Para Benedict, cada cultura se caracteriza então por seu <i>pattern</i>, isto é, por uma certa configuração, um certo estilo, um certo modelo. O termo implica a idéia de uma totalidade homogênea e coerente.</p> <p>Toda cultura é coerente, pois está de acordo com os objetivos por ela buscados, ligados a suas escolhas, no conjunto das escolhas culturais possíveis. Ela [a cultura] busca estes objetivos à revelia dos indivíduos, mas através deles, graças às instituições (sobretudo as educativas) que vão moldar todos os seus comportamentos, conforme os valores dominantes que lhe são próprios. O que define então uma cultura, não é a presença ou ausência de tal traço ou de tal complexo de traços culturais, mas sua orientação global em certa direção, ‘seu <i>pattern</i> mais ou menos coerente de pensamento e ação’. Uma cultura não é uma simples justaposição de traços culturais, mas uma maneira coerente de combiná-los. De certo modo, cada cultura oferece aos indivíduos um ‘esquema’ inconsciente para todas as atividades da vida.”</p> <p>(Cuche, 1996, p.77-78)</p>
BE3	<p>“A história de vida do indivíduo é, antes de mais nada, uma acomodação aos padrões e modelos tradicionalmente transmitidos por sua comunidade. Desde seu nascimento, os costumes moldam suas experiências e sua conduta. Quando começa a falar, ele é um produto da sua cultura, e quando cresce e pode tomar parte nas atividades coletivas, faz dos hábitos da comunidade os seus hábitos, das crenças da comunidade, as suas crenças e das impossibilidades da sua comunidade, as suas impossibilidades. (Benedict, 1934, p.2-3)</p> <p>(Kuper, 2002, p.95)</p>

Anexo 1. Trechos destacados das fontes de informação com características do fenômeno cultura.

Parte 5: MEAD, Margaret

Número do trecho	Trecho destacado
M1	<p>“A personalidade individual não se explica por seus caracteres biológicos (por exemplo, como aqui, o sexo), mas pelo ‘modelo’ cultural particular a uma dada sociedade que determina a educação da criança. Desde os primeiros instantes da vida, o indivíduo é impregnado deste modelo, por todo um sistema de estímulos e de proibições formulados explicitamente ou não. Isto o leva, quando adulto, a se conformar de maneira inconsciente com os princípios fundamentais da cultura. Este é o processo que os antropólogos chamaram de ‘enculturação’. A estrutura da personalidade adulta, resultante da transmissão da cultura pela educação, será em princípio adaptada ao modelo desta cultura. A anormalidade psicológica, presente e estigmatizada em todas as sociedades, se explica da mesma maneira, não de um modo absoluto (universal) mas de maneira relativa como sendo a consequência de uma indaptação do indivíduo chamado “anormal” à orientação fundamental de sua cultura (por exemplo, o Arapesh egocêntrico e agressivo ou o Mundugomor doce e altruísta). Existe então um vínculo estreito entre modelo cultural, método de educação e tipo de personalidade dominante. (Cuche, p.81-82)</p>
M2	<p>“Margaret Mead afirma claramente que a cultura é uma abstração (o que quer dizer uma ilusão). O que existe, segundo ela, são indivíduos que criam a cultura, que a transmitem, que a transformam. O antropólogo não pode fazer uma observação de campo de uma cultura; o que ele observa são apenas comportamentos individuais. Todos os esforços dos culturalistas próximos a Mead serão então no sentido de compreender as culturas a partir das condutas dos indivíduos que “são a cultura”, segundo uma expressão de Mead.” (Cuche, p.87-88).</p>
M3	<p>“Margaret Mead insiste que a cultura não é um “dado” que o indivíduo receberia como um todo, definitivamente, ao longo de sua educação. A cultura não se transmite como os genes. O indivíduo ‘se apropria’ de sua cultura progressivamente no curso de sua vida e, de qualquer maneira, não poderá nunca adquirir toda a cultura de seu grupo.” (Cuche, p.88)</p>

Anexo 1. Trechos destacados das fontes de informação com características do fenômeno cultura.

Parte 6: Parsons, Talcott

Número do trecho	Trecho destacado
P1	“Cada classe de ‘objetos’ forma um sistema: o sistema social, o sistema biológico e de personalidade individual e o sistema cultural. Esses três sistemas interagem a fim de dirigir as opções que cada ator é levado a fazer, mas não podem ser restritos a si mesmos. O indivíduo é ao mesmo tempo um organismo biológico dotado de personalidade característica, cidadão e membro da sociedade; e com um toque filosófico e a mente repleta de idéias, valores e teorias.” (Kuper, 2002, p.79)
P2	‘Cultura’ transformou-se num termo amplo que abarcava os domínios das idéias e dos valores. Sua moeda corrente eram os símbolos. ‘Objetos culturais são elementos simbólicos da tradição, das idéias ou das crenças culturais, símbolos expressivos ou padrões de valor’ (Parsons, 1951, p. 4). A cultura entra na ação, mas também possui vida própria. ‘Um sistema cultural não ‘funciona’ apenas como parte de um sistema de ação concreto, ele simplesmente ‘existe’ (Parsons, 1951, p.17).’ (Kuper, 2002, p.79-80)
P3	“Achamos conveniente definir o conceito de <i>cultura</i> de forma mais restrita do que a tradição antropológica norte-americana tem feito, restringindo sua referência a um conteúdo transmitido e criado e a padrões de valores, idéias e outros sistemas simbólicos significativos como fatores na formação do comportamento humano e dos produtos desse comportamento. Por outro lado, sugerimos que o termo <i>sociedade</i> – ou, de forma mais geral, <i>sistema social</i> – seja usado para designar o sistema relativo específico de interação entre indivíduos e coletividades. (Kroeber e Parsons, 1958, p.583) (Kuper, 2002, p.98)
P4	“A essência da proposição parsoniana é que a ação social possui vários ingredientes, um dos quais é a ‘cultura’. Cada ingrediente deve ser extraído e estudado, num primeiro instante, pelo pesquisador apropriado. Nessa grande distribuição, o antropólogo seria premiado com a cultura.” (Kuper, 2002, p.131)

Anexo 1. Trechos destacados das fontes de informação com características do fenômeno cultura.

Parte 7: Geertz, Clifford

Número do trecho	Trecho destacado
G1	“(...) estrutura do significado pela qual os homens moldam suas experiências.” (Geertz, 1973, p.312, em Kuper, 2002, p.129-130)
G2	“Cultura é ‘um sistema ordenado de significados e símbolos (...) em cujos termos os indivíduos definem seu mundo, revelam seus achados e fazem seus julgamentos’ (Geertz, 1973, p.245 em Kuper, 2002, p.132)
G3	“Um padrão de significados , transmitidos historicamente, incorporados em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam-se, perpetuam-se, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida e definem sua atitude em relação a ela” (Geertz, 1973, p.89 em Kuper, 2002, p.132)
G4	“Um conjunto de dispositivos simbólicos para o controle do comportamento” (Geertz, 1973, p.52 em Kuper, 2002, p.132)
G5	“Como cultura representa um sistema simbólico, os processos culturais devem ser lidos, traduzidos e interpretados.” (Kuper, 2002, p.132)
G6	“Os símbolos que constituem uma cultura são veículos de concepções, e é a cultura que fornece o ingrediente intelectual do processo social. Mas proposições culturais simbólicas fazer mais do que articular como é o mundo, elas também oferecem diretrizes sobre como agir nele. As proposições fornecem tanto modelos <i>do</i> que elas asseguram representar a realidade como padrões <i>de</i> comportamento. E é como um guia de comportamento que elas entram na ação social. É essencial, portanto, ‘distinguir de forma analítica entre os aspectos culturais e sociais da vida humana, e tratá-los como variáveis independentes, porém fatores mutuamente interdependentes’ (Geertz, 1973, p.144)”(Kuper, 2002, p.132-133)
G7	“O antropólogo convocava economistas, agrônomos e técnicos de desenvolvimento, recomendando insistentemente que eles refletissem sobre os hábitos e as tradições locais: o fator cultural. (...). Cultura, na forma concentrada da religião, dava inflexão às mudanças políticas e econômicas (...)” (Kuper, 2002, p.130).
G8	“Se a cultura podia ser definida, demarcada e estudada por meios apropriados, permanecia o problema – insistentemente proposto por Parsons – de como as relações entre cultura e processo social seriam estabelecidas. Qual era a função da cultura como modelo de ação? Cultura era um elemento puro e independente que se juntava a outros elementos (institucionais e psicológicos) para produzir ação social? Se fosse assim, como o elemento cultural podia ser abstraído uma vez que era observado apenas no curso da ação social? O problema era ainda mais complexo, no sentido de que a própria cultura era moldada por processos sociais e políticos.” (Kuper, 2002, p.134)
G9	“‘cultura é o tecido do significado, em cujos termos os seres humanos interpretam sua experiência e orientam sua ação (...)’ (Geertz, 1973, p.145)” (Kuper, 2002, p.134)
G10	“[cultura é] (...) domínio de comunicação simbólica. Compreender cultura significa interpretar seus símbolos” (Kuper, 2002, p.155)
G11	“Na prática ele elegeu a religião como epítome de cultura, e tentou descrever o efeito das concepções e práticas religiosas sobre determinados processos políticos, sociais e econômicos (um projeto weberiano). A religião tinha de ser tratada como um sistema cultural, mas era também um aspecto privilegiado da cultura, a cultura elevada ao seu ponto mais alto, em seu cerne ‘um agrupamento de símbolos sagrados, urdidos em algum tipo de todo ordenado’ (Geertz, 1973, p.129).” (Kuper, 2002, p.134-135)

G12	“As ações das pessoas são levadas em consideração e processadas através do filtro da interpretação. Ações são artefatos, sinais cujo propósito é transmitir significados. (...). O etnógrafo se preocupa, portanto, não com o que as pessoas fazem, mas com o significado do que elas fazem e com as interpretações que fazem das ações umas das outras. Seu negócio é ‘explicar explicações’, seus instrumentos, ‘interpretações de interpretações’ (Geertz, 1973, p.9)” (Kuper, 2002, p.140)
G13	“Os donos dos galos de briga, seus parentes e vizinhos fazem apostas casadas, que em embates importantes são bastante substanciais. Mas os protagonistas estão obtendo ganhos muito mais altos do que possam parecer. Eles ficam enlouquecidos, e não apenas por causa do dinheiro. Na verdade, o dinheiro é secundário. ‘É em grande parte <i>porque</i> a desutilidade marginal da perda é tão grande nos níveis mais elevados de aposta, que participar dessas disputas representa expor o próprio <i>self</i> em público, alusiva e metaforicamente, por intermédio do galo, arriscando no jogo’ (Geertz, 1973, p.434). O galo representa seu dono e as pessoas ligadas a ele. Consequentemente, o status está em jogo. Os apostadores ‘colocam seu dinheiro onde seu status está’. A ‘tese geral’ de Geertz é que a absorvente briga de galo é ‘basicamente uma dramatização que envolve status’ (Geertz, 1973, p.437). A análise de Bentham de ‘jogo profundo’ fracassa, porque leva em consideração apenas as apostas utilitárias mundanas. ‘O que dá um significado mais profundo às brigas de galo balinesas, portanto, não é o dinheiro em si, mas sim o que elas geram: a migração da hierarquia de status balinesa para o cenário da briga de galo, e quanto mais dinheiro estiver envolvido, maior essa migração.’ (Geertz, 1973, p.436) (Kuper, 2002, p.142-143)
G14	[cultura é] “a epítome dos valores que predominam numa sociedade, incorporados de forma mais perfeita nos rituais religiosos e na alta arte da elite.” (Kuper, 2002, p.158)
G15	“A cultura é o elemento essencial na definição de natureza humana, e a força dominante na história.” (Kuper, 2002, p.158)
G16	“(…) sistema simbólico que fornece tanto um relato do mundo como um conjunto de regras para atuar nele. A religião fazia o mesmo, mas de forma ainda mais eficiente, descrevendo um cosmos e prescrevendo princípios morais. A religião era uma expressão elevada de cultura, cultura em seu traje de domingo.” (Kuper, 2002, p.228)

Anexo 1. Trechos destacados das fontes de informação com características do fenômeno cultura.

Parte 8: **Schneider, David**

Número do trecho	Trecho destacado
SC1	<p>“Cultura era ‘um sistema de símbolos e significados’ (Schneider, 1976, p.198). Normas eram algo completamente diferente. Cultura ‘contrasta com normas no sentido de que as normas estão orientadas para padrões <i>de ação</i>, ao passo que a cultura constitui um corpo de definições, premissas, postulados, pressuposições, proposições e percepções sobre a natureza do universo e do lugar que o homem ocupa nele. (Schneider, 1976, p.202-203).</p>
SC2	<p>“Como sistema de símbolos, a cultura é bastante distinta dos padrões de comportamento observados; com efeito, ‘os dois devem ser considerados <i>independentes</i> um do outro’ (Schneider, 1968, p.117). ‘Decidi me encarregar do significado de símbolo e sentido no padrão total da ação e prosseguir com esse estudo’ (Schneider, 1968, p.130). Além disso, os símbolos não eram apenas independentes do comportamento observado; provavelmente eles não tinham nenhum vínculo com o mundo real. Parsons afirmara que um sistema simbólico era autônomo e independente. Schneider concordava: ‘Por símbolo, refiro-me a algo que representa algo mais, em que não existe uma relação necessária ou intrínseca entre o símbolo e aquilo que ele simboliza’ (Schneider, 1968, p.1).” (Kuper, 2002, p.173-174)</p>
SC3	<p>“No entanto, Schneider foi além de Parsons. Não apenas os símbolos são arbitrários, mas os próprios referentes, as coisas ou idéias que eles representam, são constructos culturais. Pode ser que não tenham nenhuma realidade objetiva. Como exemplo do que queria dizer, Schneider citou a idéia de fantasmas. Os informantes podem ter todo os tipos de noções fantásticas sobre fantasmas, mas o etnógrafo não tem meios de saber se eles existem ou não. O que importa, portanto, é apenas a idéia que os informantes têm dos fantasmas. Dessa observação incontestável ele formulou, de forma mais problemática, uma regra geral:</p> <p style="padding-left: 40px;">‘Uma vez que é perfeitamente possível formular (...) o constructo cultural de fantasmas sem na verdade jamais ter visto sequer um único exemplos, essa deveria ser uma verdade universal e sem referência à observabilidade ou não de objetos que podem supostamente referir-se aos constructos culturais’ (Schneider, 1968, p.7)</p> <p>Não há nenhum problema em invocar o espírito de Saussure para afirmar que sinais são arbitrários, mas isso não significa necessariamente que todos os símbolos se referem a constructos imaginários, livres das restrições da realidade. Fantasmas podem ser fantasia da imaginação coletiva, mas a categoria ‘chuva’ (por exemplo) pode referir-se a um fato da natureza para o qual todo idioma tem um vocábulo. E representações simbólicas nem sempre são arbitrárias. Nuvens escuras estão universalmente associadas à chuva, e muitas vezes são evocadas como sinônimos de tempestade iminente. Schneider insistia, todavia, que ‘é preciso distinguir uma unidade cultural ou constructo cultural de qualquer objeto em qualquer outro lugar do mundo real’ (Schneider, 1968, p.4). Consequentemente, os símbolos de parentesco deveriam ser tratados como se fossem arbitrários, e os conceitos a que se referem não deveriam ser confundidos com o que curiosamente chamamos de fatos da vida. Assim como um símbolo religioso pode referir-se a fantasmas, os símbolos de parentesco denotam idéias construídas culturalmente.” (Kuper, 2002, p.174-175)</p>

SC4	“(…) Schneider tenha passado a propor uma definição apurada de cultura que, de forma específica e conveniente, não incluía normas, e muito menos práticas. (...). Havia um único sistema simbólico, uma única cultura americana. Ele concordava que pudessem existir variações nas normas propostas pelas pessoas. Consequentemente, eles podiam fazer opções bastante distintas em relação a casamento, divórcio ou residência. Tudo isso era irrelevante para um relato cultural. As concepções fundamentais de cultura sobre laços de sangue, casamento, família, relacionamentos, e assim por diante, eram constantes em todas as classes de americanos.” (Kuper, 2002, p,186)
SC5	[Para um parsoniano, a sociedade era um sistema formado de subsistemas, cada qual com sua função particular. Em cada esfera da vida social, o ator social desempenha um determinado papel. O conjunto de papéis constitui a pessoa social.] Schneider adotou esse modelo, mas o traduziu em termos puramente culturais. Cada subsistema era definido não por suas funções, mas por seu símbolo dominante. O ator é também um constructo simbólico, a <i>pessoa</i> , cujos atributos derivam de vários campos simbólicos. ‘Uma pessoa como uma unidade cultural é um composto, uma combinação de elementos distintos de subsistemas ou domínios simbólicos deferentes’ (Schneider, 1968, p.59). Alguns dos atributos de uma pessoa são retirados do sistema de parentesco, outros do sistema papel-sexo, do sistema papel-idade, dos sistemas ocupacional e religioso, e assim por diante, ‘cada qual definido pela sua referência ao seu próprio conjunto de símbolos independentes oriundos do seu próprio domínio’ (Schneider, 1968, p.60). Cada um desses subsistemas contribui um pouquinho para a formação da pessoa completa definindo quem ela é e fornecendo ‘uma diretriz normativa de como ela deve comportar-se ou agir’. Essa noção de pessoa foi oferecida como descrição de uma categoria cultural do povo americano, no mesmo nível que as idéias americanas de família, empresa, cidade ou nação. Entretanto, é extremamente semelhante à idéia de Parsons do ator que deve desempenhar vários papéis. Por outro lado, não corresponde à idéia americana comum do ‘indivíduo’ automotivado.” (Kuper, 2002, p.188-189)
SC6	“Uma análise cultural começava – e terminava – com a forma como as pessoas pensavam.” (Kuper, 2002, p.196)
SC7	“Se a cultura iapesa consiste de <i>seus</i> constructos, <i>suas</i> formulações, <i>suas</i> mistificações, <i>sua</i> concepção de concepção, <i>seus</i> grupos e a forma como <i>eles</i> os estruturam, então precisamos ser fiéis a esse objetivo.” (Kuper, 2002, p.199)

Anexo 1. Trechos destacados das fontes de informação com características do fenômeno cultura.

Parte 9: **Sahlins, Marshall**

Número do trecho	Trecho destacado
SA1	<p>“Nas culturas tribais, economia, política, ritual e ideologia não aparecem como ‘sistemas’ distintos; tampouco relações podem ser facilmente designadas a uma ou outras dessas funções’ (Sahlins, 1976, p.6). Os laços de parentesco podem ser mobilizados para organizar, e os valores do parentesco para motivar, ação que poderia ser descrita como econômica, política ou religiosa.” (Kuper, 2002, p.220)</p>
SA2	<p>“A cultura, a ordem simbólica, dominava em todos os lugares. Certamente havia diferenças entre sociedades tribais e modernas, mas essas diferenças não residiam em suas tecnologias ou em sua organização social. A diferença essencial era que essas sociedades compreendiam-se em termos contrastantes. Cada tipo de sociedade é definido por uma fonte privilegiada de simbolismo. A sociedade tribal baseia-se na metáfora do parentesco, e o foco simbólico das chefias são as religiões oficiais, enquanto ‘na cultura ocidental a economia constitui a primeira área de produção simbólica (...). A singularidade da sociedade burguesa não reside no fato de o sistema econômico fugir à determinação simbólica, mas sim de que o simbolismo econômico é estruturalmente determinante’ (Sahlins, 1976, p.211)” (Kuper, 2002, p.221)</p>
SA3	<p>“Para demonstrar esse ponto, Sahlins discorreu sobre ‘o que os americanos realmente produzem para satisfazer suas ‘necessidades’ básicas de alimentação e vestuário’ (Sahlins, 1976, p.170). <u>‘Necessidades’ vem entre aspas porque culturalmente construídas, e o que os americanos produzem para satisfazer essas necessidades culturalmente específicas não são coisas úteis, mas símbolos.</u> Os Estados Unidos são uma cultura de consumo, em que as relações aparecem vestidas de objetos manufaturados. Esses são os totens americanos, mas eles não representam simplesmente posições na sociedade (<i>jeans</i> como uniforme dos trabalhadores ou dos jovens). Novas mercadorias estão permanentemente sendo lançadas no mercado, e elas evocam novas identidades. Alimentos, bebidas, roupas, automóveis definem status; a pessoa é julgada pelo que come, veste, dirige. Marx havia afirmado que emprestamos uma falsa identidade às mercadorias, transformando-as em fetiche e nos esquecemos de que são produto de trabalho, o resíduo das relações sociais. <u>Sahlins insistia que, pelo contrário, as relações sociais são produzidas pelas mercadorias, que operam como símbolos; os capitalistas fabricam imagens de identidades que ainda serão criadas.</u>” (Kuper, 2002, p.221)</p>
SA4	<p>“Os mitos ocupavam o lugar na teoria de Sahlins que a cultura, ou mais particularmente a religião, ocupava na teoria de Geertz.” (Kuper, 2002, p.228)</p>
SA5	<p>“O que Sahlins afirmava, na verdade, era que uma mitologia era a essência condensada de um cosmologia religiosa, e que ela realizava as mesmas duas funções como religião ou cultura de forma geral. Os mitos explicavam a mudança e também ajudavam a efetuar-la, oferecendo ao mesmo tempo um relato do passado e um guia para a ação no futuro. ‘Incidentes míticos constituem situações arquetípicas. As experiências de protagonistas míticos famosos são vivenciadas novamente pelos vivos em circunstâncias análogas. Mais ainda, os vivos tornam-se heróis míticos’ (comentário de Sahlins sobre os Maori, 1985)”. (Kuper, 2002, p.228)</p>

SA6	<p>“Sahlins escreveu que seu objetivo ‘é explodir o conceito de história pela experiência antropológica da cultura’. Ele acredita que, finalmente, tenha resgatado a história de seu fracasso em compreender a cultura, o estruturalismo de seu fracasso de lidar com a história e a teoria social em geral de suas falsas dicotomias entre idéia e ato, cultura e estrutura social, estrutura e evento. Essas reivindicações não podem ser consideradas verdadeiras, pelo menos não ainda. Uma concepção resolutamente idealista de cultura não vai ser adequada para alcançar essa grande revolução intelectual.</p> <p>(nota de rodapé: ‘E Sahlins estabeleceu uma concepção extremamente idealista de cultura. Respondendo à crítica de Friedman, ele escreve, por exemplo: ‘Na perspectiva que acabei de descrever, ‘cultural’ é qualquer coisa que seja ordenada ou configurada pela faculdade simbólica humana, qualquer coisa cujo modelo de existência seja, portanto, simbolicamente constituído’).</p> <p>Nenhuma teoria sobre mudança digna de mérito pode excluir interesses econômicos objetivos e forças materiais, as relações sociais que restringem as opções, a organização do poder e a capacidade que as pessoas que possuem armas têm de impor novas formas de pensar e de agir àqueles que não as possuem. Da mesma forma, nenhum historiador pode se dar ao luxo de ignorar as idéias que motivam e moldam as ações. A conclusão sensível, ainda que nada animadora, certamente é de que não é preciso aceitar nenhuma das duas posições extremas. A cultura não fornece roteiros para tudo, mas nem todas as idéias são reflexos posteriores” (Kuper, 2002, p.256-257).</p>
-----	---

Parte 10: Evolucionistas Culturais Clássicos

Número do trecho	Trecho destacado
EC1	“(…) Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (1871, p.1).” (Tylor em Cuche, 1996, p.35; e Kuper, 2002, p.83)
EC2	“(…) cultura é a expressão da totalidade da vida social do homem. Ela se caracteriza por sua dimensão coletiva. Enfim, a cultura é adquirida e não depende de hereditariedade biológica. No entanto, se a cultura é adquirida, sua origem e seu caráter são, em grande parte, inconscientes.” (Cuche, 1996, p.35)
EC3	Tylor “foi também o primeiro a se dedicar ao estudo da cultura em todos os tipos de sociedade e sob todos os aspectos materiais, simbólicos e até corporais.” (Cuche, 1996, p.37)
EC4	“Cultura é um todo; ela é assimilada e abarca praticamente tudo o que se pode pensar, com exceção da biologia (Tylor, 1871, p.1)” (Kuper, 2002, p.83)

Anexo 2. Definição dos conceitos mais freqüentes nas obras de antropologia examinadas e seus equivalentes em termos comportamentais.

Conceito	Definição antropológica (dicionário de antropologia)	Equivalência em termos comportamentais
Ação	<p>“Acontecimento, dados singulares, regularidades estatísticas, de modo geral todas as categorias de fenômenos sociais que os sociólogos se propõem explicar resultam da composição de ações individuais (...)”(Boundon & Bourricaud, 1982, p.2)</p> <p>Ações também são determinadas pelo contexto social. Compreender a ação implica em compreender a subjetividade e as razões que determinam a ação. (Boundon & Bourricaud, 1982)</p>	Comportamento de um indivíduo
Ação social	[Ação coletiva] Ação comum a um grupo de pessoas. (Boundon & Bourricaud, 1982)	Comportamento comum a um grupo de pessoas
Adaptação	<p>“Na biologia e na antropologia biológica, envolve características que fornecem vantagens à organismos na competitiva disputa por sobrevivência e reprodução. (...) é criada e mantida pela seleção natural.” (Levinson & Ember, 1996, p.1)</p> <p>[na antropologia cultural] “processo pelo qual a cultura, a sociedade ou a população humana mantém a si própria” (Levinson & Ember, 1996, p.1). É utilizada por alguns antropólogos, mas não é nuclear em nenhuma teoria. Seu uso é menos preciso e claro do que quando usado no sentido biológico. Após a década de 1970 alguns antropólogos culturais começaram ausar o termo em seu sentido biológico. (Levinson & Ember, 1996)</p>	Comportar-se em relação aos aspectos do meio (operar sobre o meio) de maneira a produzir mudanças no meio ou no próprio organismo que produza como decorrência aumento da probabilidade de manutenção da cultura, sociedade ou população humana no futuro.
Arte	<p>“arte é a ação dos homens sobre as coisas. É pela ação do homem sobre as coisas que ele se torna artífice ou <i>homo faber</i>, isto é, combina elementos materiais, inventa processos ou meios de agir sobre a natureza que o certa e a domina. (...).</p> <p>Conjunto ou sistemas de processos técnicos.” (Pimenta, 1955, p.?)</p>	comportamentos e produtos artísticos (materiais, técnicas, etc.)
Artefato	Objeto	Classe de estímulos produzida pelo homem e utilizada na interação com demais aspectos do meio.

Capacidade	aptidão	Relações comportamentais estabelecidas no repertório do indivíduo
Comunicação	“A comunicação (...) deve ser vista como uma forma de ação. (...) as ações comunicativas formam um sistema social ligando-se às ações de outros.” (Outhwaite & Boltmore, 1993, p.113)	Comportamento de um indivíduo que serve como ambiente para o comportamento de outro(s)
Conquistas		Classe de estímulo conseqüente produzida que pode ser um objeto, uma condição ou uma possibilidade para algo. <i>(é necessário avaliar se olhamos para o produto, a conquista, ou as características do que foi conquistado. Olhar para o produto possibilita ver classes de estímulos conseqüentes, olhar para as características do que foi conquista possibilita ver classes de estímulos e classes de comportamentos.)</i>
Conteúdo		Conhecimento (como qualquer comportamento que tenha sido produzido ou sintetizado em um dado momento em um grupo, e que seja ensinado aos demais membros do grupo)
Costumes	“modo de agir que, pela continuidade de tempo ou força da tradição, tornou-se, em uma coletividade ou grupo social, comum e obrigatório para todos os seus membros.” (Pimenta, 1955, p.82)	Classes de comportamentos ou classes de respostas comuns e obrigatórias em um grupo.
Crença	“Enunciados que afirmam a existência ou a inexistência de um acontecimento ou, mais geralmente, de um estado de coisas, sua possibilidade ou sua impossibilidade; podem, com maior ou menor precisão, associar uma probabilidade ao acontecimento ou estado da coisa considerada.” (Boudon & Bourricaud, 1982, p.107).	Respostas verbais sobre a existência ou não de um evento ou que atribuem explicação de determinação de eventos (é um tipo de “idéia”)
Determinação	[determinismo] “Doutrina que explica os fenômenos, quaisquer que sejam eles (...) como vinculados a fatores, a condições que os determinam, de modo que entre eles e tais fatores ou condições se estabelecem relações de “causa e efeito”, que definem justamente as leis que os regem.” (Pimenta, 1955, p. 97-98)	Determinação de fenômenos.
Direito	“conjunto de leis e disposições legais que regulam obrigatoriamente as relações da sociedade, quer do ponto de vista da sociedade, quer do ponto de vista das pessoas, quer do ponto de vista dos bens” (Priberam)	Regras sociais que regulam as relações estabelecidas pelos indivíduos em um grupo.

Estrutura	disposição especial das partes de um todo (ser vivo, obra literária, etc.) consideradas nas suas relações recíprocas; composição; contextura; sistema; conjunto de relações entre os elementos de um sistema. (Dicionário Priberam)	Sistema
Faculdade	Capacidade, aptidão	Relação comportamento estabelecida no repertório do indivíduo
Fato cultural	[fato social] Para Durkheim: “modo de ser ou de agir, de sentir, de pensar, não só peculiar a uma determinada sociedade, independentemente dos indivíduos que a constituem, como suscetível de se tornar para estes em regra de conduta, obrigatória.” (Pimenta, 1955, p.143) “Ato repetido” (Pimenta, 1955, p.143)	Classe de comportamentos característicos de um grupo e que podem ser os que são reforçados em um contexto social.
Hábito	Sinônimo de costume (Pimenta, 1955, p.169)	[costume] Classes de comportamentos ou classes de respostas comuns e obrigatórias em um grupo.
Idéias	---	Produto do “pensar”
Intelectual	---	relativo a compreensão. Classes de comportamentos que possibilitam melhor compreensão sobre os fenômenos. Classes de estímulos conseqüentes que produzirão melhor compreensão sobre os fenômenos no futuro.
Língua	[linguagem] “(...) além de um arquivo de experiências e de noções práticas que se transmitem de geração a geração, (é) um poderoso elo de sociabilidade, ou um dos fatores mais decisivos de socialização da espécie humana.” (Pimenta, 1955, p.212)	comportamento verbal transmitido entre indivíduos e gerações, fator decisivo na socialização da espécie humana.
Linguagem		
Mistificação	[misticismo] “Como manifestação do sentimento religioso, é um estado da alma, podendo ir até o êxtase, que se eleva a uma visão interior do ser divino, aparentemente despida ou liberta do culto exterior que envolve este ser.” (Pimenta, 1955, p.241).	Comportamento religioso
Normas	“Preceito, regra, maneira de agir do indivíduo e da coletividade.” (Pimenta, 1955, p.264)	Contingência que indica determinado comportamento do indivíduo em um grupo que decorra em reforçadores sociais.
Padrão	---	Algo que se repete com determinada frequência
Progresso	“Progredir é tender à perfeição” (Pimenta, 1955, p.281)	Mudanças produzidas pelo comportamento de indivíduos que produzem aperfeiçoamento do meio ou do próprio comportamento.
Significado	---	[“referente”] Classe de eventos referidos pelas classes de estímulos verbais (símbolos)

Simbolizar	---	Estabelecer relações arbitrárias entre estímulos verbais e classes de eventos
Símbolos	“Qualquer sinal, qualquer distintivo, insígnia, emblema, etc.” (Pimenta, 1955, p.331)	Classe de estímulos verbais que apresenta relações arbitrárias com a(s) classe(s) de eventos que representa.
Sistema simbólico	“Fornece tanto um relato do mundo como um conjunto de regras para atuar nele” (Kuper, 2002, p.228)	Classes de comportamentos verbais que descrevem aspectos do meio e que são contingência (regra) que orientam outros comportamentos.
Tradição	“É comumente reservada aos costumes que possuem considerável profundidade no passado e uma aura de sagrado” (Outhwaite & Bottomore, 1993, p.777)	Classes de comportamentos ou classes de respostas comuns e obrigatórias em um grupo com importante história no passado do grupo.
Valores	“Princípios morais” (Outhwaite & Bottomore, 1993, p.791)	Regras e auto-regras compartilhadas indicadoras do que é “certo” e “errado”